



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**ATITUDES FRENTE AO TERRORISMO EM MOÇAMBIQUE E BRASIL:
CORRELATOS DE PERSONALIDADE, CRENÇAS E VALORES**

ANTÓNIO OSVALDO PAQUELEQUE

João Pessoa-PB

Fevereiro de 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**ATITUDES FRENTE AO TERRORISMO EM MOÇAMBIQUE E BRASIL:
CORRELATOS DE PERSONALIDADE, CRENÇAS E VALORES**

Antônio Osvaldo Paqueleque, *doutorando*
Prof. Dr. Valdiney Veloso Gouveia, *orientador*

João Pessoa-PB
Fevereiro de 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**ATITUDES FRENTE AO TERRORISMO EM MOÇAMBIQUE E BRASIL:
CORRELATOS DE PERSONALIDADE, CRENÇAS E VALORES**

Antônio Osvaldo Paqueleque

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, pelo discente Antônio Osvaldo Paqueleque, sob orientação do Prof. Dr. Valdiney Veloso Gouveia, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social.

João Pessoa-PB

Fevereiro de 2024



ATA DE DEFESA DE TESE

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, de modo presencial, no Bloco C, 2º Andar, Sala 1 (Núcleo Bases Normativas do Comportamento Social), reuniram-se em solenidade pública os membros da comissão designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (CCHLA/UFPB), para a defesa de Tese do aluno **ANTONIO OSVALDO PAQUELEQUE** – mat. 20211013200 (orientando(a), UFPB, CPF: 086.203.451-50). Foram componentes da banca examinadora: Prof. Dr. **VALDINEY VELOSO GOUVEIA** (UFPB, Orientador, CPF: 442.051.554-68), Prof.^(a) Dr.^(a) **PATRICIA NUNES DA FONSECA** (UFPB, Membro Interno ao Programa, CPF: 675.852.564-34), Prof.^(a) Dr.^(a) **VIVIANY SILVA PESSOA** (UFPB, Membro Externo ao Programa, CPF: 008.725.414-01), Prof. Dr. **THIAGO MEDEIROS CAVALCANTI** (UFCG, Membro Externo à Instituição, CPF: 054.876.854-44) e Prof. Dr. **WALBERTO SILVA DOS SANTOS** (UFC, Membro Externo à Instituição, CPF: 804.685.864-15). Na cerimônia compareceram, além do(a) examinado(a), alunos de pós-graduação, representantes dos corpos docente e discente da Universidade Federal da Paraíba e interessados em geral. Dando início aos trabalhos, o(a) presidente da banca, Prof. Dr. **VALDINEY VELOSO GOUVEIA**, após declarar o objetivo da reunião, apresentou o(a) examinado(a) **ANTONIO OSVALDO PAQUELEQUE** e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para que discorresse sobre seu trabalho, intitulado: " **ATITUDES FRENTE AO TERRORISMO EM MOÇAMBIQUE E BRASIL: CORRELATOS DE PERSONALIDADE, CRENÇAS E VALORES**". Passando então ao aludido tema, o aluno foi, em seguida, arguido pelos examinadores na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão, em secreto, a proceder a avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito de " **APROVADO**", o qual foi proclamado pelo(a) presidente da banca, logo que retornou ao recinto da solenidade pública. Nada mais havendo a tratar, eu, **Júlio Rique Neto**, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos assino juntamente com os membros da banca. João Pessoa, 23 de fevereiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br **VALDINEY VELOSO GOUVEIA**
Data: 27/02/2024 13:10:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF. DR. **VALDINEY VELOSO GOUVEIA**

Documento assinado digitalmente
gov.br **PATRICIA NUNES DA FONSECA**
Data: 25/02/2024 15:56:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF.^a DR.^a **PATRICIA NUNES DA FONSECA**

Documento assinado digitalmente
gov.br **VIVIANY SILVA PESSOA**
Data: 27/02/2024 10:20:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF.^a DR.^a **VIVIANY SILVA PESSOA**

Documento assinado digitalmente
gov.br **THIAGO MEDEIROS CAVALCANTI**
Data: 26/02/2024 13:53:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF. DR. **THIAGO MEDEIROS CAVALCANTI**

Documento assinado digitalmente
gov.br **WALBERTO SILVA DOS SANTOS**
Data: 26/02/2024 19:53:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF. DR. **WALBERTO SILVA DOS SANTOS**

Documento assinado digitalmente
gov.br **JULIO RIQUE NETO**
Data: 28/02/2024 10:18:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF. DR. **JÚLIO RIQUE NETO**

Coordenador do PPGPS

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P219a Paqueleque, Antonio Osvaldo.

Atitudes frente ao terrorismo em Moçambique e Brasil
: correlatos de personalidade, crenças e valores /
Antonio Osvaldo Paqueleque. - João Pessoa, 2024.
285 f.

Orientação: Valdiney Veloso Gouveia.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicologia social. 2. Crenças conspiratórias. 3.
Valores humanos. 4. Personalidade. I. Gouveia, Valdiney
Veloso. II. Título.

UFPB/BC

CDU 316.6(043)

**ATITUDES FRENTE AO TERRORISMO EM MOÇAMBIQUE E BRASIL:
CORRELATOS DE PERSONALIDADE, CRENÇAS E VALORES**

António Osvaldo Paqueleque

Banca examinadora:

Prof. Dr. Valdiney Veloso Gouveia (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba

Profa. Dra. Patrícia Nunes, da Fonseca (Membro interno)
Universidade Federal da Paraíba

Profa. Dra. Viviany Silva Pessoa (Membro externo)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Walberto Silva dos Santos (Membro externo)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Thiago Medeiros Cavalcanti (Membro externo)
Universidade Federal de Campina Grande

João Pessoa-PB
Fevereiro de 2024

Dedico este trabalho a minha esposa Helena Maria Fernando e aos meus filhos Bruno Elpe António Paqueleque, Osvaldo Muirate António Paqueleque, Irina Isabel António Paqueleque, Merim Stefan António Paqueleque e António Osvaldo Paqueleque Júnior, os quais, sem dúvida, são os maiores merecedores da minha gratidão desde sempre e para sempre.

AGRADECIMENTOS

Se pudesse resumir toda a minha trajetória acadêmica em um único construto, sem dúvida seria a GRATIDÃO. Acredito que a gratidão representa a memória mais verdadeira e pura do meu coração. Se cheguei até aqui é porque muitas pessoas maravilhosas estiveram em meu caminho e é nesse sentido que quero agradecer a cada uma delas. Gostaria em primeiro lugar de agradecer à minha esposa, Helena Maria Fernando, quem é e sempre será a mais importante da minha vida. Obrigado por estar em momentos de suma importância ao meu lado, por ter me ajudado a levantar em momentos que minha vida não fazia muito sentido; agradeço aos meus filhos, Bruno Elpe Antônio Paqueleque, Osvaldo Muirate Antônio Paqueleque, Irina Isabel Antônio Paqueleque, Merim Stefan Antônio Paqueleque e Antônio Osvaldo Paqueleque Júnior pela paciência que tiveram em suportar a ausência do pai no momento que precisavam. Filhos, sou muito sortudo por ser o vosso pai e por ter em minha vida pessoas honradas e com muita dignidade como vocês. Grato por todo o esforço em me terem compreendido nos momentos que sempre precisei, mesmo nas inúmeras situações nas quais era preciso tirar de vós os poucos recursos materiais e financeiros para me dar. Sempre irei guardar na minha memória toda essa paciência e compreensão que dispensaram para que o vosso pai conseguisse chegar aonde hoje chegou, mesmo com tantas dificuldades. Esse Doutorado em Psicologia Social é NOSSO! Sempre vou vos amar e espero um dia poder retribuir tudo o que vocês fizeram e fazem na minha vida. Tenho um orgulho enorme do caminho que cada um de vocês está traçando e saibam que sempre poderão contar com minha ajuda, nunca esqueçam disso. Amo muito vocês. Aos meus falecidos pais Paqueleque Vencha e Muirate Infermero por terem me trazido neste mundo e custeado os primeiros passos da minha educação e por todos os aprendizados e experiências que me transmitiram, que sempre levarei em minha vida. Queria muito que estivessem comigo agora para me dar um abraço. Sinto muita falta de vocês.

Ao Prof. Dr. Valdiney Veloso Gouveia por ter me recebido de portas abertas no núcleo de pesquisa Bases Normativas do Comportamento Social (BNCS), ainda por ter aceito me acolher no primeiro período da minha intenção de ingressar no Doutorado em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, quando não sabia nem o que eu queria da minha vida. Prof. Dr. Valdiney, nem todas as palavras presentes no dicionário Aurélio seriam o bastante para descrever minha gratidão por tudo o que senhor fez e tem feito por mim. As escadas que levam até a sala do senhor foram sem dúvida as mais certas que subi. Muito obrigado por ser uma pessoa que é um amigo, um pai, um tio, além de um excelente

orientador científico dessa caminhada materializada em uma tese de doutorado em Psicologia Social; agradeço-lhe por sua sabedoria, dedicação incansável na condução do grupo de pesquisa e por acreditar firmemente na minha capacidade em situações nas quais nem eu conseguia acreditar. Seu exemplo e entusiasmo induzem o gosto e o prazer em realizar pesquisa por orientação do senhor.

À Profa. Dra. Patrícia Nunes da Fonsêca pelo apoio dado desde os primeiros passos do meu ingresso no Programa Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGPS/UFPB). Muito obrigado Profa. Dra. Patrícia Nunes da Fonsêca por tudo que tem feito para que a minha caminhada seja coroada de êxitos. No fundo do meu coração, muito obrigado! Igualmente, agradeço aos meus professores do Programa Pós-Graduação em Psicologia Social: Anísio José da Silva Araújo, Carlos Eduardo Pimentel, Cicero Roberto Pereira, Júlio Rique Neto, Maria de Fátima Pereira Alberto, Nádia Maria Ribeiro Salomão, Paulo César Zambroni de Souza, entre outros.

Aos membros da banca de defesa da tese: professores Patrícia Nunes da Fonsêca, Viviany Silva Pessoa, Thiago Medeiros Cavalcanti e Walberto Silva dos Santos, além do meu orientador, Prof. Dr. Valdiney Veloso Gouveia, pelo cuidado que todos tiveram ao avaliar e indicar, com muita propriedade, os limites e as possibilidades da minha tese. Também quero agradecer ao Prof. Dr. Manuel Crespos Bucuto pelo apoio incondicional que permitiu que fosse possível a minha vinda ao Brasil a fim de cursar o Doutorado em Psicologia Social. Prof. Dr. Bucuto, não tenho as palavras para descrever a minha gratidão por tudo que vem fazendo por mim. Igualmente expresso meu agradecimento ao Prof. Dr. Antônio Caetano Lourenço por todo carinho e de cada palavra de incentivo, sem os quais seria bem mais difícil a esta jornada.

Não poderia deixar de estender meus agradecimentos aos meus irmãos João Evangelista Paqueleque, Alima Paqueleque e Maria Puiamuene Paqueleque, aos meus sobrinhos Papaito, Alferes, Pak, Afido, Rufino, Gilda, Ria, Albertina, Dias e Jamal, aos meus amigos Paulo Giragique, Muarivai, Chaibo, Abel e China. Obrigado por todos os momentos de descontração, conversas e ensinamentos. Costumo dizer que existem pessoas que sempre vão acrescentar algo na nossa vida de alguma forma, fazendo com que a gente enxergue o mundo com novas perspectivas. Sem dúvida, vocês me ensinaram coisas incríveis que sempre levarei comigo, dentre elas a empatia, a bondade e a preocupação com o próximo.

Aos colegas do grupo de pesquisa BNCS, que muito me ajudaram em todos os meus dias na Paraíba, proporcionando um ambiente de respeito e cooperação mútua: Fadja, Sandra, Ana Isabel, Philipp, Luís, Pollyana, Jéssica e Andresa pela vossa ajuda e

acolhimento em momentos difíceis da minha formação no Doutorado. Felizmente tive a imensa sorte de encontrar em vocês amizade, lealdade e acima de tudo compreensão e companheirismo. Mesmo pensando de maneira divergente em vários aspectos, a nossa amizade lida com tudo isso de maneira incrível. Obrigado por me ensinarem que com amor e bondade é possível transformar e construir coisas incríveis na nossa vida. Tenho um orgulho enorme de vos tê-los como colegas, irmãos e amigos durante o meu percurso acadêmico na Paraíba. São tantas coisas que eu poderia falar sobre vocês, que teria que escrever mais um capítulo teórico só para isso. Sem dúvida, vocês são as pessoas mais fortes e resilientes que conheço. Como já falei muitas vezes, vocês são os bens mais preciosos que a Psicologia Social me deu em João Pessoa. Amigos sempre disponíveis para ajudar em todos os momentos necessários e que mesmo quando estavam ocupados ou atarefados sempre arranjavam um tempo para ajudar ao próximo. Não tenho a menor dúvida de que vocês irão conseguir realizar todos os sonhos que almejam, pois são pessoas batalhadoras e íntegras. Obrigado por fazerem parte da minha vida nessa trajetória. Agradeço imensamente a todos os integrantes do núcleo de pesquisa por todo o companheirismo e amizade que me foram tão bem concedidos. À Prof^a Doutora Maria Gabriela pela ajuda que tem dado no processo de elaboração desta tese. Muito obrigado!

Agradeço ao meu amigo Baldo pela imensa disponibilidade em participar nos momentos tão importantes da minha trajetória acadêmica. As suas excelentes contribuições para enriquecimento deste trabalho foram importantes. Muito obrigado! O mundo acadêmico é um meio permeado de incertezas e de muita “briga de ego”. Felizmente, ao longo da minha trajetória como docente venho aprendendo que nenhum artigo, seja ele nacional ou internacional, é mais importante do que as amizades que estabelecemos. Sou muito grato a todos que me ajudaram e me acolheram de alguma forma. Saibam que sem vocês eu provavelmente não estaria escrevendo qualquer agradecimento nesse momento. Por último e não menos importante, quero no fundo do meu coração agradecer aos membros da Coordenação do Programa Pós-Graduação em Psicologia Social pelo acolhimento, em especial à Dra. Denize pela humildade e profissionalismo. Agradeço também aos participantes do estudo, uma vez que sem eles o trabalho não teria sido concluído. Muito obrigado ao Prof. Júlio, Coordenador do PPGPS, pelo acolhimento.

Aos meus colegas moçambicanos no Estado da Paraíba e estudantes de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba: Agostinho Muchombe, Glória Frederico, Carla Viagem, Delfino Belarmino, Aguinaldo Queco e Antônio Fanuel Boa pelos ensinamentos e amizade que criamos. Muito obrigado pela convivência tão longe das nossas

famílias. Por isso, essa tese também é vossa. Não tenho vocabulário suficiente para descrever momentos alegres, mas também momentos difíceis que passamos na cidade de João Pessoa. Muito obrigado colegas e compatriotas. Vocês são heróis do meu percurso acadêmico na Paraíba. Por último, quero agradecer aos vizinhos do condomínio no Bairro dos Bancários, na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba pelo acolhimento, em especial aos senhores Paulo Henriques e Daniel Paulo Henriques, que tanto fizeram para que eu vivesse todo esse tempo sem grandes preocupações. Muito obrigado!

“As ciências físicas atingiram um estado de desenvolvimento que agora todos os homens podem morrer juntos. Cabe agora às ciências sociais atingirem um estado de desenvolvimento de forma que todos os homens possam viver juntos.”

Ross Stagner

ATTITUDES FRENTE AO TERRORISMO EM MOÇAMBIQUE E BRASIL: CORRELATOS DE PERSONALIDADE, CRENÇAS E VALORES

Resumo. O fenômeno do terrorismo em Moçambique e no Brasil faz as pessoas experimentarem sentimentos diversos (e.g., medo, incerteza, insegurança), por vezes fomentando atitudes que podem estar associadas a traços de personalidade, crenças conspiratórias e valores. Entretanto, pouco se sabe a respeito das atitudes frente ao terrorismo nessas duas culturas, sobretudo no que diz respeito a contribuição de seus correlatos potenciais. Este estado da arte motivou a presente tese, que teve como objetivos conhecer como as pessoas percebem o terrorismo nesses dois países, quais atitudes são formadas a respeito desse fenômeno e como estas se correlacionam com traços de personalidade, crenças conspiratórias e valores humanos. Nesta direção, realizaram-se três estudos. O *Estudo 1* objetivou fazer análise semântica do terrorismo, tendo participado 363 estudantes de quatro universidades de Moçambique (Cabo Delgado) e uma do Brasil (João Pessoa), cujas idades variaram entre 18 e 59 anos ($M_{idade} = 24,7$; $DP = 6,18$). Estes responderam cinco perguntas abertas sobre o terrorismo e perguntas demográficas (e.g., idade, sexo). Os resultados retrataram o conhecimento sobre o terrorismo, o seu papel e as consequências que este fenômeno tem causado na vida social das pessoas. O *Estudo 2* objetivou conhecer a relação entre traços sombrios de personalidade, crenças conspiratórias e valores humanos na explicação de atitudes frente ao terrorismo em Moçambique, tendo participado 405 pessoas de diferentes regiões deste país com idades entre 18 a 69 anos, ($M_{idade} = 29,1$; $DP = 10,45$), a maioria do sexo masculino (54,1%). Estes responderam o *Questionários de Atitudes frente ao Terrorismo*, o *Questionário de Crenças Conspiratórias*, o *Questionário dos Valores Básicos (QVB)*, o *Questionário sobre traços da personalidade sombria* e perguntas demográficas. Os resultados indicaram que os participantes do estudo manifestaram atitudes positivas frente ao terrorismo em Moçambique, explicadas pelas crenças conspiratórias (atitudes positivas), a subfunção valorativa interativa e o traço da personalidade sombria Maquivealismo (atitudes negativas). De acordo com a literatura, as crenças conspiratórias influenciam as ações dos indivíduos por serem eventos que são secretamente manipulados nos bastidores por forças poderosas existentes e conduzem a uma descrença nos conhecimentos científicos até a violência (Swami, & Furnham, 2012) Por fim, o *Estudo 3* procurou replicar o estudo anterior no Brasil, empregando os mesmos instrumentos de medida para conhecer como as atitudes frente ao terrorismo são explicadas pelos traços da personalidade sombria, crenças conspiratórias e valores humanos, tendo participado 365 estudantes de diversos cursos de uma universidade pública da Paraíba com idades variando de 18 a 63 anos, ($M_{idade} = 25,0$; $DP = 7,5$), a maioria do sexo feminino (61,4%). Os resultados indicaram manifestação de atitudes negativas frente ao terrorismo no Brasil explicadas pelas crenças conspiratórias e subfunções valorativas Normativa, Suprapessoal e Existência. Assim, os resultados dos três estudos mostraram a relevância de considerar variáveis psicossociais para compreender o fenômeno do terrorismo nas duas culturas pesquisadas (Moçambique e Brasil).

Palavras-chave: Terrorismo, atitudes, representações sociais, personalidade, crenças conspiratórias, valores humanos.

ATTITUDES TOWARD TERRORISM IN MOZAMBIQUE AND BRAZIL: CORRELATES OF PERSONALITY, BELIEFS AND VALUES

Abstract. The phenomenon of terrorism in Mozambique and Brazil makes people experience different feelings: fear, uncertainty, insecurity. Considering this framework and conceiving that dark personality traits, conspiratorial beliefs and human values are fundamental constructs to explain individual's attitudes (behavior) and ways of acting, this thesis sought to know the attitudes towards terrorism in Mozambique and Brazil, aiming to analyze the correlates of personality, conspiratorial beliefs and human values in predicting attitudes towards terrorism. Three studies were carried out in this direction:

Study 1 aimed to carry out a semantic analysis of terrorism and involved 363 students from four universities in Mozambique (Cabo Delgado) and one in Brazil (João Pessoa), whose ages ranged from 18 to 59 years (age = 24.7; SD = 6.18). They answered five open questions about terrorism and demographic questions (e.g. age, gender). The results showed knowledge about terrorism, its role and the consequences this phenomenon has had on people's social lives. Study 2 aimed to find out about the relationship between dark personality traits, conspiratorial beliefs and human values in explaining attitudes towards terrorism in Mozambique. 405 people from different regions of the country took part, aged between 18 and 69 (M age = 29.1; SD = 10.45), the majority of whom were male (54.1%). They answered the Attitudes to Terrorism Questionnaire, the Conspiratorial Beliefs Questionnaire, the Basic Values Questionnaire (BQQ), the Questionnaire on dark personality traits and demographic questions. The results indicated that the study participants expressed positive attitudes towards terrorism in Mozambique, explained by conspiratorial beliefs (positive attitudes), the Interactive evaluative subfunction and the dark personality trait Machiavellianism (negative attitudes). According to the literature, conspiratorial beliefs influence the actions of individuals because they are events that are secretly manipulated behind the scenes by existing powerful forces and lead to a disbelief in scientific knowledge to the point of violence (Swami, & Furnham, 2012). Finally, Study 3 sought to replicate the previous study in Brazil, using the same measurement instruments to find out how attitudes towards terrorism are explained by dark personality traits, conspiratorial beliefs and human values. 365 students from various courses at a public university in Paraíba took part, ranging in age from 18 to 63 (M age = 25.0; SD = 7.5), the majority of whom were female (61.4%). The results indicated the manifestation of negative attitudes towards terrorism in Brazil, explained by conspiratorial beliefs and the Normative, Suprapersonal and Existence evaluative sub-functions. Thus, the results of the three studies showed the relevance of considering psychosocial variables to understand the phenomenon of terrorism in the two cultures researched (Mozambique and Brazil).

Keywords: Terrorism, attitudes, social representations, personality, conspiratorial beliefs, human values.

ACTITUDES HACIA EL TERRORISMO EN MOZAMBIQUE Y BRASIL:

CORRELATOS DE PERSONALIDAD, CREENCIAS Y VALORES

RESUMEN: El fenómeno del terrorismo en Mozambique y Brasil hace que las personas experimenten diferentes sentimientos: miedo, incertidumbre, inseguridad. Considerando este cuadro y concibiendo que los rasgos oscuros de la personalidad, las creencias conspirativas y los valores humanos son constructos fundamentales para explicar las actitudes (comportamientos) y las formas de actuar de los individuos, esta tesis buscó conocer las actitudes frente al terrorismo en Mozambique y Brasil. con el objetivo de analizar los correlatos de la personalidad, las creencias de conspiración y los valores humanos en la predicción de las actitudes hacia el terrorismo. En esta dirección, se llevaron a cabo tres estudios. El estudio 1 tenía como objetivo realizar un análisis semántico del terrorismo y contó con la participación de 363 estudiantes de cuatro universidades de Mozambique (Cabo Delgado) y una de Brasil (João Pessoa), cuyas edades oscilaban entre los 18 y los 59 años (edad = 24,7; DE = 6,18). Respondieron a cinco preguntas abiertas sobre terrorismo y a preguntas demográficas (por ejemplo, edad, sexo). Los resultados retrataron el conocimiento sobre el terrorismo, su papel y las consecuencias que este fenómeno ha tenido en la vida social de las personas. El Estudio 2 pretendía comprender la relación entre los rasgos oscuros de la personalidad, las creencias conspirativas y los valores humanos a la hora de explicar las actitudes hacia el terrorismo en Mozambique. Participaron 405 personas de diferentes regiones del país, con edades comprendidas entre los 18 y los 69 años (MH = 29,1; SD = 10,45), en su mayoría varones (54,1%). Respondieron al Cuestionario de Actitudes ante el Terrorismo, al Cuestionario de Creencias Conspirativas, al Cuestionario de Valores Básicos, al Cuestionario de Rasgos Oscuros de Personalidad y a preguntas demográficas. Los resultados indicaron que los participantes en el estudio expresaron actitudes positivas hacia el terrorismo en Mozambique, explicadas por las creencias conspirativas (actitudes positivas), la subfunción evaluativa Interactiva y el rasgo oscuro de personalidad Maquivealismo (actitudes negativas). Según la literatura, las creencias conspirativas influyen en las acciones de los individuos porque se trata de acontecimientos que son manipulados secretamente entre bastidores por fuerzas poderosas existentes y conducen a una incredulidad en el conocimiento científico hasta el punto de la violencia (Swami, & Furnham, 2012). Finalmente, el Estudio 3 buscó replicar el estudio anterior en Brasil, utilizando los mismos instrumentos de medida para averiguar cómo las actitudes hacia el terrorismo son explicadas por rasgos oscuros de personalidad, creencias conspirativas y valores humanos. Participaron 365 estudiantes de diversos cursos de una universidad pública de Paraíba, con edades comprendidas entre 18 y 63 años (edad M = 25,0; DE = 7,5), siendo la mayoría mujeres (61,4%). Los resultados indicaron la manifestación de actitudes negativas hacia el terrorismo en Brasil, explicadas por las creencias conspirativas y las subfunciones evaluativas Normativa, Suprapersonal y de Existencia. Así, los resultados de los tres estudios mostraron la relevancia de considerar variables psicosociales para comprender el fenómeno del terrorismo en las dos culturas investigadas (Mozambique y Brasil).

Palabras clave: Terrorismo, actitudes, representaciones sociales, personalidad, creencias conspirativas, valores humanos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
PARTE I – MARCO TEÓRICO	
CAPÍTULO I. TERRORISMO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS, CONCEITOS E APORTES TEÓRICOS	32
1.1. <i>Antecedentes históricos do terrorismo</i>	33
1.1.1. <i>Definição do terrorismo</i>	35
1.1.2. <i>O terrorismo, uma ação típica</i>	38
1.2. <i>Características e tipologia do terrorismo</i>	39
1.2.1. <i>Características do terrorismo</i>	39
1.2.2. <i>Tipos de terrorismo</i>	40
1.3. <i>Modus operandi do terrorismo</i>	41
1.4. <i>Financiamento do terrorismo</i>	42
1.4.1. <i>Principais fontes de financiamento do terrorismo</i>	42
1.5. <i>Terrorismo em Moçambique</i>	43
1.5.1. <i>Origem do terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique</i>	45
1.5.2. <i>Porque o terrorismo em Cabo Delgado</i>	46
1.5.3. <i>Formação do grupo terrorista dos Al-Shabaab em Cabo Delgado</i>	48
1.5.4. <i>Organização do grupo terrorista dos Al-Shabaab em Cabo Delgado</i>	49
1.5.5. <i>Tipos de terrorismo/conflito em Cabo Delgado</i>	49
1.5.5. <i>Formas de recrutamento do terrorismo em Cabo Delgado</i>	51
1.5.6. <i>Formas de financiamento do terrorismo em Cabo Delgado</i>	53
1.5.7. <i>O terrorismo e a imigração ilegal em Cabo Delgado</i>	54
1.5.8. <i>Fatores e causas do terrorismo em Cabo Delgado</i>	56
1.5.8.1. <i>Fatores do terrorismo em Cabo Delgado</i>	56
1.5.8.2. <i>Causas do terrorismo em Cabo Delgado</i>	58
1.6. <i>Terrorismo no Brasil</i>	52
CAPÍTULO II. ATITUDES: ANTECEDENTES, CONCEITOS E APORTES TEÓRICOS	55
2.1. <i>Antecedentes históricos das atitudes</i>	56
2.1.1. <i>Definição das atitudes</i>	56
2.1.2. <i>Origem das atitudes</i>	58
2.1.3. <i>Formação das atitudes</i>	60
2.2. <i>Principais teorias das atitudes</i>	61
2.2.1. <i>Principais teorias sobre a formação das atitudes</i>	62

2.3. Estrutura das atitudes	64
2.4. Mudança das atitudes	65
2.5. Função das atitudes	70
2.6. Importância das atitudes	72
2.7. Mensuração das atitudes	72
2.8. A relação entre as atitudes e o comportamento	78
2.9. A relação entre as atitudes e valores humanos	78
2.10. A relação entre as atitudes e crenças em teorias conspiratórias	79
2.11. A relação entre as atitudes e a personalidade	80
2.12. A relação entre as atitudes e o terrorismo	81
CAPÍTULO II. TEORIAS CONSPIRATÓRIAS: ANTECEDENTES HISTÓRICAS, CONCEITOS E APORTES TEÓRICOS	83
5.1. Antecedentes históricos das teorias conspiratórias	84
5.2. Definição das teorias conspiratórias	84
5.3. Origem das teorias conspiratórias	86
5.4. O poder de atração das teorias conspiratórias	89
5.5. Autores das teorias conspiratórias e os seus seguidores	91
5.6. Características das teorias conspiratórias	94
5.7. Crenças em teorias conspiratórias	95
5.7.1. Motivações das crenças em teorias conspiratórias	98
5.7.2. Crenças em teorias conspiratórias, atitudes e valores humanos	99
5.7.3. Relação atitudes, crenças e v.h explicadas por personalidade sombria	102
5.7.4. Correlatos das crenças s conspiratórias e consequências sociais	104
CAPÍTULO IV. VALORES HUMANOS: HISTORIA, CONCEITO E APORTES TEORICOS	107
6.1. Antecedentes dos estudos sobre valores Humanos	109
6.1.1. Definição dos Valores Humanos	109.
6.1.2. Evolução do estudo dos Valores Humanos	114
6.2. Teorias dos Valores Humanos	116
6.2.1. Teoria de Hierarquia das necessidades Humanas	118
6.2.2. Valores culturais de Hofstede	119
6.2.3. Valores Materialistas e pós-materialistas de Inglehart	121
6.2.4. Valores Humanos na perspectiva Individual	121

6.2.5. Teoria de Valores Humanos de Rokeach	122
6.2.6. Os tipos motivacionais de Schwartz	122
6.2.7. Teoria Funcionalista dos Valores Humanos	122
6.3. Funções dos Valores Humanos	123
6.3.1. As subfunções dos Valores Humanos: estrutura e conteúdo	124
6.5.2. Congruência e compatibilidade das subfunções valorativas	127
6.6. Importância dos Valores Humanos	128
6. 7. Estabilidade e mudança dos Valores Humano	137
6.8. Aplicação da teoria funcionalista dos Valores H. na psicologia social	140
CAPÍTULO V. PERSONALIDADE	144
4.1. Estudo da personalidade: conceito e aportes teóricos	144
4.2. Percursos da perspectiva dos traços da personalidade	145
4.2.1. Gordon Allport	106
4.2.3. Raymond Cattell	108
4.2.3. Hans Eysenck	144
4.3. Traços da personalidade (Personalidade Big Five)	155
4.4. Personalidade sombria	155
4.4.1. Traços da personalidade sombria	---
156	
PARTE II. ESTUDOS EMPÍRICOS	161
CAPÍTULO VII. ESTUDO 1: ANÁLISE SEMÂNTICA DO TERRORISMO	182
7.1.1. Método de estudo da representação social do terrorismo	185
7.1.1.1. Delineamento do estudo	165
7.1.1.2. Participantes do estudo	165
7.1.1.3. Instrumentos do estudo	165
7.1.1.4. Procedimentos do estudo	166
7.1.2. Organização de banco de dados textuais	166
7.1.2.1. Preparação e análise de dados	167
7.1.2.2. Resultados do estudo	168
7.1,3. Discussão parcial dos resultados do estudo	172
CAPÍTULO VII.2. ESTUDO 2: CORRELATOS DE ATITUDES FRENTE AO TERRORISMO EM MOÇAMBIQUE	193
7.2.1. Método de estudo de correlatos frente ao terrorismo em Moçambique	197

7.2.2. Delineamento do estudo	-197
7.2.3. Participantes do estudo	197
7.2.4. Instrumentos do estudo	-199
7.2.5. Procedimentos do estudo	-- 199
7.2.6. Aspectos éticos do estudo	--- 200
7.2.7. Análise de dados do estudo	200
7.2.8. Resultados do estudo da escala de atitudes frente ao terrorismo	201
7.2.9. Resultados do estudo da escala de crenças conspiratórias	- 204
7.2.10. Resultados do estudo da escala de estabilidade e mudança de V. H.	228
7.2.11. Análise de correlatos; atitudes, crenças, personalidade e valores	-- 205
7.3.12. Análise de correlatos	206
7.3.12. Discussão parcial dos resultados do estudo	- 207
7.2.13. Análise da Regressão	210
7.2.14. Análise de dados da Regressão	212
7.2.15. Resultados da Regressão	213
7.2.16. Discussão parcial da Regressão	-214
CAPÍTULO VII.3. ESTUDO 3: CORRELATOS DE ATITUDES FRENTE AO TERRORISMO NO BRASIL	217
7.3.1. Método do estudo de correlatos de atitudes frente ao terrorismo	--- 220
7.3.2. Participantes do estudo	----220
7.3.3. Instrumentos do estudo	--222
7.3.3. Aspectos éticos do estudo	---222
7.3.4. Análise de dados do estudo	-- 227
7.3.5. Resultados do estudo	--228
7.3.6. Análise da correlação entre atitudes, personalidade, crenças e V.H	229
7.3.7. Discussão parcial dos resultados do estudo	- 230
7.3.8. Análise da Regressão	234
7.3.9. Análise de dados da Regressão	234
7.3.10. Resultados da Regressão	234
7.3.11. Discussão parcial dos dados da Regressão	235

CAPÍTULO VIII. DISCUSSÃO GERAL DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES- 238

8.1. Resultados Principais	239
8.2. Aplicabilidade dos resultados	244
8.3. Limitações da pesquisa	245
8.4. Direcionamento dos estudos futuros	246
8.5. Considerações finais da pesquisa	247
REFERENCIAS	254
ANEXOS	271
Anexo I. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	276
Anexo II. Escala de Atitudes frente ao Terrorismo	277
Anexo III. Escala de Crenças em Teorias Conspiratórias	278
Anexo IV. Escala de Atitudes frente aos Refugiados	279
Anexo V. Questionário dos Valores Básicos	280
Anexo VI. Questionário sobre a Personalidade Sombria	281
Anexo VII. Entrevista sobre o Terrorismo e seus Personagens	282
Anexo VIII. Questionário sobre Correlatos de Atitudes frente ao Terrorismo	283
Anexo IX. Questionário sobre Teorias Conspiratórias	285
Anexo X. Questionário sobre Estabilidade e Mudanças de valores	287

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Análise paralela da Escala de Atitudes frente ao terrorismo	208
TABELA 2. Itens adaptados e Estrutura fatorial da Escala de Atitudes	209
TABELA 3. Matriz de cargas fatoriais da Escala de atitudes	212
TABELA 4. Análise paralela baseada em análise fatorial da Escala de crenças	215
TABELA 5. Matriz de carregamento rotada	216
TABELA 6. Correlação de Atitudes, crenças conspiratórias, valores humanos e traços da personalidade sombria	218
TABELA 7. Análise paralela baseada em análise fatorial	229
TABELA 8. Itens adaptados e estrutura fatorial da escala de estabilidade	230
TABELA 9. Matriz de cargas fatoriais da Escala de estabilidade de valores	233
TABELA 10. Análise paralela baseada em análise fatorial de ordem mínima	235
TABELA 11. Matriz de carregamento rotado	236
TABELA 12. Correlação entre atitudes, valores humanos, crenças e personalidade	238

FIGURAS

FIGURA 1. Mapa de Moçambique- Divisão Administrativa	44
FIGURA 2. Triângulo explicativo do terrorismo na província de Cabo Delgado	50
FIGURA 3. Modelo tridimensional de Atitudes	71
FIGURA 4. Modelo estrutural dos tipos valores básicos	135
FIGURA 5. Dimensões e subfunções dos valores básicos	139
FIGURA 6. Dimensões funções e subfunções dos valores básicos	140
FIGURA 7. As funções e subfunções de valores representados em hexágono	146
FIGURA 8. Dendograma da CHD	175
FIGURA 9. Nuvens de palavras	178
FIGURA 10. Arvore de palavras	180
FIGURA 11. Dendograma sobre a percepção do terrorismo de moçambicanos	186
FIGURA 12. Dendograma sobre a percepção do terrorismo dos brasileiros	192
FIGURA 13. Modelo de mediação dos valores	220

Dentro do cenário mundial novos atores não estatais surgem, destacando-se organizações terroristas, grupos rebeldes e organizações criminosas transnacionais, detentores de forças capazes de desestabilizar Estados, como, por exemplo, o grupo terrorista *Al Shabaab*, que atua em Cabo Delgado, no norte de Moçambique. O termo “terrorismo”, originado da palavra “terror”, teria aparecido pela primeira vez no idioma francês (*terreur*) para designar medo ou ansiedade extrema, uma ameaça vagamente percebida, pouco familiar e largamente imprevisível. Segundo Bonanate (2004), o terrorismo é uma forma de resistência violenta ao Estado ou ao serviço dos interesses do Estado, pois os objetivos políticos são os que conferem significado ao terrorismo.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, assistiu-se uma renovação do interesse de cientistas sociais pelo tema do terrorismo. No entanto, os estudos sobre o tema não parecem ter resultado em maior facilidade de diálogo científico e político sobre esse fenômeno, possivelmente porque os cientistas sociais pouco têm refletido acerca do caráter político e ideológico de seus estudos (Pape, 2003). Nessa direção, o terrorismo faz com que as pessoas experimentem sentimentos diversos, como medo, incerteza e insegurança, adubos férteis para o nascimento das teorias conspiratórias, uma vez que estas surgem sempre associadas a eventos negativos e/ou inesperados, buscando vinculá-los a um fator causal oculto ilegal ou malévolo, fornecendo certas alterações em atitudes devido as suas ações violentas.

As teorias conspiratórias têm estado associadas à criação de uma explicação alternativa ou fantasiosa para fatos que normalmente contrariam a versão oficial e politicamente correta de determinado acontecimento (van Prooijen & Acker, 2015). Nesta conjuntura, nas sociedades contemporâneas, as pessoas são frequentemente confrontadas com eventos que ameaçam a ordem social, tais como ataques terroristas, guerras, pandemias e crises econômicas. Tais eventos por vezes dão origem as teorias conspiratórias, que podem ser definidas como crenças explicativas utilizadas para compreender as ações de grupos ou organizações que se unem em um acordo secreto e tentam atingir um objetivo oculto, sendo este percebido como ilegal ou malévolo (Zonis & Joseph, 1994).

Na direção do anteriormente exposto, no ano de 2017 em Cabo Delgado, no norte de Moçambique assistiram-se ataques do grupo terrorista *Al Shabaab*, que provocaram várias narrativas conspiratórias em volta da origem do grupo, as causas e as motivações de suas ações, oferecendo explicações alternativas por meio das atitudes das populações locais frente a esses acontecimentos terroristas, sem fundamentos reais, mas alimentadas por políticos em redes sociais e meios de comunicação (IESE, 2021).

De fato, em eventos terroristas, como os ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América, os atentados de Londres em 2005, a crise financeira de 2008 e a pandemia de doenças contagiosas (e.g., COVID-19, gripe aviária, HIV) provocaram um cenário político e social permeado de ameaças, incertezas e desconfianças (Byford, 2014). Em tal conjuntura, as teorias conspiratórias ganharam destaque em redes sociais (e.g., *Facebook*, *Instagram*) e meios de comunicação (e.g., jornais, televisões, revistas), servindo como explicações alternativas a fim de compreender as ações de grupos ou organizações que, presumivelmente, unem-se e tentam atingir os seus objetivos ocultos e ilegais (Swami *et al.*, 2014). A propósito, nos últimos anos houve um aumento do interesse social, econômico, político e religioso das teorias conspiratórias em Cabo Delgado pelo fato de ter aumentado seus efeitos nesta região do país devido às reivindicações das pessoas pelos benefícios da exploração de seus recursos naturais (e.g., gás natural, petróleo, madeira, marfim, pedras preciosas, rubi).

Nesse âmbito, o fascínio do público por teorias conspiratórias não se restringe à Europa ou aos Estados Unidos da América, como a maioria da literatura sobre o assunto tem feito acreditar. Em realidade, as teorias conspiratórias persistem como um meio popular de articular oposição às forças do capitalismo internacional e da globalização (Byford, 2011), possibilitando o enfrentamento às hierarquias sociais estabelecidas e oferecendo entendimentos alternativos sobre eventos da realidade social (Sapountzis & Condor, 2013). Portanto, as teorias conspiratórias atribuem eventos políticos e sociais importantes às ações de grupos considerados poderosos e maléficos, como é o caso dos terroristas (Uscinski & Parent, 2014). Nesta direção, os ataques de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos da América permitiu a popularização do fenômeno do terrorismo, pautado em crenças conspiratórias.

Resultados de diversas pesquisas fornecem a visão de que as teorias conspiratórias estão fortemente associadas à desconfiança política e social (Jolley & Douglas, 2014a). Uma pesquisa de opinião sobre a origem e as motivações dos ataques terroristas na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2017), por exemplo, indicou que 75% dos residentes desta província entrevistados, concordaram com a ideia de que os ataques terroristas em Cabo Delgado têm motivações políticas e sociais a partir do exterior para ampliar a ação do radicalismo Islâmico e controle dos recursos naturais da região (e.g., minerais, pedras preciosas e semipreciosas, madeira, petróleo e gás natural).

Em outra pesquisa exploratória, realizada pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (ESC), Habibe *et al.* (2019) consideram que o clima de conflito que se vive na Província de Cabo Delgado tem origem em fatores políticos e sociais. Este fenômeno tem sido objeto de múltiplas interpretações, desde a tese privilegiada pelo Governo da República de Moçambique, pelo menos publicamente, referente a uma conspiração movida por forças externas inimigas do desenvolvimento de Moçambique, passando pela tese de conflito de terras, de benefícios da exploração de recursos naturais, tendo como pano de fundo a descoberta de hidrocarbonetos (gás natural e petróleo) nesta província.

Uma pesquisa de opinião realizada por Oliver e Wood (2014) indicou que 25% dos estadunidenses entrevistados concordaram com a ideia de que a crise financeira foi secretamente orquestrada por banqueiros da *Wall Street* para ampliar o controlo da economia mundial. Na mesma linha, Longuet (2014) evidenciou que cerca de 20% dos entrevistados acreditavam que os *Illuminati* eram responsáveis pelo controle da economia internacional. Em outra pesquisa, realizada por Gyarfašova *et al.* (2013), observou-se que 51%, 42% e 63% dos entrevistados na França, Hungria e Eslováquia, respectivamente, concordaram com a crença de que não é o governo responsável por administrar o país, mas sim grupos secretos.

Cichocha *et al.* (2017) indicam que as razões pelas quais as teorias conspiratórias são atraentes para os indivíduos se deve ao fato de que elas satisfazem três necessidades psicológicas principais: (a) *social* (necessidade de manter a imagem positiva de si mesmo ou de grupo), (b) *epistêmica* (necessidade de entender e dar sentido ao meio ambiente social) e (c) *existencial* (necessidade de controlo cognitivo sobre o meio social).

Dentro da Psicologia Social, especificamente, as pesquisas apontam que as teorias conspiratórias parecem mais atraentes para os indivíduos que sentem que a sua imagem pessoal está sendo ameaçada (Cichocha *et al.*, 2016) ou para aqueles que têm uma grande singularidade (Douglas *et al.*, 2017), indicando assim a satisfação da necessidade social de manter a autoimagem positiva. Por outro lado, as teorias conspiratórias parecem também atrair indivíduos que procuram a ordem e o entendimento em seu ambiente social (Umam *et al.*, 2018) ou àqueles com níveis mais baixos de educação formal (Douglas., 2016), satisfazendo a necessidade epistêmica de precisão e certeza sobre o meio social, acreditando naquilo que antes não acreditavam.

As teorias conspiratórias oferecem a chance de ter um conhecimento escondido, importante e imediato para que aqueles que acreditam nelas se tornem especialistas no assunto, tendo um conhecimento que nem mesmo os ditos especialistas demonstram (Michael, 1984, citado em Gouveia *et al.*, 2018). Nesta perspectiva, a fim de compreender

esta forma de as pessoas se manifestarem perante as crenças conspiratórias, um construto relevante tem sido os valores humanos. De acordo com a teoria funcionalista dos valores humanos (Gouveia, 2013; Gouveia *et al.*, 2010), os valores humanos guiam o comportamento humano e representam cognitivamente suas necessidades, sendo categorias sobre estados desejáveis de existência, que transcendem situações específicas, assumindo graus diferentes de importância (Gouveia, 1998, 2003).

Considera-se também importante para a compreensão das crenças conspiratórias os traços de personalidade. Chamorro-Premuzic e Shafi (2010) indicam que as crenças em pensamentos conspiratórios podem estar relacionadas com as características individuais de cada pessoa e suas representações sociais, fundamentais para entender o comportamento social, não podendo ser compreendidas como uma construção definitiva ou perene, mas, pelo contrário, devendo ser vistas com certa plasticidade em virtude dos diversos contextos históricos que se representam. De modo similar, Byford (2014) enfatiza que a adesão a explicações baseadas em ideias conspiratórias pode ser entendida a partir de diferenças individuais, tais como vieses de processamento de informação, estratégias de manutenção de identidade e características de personalidade. Desse modo, é possível pensar nos traços de personalidade e nos valores humanos como construtos psicológicos importantes para compreender crenças conspiratórias.

Considerando que os traços de personalidade descrevem as características pessoais de cada indivíduo (Pervin & John, 2004) e os valores humanos guiam as ações humanas e expressam suas necessidades (Gouveia, 2013), pergunta-se: como tais construtos se associam com crenças conspiratórias e atitudes frente ao terrorismo? Esta é a questão principal da presente tese, que objetiva conhecer atitudes frente ao terrorismo, avaliando a contribuição de três construtos principais (i.e., crenças conspiratórias, valores humanos e traços de personalidade sombria).

A ênfase na personalidade recai em traços sombrios, que vêm ganhando notabilidade na literatura como elementos que vão além dos cinco grandes traços (Hutz *et al.*, 1998; Noronha *et al.*, 2015; Gouveia *et al.*, 2008). No caso das crenças conspiratórias, são abordadas a partir da perspectiva da Psicologia Social, que as considera como satisfazendo a três necessidades psicológicas principais (i.e., social, epistêmica e existencial). Por fim, em se tratando dos valores, tem-se em conta a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, a qual corresponde a uma proposta teórica mais integradora, inovadora e parcimoniosa (Gouveia *et al.*, 2010; Gouveia, 2013).

Neste contexto, parece plausível analisar como as crenças conspiratórias, os traços sombrios de personalidade, mediados pelos valores humanos, explicam as atitudes frente ao terrorismo em Moçambique e no Brasil. Assim, a presente tese tem como objetivo geral explicar as atitudes frente ao terrorismo em Moçambique no Brasil partindo das crenças conspiratórias e traços sombrios de personalidade, avaliando o papel mediador dos valores humanos.

A fim de alcançar os objetivos previamente listados, esta tese foi estruturada em sete capítulos, distribuídos em duas partes principais. A primeira parte, denominada de *marco teórico*, é formada por seis capítulos: O capítulo 1 (Terrorismo: antecedentes históricos, conceitos e aportes teóricos) discorre sobre o terrorismo, apresentando seu conceito, seus antecedentes, sua origem, suas motivações e seu *modus operandi*, destacando sua presença em Moçambique. Abordam-se igualmente as ações e os tipos do terrorismo neste país, incluindo as várias formas de recrutamento de jovens da província de Cabo Delgado e o seu financiamento, além de suas consequências sociais para as populações.

O capítulo 2 (Crenças em Teorias conspiratórias: Antecedentes históricos, conceitos e aportes teóricos) discute aspetos referentes às crenças conspiratórias, a sua origem, as abordagens conceituais, os precursores dessa abordagem e o poder de atração das teorias conspiratórias. Procura-se tratar, ainda, as características principais das teorias conspiratórias e sua relação com as atitudes das pessoas e seus valores humanos.

O capítulo 3 (Atitudes: antecedentes históricos, conceitos e aportes teóricos) apresenta diferentes abordagens sobre atitudes, incluindo sua origem, formação, as principais teorias e os diferentes estudos. Tratam-se, ainda, de mudança, suas funções e mensuração, além de sua relação com outros construtos de interesse desta tese, como traços de personalidade, crenças conspiratórias e valores humanos.

O capítulo 4 (Valores humanos: História, conceito e aportes teóricos) discute várias abordagens sobre os valores humanos, focando em sua conceituação e os modelos teóricos mais recorrentes, e a evolução do estudo dos valores humanos. Uma ênfase será dada às abordagens motivacionais dos valores humanos, destacando a teoria funcionalista dos valores, sua conceituação e principais funções e subfunções dos valores.

O capítulo 5 (Personalidade: Conceitos, principais precursores da personalidade e os traços da personalidade sombria) reúne conceitos e aportes teóricos, destacando os precursores da perspectiva dos traços da personalidade. A propósito, apresentam-se os principais traços da personalidade e suas principais características, enfatizando a concepção de personalidade sombria e os seus três traços com as respectivas características principais.

A segunda parte da tese corresponde às pesquisas de campo propriamente ditas, sendo intitulada Parte Empírica. O capítulo 6 reúne três estudos empíricos, sendo um qualitativo e dois quantitativos. O primeiro estudo (Estudo 1: Análise semântica do terrorismo) procura explorar o conhecimento e a representação que os moçambicanos e brasileiros têm sobre terrorismo, procurando embasar em estudos posteriores sobre este fenômeno. O segundo estudo (Estudo 2: Correlatos de atitudes frente ao terrorismo em Moçambique) procura conhecer a associação das atitudes frente ao terrorismo com crenças conspiratórias, valores humanos e traços da personalidade sombria na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique. Por fim, o terceiro estudo (Estudo 3: Correlatos de atitudes frente ao terrorismo no Brasil) compreende um esforço por replicar o estudo prévio, procurando comparar as atitudes de pessoas de Moçambique com as de pessoas de um país-irmão, onde o terrorismo não tem sido evidente, como o caso do Brasil.

Por fim, o capítulo 7 (Discussão final) procura, à luz da literatura, levantar suas limitações potenciais, discutir seus achados principais, conjeturar sobre possibilidades de aplicação dos resultados das pesquisas e, por último, pensar sobre pesquisas futuras e oferecer uma conclusão da tese de doutoramento. As referências bibliográficas e os anexos são apresentados logo após o fim desta segunda parte da tese.

PARTE I: MARCO TEÓRICO

1.1. Antecedentes históricos do terrorismo

Na literatura sobre o terrorismo há um consenso relativo sobre a dificuldade em se alcançar uma definição precisa desse fenômeno, capaz de diferenciar ações terroristas de outras formas de violência política. Alguns estudiosos defendem que o termo terrorismo é frequentemente utilizado de forma indiscriminada, sem buscar previamente entender o seu contexto, suas motivações e as estratégias empregadas (Bonanate, 2004)

O termo “terrorismo”, originado da palavra “terror”, teria aparecido por primeira vez no idioma francês (*terreur*) em 1335 para designar medo ou ansiedade extrema de uma ameaça vagamente percebida, pouco familiar e largamente imprevisível. No Dicionário de Política, organizado por Bobbio, o terror é entendido como um instrumento de emergência a que um governo recorre para se manter no poder (Bonanate, 2004).

Entretanto, a transmigração simbólica do termo para a percepção atual é atribuída ao período entre 1791 e 1794, sob a vigência do regime revolucionário posterior à queda da Bastilha, então dirigido por Maximilien François Marie Isidore de Robespierre e Louis de Saint-Just, representantes da corrente política dos jacobinos. Então consistia na condenação por Tribunal Revolucionário à pena capital, sem direito a defesa ou recurso, daqueles a quem se impunha ao novo regime, em particular, os realistas girondinos (Santos, 2005).

Os atos e ataques terroristas, segundo alguns estudiosos, tiveram início no século I d. C., quando um grupo de judeus radicais, chamados de sicários (homens de punhal), atacava cidadãos judeus e não judeus que eram considerados a favor do domínio romano. Outros indícios que confirmam as origens remotas do terrorismo são os registros da existência de uma seita muçulmana, no final do século XI d. C., que se dedicou a exterminar seus inimigos no Médio Oriente. Dessa seita teria surgido a palavra assassino (Santos, 2005).

De acordo com Morri *et al.* (2016), durante a segunda metade do século XX a prática de forma peculiar de violência política designada por “terrorismo” se tornou um meio de combate político cada vez mais comum e universalmente disseminado. Essa prática, inicialmente confinada a determinados conflitos nos quais o seu impacto era relativamente reduzido, e encarada com alguma displicência pelos governos de países por ela não diretamente afetados, o progressivo alargamento da sua internacionalização e a acentuação da sua periculosidade conduziu a que, desde os anos setenta do século passado, ela tenha recebido atenção crescente por parte dos governos, políticos, acadêmicos e a opinião pública em todo o mundo. Morri *et al.* (2016) afirmam que o terrorismo tem vindo a ganhar cada vez mais relevância nos estudos do âmbito da Estratégia da Defesa Nacional e das Relações Internacionais.

Foi no princípio do século XXI, sobretudo a partir dos espetaculares ataques terroristas nos Estados Unidos da América (EUA), em 11 de Setembro de 2001, que o terrorismo internacional se tornou uma preocupação dominante nas políticas de muitos Estados, referência quase obrigatória nos debates sobre política internacional e nos encontros entre os principais responsáveis políticos das grandes potências, assumindo definitivamente o estatuto de uma das principais ameaças deste século (Morri *et al.*, 2016).

O fenômeno do terrorismo está cada vez mais presente nas relações internacionais. Entretanto, ainda se percebe uma falta de consenso na conceituação do termo, seja porque isso depende dos interesses estatais, em razão da capacidade escassa de organizações internacionais imporem resoluções ou decorrente da complexidade do desenvolvimento histórico do fenômeno, conforme entende Hobsbawm (2007). De acordo com este autor, tal lacuna acabou por afetar as ações estatais individuais ou multilaterais na luta contra o terrorismo e deu margem à sua legitimação por Estados sem que fossem tomadas medidas mediante um entendimento global sobre o assunto.

No início do século XXI, principalmente após os ataques terroristas aos EUA no ano de 2001, os estudiosos classificaram o terrorismo em quatro formas, cujos praticantes ficaram conhecidos como guerrilheiros urbanos marxistas (i.e., maoístas, castristas, trotskistas e leninistas):

1. *Terrorismo nacionalista*: fundado por grupos que desejavam formar um novo Estado-nação dentro de um Estado já existente (separação territorial), como no caso do grupo terrorista separatista ETA na Espanha (o povo Basco não se identifica como espanhol, mas ocupa o território espanhol e é submetido ao governo da Espanha);
2. *Terrorismo de Estado*: é praticado pelos Estados nacionais e seus atos integram duas ações. A primeira seria o terrorismo contra a sua própria população, como os atos praticados por Estados totalitários Fascistas e Nazistas, a ditadura militar brasileira e a ditadura de Pinochet no Chile. A segunda forma se constituiu como a luta contra a população estrangeira (e.g., a xenofobia na África do Sul);
3. *Terrorismo de organizações criminosas*: atos de violência praticados com finalidades econômicas e religiosas, como nos casos da Máfia Italiana, do Cartel de Medellín e da Al-Qaeda.
4. *Terrorismo religioso*: um tipo de violência religiosa em que o terrorismo é usado como uma tática para atingir objetivos religiosos ou que são influenciados

pela identidade religiosa. Terroristas religiosos e extremistas violentos compartilham a decisão de interpretar a religião para justificar a violência, sejam eles muçulmanos, cristãos, judeus etc., procuram ameaçar com o fim de impor a vontade de um regime religioso.

No mundo contemporâneo as ameaças terroristas são notícias recorrentes na imprensa. Assim, para a maior visualização do terrorismo no mundo, a mídia exerce um papel fundamental. Nesse sentido, é evidente que a mídia cria um sensacionalismo em torno do fenômeno do terrorismo, ajudando a justificar a legalidade e a necessidade de ações antiterroristas que, muitas vezes, levam ao derrame de sangue e a violações aos direitos humanos da população civil do que dos próprios terroristas (Silva, 2005). Portanto, o terrorismo pode ser caracterizado como o emprego indiscriminado da violência contra pessoas ou coisas, com o objetivo de suscitar o sentimento de medo e pavor permanentes na sociedade e, desse modo, enfraquecer ou minar politicamente governos ou Estados.

1.2. Definição de Terrorismo

Embora o termo “terrorismo” tenha surgido durante a Revolução Francesa para caracterizar as práticas dos dirigentes revolucionários sob liderança de Robespierre, o terror com fins políticos, não só hoje, mas ao longo de toda a história, tem sido comumente utilizado nas mais diversas situações (Laqueur, 2002). Segundo Laqueur (2002), o esforço em prol da definição de terrorismo, com base na evolução histórica do fenômeno, na experiência decorrente dela e no *modus operandi* dos terroristas, tem levantado, sobretudo ao longo dos últimos anos, vastas discussões doutrinárias. Etimologicamente, o terrorismo deriva do latim “terror” que significa medo, pânico e intimidação.

Na primeira metade do século XIX, apesar da violência presente nas ondas revolucionárias das décadas de 1820 (e.g., Revolução do Porto, guerra de independência grega, Deembrismo na Rússia) e 1830 (e.g., os Três dias gloriosos contra Carlos X na França, a independência da Bélgica, a revolta japonesa contra a Rússia), bem como na internacional Primavera dos Povos entre 1848 e 1849, a noção de terrorismo não conheceu qualquer aporte conceitual (nem prático) substantivamente novo em relação ao que à época já se encontrava dicionarizado. Neste contexto, o terrorismo foi definido como o uso de violência física ou psicológica, por meio de ataques localizados a elementos ou instalações de um governo ou da população governada, de modo a incutir medo e pânico, logrando

efeitos psicológicos que ultrapassavam largamente o círculo das vítimas, incluindo o restante da população de um país. Neste âmbito, no entendimento de Laqueur (2002), o terrorismo seria o ato de provocar terror nas pessoas por meio do uso da violência física ou psicológica com o intuito de intimidar uma sociedade e impingir ideologias fundamentalistas (e.g., políticas, religiosas).

Dupuy (2004) considera o terrorismo uma forma de resistência violenta ao Estado ou ao serviço dos interesses do Estado, pois os objetivos políticos são precisamente os que conferem significado ao terrorismo. O autor fundamenta a sua definição ao admitir que o terrorismo tem uma política de violência ou a ameaça do uso da violência visando a mudança de regime ou a obtenção de mais autonomia, enquanto inflige efeitos psicológicos e assim obtém publicidade negativa capaz de pressionar as comunidades locais a alterar os seus valores e comportamentos. Complementarmente, Pires (2016) define o terrorismo como uma tática, uma técnica de forma mais estruturada ou uma escolha estratégica, alimentada por uma determinada ideologia ou religião, procurando atingir determinado fim.

Atualmente, com o desenvolvimento tecnológico e dos meios de comunicação, as práticas terroristas passaram a ter um alcance global e menos regional, como acontecia outrora. Um exemplo de ataque terrorista moderno que marcou o século XXI foi a destruição do *World Trade Center* (as “Torres Gêmeas”), em Manhattan, nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001. Deste modo, o terrorismo pode ser apenas uma tática, uma técnica, ou, de forma mais estruturada, uma escolha estratégica, alimentada por uma ideologia ou religião, para atingir determinado fim. Terrorismo não existe de forma isolada, sendo o adjetivo terrorista comumente dirigido a determinado grupo ou pessoa. Classificar um ato, um grupo, uma pessoa, um Estado ou mesmo uma entidade supranacional como terrorista depende do contexto, de quem classifica, de quem interpreta e da época histórica (Pires, 2016).

Segundo Ferreira (2006), os “terroristas” de uns podem ser os “combatentes da liberdade” para outros, pois o terrorismo é “um conceito dinâmico” que tem em conta não só a sua evolução histórica, mas também a variedade de formas de atuar em função do espaço cultural ou civilizacional no mesmo instante da história. Este autor associa ao termo terrorismo o recurso à violência ou ameaça contra alvos civis, cujos atos planejados, calculados e sistemáticos integram toda uma atividade com objetivos específicos. Desse modo, embora não haja uma definição do que seja o terrorismo, a Organização das Nações Unidas procurou editar diversas resoluções sobre o terrorismo, tais como a Resolução nº 1.373 do Conselho de Segurança da ONU, adotada em 28 de setembro de 2001, na qual

estabeleceu que o terrorismo corresponde a atos violentos, ameaças ou simulações que visem promover terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoas, o patrimônio público ou privado, a ordem pública e as representações diplomáticas (ONU, 2016).

É assim que o Conselho de Segurança da ONU, por meio da Resolução S/RES/1.269, de 19 de outubro de 1999, considerou o terrorismo como um ato destinado a causar morte ou lesões graves a um civil ou a qualquer outra pessoa que não participe diretamente das hostilidades em uma situação de conflito armado relacionado ao propósito de tal ato. Já para o Departamento de Defesa Americano da inteligência, o terrorismo é o uso calculado da violência ou da ameaça da violência contra indivíduos ou propriedades a fim de infundir o medo com a intenção de intimidar governos ou sociedades em nome de perseguir objetivos que geralmente são políticos, religiosos ou ideológicos (CIA, 1999)

A definição sobre o terrorismo é muito discutida no cenário internacional, gerando muitos debates e permitindo diversas interpretações (Schmid, 2004). Por exemplo, segundo Schmid (2004), as agências estadunidenses com missões relacionadas com estudos e combate ao terrorismo se utilizam de definições diferentes:

1. Seleção Permanente de Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, Comitê de Inteligência (2002): “O terrorismo é a violência ou ameaça de violência ilegítima premeditada por grupos subnacionais contra pessoas com a intenção de coagir um governo, instalando medo entre a população.”
2. Departamento de Estado (1984): “Terrorismo significa violência premeditada, politicamente motivada e perpetrada contra alvos não combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos, geralmente destinados a influenciar uma audiência”.
3. FBI (1999): “O terrorismo é definido como o uso ilegal ou ameaça de uso ilegal de força ou violência por um grupo ou indivíduo, cometido contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir um governo, população civil ou qualquer segmento do mesmo, em promoção de objetivos políticos ou sociais.”
4. DOD (2000): “O terrorismo é o uso calculado da violência ou ameaça de violência para inculcar o medo; pretende coagir ou intimidar governos ou sociedades na busca de objetivos que são geralmente políticos, religiosos ou ideológicos.”

Uma das primeiras dificuldades na definição de terrorismo decorre da característica subjetiva do terror, já que o terrorismo é uma forma de violência cuja realização se consuma no âmbito psicológico do indivíduo. O medo, sendo um fenômeno subjetivo, não determina objetivamente uma suposição única para o terror, que depende de variáveis fatores, como os pessoais, os funcionais e os culturais. Além disto, há uma dificuldade em se distinguir a força e a violência, separando uma racionalidade da violência dos governos de um lado, e a irracionalidade da violência individual contra aqueles, por outro lado. Esta distinção

impossibilita a definição de terrorismo e o reconhecimento, em algumas formas de domínio do governo, de manifestações terroristas (Saint-Pierre, 2009).

Segundo Souza Júnior *et al* (2015), o desenvolvimento de uma definição de terrorismo requer a identificação e a resolução de um número distinto de dilemas, que seriam:

1. O propósito do terrorismo: o terrorismo é restrito a busca de certos objetivos (e.g., políticos, religiosos);
2. A ação terrorista: compreende o tipo de ato que conta como terrorista. Devem ser incluídos apenas atos que causem mortes ou danos físicos sérios, ou incluir danos a propriedade ou as ameaças de fazer qualquer um desses atos;
3. O alvo terrorista: os atos terroristas são restritos aos ataques a pessoas, instituições e propriedades; e
4. O método terrorista: os atos terroristas estão relacionadas com a busca da finalidade terrorista de forma particular. O terror é central para o terrorismo.

1.3. O terrorismo, uma ação típica

Os atentados de 11 de setembro são certamente ações inesquecíveis, onde se testemunharam aviões colidindo com prédios símbolos da cidade de Nova Iorque, pessoas se jogando por janelas, barulhos de sirenes, pontes fechadas por toda a cidade etc. Estes acontecimentos marcaram a memória de milhares de pessoas, bem como renderam, em diversas partes do mundo, publicações, produções cinematográficas, mesas redondas de debates e manifestações coletivas de consternação. Desde então, o terrorismo se tornou assunto central da política externa dos Estados (Pape, 2003). Então se entendeu que o terrorismo é um ato que se centra no uso da violência por grupos criminosos voltados expressamente a causar intimidação, medo e sofrimento em pessoas de uma dada sociedade. Não se trata, segundo Pape (2003), de atividades dos governos nacionais contra grupos específicos, tidos como inimigos-alvo, o que se pode definir como terror em oposição a terrorismo.

Segundo Soares (2003), a lógica de conformação dos grupos terroristas tem especificidades nas ações, nos recursos simbólicos e econômicos, e nas motivações: o grupo terrorista produz conflitos, visando a angariar apoio para sua causa (em âmbito local ou internacional) por meio da imposição da violência à população. Há, por exemplo, o terrorismo com fins de recrutamento de pessoas para sua causa, geralmente precedido de

anúncios públicos, e ainda aqueles movidos por doses altas de terror, como, por exemplo, às ações dos terroristas que atuam na província de Cabo Delgado, norte de Moçambique, que aterrorizam as populações nas suas comunidades por meio de decapitação.

Costa (2006) destaca, igualmente, que o terrorismo com foco no ataque suicida, geralmente é realizado por homem-bomba com recurso ao fanatismo religioso, o que não é suficiente para explicar a sua origem. De acordo com este autor, não existe uma causa única para o terrorismo. Há, portanto, que se ter o cuidado de analisar o fenómeno de uma forma geral, e não por meio de uma abordagem fixada no terrorismo *jihadista*, muito em evidência nos últimos tempos. Os grupos extremistas violentos em todo o espectro ideológico utilizam as teorias conspiratórias nas suas narrativas de propaganda para atrair recrutas e validar as suas visões de mundo maniqueístas.

1.4. Características e tipologia do terrorismo

1.4.1. Características do terrorismo

De acordo com Degaut e Marcos (1999), fazendo uma análise dos fatos históricos narrados, pode-se entender que as características do terrorismo compreendem:

1. Natureza Indiscriminada: todos em potencial podem ser alvos ou inimigos da “causa”, independentemente de seu papel na sociedade;
2. Imprevisibilidade e arbitrariedade: é difícil saber onde e quando ocorrerá um atentado;
3. Gravidade ou espetacularidade: nesta característica se enquadram armas de destruição em massa, uma vez que em mão de terroristas, mais do que o número de mortes e ferimentos, causam extensos traumas em função dos resultados externos; e
4. Caráter amoral e de anomia: os terroristas tendem a demonstrar completo desprezo e indiferença pelos valores morais vigentes. Assume-se que mesmo o sofrimento e a morte de eventuais inocentes são justificáveis em nome da causa que defendem.

1.4.2. Tipos de terrorismo

Definir a natureza do terrorismo, diferenciar os velhos dos novos atos de terror é uma tarefa complexa, devido as diversas causas e origens desse fenómeno. Na geopolítica internacional, os olhares sobre o terrorismo continuam os mesmos. Por exemplo, os “*freedom fighters*”, antes considerados como heróis da resistência afegã em luta contra os soviéticos, são, hoje, vistos como uma concentração de barbárie. O movimento de Resistência Afrikânder, grande movimento repressor de negros no *apartheid*, nunca foi

considerado como movimento terrorista pelos racistas brancos da África do Sul e da antiga Rodésia. De acordo com Nye Jr. (2005), para a elite dominante sul-africana, terrorista era o movimento do Congresso Nacional da África do Sul (ANC).

Nem sempre foram mesmas as reações da sociedade internacional em face das ações do terror contra o poder e os mais fracos. Num mundo globalizado, o terrorismo adquire novos contornos, alargando o leque de vítimas potenciais em escala global. Atualmente, a tecnologia se encontra nas mãos de indivíduos e grupos de poderes destrutivos que antes estavam reservados aos Estados (Nye Jr., 2005). Nesse sentido, configuram-se os seguintes tipos de terrorismo:

1. Terrorismo Repressivo: usam-se de atos de violência terrorista para dominar ou restringir certos grupos sociais, ou mesmo uma população inteira, considerados indesejáveis ou inadequados. O início da revolução francesa se enquadra nesse tipo de terrorismo;
2. Terrorismo Separatista: de elevada violência, trata-se de uma categoria que busca renunciar à comunidade política na qual estão formalmente inseridos. Um exemplo é a situação de Québec em relação ao Canadá;
3. Terrorismo Narco-Criminal: o cultivo, processamento, transporte e distribuição de narcóticos é, provavelmente, o maior gerador de violência política e de crimes comuns no mundo. Porém, além de seu potencial criminoso tradicional, serve-se também de métodos terroristas urbanos e rurais, que garantem seus lucros; e
4. Terrorismo Religioso: os terroristas procuram substituir o sistema político vigente, mas os valores articulados são, primordialmente, de natureza sagrada, enraizados em laços ancestrais e na religião, utilizando armas de destruição em massa.

1.5. Modus Operandi do Terrorismo

As novas ações terroristas se concentram se em atos com impacto elevado nas populações, e as formas e meios vão para além de métodos mais tradicionais (Simons, 2002). À luz da reflexão mais ampla do que deve ser o *modus operandi* do terrorismo, este fenômeno não é algo estático e consolidado que se possa resumir dentro de uma lógica cartesiana. Existe, sem dúvida alguma, fluidez ou volatilidade no cerne desta atividade criminosa. A utilização do terrorismo sempre foi variada como técnica e estratégia, por razões diferentes, de acordo com a época histórica, a região, a política ou a motivação ideológica ou religiosa (Pires, 2016).

Segundo Pires (2016), existem ameaças alternativas, cujo leque abarca opções tão distintas como as chamadas bombas (explosivos convencionais). As formas das missões suicidas mudam conforme as possibilidades contextuais. A mais comum é a do homem-bomba, que consiste em amarrar em seu próprio corpo explosivos e, no momento oportuno, detoná-los diante da multidão considerada infiel ou inimiga do islã. Vários foram os atentados terroristas assim perpetrados. De acordo com esse autor, essa forma de ataque não é a única, mas passou a ser reproduzida por conta dos resultados obtidos.

No Ocidente o suicídio é algo indigno que vai contra os princípios morais e legais vigentes. Essa estratégia de extermínio possibilita que os assassinos estejam infiltrados não só em países onde a *Al-Qaeda* tenha campos de treinamento, mas em todos os locais onde a circulação livre de pessoas aconteça. Por conta disso, os atentados podem ocorrer não só em países do Médio Oriente, mas também em países europeus, africanos, asiáticos, americanos, ou seja, em quase todo o mundo. Assim como a *Al-Qaeda*, o Estado Islâmico é uma organização não convencional, baseada em células de combates colaborativas e motivadas pela Guerra Santa e a criação de um Califado islâmico.

Portanto, uma infinidade de características não estáticas e inesgotáveis faz parte da história desse tipo de criminalidade e se reflete, evidentemente, nos dias de hoje. É justamente por intermédio da imprevisibilidade dos atos e da organização que se pode potencializar ataques aos alvos, de maneiras mais variadas possíveis. Por exemplo, na Somália ocorreu a mais letal explosão terrorista de dois veículos-bomba, perpetrada pelo grupo terrorista *Al Shabab*. No decorrer dos anos 1970, praticamente todos os países ocidentais tiveram de enfrentar episódios traumáticos vinculados a atos terroristas, ocorrências que invariavelmente causaram forte comoção na opinião pública mundial (Pires, 2016).

1.6. Financiamento do terrorismo

O financiamento aos grupos terroristas não é um problema recente. Em 1999 as Nações Unidas demonstravam a preocupação com essa questão, e por isso criaram a Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo. Essa Convenção impõe aos Estados ratificantes da Convenção a criminalização do terrorismo, das organizações e dos atos terroristas. De acordo com a Convenção, é considerado crime qualquer pessoa fornecer ou recolher fundos com a intenção de que os fundos sejam utilizados para a execução de qualquer ato de terrorismo (Lara, 2007).

Segundo o Guia de Referência Anti-Branqueamento de Capitais e de Combate ao Financiamento do Terrorismo do Banco Mundial, o financiamento do terrorismo é o apoio financeiro, por qualquer meio, ao terrorismo ou àqueles que incentivam, planejam ou cometem atos de terrorismo, a partir de fontes criminosas, como o tráfico de drogas ou o contrabando de armas, sequestro, extorsão. Normalmente, o financiamento do terrorismo ocorre em diversas transações financeiras, sempre transferindo pequenas quantidades de dinheiro que passam por diferentes contas bancárias abertas em paraísos fiscais para dificultar o trabalho das autoridades e com o fim de proteger a identidade de seus patrocinadores e dos beneficiários finais dos fundos (Lara, 2007).

1.6.1. Principais fontes de financiamento do terrorismo

De acordo com a revista *Foreign Affairs*, uma das principais fontes de arrecadação dos fundos para o financiamento do terrorismo vem da venda de petróleo no mercado negro. Até o fim de 2014, a organização radical El (Estado Islâmico) assumiu o controle de importantes regiões petrolíferas no Iraque e na Síria que chegam a produzir cerca de 44 mil barris de petróleo por dia, que são vendidos por meio de intermediários na Turquia e na Síria.

Segundo Matthew Levitt (2005), integrante do *Washington Institute*, o *EI* ganha em torno de U\$ 1 milhão por dia somente com a exploração do petróleo iraquiano. Entretanto, o petróleo não é a única fonte de renda para o *EI*. Ainda segundo Levitt, o grupo armado já possui um sistema de cobrança de impostos em áreas conquistadas, ao mesmo tempo em que promove atividades ilegais, como roubo de reservas de dinheiro de bancos locais, contrabando de carros e armas, sequestros e bloqueios de estradas e venda de antiguidades roubadas. Após os atentados terroristas do 11 de setembro, perpetrado pela rede *Al Qaeda*, de Osama Bin Laden, ficou evidente a necessidade de um maior e mais amplo monitoramento da origem dos recursos financeiros obtidos pelas organizações terroristas internacionais. Isto porque tais recursos representam a força vital para manter os grupos terroristas atuantes e um fator determinante para a amplitude de suas ações.

A partir do acontecimento de 11 de setembro, o controle e o monitoramento sobre operações financeiras se intensificou no âmbito da Organização das Nações Unidas e o financiamento ao terrorismo foi incluído como uma das atribuições do *Financial Action Task Force* (FATF), órgão internacional ligado à ONU, responsável pela identificação e

neutralização de ações de financiamento do terrorismo, além da fiscalização de seu cumprimento pelos Estados-Membros da ONU (Gasser, 2002).

Segundo Lima (2014), o financiamento do terrorismo é um sistema complexo que exige monitoramento permanente. Sua efetividade depende de um esforço integrado dos Estados-Membros por meio do intercâmbio entre as Agências de Inteligência e Unidades de Inteligência Financeira somado ao interesse e apoio dos governos em identificar sua origem e destinos. Nesse contexto, agregaram-se as novas tecnologias de informação e a comunicação com papel relevante na transformação do mercado financeiro internacional, em especial nas transferências *on-line* que circulam diariamente pela *internet* com destino aos paraísos fiscais. Além da diminuição considerável dos custos das transações, que permitem manter assegurado o sigilo do operador e dos valores, ao mesmo tempo dificulta a ação dos órgãos de inteligência financeira na identificação da origem desses recursos pelo caráter de extraterritorialidade.

1.7. Terrorismo em Moçambique

Moçambique, oficialmente designado República de Moçambique, é um país da África Austral e faz fronteira com a República Unida da Tanzânia ao Norte, Malawi e Zâmbia a Noroeste, Zimbabwe a Oeste e Essuatini e a República da África do Sul no Sudoeste e Leste com o Oceano Índico. Possui uma população de cerca de 30 milhões de habitantes, de acordo com censo de 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2017).

Foi uma colônia portuguesa e se tornou independente em 25 de junho de 1975, cuja história se encontra documentada pelo menos a partir do século X quando Almacudi, um estudioso Árabe, descreveu uma importante atividade comercial entre as nações da região do Golfo Pérsico, que incluía grande parte da costa Norte e Centro da atual República de Moçambique. O português é a língua oficial de Moçambique, que faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Apesar de nunca ter sido colônia britânica, Moçambique integra a Comunidade Britânica, grupo formado pelo Reino Unido e suas antigas colônias.

Segundo o artigo 7 da Constituição da República de Moçambique, o país se organiza territorialmente em províncias e estas em distritos, que, por sua vez, se dividem em postos administrativos e estes em localidades, o nível mais baixo de representação do Estado Central. Estas divisões se juntam desde 1998 com as autarquias locais que se dividem em cidades e vilas em cada província, exceto a cidade de Maputo, que tem apenas uma unidade

administrativa, o município e cidade de Maputo. Assim, segundo o codificador da divisão administrativa, Moçambique conta com onze províncias, nomeadamente: Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo Província e Cidade de Maputo, 154 distritos, 419 postos administrativos, 1.052 localidades e 53 municípios, conforme Figura 1

Figura 1. Mapa de Moçambique (divisão administrativa de Moçambique)



1.7.1. Origem do terrorismo em Cabo Delgado, no Norte de Moçambique

Quando a notícia do primeiro ataque armado a Mocímboa da Praia, província de Cabo Delgado, Norte de Moçambique, no dia 5 de outubro de 2017, começou a correr o mundo, em muitos canais televisivos, jornais e nas redes sociais havia uma série de perguntas sobre as razões dos ataques e, sobretudo, a identidade e a origens do grupo que os protagonizou. Com efeito, a pergunta mais comum era: “De onde vem esse grupo armado que atacou o distrito de Mocímboa da Praia?” (Habibe *et al.*, 2017).

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE, 2019), o grupo que atacou o distrito de Mocímboa da Praia, na província de Cabo Delgado, surgiu na zona Norte desta província, primeiro como um grupo religioso e, em finais de 2015, passando a incorporar células militares. O grupo é chamado Al-Shabaab, não

só pelas comunidades locais, mas também pelos seus próprios membros do grupo com conexões ao fundamentalismo religioso islâmico que vem combatendo a influência ocidental e de implantação radical da lei islâmica. O nome Al-Shabaab significa em árabe “juventude”.

Al-Shabaab é um grupo jihadista de origem somali que opera no Norte e Centro de África, principalmente na Somália e no Quênia. Na perspectiva do grupo, as comunidades do distrito de Mocímboa da Praia não estavam a seguir a tradição do Profeta. Daí o surgimento deste o grupo para se apropriar da designação *Ahlu Sunnah Wal-Jamma*¹ para se destacar nas comunidades locais, que supostamente praticavam um Islã degradado fora da linha do profeta Muhammad.

No início, os integrantes do grupo eram maioritariamente jovens do distrito de Mocímboa da Praia com certas ligações dos círculos religiosos e militares das células de grupos fundamentalistas islâmicos da Tanzânia, Quênia, Somália e região dos Grandes Lagos, ainda alguns com ligações indiretas com líderes espirituais da Arábia Saudita, Líbia, Sudão e Argélia, essencialmente por meio de vídeos ou pessoas que tinham estudado nesses países graças a bolsas de estudos financiadas por homens de negócios locais e estrangeiros que operam no setor de exploração de recursos florestais (madeira) e garimpeiros ilegais (extração de ouro, pedras preciosas e semipreciosas). Alguns desses jovens também tinham sido formados no estrangeiro, particularmente nas monarquias do Golfo Pérsico, onde estiveram em contato com círculos fundamentalistas.

Para se diferenciar de outros crentes muçulmanos, os elementos do grupo dos Al-Shabaab² de Mocímboa da Praia procuraram construir uma identidade e valores próprios, com algumas características particulares: usam uma indumentária própria, com destaque para turbantes brancos, amarrados à volta da cabeça; envergam batas e calças curtas de cor preta, que se estendem um pouco abaixo dos joelhos; a maior parte deles tem cabelos rapados e barba grande; não levam os seus filhos às escolas formais, simplesmente às escolas corânicas (madrassas) por eles construídas.

1 *Ahlu Sunnah Wal-Jammâ* é um grupo paramilitar baseado na Somália constituído por sufistas moderados que se opõem aos grupos islamitas radicais, como o *Al-Shabaab*. Lutam para impedir que a sharia estrita e wahabismo sejam impostos e defendem as tradições sunitas sufistas locais e geralmente possuem pontos de vista religiosos moderados. Durante a guerra civil, a organização trabalhou em cooperação com o senhor da guerra, Mohamed Farrah Aidid.

2 *Al-Shabaab* é uma organização com ligações muito próximas à *Al-Qaeda*, um dos principais e mais influentes grupos extremistas do mundo. *Al-Shabaab* é responsável pelo assassinato de ativistas pela paz somalis, trabalhadores humanitários internacionais, numerosas figuras da sociedade civil e jornalistas, e por bloquear a entrega de ajuda de algumas agências humanitárias ocidentais durante a fome de 2011 que matou dezenas de milhares de Somália.

Os primeiros momentos da presença do grupo dos Al-Shabaab em Mocímboa da Praia, na província de Cabo Delgado em 2015, foram marcados pela confrontação entre os elementos do grupo e as lideranças religiosas locais. Na sequência dessa confrontação, o grupo foi expulso das mesquitas locais e começou a se reunir num edifício inacabado, transformando em mesquita, que recebeu o nome de Masjid Mussa. Com essas confrontações, o grupo dos *Al-Shabaab* inicia com ações violentas por meio de ataques armados às populações de Mocímboa da Praia, criando medo, pânico e insegurança nas comunidades e os seus membros foram se espalhando para outros distritos do Norte da província de Cabo Delgado com os mesmos propósitos (Habibe *et al.*, 2017).

1.7.2. Porque o terrorismo em Cabo Delgado, no Norte de Moçambique?

Segundo Habibe *et al.* (2017), o extremismo violento perpetrado pelo grupo terrorista dos *Al-Shabaab* constitui uma ameaça significativa à paz e segurança na província de Cabo Delgado, no Norte de Moçambique e nenhum país está imune ao seu impacto. Uma combinação de queixas históricas ligadas a percepções de marginalização socioeconômica, política e de exploração ilícita de recursos naturais (e.g., gás natural, petróleo, madeira, ouro, pedras preciosas e semipreciosas, carvão mineral), bem como tensões religiosas e ideológicas na província de Cabo Delgado criaram e continuam a criar condições favoráveis para as ideologias extremistas se enraizarem nesta província. Além dessas condições, as redes de comércio ilícito, queixas e vitimização percebida, divisões religiosas e discriminação étnicas se alinham como causa do desenvolvimento de um movimento extremista violento que permitiram o crescimento e a disseminação de sentimentos extremistas na região. Conflitos políticos, narcotráfico, contrabando de seres humanos e de espécies faunísticas também afiguram outras ameaças de estabilidade e segurança na região de Cabo Delgado.

Apesar da importância histórica de Cabo Delgado para libertação de Moçambique do colonialismo português, em 1975, a província fica aquém do desenvolvimento do resto do país. Daí, existirem muitas explicações (especulações) sobre o surgimento e o desenvolvimento do terrorismo nesta região do país, incluindo relatos de que ele se originou localmente. Os seus membros são naturais de Cabo Delgado e são treinados localmente, às vezes por policiais e guardas de segurança descontentes; quanto externamente, na Tanzânia e na Região dos Grandes Lagos por chefes de milícias contratados pela *al-Shabaab* na Tanzânia, Quênia e Somália. Neste contexto, muitos analistas identificaram as seguintes explicações (Habibe *et al.*, 2017):

- 1) A marginalização socioeconômica das comunidades rurais em Cabo Delgado levou ao aumento do extremismo religioso nas comunidades muçulmanas;
- 2) Conflitos e queixas sobre a exploração de recursos naturais por meio de indústrias extrativistas, como mineração e produção de gás natural liquefeito, agora estão se expressando por meio de ataques violentos;
- 3) A atividade criminosa organizada sustentou o grupo e tornou o governo cúmplice de sua sobrevivência; e
- 4) O terrorismo está ligado a grupos militantes em países africanos vizinhos.

As respostas inadequadas dadas pelo governo moçambicano para o combate ao terrorismo nesta região do país, incluindo abusos de direitos humanos, aumentaram os sentimentos anti-governamentais nas comunidades vulneráveis à marginalização e ao isolamento, protegendo e legitimando o grupo terrorista *Al Shabaab* das suas ações terroristas violentas para alcançar seus objetivos previamente definidos. No entanto, a maior parte da literatura que aborda o extremismo violento do grupo dos *Al-Shabaab* em Cabo Delgado explica que o terrorismo nesta região do país resulta da privação histórica de direitos legítimos das populações, da pobreza, da marginalização, da corrupção endêmica e da exclusão política. Por isso, para compreender o contexto específico de Cabo Delgado são exigidas mais explicações baseadas em evidências que transcendam os fatores genéricos usuais (Habibe *et al.* 2017).

Habibe *et al.* (2017), pesquisadores proeminentes do terrorismo em Cabo Delgado, afirmam que as raízes do terrorismo nesta região do país envolvem uma mistura complexa de história étnica e religiosa, alimentada por pobreza, crescente desigualdades sociais e “maldição dos recursos naturais” (e.g., gás natural e petróleo, rubi, ouro, madeira, pedras preciosas e semipreciosas). Portanto, de acordo com estes pesquisadores, o conhecimento sobre o *Al-Shabaab* e as razões de seus ataques violentos permanecem vagos e mal-informados. Nesse sentido, embora a violência seja cometida principalmente por moçambicanos, as evidências sugerem que, sem o elemento estrangeiro, o terrorismo provavelmente não teria escalado em Cabo Delgado em outubro de 2017 ou pelo menos teria sido muito menos intenso.

1.7.3. Formação do grupo terrorista dos *Al-Shabaab* em Cabo Delgado

Como em muitos outros países, em Moçambique existem diferentes concepções do islã, constituindo este assunto um ponto de tensão entre diferentes grupos, que chamam a si

a autoridade dessa religião. Desse modo, a região em Cabo Delgado tem sido usada como forma de fortalecimento da autoridade e do poder das elites locais, associados com as diferentes correntes do islã. Contudo, o surgimento de novas concepções do islã no ambiente de competição política interna neste ponto do país deu origem a várias clivagens e a sub-clivagens de onde emergiu o chamado grupo *Ahlu Sunnah Wa-Jammá* (que significa, em português, apoiantes da tradição profética da congregação).

Em 2015, não conseguindo conquistar a liderança religiosa, um grupo de jovens marginalizados, incluindo vendedores informais no distrito de Mocímboa da Praia, província de Cabo Delgado (moçambicanos e, inclusivamente, tanzanianos), formaram pequenos grupos e começaram a se organizar em um grupo de fundamentalistas islâmicos, demonstrando sentimentos de insatisfação das políticas de inclusão social e governação do país (Morier-Genoud, 2019). Este grupo apresentava uma forte atitude anti-Estado, opondo-se ao sistema secular de ensino, assim como ao sistema de justiça, procurando recriar o seu próprio sistema social. Neste ambiente, as populações locais começaram a designar estes indivíduos de “*Al-Shabaab*” (significando “jovens” em árabe local) ou apenas “*Shabaabs*.”

Um estudo realizado por Ali (2016) revela que podem ser encontrados adeptos locais de versões extremistas do Islã em Moçambique que surgem por meio da oportunidade que alguns jovens Moçambicanos tiveram de estudar no mundo árabe nas décadas 1980 e 1990, a partir do financiamento para mesquitas, madrassas e centros culturais oferecidos pelos Estados do Golfo, adeptos da ideologia Salafista. Segundo Ali (2016), quando regressaram esses jovens trouxeram consigo interpretações do fundamentalismo Islâmico que tem sido fonte de tensão, assim como o aumento do número de mesquitas salafistas que promovem maior polarização religiosa em Cabo Delgado. Foi por meio do regresso e da fixação destes jovens que começaram a nascer grupos extremistas locais de simpatizantes das ações de terror do grupo dos *Al-Shabaab* nos distritos de Mocímboa da Praia e Palma, ambas na província de Cabo Delgado, no Norte de Moçambique.

1.7.4. Organização do grupo terrorista dos Al- Shabaab em Cabo Delgado

O grupo dos *Al-Shabaab* inicialmente tinha em Mocímboa da Praia uma estrutura baseada em líderes religiosos com a função de gestão dos espaços religiosos (mesquitas e madrassas) e consciencialização dos seus seguidores por meio de células religiosas, sem o componente militar e, ao longo dos últimos cinco anos, o grupo foi se estruturando em relações ao poder inter-grupal, marcadas por diversas rupturas e reconfigurações.

À semelhança do que acontece com outros grupos do mesmo tipo, o grupo dos *Al-*

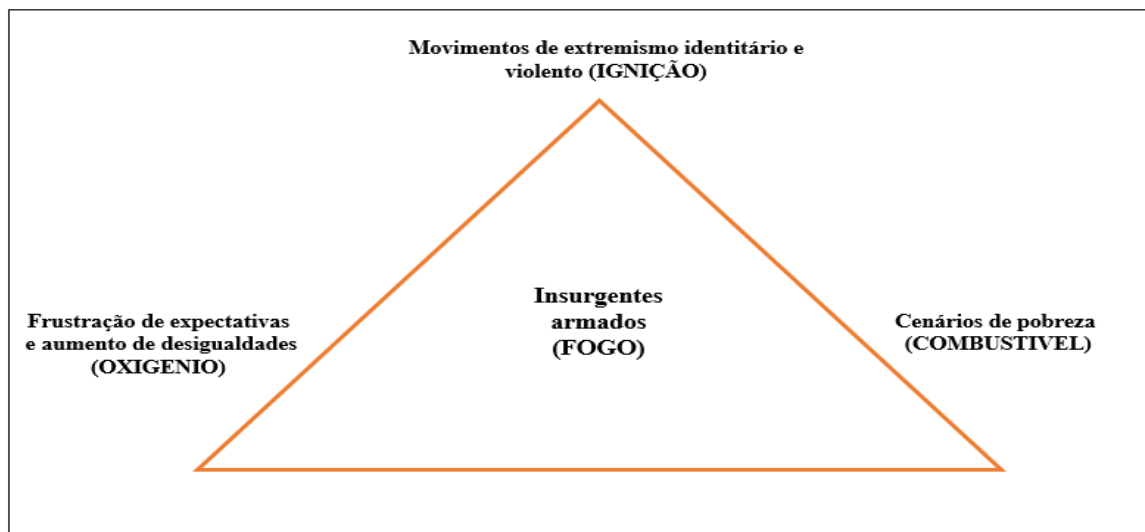
Shabaab em Mocímboa da Praia estabeleceu a sua estrutura organizacional na base de células com cadeia de comando flexível (Menkhaus, 2008; Monteiro, 2012; Pereira, 2013; Roque, 2010). Portanto, o grupo possui múltiplas células e figuras com poderes diversos e uma relativa autonomia. De alguma forma, isso permite uma certa margem de manobra de atuação por parte das lideranças das células. O grupo Al Shabaab, depois do choque com as lideranças religiosas locais devido ao ataque armado às populações locais e destruição de infraestruturas sociais (hospitais e escolas), protagonizado por este grupo no distrito da Mocimboa da Praia em 5 de Outubro de 2017, passou de uma organização meramente religiosa para um grupo com uma estrutura militar.

1.7.5. Tipo de terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique

A natureza do conflito/terrorismo de Cabo Delgado é comum em países ricos em recursos naturais e, particularmente, exportadores de recursos petrolíferos (incluindo gás natural), tal como é o contexto de Moçambique, caracterizado por instituições fracas, elevados níveis de desigualdades sociais e de pobreza. Aliados à atual conjuntura nacional e internacional, os ataques terroristas em Cabo Delgado representam ameaça à efetivação e/ou ao encarecimento dos investimentos de extração e produção de petróleo e gás natural (Habibe *et al.*, 2017). Por outro lado, um estudo realizado por pesquisadores do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2017) refere que os ataques terroristas e as ações subversivas em Cabo Delgado, além de ter um cunho religioso e criminoso, também resultam do sentimento da exclusão social, económica e política, da marginalização das populações de etnia Muani em relação aos da etnia Maconde, assim como a frustração das expectativas dos jovens desta região do país em relação a possibilidades de se empregarem nos projetos de gás natural e petróleo recentemente descoberto na região.

Passados cinco anos do primeiro ataque terrorista do grupo dos *Al-Shabaab* em Mocímboa da Praia, província de Cabo Delgado, que marcou o início do terrorismo armado protagonizado por este grupo terrorista, são muitas as questões que se colocam, destacando, entre outras, as que se referem à identificação do tipo de terrorismo, se há verdadeiramente perante um movimento radical islâmico ou uma simples forma de terrorismo local, e as eventuais ligações, peso e influência de grupos ou indivíduos extremistas estrangeiros. Realizando uma analogia com o fenómeno explicativo do terrorismo, poder-se-ia concluir que este movimento radical violento, de dimensão regional, funciona como a ignição num ambiente marcado pela pobreza e socialmente inflamável, alimentado, por sua vez, pelas desigualdades sociais e expectativas frustradas. A figura a seguir retrata esse cenário.

Figura 2. Triângulo explicativo sobre o terrorismo no norte da província de Cabo Delgado



1.8.1. Formas de recrutamento de pessoas para a prática do terrorismo em Cabo Delgado

O grupo *Al-Shabaab* focalizou os seus esforços de recrutamento para às suas fileiras tanto em nível local/nacional como também no estrangeiro, nomeadamente na Tanzânia ou ainda na região dos Grandes Lagos (i.e., Congo, Quênia, Nigéria, Uganda, Ruanda, Burundi e Etiópia). Depois do ataque terrorista de 5 de outubro de 2017, uma grande parte das pessoas que integraram o grupo *Al-Shabaab* vinham dos distritos costeiros das províncias de Cabo Delgado e Nampula, nomeadamente Mocímboa da Praia, Macomia, Memba, Nacala-a-Velha e Nacala-Porto. Muitas dessas pessoas se juntaram ao grupo sob promessas de pagamento de valores monetários, emprego e, em alguns casos, bolsas de estudo no estrangeiro e casamentos, alimentada por narrativas conspiratórias, que vinham sendo divulgadas pelas redes sociais.

O estudo realizado por Habibe *et al.* (2017) sobre as formas de recrutamento da população de Cabo Delgado para a prática de ações de extremismo violento usadas pelo grupo terroristas dos *Al-Shabaab* nesta região, mostrou que este grupo tinha montado uma rede diversificada de recrutamento constituída por laços de casamento, redes informais de amigos, madrassas, mesquitas, negócios nos mercados informais e algumas associações informais, como seguem:

1. *Recrutamento por laços de casamento*: as estratégias de casamento constituíam um dos instrumentos mais eficazes na implantação do grupo terroristas *Al-Shabaab* em Cabo Delgado. Por exemplo, os elementos que se fixaram em Mocímboa da Praia,

provincia de Cabo Delgado idos da Tanzânia, Quênia ou de outros países, principalmente os dos Grandes Lagos (Congo Democrático, Burundi, Quênia, Uganda, Somália, Etiópia etc.) conseguiram obter a proteção das famílias locais via laços de casamento. Quando chegaram, casaram-se com as mulheres locais e receberam dos sogros espaços para a construção de suas habitações, muitas vezes no mesmo quintal onde moravam os sogros. Dado o seu poder econômico-financeiro, esses elementos acabaram por se tornar uma importante fonte de sustento dessas famílias e, em troca, receberam proteção. Neste contexto, os casamentos contribuíram para a radicalização de parte dos membros dessas famílias, na medida em que começaram a frequentar os espaços de culto do grupo *Al-Shabaab* (Habibe *et al.*, 2017).

2. *Recrutamento por redes informais de amigos*: de acordo com Habibe *et al.* (2017), as redes informais de amigos foram fundamentais para o processo de recrutamento de pessoas para se juntarem ao grupo dos *Al-Shabaab*. Essas redes proporcionaram incentivos à mobilização política na medida em que passar o tempo com amigos podia servir para aumentar a propensão a participar em projetos voltados para temas coletivos;
3. *Recrutamento por via de Madrassas*: a semelhança do que acontece em relação às mesquitas, as madrassas existentes em Moçambique, apesar de não oferecerem uma educação formal, num contexto onde o sistema de educação e serviços públicos em geral são considerados deficientes, particularmente nas zonas mais remotas de Moçambique, as famílias mais pobres vêm recorrendo às madrassas ou escolas corânicas, que alimentam e abrigam crianças e, no caso das madrassas do grupo dos *Al-Shabaab*, difundem uma forma de Islã mais militante do que o tradicional no país. Durante anos, as crianças aprendem de cor cada verso do Alcorão, até se tornarem “*hafiz*”, quando alguém que memoriza todo o livro sagrado. O grupo dos *Al-Shabaab* distribuíram também *pen drives* com cânticos *jihadistas* e vídeos de propaganda que mostraram supostas operações militares do grupo, para além de imagens que mostram como os muçulmanos são perseguidos pelo mundo. Nestas imagens, o grupo procura interpelar os jovens no sentido de se juntarem à causa da *jihad*, muitas vezes se servindo de códigos visuais que agradam ao público jovem (e.g., fotografias, filmes, videojogos), que falam de uma luta por ideais: “defender os mais fracos; opor-se aos mais fortes; ajudar as populações necessitadas” (Habibe *et al.*, 2017);

4. *Recrutamento por Internet e redes sociais*: o acesso crescente à *Internet*, associado à disseminação da telefonia móvel, tem mudado a forma como as pessoas interagem e como acedem à informação e participam na política. As redes sociais são uma maneira extremamente importante para a transmissão de uma mensagem a um público-alvo. *Tweets e postagens* no *Facebook* transmitem emoções aos leitores. Assim como outros grupos extremistas, o grupo dos *Al-Shaabab* que atua na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, também usa redes sociais como o *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp* e vídeos para recrutar pessoas. Estes meios também eram usados para disseminar informações sobre as atividades do grupo e comunicação nesta região do país. A divulgação de vídeos tinha em vista influenciar crenças e sentimentos que favorecem o recrutamento das pessoas para os seus comandos. Assim, em pouco tempo, o grupo dos *Al-Shabaab* conheceu um relativo crescimento, o que permitiu que passassem de um pequeno grupo de “agitadores” nas mesquitas locais para uma força armada de cerca de centenas de pessoas, com a capacidade para semear medo, pânico e terror nas comunidades locais (Habibe *et al.*, 2017);
5. *Recrutamento por coação*: igualmente, o autor refere que em anos recentes o recrutamento passou a ter uma dimensão de coação, quer por meio de ameaças de morte, quer de terror nas comunidades, matando os homens que recusassem e realizando casamentos forçados e usando civis como escudos humanos.

1.8 2.. Fontes de financiamento do terrorismo em Cabo Delgado

O financiamento das atividades do grupo dos *Al-Shabaab* em Cabo Delgado, na região norte de Moçambique, vem essencialmente de duas fontes, nomeadamente: economia local ilícita e doações (Habibe *et al.*, 2017), como se descreve a seguir:

- a) *Economia local* ilícita. São movimentadas avultadas somas de dinheiro para financiar o grupo dos *Al-Shabaab* em Cabo Delgado. Com efeito, à semelhança do que acontece em outros países que enfrentam o extremismo violento, o financiamento do grupo dos *Al-Shabaab* em Moçambique (pelo menos nos momentos iniciais) estavam muito ligados a uma economia local ilícita, com ligações a redes clandestinas de tráfico de madeira, carvão vegetal, rubis, marfim, como os que seguem:
 - 1) *Madeira*: o tráfico de madeira é uma das atividades ilícitas que tem alimentado o financiamento e a reprodução da violência levada a cabo pelo grupo dos *Al-Shabaab*.

Com efeito, uma rede muito bem estabelecida e com forte poder financeiro na Tanzânia contratava pessoal local para o abate da madeira e seu respectivo processamento em pranchas. Depois do processamento, barcos eram enviados para o distrito de Macomia, com vista ao seu carregamento e transporte para a Tanzânia ou vendê-la junto de compradores chineses. O negócio ilegal da madeira gerava um lucro muito grande para os membros de grupos envolvidos. De acordo com Habibe *et al.* (2017), uma prancha era vendida na Tanzânia por um valor correspondente a 2.500 meticais. Por mês saíam cerca de 50 mil pranchas, o que corresponde a 125 milhões de meticais (Habibe *et al.*, 2017);

- 2) *Carvão vegetal*: para além da madeira, o grupo dos *Al-Shabaab* também está envolvido na produção e comercialização de carvão vegetal. Grandes quantidades de carvão são transportadas por embarcações artesanais tanzanianas para serem vendidas na Tanzânia, particularmente em Zanzibar ou em outros lugares. Cada saco de carvão vegetal é vendido na Tanzânia a um valor correspondente a cerca de 2.000 meticais. De acordo com as fontes locais, por semana saíam cerca de 5 a 10 mil sacos (Habibe *et al.*, 2017);
- 3) *Rubis (pedras preciosas)*: de acordo com Habibe *et al.* (2017), outra fonte de financiamento do grupo terrorista *Al-Shabaab* é o negócio ligado às atividades de exploração e venda de recursos minerais, particularmente rubis. Grupos de garimpeiros ilegais oriundos da Somália, Etiópia, Tanzânia e região dos Grandes Lagos se instalaram na região e distritos da província de Cabo Delgado, tendo estabelecidas alianças com algumas lideranças religiosas locais via laços de casamento. Estes grupos de garimpeiros controlavam grande parte do comércio informal, não só de pedras preciosas como também de venda de combustíveis e peças de carros. Além disso, estes grupos financiavam a atividade religiosa em nível local, por meio da construção de locais de culto, nomeadamente mesquitas e madrassas;
- 4) *Marfim*: alguns distritos circunvizinhos de Mocímboa da Praia, nomeadamente Meluco, Macomia e Quissanga são áreas abrangidas pelo Parque Nacional das Quirimbas. Essas áreas têm sido alvo de uma intensa atividade de caçadores furtivos, essencialmente focalizados no abate de elefantes para a extração de marfim, que é comercializado na Tanzânia e na rede de agentes asiáticos, particularmente Chineses

e Vietnamitas. Dentro da rede de caçadores furtivos circulam não só avultadas somas de dinheiro como também armas ilegais (Habibe *et al.*, 2017).

b) *Doações*. A segunda fonte de financiamento do terrorismo em Cabo Delgado são as doações. As doações vêm de pessoas com ligações às lideranças do grupo *Al-Shabaab* no distrito de Mocímboa da Praia, em Cabo Delgado, no norte de Moçambique. As transferências dos valores monetários são feitas via eletrônica: Mpesa, Mkesh, Mmola.

1.8 3. O terrorismo e a imigração ilegal em Cabo Delgado

Moçambique tem sido considerado nos últimos anos um país de emigrantes que se deslocam a procura de melhores condições de vida nos países da região, sobretudo África do Sul, com a chegada massiva de imigrantes provenientes da Região dos Grandes Lagos, Tanzânia e do Centro de África, que entram para o território moçambicano por meio das províncias do Norte: Cabo Delgado, Niassa, Nampula; e do Centro do país: Tete e Zambézia, provenientes do Malawi, Zâmbia e Zimbabwe, respetivamente (Gonçalves, 2015). De acordo com o autor, a entrada ou o trânsito de imigrantes ilegais no território moçambicano está associado não só com questões políticas, mas também com aquelas do Crime Organizado, tráfico de pessoas e órgãos humanos, lavagem de dinheiro, exploração e contrabando de madeira, extração ilegal de minerais (e.g., pedras preciosas, pedras semipreciosas) e tráfico de drogas. Este fenómeno também pode ser justificado pela existência de conflitos armados nos países de origem.

Gonçalves (2015) refere que para além dos imigrantes ilegais africanos, também se verifica uma grande demanda de imigrantes asiáticos e europeus que procuram oportunidades de comércio e de emprego ou investimento no país. Esta onda migratória da Região dos Grandes Lagos e do Centro de África em razão, principalmente, de conflitos armados na Somália, Sudão, Etiópia, Quênia, Uganda e Congo Democrático criou a percepção de uma possível conexão entre os imigrantes ilegais e o terrorismo em Cabo Delgado.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de sua agência de refugiados (ACNUR; Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), reconheceu que em 2016 se estabeleceram novos recordes de imigração ilegal forçada no mundo, em geral, e em particular em Moçambique, por causa a repressão estatal desmesurada, principalmente quando envolve ataques terroristas às populações civis, em contexto de guerra civil em que

a violência se torna generalizada e propicia um cenário em que crimes de guerra e atos terroristas se tornam “lugar-comum”; do mesmo modo, a imigração ilegal forçada também ocorre como subproduto de atos terroristas perpetrados por atores não estatais envolvendo ataques deliberados a civis (Gonçalves, 2017). Nesta direção, Schmid (2016) apontou que as calamidades ambientais, degradação da natureza originada por mudanças climáticas, bem como a diminuição de oportunidades de emprego nos países de origem são outros fatores que contribuem para a imigração ilegal forçada.

Um estudo realizado pelo Centro Africano de Estudos Estratégicos (Siegle, 2016) indica que em finais de 2016 o Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS) anunciou que o grupo terrorista *Al-Shabab* estava expandindo o seu comando militar para África, em particular para Moçambique, procurando criar califados na província de Cabo Delgado, incluindo a Eritreia, Etiópia, Somália, Quênia e Uganda, países de onde provém a maior parte dos imigrantes ilegais e refugiados que se concentram em Cabo Delgado. Por outro lado, o mesmo estudo defende que parte dos grupos extremistas violentos africanos está geograficamente concentrada e focada em objetivos territoriais ou políticos locais.

A questão da convergência entre refugiados e o terrorismo é constatada por meio de análises extraídas principalmente dos bancos de dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR), que concluiu que os refugiados que se encontram em condições de vida miseráveis e difíceis em campos de refugiados, ou que, independentemente de estarem em campos de refugiados, quando são maltratados no país anfitrião, se tornam presas fáceis para a radicalização terrorista e cooptação por organizações terroristas. Conforme este estudo, as condições deploráveis de vida somados ao sentimento de exclusão social seriam um terreno fértil para radicalização terrorista por parte do refugiado. Segundo Milton *et al.* (2013), estes fatores poderiam motivar ações entendidas como terroristas, em que os refugiados, uma vez radicalizados, atentariam contra o Estado que os acolheu. Além disso, fluxos de refugiados podem prejudicar o equilíbrio étnico de um determinado país anfitrião, seja por meio da inserção de todo um novo grupo étnico no país, ou no acréscimo numérico de indivíduos de uma certa etnia. Uma mudança súbita nos padrões de distribuição étnica em certo país pode provocar um desequilíbrio político, e levar algum grupo a se sentir ameaçado. A partir de então, essas mudanças podem ser o *estopim* para um conflito armado (Stivachis, 2008).

1.8.4. Fatores e causas do terrorismo em Cabo Delgado

1.8.4.1. Fatores

Devido as influências externa e interna, os fatores que motivam indivíduos a se unirem e participarem em grupos extremistas violentos, bem como os condutores da radicalização do fundamentalismo Islâmico diferem de país para país e de grupo para grupo. Nesse sentido, Cotte (2015) afirma que o que pode motivar os Somalis a se alistarem ao *Al-Shabaab* pode ser diferente dos fatores que motivam Moçambicanos a se unirem ao grupo dos *Al-Shaabbab*. Isso também significa que os projetos políticos para responder ao extremismo violento têm que ser específicos para cada caso e não de um modelo único.

Para Gonçalves (2017) existem vários fatores que podem ter influenciado o grupo terrorista *Al-Shabaab* a manifestar o comportamento extremo de violência em Cabo Delgado, muitas vezes impulsionado pela firme convicção de que os seus objetivos, sejam estes quais forem, devem ser alcançados a qualquer custo, mesmo que este custo seja a vida dos próprios terroristas. O autor aponta os fatores religiosos, ambientais ou grupais, fatores de cunho social e político como os que originam os comportamento os de violência extrema, como se descreve:

- a) *Fator religioso*: os terroristas do grupo dos *Al-Shabaab* praticam atos violentos contra a população em Cabo Delgado motivados por suas leis religiosas, isso sob uma perspectiva extremista (um verdadeiro fanático religioso), afirmando que os seus atos de violência extrema não constituem mais que a defesa de sua fé ou um ato de vingança pelo que a comunidade religiosa do mesmo tem sofrido, o que evidencia que existe uma racionalização do comportamento desses terroristas que cometem tais atos em prol do bem comum de sua comunidade (seja ela religiosa, política, ética, por exemplo). A propósito, o grupo terrorista dos *Al-Shabaab* afirma que pratica atos violentos em defesa da religião Islâmica das comunidades locais de Cabo Delgado, marginalizadas pelo Governo (Gonçalves, 2017). O autor afirma que os terroristas são pessoas normais como quaisquer outras, são nacionais, moralistas e idealistas, mas que por algumas razões, acabam se convertendo em fanáticos dispostos a tudo para atingir os fins que se dedicam. De acordo ainda com Gonçalves (2017), os estados levados a cabo acerca de possíveis problemas psicopatológicos não indicam que os terroristas tenham qualquer anormalidade psíquica, muito pelo contrário; eles são extremamente racionais, posto que para cometer muitos dos atos violentos é exigido um grau elevado de organização e planejamento, o que é completamente incompatível com pessoas com algum tipo de transtorno psiquiátrico;

- b) *Fator ambiental ou grupal*: em razão da necessidade de terroristas de serem aceitos pelo grupo do qual fazem parte no intuito de vencer o sentimento de marginalização que eles sofrem, eles tentam encontrar o seu espaço na sociedade e busca por essa adequação social, sendo capturados por grupos extremistas para realizarem esses atos extremos de violência, com vista a obter a aprovação dos demais membros do grupo (Gonçalves, 2017). Segundo este autor, os indivíduos com todos esses sentimentos negativos de frustração, ódio, desejo de vingança e um grande desejo de se adequar acabam sendo aceitos e se tornam comprometidos com os objetivos da organização, alimentando a ideia de que os seus familiares e amigos sempre lembrarão deles como corajosos, heróis, que morreram por uma causa que todos acreditam ser justa e moral;
- c) *Fator de cunho social e político*: Gonçalves (2017) afirma que é da natureza dos atentados terroristas, onde buscam impor uma ideologia política, bem como tentam modificar a realidade política e social. Fica evidente que são vários fatores que acabam motivando as pessoas a participarem dos atos de violência.

Para reforçar essa percepção de elemento externo que leva pessoas a se juntarem a grupos extremistas violentos, autores como Bandura (2002) enfatizam a importância de reconhecer as condições sociais, em vez de ver as pessoas como predispostas para atos extremos violentos, como, por exemplo, as condições sociais associadas ao terrorismo em Cabo Delgado. Segundo este autor, “em condições sociais apropriadas, pessoas comuns decentes podem fazer coisas extraordinariamente cruéis.”

1.7.8.2. Causas

Não existem explicações consensuais sobre as motivações responsáveis pelas decisões da população de Cabo Delgado em integrar grupos extremistas violentos. O estudo realizado pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE, 2019) identificou quatro causas que levaram os jovens e a população em geral da província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, a se juntarem aos terroristas para a prática de atos de extremismo violento:

1. *Pobreza, desemprego e baixa escolaridade*: com a necessidade de sobrevivência e a narrativa de que os terroristas vêm libertar a população de Cabo Delgado do sofrimento, já que a autoridade local não tem capacidade para responder à demanda de emprego e de serviços públicos na região, onde mais de metade da população vive abaixo da linha da

pobreza, incluindo muitos jovens cronicamente sub-empregados, jovens com níveis baixos de escolaridade, sem qualificações profissionais e com uma responsabilidade por enormes agregados familiares desestruturadas, que largaram a escola ou frequentaram simplesmente as escolas corânicas e desenvolveram suas atividades como vendedores informais sem oportunidade de emprego, vivendo na miséria e com dificuldades de integração social, viram no grupo terrorista dos *Al-Shabaab* a possibilidade de satisfazer as suas necessidades básicas e de suas famílias (Habibe *et al.*, 2019);

2. *Fantasia pessoais, busca de aventura, camaradagem e criação de uma nova ordem*: de acordo com Habibe *et al.* (2019), por de trás das motivações sociais, econômicas, políticas ou mesmo religiosas estão eventualmente as causas que levam as pessoas a se engajarem em grupos de extremismo violento, como o grupo terrorista *Al-Shabaab*. Por outro lado, existe um outro conjunto de motivações, como, por exemplo, as fantasias pessoais, a busca de aventura, a camaradagem, o propósito de vida e a identidade que arrastam as pessoas a se integrarem ao grupo terrorista *Al Shabaab*. À semelhança do que acontece em outros contextos, em Cabo Delgado essas “iscas” tiveram um grande poder de atração, especialmente para os jovens que acharam que não havia muita coisa a acontecer na sua província e o terrorismo veio para mudar o panorama político, econômico, social e religioso. Segundo Habibe *et al.* (2019), para os jovens e a população em geral nesta região do país, a *jihad* é o “extremismo correto”, na medida em que eles passaram a ver o Islão como algo de importante para desafiar as autoridades locais e construir uma nova ordem social e política.;
3. *Questões identitárias baseadas em etnia*: por ocasião da independência de Moçambique, em 1975, apesar do discurso ideológico dos políticos moçambicanos sobre a unidade nacional, a desconfiança entre comunidades e profundas divisões étnicas nas diversas regiões do país foram e continuam a ser um obstáculo significativo no processo da construção de uma identidade nacional de fato, na qual todos os grupos étnicos se revejam. Na verdade, à semelhança do que acontece em outros países africanos, as elites políticas em Moçambique também são marcadas por uma competição pelo acesso e controle dos recursos e uma visão do Estado como fonte de enriquecimento pessoal (Bayart, 1989). De acordo com o autor, esta competição encoraja muitas vezes o recurso à manipulação das identidades étnicas, fazendo com que a lealdade à comunidade étnica se sobreponha à lealdade à nação. No caso de Cabo Delgado, tal fenômeno se manifesta,

sobretudo, por meio dos mecanismos de distribuição de cargos públicos e recursos. Nesse fato, o grupo étnico *mwani* se sente excluído em termos de representação política e benefícios econômicos, o que propicia as narrativas conspiratórias que mais tarde originam o terrorismo na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique (Habibe *et al.*, 2019);

4. *Implantação do wahhabismo*: jovens moçambicanos que estudaram em universidades da Arábia Saudita, egípcias e sudanesas pretendem implantar o wahhabismo em Cabo Delgado com o intuito de defender a posse de terra pelos seus familiares, gás natural e petróleo explorados pelas empresas estrangeiras sem benefícios para as populações locais com ajuda dos pregadores do Quênia e da Tanzânia (Habibe *et al.*, 2019).

Uma segunda dimensão das narrativas conspiratórias diz respeito à aferição da natureza externa do terrorismo. Muitos estudiosos do fenômeno de terrorismo consideram que a presença de terrorismo em Cabo Delgado é originária do interior de Moçambique, argumentando que este está relacionado com fatores de pobreza local, desigualdades sociais e marginalização da população pelo Governo. A disseminação das narrativas a respeito destes fatores influenciou de certa maneira o surgimento do movimento terrorista *Jihadi*, que mais tarde se transformou em terrorismo com a adoção de comportamentos violentos (Habibe *et al.*, 2019).

1.8. Terrorismo no Brasil

Apesar de o fenômeno do terrorismo ser algo bastante antigo, o *modus operandi* de grupos terroristas tem sido bastante dinâmico e adaptativo ao longo da história. A grande capacidade de adaptação tática e organizacional de certos grupos terroristas ainda é uma constante e, de fato, as características, realidades e ameaças postas pelo terrorismo têm se modificado de maneira rápida nos últimos anos. Entre as mudanças, pode-se destacar tanto um grande aumento no número de grupos terroristas, quanto uma grande diversificação e difusão de seus *modus operandi*. Esse incremento também foi acompanhado de um expressivo aumento do número de ataques realizados por esses grupos (Jones, 2014)

O Brasil como detentor de uma cultura pacifista e aberta somado às fortes negativas do governo acabam por criar a ilusão de que estão livres e imunes dessa ameaça. Porém, diante da atual realidade do terrorismo internacional, nada poderia ser mais longe da verdade. Assim, o Brasil se encontra vulnerável ao terrorismo internacional, assim como qualquer

outro país. Em realidade, o Brasil não é um país frequentemente associado às discussões acerca do terrorismo ou contraterrorismo (Jones. 2014). Segundo o autor, a grande parte da esparsa literatura existente sobre o assunto se refere aos movimentos de guerrilha de esquerda durante as décadas de 1960 e 1970. É na base desse discurso, que o atual contexto brasileiro é muito interessante, mas pouco explorado no objeto de pesquisa para os estudos de terrorismo e violência social e política.

Jones (2014) enfatiza que a importância em se entender que os atentados terroristas são frutos de uma longa cadeia de ações racionais planejadas e interconectadas reside no fato de que grande parte dos argumentos sobre a inexistência do problema do terrorismo internacional no Brasil se baseia no histórico recente da inexistência de ataques terroristas em território brasileiro. Essa imagem é ainda mais reforçada por dois outros fatores. Em primeiro lugar, grande parte do governo brasileiro adota uma postura de “negacionismo” que não apenas insistentemente nega publicamente a existência de qualquer atividade terrorista internacional em solo pátrio, mas também reage fortemente contra qualquer alegação em sentido contrário (American Embassy in Brasília 2008). Em segundo lugar, o “crime de terrorismo” continua sem ser tipificado no Brasil.

Dessa forma, casos relacionados ao terrorismo acabam sendo investigados sob a guisa de outros crimes ou infrações tanto penais quanto administrativas tais como falsificação de documentos, divulgação de propaganda racista, entrada ilegal no país etc., o que dificulta a identificação clara desses casos como atividades terrorista, como os casos de atentados ocorridos no Brasil, tais como o Massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, quando a Polícia Militar do Estado de São Paulo matou 111 pessoas, entre presos e detentos, na Casa de Detenção de São Paulo durante uma rebelião, uma atitude considerada cruel.

Do mesmo modo, em 2006, houve uma onda de atentados no Brasil, conhecida como “Atos de Violência Organizada de 2006”, quando integrantes da organização criminosa Primeiro Comando da Capital – PCC, após a transferência do preso chefe do grupo, conhecido por Marcola, deram início ao maior atentado contra as forças de segurança pública do Estado de São Paulo, deixando mais de 20 mortos. Sob alguma ótica, outros acontecimentos podem ser inclusos na história do terrorismo brasileiro, como o fato de um grupo de pessoas vestidas de preto e encapuzadas terem sido vistas promovendo violência e vandalismo em meio às manifestações ocorridas em 2013, em várias partes do Brasil, sendo intitulado de *black blocs*, devido ao fato dos integrantes utilizarem a estratégia de manifestação.

O caso isolado de terrorismo internacional ocorrido no Brasil é relativamente recente, quando houve a atuação de uma célula do ISIS no Brasil, uma organização criminosa detida pela Polícia Federal ainda durante a fase de planejamento dos atos. Todavia, assim como a democratização do acesso à *internet* condicionou, por meio do globalismo, o primeiro caso de terrorismo internacional no Brasil envolvendo o ISIS, que trouxe mudanças na forma que os movimentos sociais se constituem.

Como marco dessa nova era da luta por direitos, temos a recente e histórica Primavera Árabe que foi organizada pela *internet* e inspirou manifestações no Brasil. O terrorismo efetivamente é um fenômeno globalizado, que se alastrou para todo mundo, desde centros urbanos mais desenvolvidos até regiões mais remotas. Os atos de terrorismo se caracterizam basicamente como atos contra a vida, a integridade física das pessoas, destruição ou interrupção dos serviços públicos, ou apropriação de bens ou pessoas. Para combater este fenômeno, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo. A Constituição mencionou a expressão atentados terroristas no art. 5º, XLVII, para os fins de considerá-los inafiançáveis e, inclusive, para responsabilizar os seus executores e mandantes.

Desta forma, demanda considerar mais pormenorizadamente as atitudes frente ao terrorismo e, posteriormente, considerar a possibilidade de explicá-las a partir do marco compromisso convencional, como se pode observar nos capítulos que se seguem.

No cotidiano, frequentemente, se usa o termo atitude como sinônimo de comportamento. Provavelmente, todo mundo já falou ou ouviu alguém falar frases como “fulano, tome atitude!”, ou seja, faça alguma coisa. Na perspectiva da Psicologia Social, o termo atitude tem um significado diferente. De forma geral, pode-se dizer que atitude é diferente do comportamento. As atitudes envolvem posicionamentos pessoais, estando no campo de pensamento.

Segundo Allport (1935, citado por Mauro & Veiva, 2011), as atitudes se constituem como um dos construtos de maior importância para a Psicologia Social. Devido a essa relação, Thomas e Znanieck (1981) chegaram a definir esta disciplina como o “estudo científico das atitudes”. De acordo com Montmollin (1985, citado em Silva., 2013), não existe qualquer outro campo no qual as investigações descritivas, fundamentais e metodológicas sejam tão numerosas, pois acompanham toda a história da Psicologia Social. De fato, as atitudes são um dos construtos mais antigos e estudados nesta área (Mauro & Neiva, 2011). Isso pode ser evidenciado a partir de busca desenvolvida na base de dados *Psycinfo*, considerando os últimos dez anos, utilizando a palavra-chave “atitudes”, encontrando-se 943 referências (12/09/2022). Porém, mesmo se tratando de um construto antigo, nota-se que, atualmente, o mesmo tem sido amplamente estudado e referenciado, o que denota a sua importância para as ciências sociais e comportamentais (Mauro & Neiva, 2011).

Mauro e Neiva (2011) afirmam que o interesse do estudo de atitudes em Psicologia é no intuito delas poderem prever o comportamento humano. No entanto, essa relação entre atitude e comportamento nem sempre é congruente, daí que é discutida a complexidade na medição das atitudes bem como a sua relação com o comportamento.

Dado o papel das atitudes para a Psicologia Social, este capítulo objetiva discutir as diversas abordagens sobre este construto, desde a origem, formação, principais componentes e as suas funções. Também são discutidas, neste capítulo, as diferentes visões relacionadas com as principais teorias e a mudança de atitude. Igualmente, são tratadas neste capítulo os diferentes tipos de atitudes.

2.1. Antecedentes históricos e conceitos das atitudes

2.1.1. Definição de atitudes

O estudo sobre atitudes tem sido alvo de bastante interesse na Psicologia (Aizen, 2001), sobretudo pela vantagem de que pelo conhecimento das atitudes é possível prever

o comportamento humano (Bodur *et al*, 2000; Holland *et al.*, 2002). A propósito, a definição do termo atitudes foi mudando ao longo do tempo; atualmente o entendimento é de que as atitudes possuem três componentes: avaliativo, cognitivo e afetivo, que tem sido acolhido por muitos pesquisadores dessa temática. Segundo Plotnik (1996), atitude é qualquer crença ou opinião que inclui uma avaliação positiva ou negativa de um alvo (um objeto, uma pessoa ou um evento) e que predispõe a pessoa a agir de determinada maneira em direção ao alvo.

Por sua vez, Ajzen (2001. Citado por Pientel *et at.*, 2016) descreve que as atitudes são representações avaliativas de um objeto psicológico que podem ser expressas em dimensões diversas, como bom-ruim, agradável-desagradável e prazeroso-desprazeroso. Coerente com sua concepção central no sistema cognitivo, as atitudes têm sido frequentemente utilizadas a fim de entender diversos objetos sociais, tais como relações afetivas estáveis (Reis, 1995), uso de drogas (Gouveia *et al.*, 2007), comportamento ambiental (Caixeta, 2010) e consumo de álcool (Soares *et al.*, 2011).

Segundo Panneerselvam e Muthamizhselvan (2015), a atitude é um conceito psicológico definido como a prontidão da mente para responder a um objeto, pessoa ou situação, ou seja, uma orientação ou disposição ou ainda uma espécie de prontidão para reagir de uma certa maneira. Desse modo, a atitude é algo que um indivíduo carrega consigo numa espécie de forma latente e pode se manifestar no comportamento somente quando surge uma ocasião.

Pitafi e Farooq (2012) corroboram com essa definição ao tratarem a atitude como preposição para pensar, sentir, perceber e se comportar em direção a um objeto cognitivo. Segundo esses autores, as atitudes são um fenômeno complexo cuja natureza pode ser assim caracterizada:

- 1) *As atitudes são aprendidas*: não são inatas, mas sim aprendidas e são duradouras como todas as outras aprendizagens, podendo ser modificadas ao longo do tempo. Essas modificações são baseadas em alguns determinantes, como a cultura, as tensões, as necessidades, as emoções, as experiências, as provisões etc.
- 2) *As atitudes são aprendidas em uma sociedade*: a aprendizagem das atitudes ocorre em uma sociedade, tanto formal como informalmente. Portanto, elas são orientadas para a cultura. Elas evoluem à medida que os indivíduos são expostos às ideias de seus pais, colegas, professores, vizinhos e outras pessoas importantes, e por meio do folclore de uma cultura, e geralmente persistem não modificadas, a menos que sejam desafiadas.
- 3) *As atitudes são afetadas por normas de grupo*: uma das classes de fatores mais

importantes, que constituem uma pressão para a conformidade de atitudes e comportamentos são as normas do grupo. Nessa direção, as atitudes de um indivíduo são modificadas com referência às normas do grupo em que ele passa a ser colocado.

- 4) *As atitudes determinam o comportamento*: a importância das atitudes pode ser deduzida do fato de que elas determinam o comportamento. As atitudes de um indivíduo fazem uma profunda diferença na determinação de qual das várias possíveis respostas condicionadas se manifestará em um determinado momento, ou seja, as atitudes controlam o comportamento por intermédio de um processo de seleção no repertório de respostas disponíveis.

A atitude é uma tendência de responder a alguma pessoa, objeto ou situação, de modo positivo ou negativo (Morgan, 1977 citado em Ajzen, 2001). De acordo com Ajzen (2001), a atitude tanto tem um componente emocional como intelectual. O componente emocional é um sentimento de a pessoa estar a favor ou contra, de gostar ou não gostar, de se aproximar ou se afastar do objeto atitudinal. O componente intelectual é uma crença a respeito desse objeto. As pessoas podem ter atitudes favoráveis ou desfavoráveis frente a uma determinada situação.

Segundo Ajzen (2001), Morgan (1977) considerou que as pessoas sempre estão mudando suas atitudes, seja por uma melhoria, seja por um crescimento profissional ou pessoal. Há três aspectos principais de qualquer situação em que é tentada uma mudança de atitude: (a) a fonte da mensagem, isto é, a pessoa ou o grupo que tenta efetuar uma mudança; (b) a própria mensagem, significando o apelo ou a declaração usada a fim de provocar a mudança; e (c) as características da pessoa que recebe a mensagem. De acordo com Gagné e colaboradores, citados em Freitas e Brandão (2006), as atitudes são estados complexos do ser humano que afetam o comportamento em relação a pessoas, coisas e eventos, determinando a escolha de um curso de ação pessoal.

A Psicologia Social define a atitude como sendo uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a grupos, questões relevantes e outros seres humanos ou, mais especificamente, aos acontecimentos de determinado meio circulante (Gregório, 2008). Trata-se de um dos conceitos fundamentais da Psicologia Social por fazer a junção entre a opinião (comportamento mental e verbal) e a conduta (comportamento ativo), indicando o que interiormente se está disposto a fazer, ou seja, a predisposição que se tem de reagir a estímulos de maneira positiva ou negativa (Gregório, 2008).

2.1.2. A origem das atitudes

O conceito de atitude surgiu na Psicologia Social entre 1910 e 1920 com a necessidade dos sociólogos Thomas e Znaniecki relatarem a conduta de um grupo de camponeses polacos fixados nos Estados Unidos. Não considerando adequada a utilização de conceitos já existentes, como “valores” ou “representações coletivas”, esses sociólogos propuseram o estudo das atitudes, que as definiram como um processo de consciência individual que determina a atividade real ou possível do indivíduo no mundo social (Cerclé & Somat, 1999). Este foi o ponto de partida para a emergência de um conceito que atualmente tem diversas definições.

Segundo Marot (2003), foram Thomas e Znaniecki que, em 1918, introduziram pela primeira vez este conceito na literatura psicológica, objetivando explicar as diferenças de comportamentos observados entre camponeses poloneses e estadunidenses. Daí em diante, o termo atitude passou a merecer atenção dos psicólogos, ao ponto de Allport, ainda em 1935, tê-lo como um dos conceitos indispensáveis à Psicologia Social (Lima, 1990, citado por Marot, 2003). Ao longo do tempo, o termo atitude foi recebendo definições complementares, focando em sua natureza multidimensional.

Allport em 1935 tornou-se um dos primeiros psicólogos a se dedicar ao estudo da personalidade, reforçou a ideia dos seus contemporâneos Thomas e Znaniecki., propondo que as atitudes eram um conceito central da psicologia social, definindo-as como um estado mental de prontidão, organizado por meio da experiência, exercendo uma influência direta ou dinâmica sobre a resposta do indivíduo a todos os objetos e situações com que se relaciona (Bown, 2006.)

Thurstone (1946, citado por Maio. 2005) considerava atitudes como a intensidade do afeto positivo ou negativo dirigido a um objeto psicológico. Rodrigues (2000) considera que Shbein e Ajzen (1975) definiram a atitude como uma resposta avaliativa em relação a um objeto . Fundamentando-se em funções prévias, Rodrigues (2007) define atitude como uma organização duradoura de crenças e cognições, em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social definido. Das várias definições desse termo, a que parece comum na maioria delas, segundo Leyens e Yzerbyt (2004), é que qualquer atitude se refere a uma representação mental que condensa a avaliação de um objeto atitudinal.

As atitudes são predisposições para agir de uma maneira favorável ou não favorável diante de determinados fatos ou fenômenos da sociedade. Neste sentido, a atitude pode ser positiva, negativa ou neutra, sendo caracteristicamente avaliativa. Este conceito interessa à

psicologia social, sobretudo porque, a partir do conhecimento das atitudes, é possível prever o comportamento das pessoas. Isto significa que para mudar o comportamento das pessoas pode ser necessário modificar as suas atitudes, embora este efeito não seja absolutamente garantido (Leyens & Yzerbyt (2004).

Um dos estudos mais conhecidos sobre as relações entre as atitudes e o comportamento foi realizado por La Piére, em 1935, nos Estados Unidos da América. Nessa época o preconceito contra os negros e chineses era marcante. O estudo apresentou evidências plausíveis de que, muitas vezes, as atitudes não são capazes de prever o comportamento, na medida em que, mesmo indicando previamente que não receberiam chineses, quase a totalidade dos estabelecimentos visitados permitiu que os acompanhantes chineses se hospedassem em suas instalações (Rodrigues, 2007). Apesar destas dificuldades, estima-se que, de certa forma, o conhecimento das atitudes de uma determinada pessoa permite prever, com certa probabilidade, o seu comportamento futuro (Leyens & Yzerbyt, 2004; Rodrigues, 2007).

Por fim, Leyens e Yzerbyt (2004) e Rodrigues (2007) argumentam que os resultados das pesquisas anteriormente feitas sobre a relação comportamento/atitudes foram influenciados por um erro metodológico, pois os pesquisadores, na maioria das vezes, utilizavam apenas questionários das atitudes para coletar dados dos participantes das pesquisas, sendo necessária a utilização concomitante de vários indicadores e índices para verificar com exatidão se a atitude poderia ou não prever o comportamento.

2.1.3. Formação das atitudes

As atitudes são formadas durante o processo de socialização do indivíduo. No contato com os outros, determinadas atitudes vão sendo adquiridas. Isto não quer dizer, no entanto, que o ser humano é passivo e que apenas recebe influências dos outros; contrariamente, ele deve ser considerado um agente ativo, capaz de modificar ou transformar a cultura em que está inserido (Buchala *et al.*, 2002)

Existem várias instâncias de socialização nas quais a pessoa vai interagir com os outros, resultando várias modalidades de aprendizagem. As atitudes do indivíduo, em última instância, dependem das influências que eles obtêm durante os seus contatos com os vários grupos sociais aos quais se encontra afiliado (Buchala *et al.*, 2002; Kruger, 2011).

A influência da família é uma instância primária de socialização, cada uma delas tem os seus pontos de vista acerca do mundo, sobre o que é correto e o que é incorreto. A criança, inserida na família, aos poucos vai desenvolvendo certas atitudes em relação às pessoas, aos

objetos e fenômenos naturais (Buchala *et al.*, 2002). A título de exemplo, na cultura Makua, no norte de Moçambique, em períodos de chuva é raro as pessoas se vestirem de roupas de cor vermelha, por conta da crença de que o relâmpago é atraído por essa cor. Também para as pessoas da cultura makua, não se pode comer manga enquanto estiver a chover, alegando-se que os relâmpagos são atraídos pela cor da manga. Nesse sentido, as pessoas desenvolvem uma atitude não favorável à roupa da cor vermelha e/ou a cor da manga na época de chuva.

Buchala *et al.* (2002), bem como Kruger (2011), afirmam que além da família, outros grupos sociais são decisivos na formação das atitudes, pois durante a vida qualquer pessoa vai estar filiada a um número expressivo de grupos sociais. O grupo de coetâneos, formado basicamente por indivíduos quase da mesma idade, constitui um meio de influência importante, em especial na adolescência. O adolescente tende a se comportar como o seu ídolo, que pode ser um artista, um professor, um desportista, um político ou, até mesmo, outro adolescente mais velho. À medida que as crianças vão crescendo, o seu ambiente de influência vai se alargando e, por meio da imitação, ele vai formando as suas atitudes. Para evitar ser sancionado ou mesmo excluído do grupo, o adolescente tenderá a se comportar como a maioria, embora o comportamento da maioria nem sempre é socialmente aceito.

Buchala *et al.* (2002) afirmam que outra fonte de influência sobre as atitudes se refere aos grupos formais, como no caso dos grupos escolares, nos quais o aluno é obrigado a seguir determinadas regras, tais como não dormir na sala de aulas ou não estabelecer conversas com os colegas enquanto o professor explica a matéria. Estas regras favorecem a formação das atitudes em relação ao ensino e à educação, de forma que os alunos possam desenvolver certas predisposições não favoráveis a determinados atos que a escola considera ruins ou sejam negativos, como é o caso de dormir na sala de aulas, e, por outro lado, aprendam a desenvolver algumas predisposições favoráveis para atos que a escola acha desejáveis, como é o caso de chegar cedo à aula.

Por fim, outros ambientes, a exemplo dos locais de trabalho ou das igrejas, exigem comportamentos mais sofisticados, que dependem, em larga medida, das demandas do meio sociocultural. Ao longo das experiências de interação social, multiplicadas à medida que novos papéis passam a ser desempenhados, crescem as oportunidades de reforço e imitação, cujo resultado mais palpável é a relativa homogeneidade da atitude exibida pelos membros dos diversos e numerosos grupos humanos (Kruger, 2011).

2.2. Principais teorias das atitudes

Existem diversas teorias acerca de atitudes. Entretanto, dentre estas as teorias da

coerência cognitiva e mudança de atitudes merecem destaque. As teorias da coerência cognitiva se baseiam na hipótese de que, caso surja alguma incoerência entre os elementos cognitivos, as pessoas serão motivadas a restaurar a harmonia entre esses elementos (Mechener *et al.*, 2005).

A esse respeito, Heider (1958. Citado por Ferreira, 2010) formulou a *Teoria do Equilíbrio*, a qual se relaciona a sistemas cognitivos que contêm três elementos: o falante, outra pessoa e um objeto interpessoal. De acordo com essa teoria, podem existir dois tipos de relações entre elementos: (a) as relações de sentimento, ou seja, avaliações a respeito dos objetos e pessoas, sendo estes positivos ou negativos; e (b) as relações de unidade (extensão de associação percebida entre os elementos). Segundo Michener *et al.* (2005), o estado de equilíbrio é aquele em que as três relações de sentimento são positivas ou em que uma é positiva e as outras duas são negativas.

2.2.1. Perspectivas teóricas sobre a formação das atitudes

Neiva e Mauro (2011) destacam três perspectivas teóricas sobre a formação das atitudes: funcionalistas, baseadas na consistência cognitiva e baseadas na teoria do reforço.

- 1) *Perspectiva funcionalista*: De acordo com os enfoques funcionalistas, as atitudes são formadas para atender algumas funções. Michener *et al.* (2005) ao apresentarem as atitudes, destacaram três funções:
 - a) a função instrumental, correspondendo ao processo de avaliação dos objetos sociais. Desse modo, há atitudes favoráveis sobre objetos que a pessoa gosta e atitudes desfavoráveis a objetos que ela não gosta;
 - b) a função de conhecimento, envolvendo a construção de um significado sobre o ambiente no qual se está inserido, o que ajuda a pessoa a identificar o comportamento adequado para cada situação; e (c) a função de definição do eu, consistindo na definição do eu e na construção da autoestima.

Na perspectiva funcionalista, as atitudes possuem ainda a função de proteção dos valores individuais e da autoestima (Michener *et al.*, 2005). Por exemplo, a identificação de uma pessoa negra pode ser feita a partir de seus estereótipos, o que pode levar à construção de uma atitude positiva ou negativa sobre ela enquanto uma pessoa perigosa (função instrumental). Essa mesma atitude pode ser utilizada para a escolha do comportamento adequado para essa situação, que poderia envolver saída deste ambiente. Ao longo das interações, essa pessoa pode encontrar outras que possuem as mesmas atitudes com relação

a pessoas negras e essa identificação proporciona a construção de uma imagem de si, possivelmente como pessoas melhores e mais agradáveis que as pessoas negras e favorece também a formação de um grupo social ou a entrada e permanência em um grupo já existente.

- 1) *Perspectiva cognitiva*: de acordo com Michener *et al.* (2005), os teóricos de base cognitiva Heider (1958); Newcomb *et al.* (1965); Festinger (1954); Neiva e Mauro (2011) ressaltam a importância da perspectiva funcionalista das atitudes, no entanto enfatizam a sua função cognitiva, que envolve a busca por uma coerência ou equilíbrio entre os elementos que compõem as atitudes a partir dos processos de formação e mudança de atitude e do estudo da relação entre atitude e comportamento. Ressalta-se que os autores desta perspectiva apresentam a atitude enquanto a associação entre cognição e afeto. Michener *et al.* (2005) destacam que algumas das principais teorias sobre as atitudes estão pautadas na relação entre atitude e comportamento, que focam no princípio da coerência cognitiva, de tal modo que mediante a existência de qualquer tipo de incoerência, as pessoas buscarão o retorno ao equilíbrio.

Um dos primeiros estudos sobre a relação entre atitude e comportamento foi realizado por LaPierre (1934, como citado em Michener *et al.*, 2005), cujos resultados e procedimentos ficaram bastante conhecidos. LaPierre, um psicólogo branco, viajou pelos EUA com um casal de chineses nos anos de 1930, período em que havia um preconceito generalizado contra esse grupo. Nesse estudo, LaPierre anotava as reações de funcionários de diversos hotéis e restaurantes por onde passavam. Algum tempo depois, foram enviadas cartas para os donos destes estabelecimentos perguntando se eles aceitariam chineses como clientes.

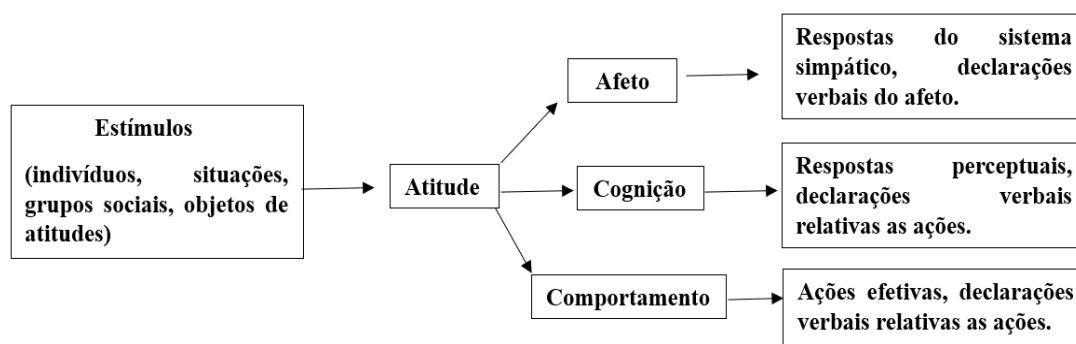
- 2) *Perspectiva pautada na teoria do reforço*: segundo Neiva & Mauro, (2011), o estudo das atitudes a partiu de suposições da teoria do reforço, como a apresentada por Hovland e Kelley (1953), que partiram do pressuposto de que a base das atitudes está no reforço ou na punição que segue a emissão de um comportamento. Desse modo, um reforço seguido da emissão de um comportamento tenderia a solidificar o comportamento e a atitude a ele subjacente; enquanto uma punição seguida da emissão de um comportamento tenderá a extingui-lo (Neiva & Mauro, 2011). Michener *et al.* (2005) afirmaram que na perspectiva de condicionamento operante existe uma maior

probabilidade de a resposta ser repetida ou extinta dependendo das punições e reforços aplicados à pessoa. Por exemplo, uma criança branca que está num parque que se aproxima de uma criança negra para brincar, ouve do pai que ela pode não brincar com crianças negras. A reprovação do pai funciona então como uma punição pela ação da criança que em outras oportunidades, evitará se aproximar de crianças negras para não ter mais uma vez a reprovação do pai. Essa associação pode desenvolver na criança a atitude racista do pai.

2.3. Estrutura das Atitudes

Ajzen (2007) defendeu que alguns autores, como por exemplo Osgood, Succi e Tannenbaum (1955), consideraram a existência de uma única componente (natureza unidimensional) das atitudes: a atitude é simplesmente constituída por um sentimento em relação a um objeto - uma avaliação positiva ou negativa do mesmo. Esta concepção encontra-se presente nas definições de outros autores (Rosenberg & Hovland, 1960) que referem a existência de três componentes (natureza multidimensional): a atitude inclui sentimentos (componente afetivo), ações (componente comportamental) e pensamentos (componente cognitivo) (Cerclé & Somat, 1999).

Figura 3 - Modelo tridimensional da atitude de Rosenberg e Hovland (1960) (adaptado de Cerclé & Somat, 1999), mostrando a relação entre as componentes das atitudes.



De acordo com o modelo tridimensional (ver Figura 3), o componente afetivo de uma atitude consiste nos sentimentos favoráveis ou desfavoráveis em relação a determinado objeto. Pode-se afirmar que na base das nossas crenças e dos nossos conhecimentos estão presentes sentimentos e afetos em relação aos objetos atitudinais, que podem ser positivos ou não.

Por sua vez, a componente cognição diz respeito às crenças, conhecimentos,

informações e opiniões que temos previamente em relação ao objeto atitudinal, logo resulta das nossas vivências e experiências. Ela é constituída por um conjunto de conhecimentos e crenças sobre determinados objetos. Durante o processo de socialização, o aprendiz passa a ter contatos com várias formas de explicar os fenômenos naturais e sociais, desenvolvendo, em consequência, crenças sobre a natureza destes fenômenos.

Nas sociedades mais desenvolvidas o principal agente de socialização é a escola, agente responsável pela transmissão de conhecimentos, normas e valores culturais (Fonseca & Gouveia, 2007). Nos países subdesenvolvidos, a exemplo de Moçambique, onde, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 1997), mais de 60,5% da população não sabe ler e escrever, a influência da escola ainda não é tão marcante quanto em outros contextos.

O componente comportamental, de acordo com Fishbein e Ajzen (1980), refere-se aos aspectos ativos que preestabelecem a estruturação dos comportamentos, preparando o indivíduo para a ação em função das suas cognições e os seus afetos. As ações da dimensão comportamental dependem, em parte, de como os objetos são avaliados. Esta suposição de que as atitudes são capazes de predizer o comportamento foi um dos principais determinantes do interesse dos psicólogos sociais pelo estudo das atitudes (Fishbein e Ajzen, 1980).

No modelo anteriormente referido, a atitude é percebida de acordo com uma dimensão avaliativa, podendo esta avaliação realizar-se a partir de informação cognitiva, informação afetiva ou informação de comportamentos ocorridos. Assim, a questão da relação entre atitudes e comportamento, ou seja, perceber se estas predizem ou não a comportamentos, são ainda tópicos relevantes e em aberto para pesquisa neste domínio científico (Neto, 1998).

2.4. Mudança das Atitudes

Álvaro e Garrido (2006) destacam que o processo de mudança de atitudes foi tradicionalmente estudado a partir dos processos de influência social, envolvendo o estudo de temas como comparação social e persuasão. O processo de comparação social, conforme apresentado por Festinger *et al.* (1950, citado em Álvaro & Garrido, 2006), destaca que as pessoas possuem a necessidade de validar seus conhecimentos por meio da comparação com a realidade física na qual se encontram. No entanto, quando na realidade objetiva não se encontram os meios necessários para esse tipo de avaliação, as pessoas tendem a avaliar a validade de suas crenças, atitudes e valores por meio da comparação com outras pessoas.

Uma das principais fontes de avaliação é o grupo social ao qual a pessoa se sente

atraída ou ao qual pertence. Assim, para obter uma avaliação positiva de si as pessoas irão buscar realizar comparações com outras que lhes são semelhantes, por isso a escolha de um grupo social de pertença (Álvaro & Garrido, 2006). No entanto, quando dentro de um grupo há pessoas que diferem quanto às atitudes que mantêm, ocorre uma pressão do grupo para que ela mude sua atitude e se ajuste aos demais membros do grupo.

Como mencionado anteriormente, Heider (1958, citado em Lima & Correia, 2017) destaca que as atitudes são compostas por elementos cognitivos, afetivos e comportamentais, e que a relação entre estes objetos poderia ser positiva ou negativa. Dessa forma, haveria um equilíbrio entre os componentes das atitudes quando todos eles apresentassem a mesma valência.

O equilíbrio entre os componentes das atitudes concede a elas a força que impede a sua alteração, já o desequilíbrio torna mais possível a alteração das atitudes (Heider, (1958, citado em Lima e Correia, 2017). Assim, quando há uma mudança em um componente haverá uma mudança nos outros para que a estrutura da atitude permaneça coerente. Nesse sentido, a mudança no componente cognitivo ocorre quando as pessoas têm contato com informações novas que as fazem refletir sobre a validade de suas crenças, de tal modo que a modificação nas crenças produz uma reorganização cognitiva que modifica os outros dois componentes da estrutura (Lima & Correia, 2017).

Lima e Correia (2017) afirmam que a alteração nos afetos direcionados a um objeto atitudinal provoca uma mudança na forma como percebemos as pessoas e no modo como agimos com relação a elas. Já o facto de ter que se comportar de uma maneira com a qual não se concorda, com relação a um objeto atitudinal provoca também uma reorganização dos demais componentes para a manutenção da consistência na estrutura da atitude.

Um estudo sobre mudança de atitude realizado por Festinger *et al.* (1956) apresentado por Álvaro e Garrido (2006) apresentou como a dissonância cognitiva afeta as atitudes. Esse estudo consistiu na observação por três meses de um grupo de pessoas que mostravam uma grande fé em uma mulher que dizia receber mensagens dos anjos. Uma dessas mensagens foi a respeito de uma enchente em uma grande parte do planeta. Os anjos disseram que um disco voador viria resgatar as pessoas e salvá-las do fenômeno.

No dia em que se esperava o fenômeno, algumas pessoas desse grupo o esperaram em suas casas com suas famílias e outras junto ao grupo. No entanto, o fenômeno não ocorreu. Verificou-se a partir dessa situação que as pessoas que esperaram em grupo passaram a crer que foi a fé deles que evitou a ocorrência do fenômeno. Já as pessoas que esperaram em suas casas, abandonaram suas crenças sobre a mulher, uma vez que o

fenômeno não ocorreu. Estes autores verificaram que o apoio social é importante para a redução da dissonância diante de situações de conflito cognitivo.

Hovland *et al.* (1953, citado em Aronson *et al.*, 2018) realizaram uma investigação sobre a comunicação persuasiva aos processos de comunicação e persuasão como estratégia para a mudança de atitude, analisaram o papel da fonte da comunicação, a comunicação em si, e características da plateia/audiência. O modo como as atitudes podem ser modificadas, a partir da associação entre esses elementos, ficou conhecido como o modelo de mudança de atitudes de Yale. Quanto à fonte da comunicação, os oradores que inspiram confiança por sua credibilidade são mais persuasivos que os que carecem de credibilidade para falar sobre o assunto; oradores atraentes convencem mais que os oradores pouco atraentes (Aronson *et al.*, 2018).

Quanto ao tipo de comunicação, as pessoas são mais convencidas por mensagens que aparentam não ter a função de influenciá-las; as mensagens bilaterais (com argumentos a favor e contra um objeto atitudinal) são eficazes quando o orador possui argumentos para refutar os pontos contrários ao que ele deseja; o efeito da prioridade indica que os argumentos a favor da atitude devem ser apresentados antes dos argumentos contrários quando não há tempo para reflexão sobre ambos; quando há esse tempo é preferível que os argumentos favoráveis ocorram após a apresentação dos argumentos contrários (Aronson *et al.*, 2018).

No que diz respeito à mensagem, a ordem de apresentação dos argumentos afeta a aceitação da informação dependendo da motivação da audiência ou do alvo da comunicação: quando a audiência não está motivada, é preferível apresentar os argumentos mais relevantes primeiro; se a audiência está motivada é preferível apresentar os argumentos mais importantes no final da comunicação. Quanto às características da audiência: é mais fácil convencer uma audiência distraída, pouco instruída (ou pouco inteligente), pouco hostil e mais jovem (Aronson *et al.*, 2018)).

Ainda sobre a persuasão como forma de mudança de atitude, Neiva e Mauro (2011) destacaram também o modelo de resposta cognitiva, proposto por Petty *et al.* (1981) e apresentado por Neiva & Mauro (2011). Este modelo defende que a mudança de atitude não depende da mensagem persuasiva ou de outros processos relacionados a ela, mas às reflexões das pessoas sobre uma informação. Ou seja, a mudança de atitude é um processo que conta com a participação ativa do indivíduo por meio de suas reflexões sobre uma informação que lhe é apresentada. Nesse sentido, uma reflexão que produza pensamentos relevantes e favoráveis sobre um objeto culminará em mudança de atitude. Estes autores indicam que a

ausência de distrações, a repetição da mensagem, o tempo disponível para a reflexão, a pouca complexidade da mensagem, estado de ânimo do receptor e o tipo de canal que se transmite a mensagem são fatores que afetam as reflexões sobre uma informação.

Aronson *et al.* (2018) apresentaram o modelo de probabilidade da elaboração, proposto por Petty e Cacioppo (1986) também como um modelo importante no estudo da mudança de atitude. De acordo com este modelo há duas formas de mudança de atitude por meio da comunicação: quando a comunicação ocorre centralmente, ou seja, quando as pessoas estão motivadas e possuem a capacidade de prestar atenção nos argumentos; ou quando a comunicação ocorre de forma periférica, ou seja, quando as pessoas não prestam atenção e são influenciadas pelas características superficiais da comunicação (Aronson, *et al.*, 2018). De acordo com Aronson *et al.* (2018), um dos elementos que afetam a disposição das pessoas para prestar atenção aos argumentos é o interesse que elas têm no assunto ou objeto atitudinal.

Petty e Cacioppo (1986, citado em Aronson *et al.*, 2018) destacaram ainda que a necessidade de cognição social é um elemento que afeta a atenção dada aos argumentos de uma comunicação. A necessidade de cognição social consiste num elemento da personalidade que favorece o desejo de construir reflexões sobre um tema de interesse ao indivíduo. Desse modo, as pessoas com alta necessidade de cognição social tenderão a prestar atenção aos argumentos de uma comunicação e só mudarão suas atitudes se estes argumentos forem de qualidade, já para as pessoas com baixa necessidade de cognição, a qualidade dos argumentos não é tão relevante. Quando os comunicadores são relevantes ou especialistas no assunto em questão, as pessoas tendem a não refletir muito sobre o assunto e confiam nas conclusões dessas pessoas, considerando que seus posicionamentos são coerentes e válidos; o que consiste em uma mudança de atitude a partir de uma rota periférica (Aronson *et al.*, 2018).

Aronson *et al.* (2018) defendem que a associação entre comunicação e emoção também afetam a mudança de atitudes, destacando que as emoções que eliciam medo chamam mais atenção das pessoas. Nesse caso, se o medo eliciado for suficiente para fazer com que a pessoa preste atenção à mensagem, elas provavelmente mudarão de atitude por meio da rota central. No entanto, o medo despertado deve ter um nível moderado, visto que níveis elevados dessa emoção podem fazer com que a pessoa aja de modo defensivo e negue a importância da ameaça, tornando-a incapaz de pensar sobre o assunto. Ainda, ao eliciar o medo é possível apresentar, em seguida, informações que tranquilizem as pessoas e forneçam meios para que a situação assustadora não ocorra, fazendo com que a mudança de

atitude seja um meio para o efeito (Aronson *et al.*, 2018)

As atitudes podem ser bem resistentes e as pessoas podem não estar dispostas a mudá-las. Uma das técnicas utilizadas para a proteção das atitudes é chamada de modelo de imunização das atitudes (Ivanov *et al.*, 2009 e McGuire, 1964, citados em Aronson *et al.*, 2018). Essa técnica envolve o processo de pensar sobre as próprias atitudes e em argumentos que rebatem os argumentos contrários a elas, antes mesmo delas serem questionadas. Desse modo, quando as pessoas estão imunizadas, elas conseguem identificar argumentos fracos para a mudança de atitude e rebatê-los com argumentos mais fortes e racionalmente estruturados (Aronson *et al.*, 2018).

Aronson *et al.* (2018) defendem que o processo de imunização é muito comum em pessoas que possuem um posicionamento político-ideológico consolidado, seja ele mais voltado para a defesa de igualdade ou mais voltado para a defesa de valores conservadores. No entanto, há casos em que a persuasão para a mudança de atitude possui um efeito contrário. Esse processo foi apresentado na teoria da reatância (Brehm, 1966, citado em Aronson *et al.*, 2018) e envolve a apresentação de proibições muito fortes e restritas sobre um objeto atitudinal. Proibições muito fortes e restritas sobre um objeto atitudinal podem levar as pessoas a sentirem uma ameaça sobre sua liberdade de escolha e, como uma forma de confirmar essa liberdade, as pessoas acabam se envolvendo com o comportamento proibido. Por exemplo, os pais que proíbem estritamente os filhos de beber sem apresentar argumentos sobre as consequências dessa atitude, podem provocar uma reação contrária e eliciar nos filhos a vontade e a decisão de experimentar bebidas alcoólicas (Brehm, 1966).

O fenômeno da reatância tem sido investigado na atualidade a partir do uso das redes sociais *on-line*, sobretudo do *Facebook*. Os dados pessoais dos usuários dessa rede são utilizados para a elaboração de um conteúdo individualizado e para o envio de propagandas que levam em consideração as preferências dos usuários. No entanto, de acordo com Youn e Kim (2019) tem sido verificada uma aversão às propagandas dessa rede social *on-line* e isso tem ocorrido devido a fatores como irrelevância da informação, de experiências negativas com o produto e o sentimento de violação da privacidade. Quando a reatância ocorre após a exposição de uma comunicação persuasiva as pessoas resistem ou mudam suas atitudes ou comportamentos na direção oposta da indicada pela mensagem como uma forma de lidar com a ameaça da perda de liberdade.

Youn e Kim (2019) realizaram um estudo com o objetivo de desenvolver e testar um modelo teórico que integra os antecedentes e resultados da reatância contra os comerciais no feed do *Facebook*. Os autores verificaram que a percepção dos usuários do *Facebook* sobre

a autonomia no controle da exposição, invasão e ameaça da liberdade no uso da rede social funcionam como antecedentes à reatância e que a evitação às propagandas ocorre a nível cognitivo e comportamental. No entanto, a percepção de possibilidade de diminuição da autonomia e os esforços para evitar ou bloquear propagandas não implicou na diminuição do uso do *Facebook*.

Atualmente, os estudos sobre atitudes têm focado no estudo do preconceito contra diferentes grupos. Enquanto uma atitude o preconceito envolve os afetos negativos direcionados a uma pessoa simplesmente pelo fato de ela fazer parte de um grupo que é percebido negativamente por outros grupos (Allport, 1955).

2.5. *Funções das atitudes*

Em termos gerais, a função das atitudes é facilitar a adaptação do indivíduo ao ambiente (Eagly & Chaiken, 1998, cit. por Ajzen, 2001). Segundo, Murray e colaboradores (1996, cit. por Ajzen, 2001), por exemplo, entre as funções reconhecidas pela maioria dos teóricos, destacam-se as seguintes:

- 1) *Funções expressivas* (i.e., permitem-nos expressar as nossas crenças acerca do que consideramos estar bem e estar mal). Por exemplo, quando alguém gosta de uma pessoa que seja membro grupo, esse alguém vai expressando palavras bonitas sobre essa pessoa;
- 2) *Funções de conhecimento* (i.e., permitem-nos categorizar informação acerca de um objeto psicológico, conhecer o mundo que nos rodeia dando-nos informações sobre eventos, objetos, pessoas. Com base nessas informações podemos inferir fatos ou interpretar e explicar novas situações.);
- 3) *Funções do Ego-defensivas* (i.e., protegem-nos contra os nossos medos e rejeições, protege a nossa auto-estima, na medida em que as verdades desagradáveis sobre nós são evitadas. Por exemplo, alguém que receia os seus próprios sentimentos homossexuais acaba por negá-los e até mostrar alguma hostilidade face aos homossexuais);
- 4) *Funções de ajustamento social* (i.e., ajudam a definirmo-nos, quem somos e em que acreditamos, reguladoras dos nossos comportamentos uma vez que nos levam a agir de forma socialmente aceitável, pelo menos publicamente. Por exemplo, algumas pessoas só consomem bebidas alcoólicas em ocasiões festivas) e;
- 5) *Funções instrumentais* (i.e., fazem com que gostemos das coisas que nos fazem atingir determinados objetivos e que não gostemos de outras que os bloqueiam).

Das teorias que explicam as funções das atitudes, algumas delas salientam as funções motivacionais das atitudes, outras as funções cognitivas (o papel da orientação para a ação) e as funções sociais das atitudes. As teorias que salientam as funções motivacionais das atitudes (i.e., funções instrumentais e funções expressivas), segundo Katz (1960, cit. por Lima, 2002) levam as pessoas a manterem as suas atitudes estão ao nível das motivações psicológicas e não ao nível de acontecimentos e circunstâncias exteriores.

Herek (1986, cit. por Lima, 2002) refere que as funções instrumentais estão relacionadas com a avaliação de custos e benefícios da atitude, onde o sujeito opta pela atitude que lhe permita obter melhor ajustamento social, maximizando as recompensas sociais e minimizando as punições, enquanto que as funções expressivas relacionam-se com a utilização das atitudes como meio de transmissão dos valores ou a identidade do sujeito, o que lhe permite proteger-se de conflitos internos ou externos e preservar a sua imagem.

Já as funções cognitivas das atitudes, segundo Rodrigues (1998) são as que têm alguma representação cognitiva do objeto para que se tenha uma atitude em relação a este. São funções que reportam a maneira como as atitudes influenciam o modo como é processada a informação, destacando-se neste domínio o Princípio do Equilíbrio e o Princípio da Redução da Dissonância.

O princípio do equilíbrio foi formulado por Heider para definir a organização do ambiente subjetivo do sujeito, ou seja, a forma como ele percebe o meio em que vive. A teoria do equilíbrio está relacionada com o modo como o sujeito articula diferentes atitudes (Rodrigues, 1998).

O princípio da redução da dissonância cognitiva foi definido por Festinger (1957, cit. por Lima, 2002) para explicar a necessidade que há em todas as pessoas de encontrarem consonâncias entre as várias cognições que têm relativamente a um mesmo objeto.

As funções de orientação para a ação estão relacionadas com o impacto das atitudes no comportamento (Fishbein e Ajzen, 1975) por serem fatores importantes na previsão do comportamento humano. No entanto, distinguem as atitudes gerais face a um objeto e as atitudes específicas face a um comportamento relacionado com o objeto de atitude.

As atitudes gerais, segundo Fishbein e Ajzen (1975), só influenciariam de um modo indireto. Enquanto as atitudes específicas seriam úteis na previsão de um comportamento específico. No que diz respeito ao impacto do comportamento nas atitudes, o estudo de Festinger e Carlsmith (1959, cit. por Lima, 2002) mostra que é apenas quando o sujeito não tem outra forma de reduzir a dissonância que muda de atitudes, verificando-se que também os comportamentos voluntários levam a uma mudança de atitudes.

As atitudes possuem a função de proteção dos valores individuais e da autoestima (Michener *et al.*, 2005). Por exemplo, a identificação de uma pessoa negra pode ser feita a partir de seus estereótipos, o que pode levar à construção de uma atitude positiva ou negativa sobre ela enquanto uma pessoa perigosa (função instrumental). Essa mesma atitude será utilizada para a escolha do comportamento adequado para essa situação. Ao longo das interações, as pessoas podem encontrar outras pessoas que possuem as mesmas atitudes com relação a pessoas negras e essa identificação proporciona a construção de uma imagem de si, possivelmente como pessoas melhores e mais agradáveis que pessoas negras e favorece também a formação de um grupo social ou a entrada e permanência em um grupo já existente.

Por fim, como uma forma de manter a imagem construída de si, como uma pessoa mais agradável que uma pessoa negra, as atitudes guiarão as pessoas no sentido de proteger este autoconceito e os valores construídos, de modo a evitar situações que possam ameaçar a imagem positiva construída sobre si. Ou seja, as pessoas evitam se expor a informações ou situações nas quais elas possam ser vistas como racistas.

Lima e Correia (2017) destacaram ainda a função social das atitudes, apresentada por Kelman (1961) que ressaltou que os processos de influência social estão relacionados tanto com a formação como com a mudança de atitude. Dentre esses processos, o autor destaca: a aceitação da influência do outro como forma de obter aprovação social; a identificação que ocorre quando o indivíduo adota um comportamento que deriva de outro indivíduo porque tal comportamento está associado a um grupo; e a internalização, quando o indivíduo aceita essa influência porque ela é coerente com seu sistema de valores.

2.6. Importância das atitudes

O estudo das atitudes sempre foi objeto de especial atenção por parte dos investigadores no campo da Psicologia Social. Este interesse pelo estudo das atitudes, deve-se ao facto de serem tido como bom preditor do comportamento (Armitage e Cristian, 2003), ou seja, conhecer as atitudes de alguém em relação a um objeto, permite teoricamente antecipar o comportamento dessa pessoa em relação a esse objeto. Para além disso, como refere Rodrigues (1998), ajuda também a formar uma ideia mais estável da realidade e a proteger o *self* de conhecimentos indesejáveis, sendo ainda a base de uma série de situações sociais importantes como a amizade e o conflito.

De acordo com Armitage e Cristian (2003), esta aparente importância do conceito levou a que ao longo da história da Psicologia Social, este assumisse um papel central, sendo

por vezes a disciplina inclusivamente definida como sendo o estudo sistemático das atitudes.

2.7. Mensuração das Atitudes

A tradição do estudo das atitudes na psicologia favoreceu o desenvolvimento de diferentes formas de avaliação, variando desde medidas diretas, de autorrelato ou explícitas, a medidas indiretas ou implícitas. As atitudes explícitas são conscientemente endossadas e fáceis de descrever, pois se referem àquilo que pensamos. As atitudes implícitas são involuntárias e incontroláveis e são avaliadas por meio de indicadores associados a ela, podendo envolver processos automáticos sobre os quais as pessoas não possuem controle.

O teste de associação livre de palavras é um exemplo de mensuração de atitudes implícitas (Aronson, *et al.*, 2018). Neiva e Mauro (2011) destacam ainda que as medidas de atitudes explícitas são utilizadas para questões sociais sensíveis às pessoas, como o preconceito. Já as medidas de atitudes implícitas envolvem os julgamentos sob controle da ativação automática das atitudes, quando não se tem consciência de que as atitudes estão sendo expressas. As pessoas podem ter atitudes implícitas com relação ao mesmo objeto social de forma coerente (Aronson, *et al.*, 2018) de tal modo que as atitudes implícitas podem contradizer as atitudes explícitas (Neiva & Mauro, 2011), como no caso das situações de supressão do preconceito, como apresentado por Crandall *et al.* (2002).

O primeiro instrumento para medir as atitudes foi elaborado por Bogardus (1925, citado por Álvaro & Garrido, 2006) com o objetivo de analisar as atitudes dos estadunidenses sobre imigrantes. A escala proposta por esse autor foi chamada de escala de distância social que quantificava a distância que uma pessoa desejava manter de imigrantes, desse modo, quanto maior a distância que a pessoa indicava desejar manter com um imigrante, mas negativa era a sua atitude em relação a esse grupo; quanto menor a distância que uma pessoa deseja ter de imigrantes, mais positiva era sua atitude para com esse grupo.

As possibilidades de distância ou proximidade social eram as seguintes: parentesco por via matrimonial, membros do mesmo clube, vizinho, colega de trabalho, cidadão do mesmo país, visitante do país, não deixaria entrar no país. As críticas apresentadas à escala proposta por Bogardus envolveram principalmente a subjetividade em se avaliar a proximidade. Por exemplo, as pessoas podem ter uma atitude negativa com relação a um determinado grupo social e estar fisicamente próximas de um membro desse grupo porque não pode ter controle sobre a situação (ex. escolher os vizinhos).

De acordo com Álvaro e Garrido (2006), apesar das críticas, a importância da escala de Bogardus (1925) centra-se no ponto de partida para o estudo empírico das atitudes e para

o desenvolvimento de novas escalas a partir dos anos de 1930, a exemplo da escala desenvolvida por Thrustone (1927), a Escala F elaborada por Adorno para investigar a personalidade autoritária, e as escalas de Likert (1932) e de Guttman (1944). Álvaro e Garrido (2006) destacam que o desenvolvimento dessas escalas contribuiu não apenas para o avanço do conhecimento teórico sobre as atitudes, mas também para o desenvolvimento da pesquisa quantitativa em psicologia social.

As escalas de atitudes são as medidas diretas mais utilizadas para a avaliação desse construto e envolve a mensuração de crenças, opiniões e avaliações das pessoas sobre determinados objetos. Assim, ao longo dos estudos sobre as atitudes, quatro formas de mensuração das atitudes foram desenvolvidas: as escalas intervalares, escalas psicométricas, escalas de diferenciadores semânticos, estudos de opiniões (Álvaro e Garrido (2006)).

As escalas intervalares se caracterizam por serem centradas no estímulo e caracterizam o indivíduo de acordo com o seu posicionamento frente ao objeto avaliado. Uma das primeiras escalas intervalares foi proposta por Thrustone (1928, citado por Lima & Correia, 2017), e tem como base o modelo psicofísico, ou seja, centra-se na busca de uma relação entre atributos do mundo físico e as sensações psicológicas que ele produz. Nesse tipo de escala são apresentadas frases para as quais as pessoas devem indicar sua concordância. Nesse método, deve-se ter o cuidado de apresentar às pessoas todas as possibilidades de posicionamentos sobre o tema em questão. As avaliações das atitudes são feitas por juízes que indicam o quão favorável ou desfavorável a pessoa é com relação a um tema (Lima & Correia, 2017).

Propostas de escalas com uma natureza psicométrica, como a apresentada por *Likert*, surgiram na década de 1930 e representaram um avanço na mensuração das atitudes, uma vez que o próprio indivíduo se localiza em um contínuo que varia de muito favorável a pouco favorável a uma atitude (Lima & Correia, 2017). Nesse tipo de escala o pesquisador apresenta uma série de afirmativas sobre um objeto atitudinal sobre as quais os participantes devem apresentar suas respostas em uma escala de 5 pontos variando de concordo fortemente a discordo fortemente. As escalas do tipo *Likert* apresentam variações no número de pontos, podendo ser também de 7 ou 3 pontos, ou na ancoragem das respostas, que pode avaliar a frequência. A partir desse modelo, as atitudes são avaliadas por meio do somatório das pontuações das respostas dadas pelas pessoas a um conjunto de itens relacionados com as atitudes que se deseja avaliar (Lima & Correia, 2017).

As escalas de diferencial semântico surgiram no final da década de 1950 e tem como principais autores Osgood *et al.* (1957, citado por Lima & Correia, 2017). Essa forma de

avaliação surgiu com o objetivo de identificar o significado das atitudes a partir de dimensões bipolares, geralmente variando de -3 a 3, de modo a partir da definição de um espaço semântico.

Os significados das atitudes, por meio desse método, se organizam em três dimensões: avaliativa – que explica a variância das respostas, composta por pares de adjetivos como bom-mau; potência – composta por pares de adjetivos como forte-fraco; e atividade – composta por pares de adjetivos como ativo-passivo, rápido-lento. De acordo com Lima e Correia (2017), a vantagem no uso de escalas de diferencial semântico é o fato de o mesmo conjunto de adjetivos servir para avaliar qualquer objeto atitudinal.

Lima e Correia (2017) destacam que as medidas de natureza psicofísica, de natureza psicométrica e de diferencial semântico assumem que as atitudes são compostas por uma única dimensão, sendo possível, desse modo, avaliá-las a partir de um contínuo. Guttman elaborou uma proposta que permitiu testar a unidimensionalidade das atitudes, por meio do que ele denominou como Escalas Cumulativas. Para tanto, ele propôs que os itens das escalas deveriam ser construídos de tal modo que ao aceitar um item de uma escala, todos os demais associados a ele deveriam ser também aceitos. Desse modo, a repetição do conteúdo dos itens garante a verificação de sua unidimensionalidade.

Adorno *et al.* (1947, citado por Lima & Correia, 2017) apresentaram também a Escala F (Fascismo), cujo objetivo foi o de relacionar crenças, atitudes e valores enquanto elementos formadores da personalidade autoritária. Os resultados de uma pesquisa realizada com mais de duas mil pessoas, na qual foram avaliados o antissemitismo, o etnocentrismo, o conservadorismo político e econômico e as tendências antidemocráticas implícitas, além do fascismo, indicaram que as pessoas que declaravam maior preconceito contra judeus mostravam maior hostilidade contra outros grupos minoritários de caráter étnico, religioso ou cultural, assim como uma maior tendência antidemocrática. Esses resultados permitiram ainda prever o nível de preconceito por meio da pontuação na escala F.

Lima e Correia (2017) destacam ainda o estudo de opinião como outra forma de investigação das atitudes. Nesse método, que não usa escalas, pergunta-se diretamente às pessoas sobre seu posicionamento quanto a um objeto atitudinal. Outros autores, como apresentado por Lima e Correia (2017) destacam que as atitudes podem ser ambivalentes e, desse modo, poderiam ser avaliadas de forma bipolar, uma vez que alguns objetos podem eliciar avaliações positivas ou negativas.

Um grande problema de todas as medidas diretas das atitudes consiste na impossibilidade de verificar se as respostas das pessoas representam verdadeiramente suas

atitudes sobre o tema, ou se de alguma forma as respostas foram pensadas para expressar uma desejabilidade social e uma boa imagem diante do pesquisador (Lima & Correia, 2017). Como uma forma de garantir que as pessoas indiquem seus reais posicionamentos, os pesquisadores utilizam estratégias como manter as respostas no anonimato, utilizar escalas de desejabilidade social, como a de Crown e Marlene (1964, citado por Lima & Correia, 2017). Soma-se a isso a relevância que o objeto tem para o indivíduo, que pode afetar a forma como ele responde. Por exemplo, se o objeto não é relevante para o indivíduo, suas respostas podem sugerir que ele tem uma atitude desfavorável sobre o tema. Para Lima e Correia (2017) essas são algumas das questões que levam os pesquisadores a utilizarem medidas indiretas para a investigação das atitudes.

As medidas indiretas das atitudes se caracterizam por avaliação realizada a partir de outros indicadores que não as respostas verbais das pessoas sobre a atitude em questão. Essas medidas são utilizadas como uma forma de evitar vieses nas respostas das pessoas por elas saberem que estão participando de um estudo ou por elas terem conhecimento do que está sendo investigado. Essas últimas são também chamadas de medidas não reativas ou medidas implícitas das atitudes. As medidas indiretas podem ter uma natureza corporal, comportamental ou cognitiva (Lima e Correia 2017) .

As medidas indiretas de natureza corporal envolvem reações físicas enquanto uma expressão dos estados emocionais, e permitem a obtenção de respostas manifestas e escondidas, respostas condicionadas e as falsas respostas psicofisiológicas (Lima & Correia, 2017). Nas respostas manifestas as atitudes são inferidas a partir de sinais posturais e expressões faciais (ex. a distância que uma pessoa mantém de outra pode ser um indicativo de uma atitude positiva ou negativa relacionada àquela pessoa, devido ao grupo ao qual ela pertence); movimentos espontâneos com a cabeça, indicando “sim ou não” pode ser uma expressão de apoio ou rechaço a uma atitude que está sendo observada (Lima e Correia 2017).

As respostas naturais escondidas referem-se a alterações corporais de nível fisiológico que dificilmente são observadas ao olho nu. Um dos métodos utilizados para verificar tais respostas é a respostas galvânica da pele (RGP), que se refere à uma mudança de condutibilidade elétrica da pele, e resposta pupilar (Lima e Correia (2017)

Tem-se ainda a avaliação da atividade eletromiográfica facial, que consiste na avaliação das contrações das fibras musculares e, assim como a RGP, é avaliada com auxílio de eletrodos (Lima & Correia, 2017). Estudos indicam que atitudes favoráveis a um estímulo envolvem a contração de músculos relacionados ao sorriso e atitudes contrárias ao estímulo

envolvem a contração de músculos relacionados com a expressão de apreensão.

Outra medida indireta envolve o paradigma de que as pessoas não desejam ser desmentidas por máquinas e por essa razão, dariam respostas mais confiáveis quando diante de uma máquina que supostamente verifica respostas fisiológicas associadas a respostas verbais. Esse método é chamado de bugus pipeline (Lima e Correia (2017) . De um modo geral, Lima e Correia (2017) destacam que o uso das medidas indiretas não favoreceu grandes descobertas no campo das atitudes como se esperava e que algumas medidas de lápis e papel possuem resultados equivalentes ao de algumas medidas indiretas.

As medidas indiretas de natureza comportamental por um lado, superam a possibilidade de falsear as respostas por meio de medidas de autorrelato, e por outro produzem informações de comportamentos observados em ambiente natural que não poderiam ser captadas por meio de medidas corporais. Um exemplo desse tipo de avaliação das atitudes consiste no método da carta perdida, utilizada para investigar o posicionamento político das pessoas: cartas seladas e endereçadas para organizações conservadoras ou liberais eram espalhadas e as atitudes positivas ou negativas quanto a cada ideologia eram avaliadas a partir da taxa de recebimento das cartas pelos pesquisadores (Lima e Correia (2017).

As medidas de natureza cognitiva envolvem as técnicas projetivas, as medidas disfarçadas de atitudes, os enviesamentos linguísticos, os *primings* e os testes de associação implícita (Lima & Correia, 2017). Nas técnicas projetivas, segundo Lima e Correia (2017), os participantes são convidados a interpretar materiais como desenhos ou fotografias, e as atitudes podem ser avaliadas a partir das informações que são adicionadas aos estímulos e que fogem de sua descrição limitada aos estímulos visuais. As medidas disfarçadas de atitudes correspondem a medidas compostas de respostas com duas opções (certo e errado) a partir das quais se inferem as atitudes das pessoas.

As medidas que envolvem o *priming* afetivo analisam o tempo de reação a um estímulo ou a realização de associações do estímulo com objetos específicos. De um modo geral, essas medidas partem do princípio de que a ativação de uma atitude afeta as respostas posteriores à ativação. Um exemplo de estudos desse tipo envolve a apresentação de fotografias de pessoas brancas e negras e a posterior escolha de adjetivos como agradável-desagradável, bom-ruim, bonito-feio. Nesse exemplo, quando o *priming* envolve a apresentação da fotografia de uma pessoa negra, os respondentes brancos demoravam menos para escolher adjetivos com uma conotação negativa e mais tempo para escolher adjetivos

com uma conotação positiva (Lima & Correia, 2017).

O teste de associação implícita é um dos mais utilizados nas pesquisas sobre atitudes e foi desenvolvido por Greenwald *et al.* (1998, citado por Lima & Correia, 2017) e avalia se dois conceitos alvo estão associados positiva ou negativamente. Os autores partiram do pressuposto de que quanto menos tempo a pessoa leva para realizar a tarefa de associação, mais fortemente os conceitos estão associados.

2.8. A relação entre as atitudes e o comportamento

Um dos principais focos de interesse pelo estudo das atitudes é o fato de que elas podem servir de mediadores do comportamento. Várias pesquisas realizadas sobre a relação entre atitudes e comportamentos mostram que essa relação pode ser de coerência, na medida em que, na base de uma determinada atitude pode-se prever o comportamento (Lima 2002). Historicamente, como já foi referido, as atitudes são assumidas como preditores do comportamento humano. No entanto, há vários estudos mostram evidências do contrário.

Wicher (1969, cit. por Armitage & Cristian, 2003), examinando estudos que relacionavam atitudes e comportamentos, confirmou que as correlações raramente excediam 0.30. A partir daqui concluiu-se que a probabilidade de as atitudes estarem relacionadas com os comportamentos era muito baixa.

Para facilitar a compreensão será necessário explicitar estes dois conceitos. Assim, a mediação implica a suposição de relações causais entre as variáveis (Abbad & Torres, 2002). Segundo Baron e Kenny (1986), uma variável mediadora representa o mecanismo gerador de influência da variável independente na variável dependente. Uma variável moderadora, por outro lado, pode influenciar ou modificar a relação entre as variáveis dependente e independente, não existindo a suposição de causalidade, como no caso da mediação (Abbad & Torres, 2002).

Para testar a moderação, o investigador deve observar a interação entre A e B. Para tal procura-se observar se A é um bom preditor de C. Em caso positivo, verifica-se se A e B predizem C. Caso a interação seja um preditor estatisticamente significativo de C, diz-se que B é uma variável moderadora (Abbad & Torres, 2002). Para Baron e Kenny (1986), um moderador divide a variável independente em subgrupos que estabelecem os seus domínios de máxima efetividade em relação a uma variável dependente. Quanto mais fortes as atitudes, maior a probabilidade de estas serem preditoras do comportamento. Assim, os investigadores estudaram várias facetas da força das atitudes e chegaram à conclusão de que

se uma atitude for univalente, existe uma maior probabilidade de ser preditora do comportamento (Armitage & Cristian, 2003).

Holland *et al.*, (2002) testaram a hipótese de que atitudes fortes guiam o comportamento, enquanto atitudes fracas seguem o comportamento de acordo com os princípios da autopercepção. De acordo com Holland *et al.*, (2002), as atitudes fortes são aquelas capazes de administrar as emoções, pensamentos e comportamentos de um indivíduo, de modo conseguir seguir em frente e abrir para novas experiências e perspectivas na sua vida profissional e pessoal, enquanto que as atitudes fracas são as que não conseguem administrar as emoções, pensamentos e comportamentos de uma pessoa e geralmente não faz afirmações positivas, não sabe dizer sim ou não.

2.9. A relação entre as atitudes e os valores humanos

Rokeach (1981) afirmou que atitudes e valores estão interligados dentro do sistema cognitivo do indivíduo. Para o autor, uma atitude é uma organização de crenças, relativamente duradoura, em torno de um objeto ou situação que predispõe que se responda de alguma forma preferencial. Para Rokeach (1981) o valor é uma crença também duradoura, mas mais central que a atitude, sobre modos de conduta e estados finais de existência. Enquanto uma pessoa pode ter milhares de atitudes (uma vez que elas são específicas para cada objeto ou situação), o número de valores de uma pessoa é mais restrito, pois eles são transituacionais, isto é, aplicam-se a diversas situações.

Apesar dessas diferenças, os dois construtos estão interligados dentro do sistema de atitudes e valores de cada indivíduo, e uma das funções das atitudes é a expressão de valores do indivíduo. Ou seja, o valor seria determinante da atitude e também do comportamento, pois, uma vez internalizado, ele se torna consciente ou inconscientemente, um padrão ou critério para guiar a ação, para desenvolver e manter as atitudes em relação a objetos e situações relevantes, para julgar moralmente a si e aos outros e para se comparar com os outros. Portanto, há uma coerência intrapessoal entre valores e atitudes, e as orientações de valor podem ser boas indicadoras de atitudes específicas (Rokeach, 1981).

2.10. A relação entre as atitudes e crenças em teorias conspiratórias

Os relatos sobre as crises sociais, como pandemias, terrorismo, acidentes naturais e/ou guerras, fazem as pessoas experimentarem sentimentos diversos: medo, incerteza, insegurança, pânico, etc. Assim, esses acontecimentos tornam-se berço fértil para o nascimento das teorias conspiratórias, uma vez que estas surgem sempre associadas

a eventos negativos e/ou inesperados e buscam vinculá-los a um fator causal oculto ilegal ou malévolo (Zonis & Joseph, 1994). Por exemplo, a pandemia do novo coronavírus (COVID19) trouxe consigo incertezas de uma doença desconhecida, altamente transmissível e potencialmente debilitante ou fatal, fornecendo substrato para novas teorias conspiratórias acerca da sua origem, prevenção e tratamento; os ataques de 11 de Setembro de 2001 nos EUA foram um ato histórico ao nível dos efeitos. Os atentados de Madrid de 2004 e os atentados de Londres de 2005 mudaram a visão da sociedade moderna, bem como retiraram o sentimento de segurança à população.

2.10.. A relação entre atitudes e a personalidade

Na linguagem corrente é comum dizer-se que uma pessoa tem personalidade quando causa uma profunda impressão nas pessoas com quem convive. Um tímido e apagado participante de um grupo, calado, que evita tomar atitudes e participar nas decisões, fugindo às responsabilidades, é dito como uma pessoa sem personalidade. Do ponto de vista meramente psicológico, porém, a classificação é errônea, pois todos têm personalidade. Na linguagem psicológica o termo personalidade está relacionado com a forma pela qual cada indivíduo reage aos estímulos que o meio lhe antepõe e, portanto, está relacionado com a variabilidade de conduta humana em situações idênticas (Carvalho, 1965). De acordo com o autor, personalidade é por vezes um aspecto externo de uma pessoa, a forma pela qual ela recebe as influências dos outros e, por sua parte, as influências.

Klineberg (1965) defende que a personalidade deve ser analisada em várias dimensões, destacando as seguintes: a) na personalidade tanto existem traços de caráter físico, como outros de natureza psicológica; b) na personalidade estão incluídos os traços; as habilidades; as crenças; as atitudes; os valores; os motivos e as formas habituais de ajustamento do indivíduo. Também estão incluídos o temperamento e o caráter; c) a personalidade é uma síntese singular, que distingue cada ser humano dos demais; d) esta síntese é eminentemente dinâmica, transformando-se permanentemente ao longo de toda a vida da pessoa; e) a personalidade sofre a influência do meio físico e, principalmente, do meio social no seu constante processo de estruturação.

Nesta perspectiva, Krech e Crutchfield (1965) destacam a relação entre as atitudes e a personalidade, afirmando que a atitude pode ser definida como uma organização duradoura dos processos perceptuais, motivacionais, emocionais, e de adaptação, que se centralizam em algum objeto do mundo pessoal. Portanto as atitudes imprimem ao nosso eu uma tendência para interpretar e reagir a determinadas situações de uma maneira coerente e

aproximadamente constante. Representam, pois, padrões de interpretação e reatividade diante dos estímulos que o ambiente põe diante de nós (Krech e Crutchfieldas, 1965). Por essa razão alguns psicólogos consideram o estudo das atitudes como um problema de especial importância para o problema das relações humanas.

Segundo Leite (1966), numa atitude podemos considerar os seguintes aspectos: a) radicalismo (atitudes positivas ou negativas); b) conteúdo (o conteúdo cognitivo de uma mesma atitude pode revelar percepções diferentes de um mesmo objeto); c) diferenciação (numa mesma atitude também pode haver graus de diferenciação-atitudes claramente formuladas distinguem-se das vagas e difusas); d) isolamento (grau de relacionamento e integração com outras atitudes da mesma pessoa); e) intensidade (há vários graus de intensidade possíveis para as atitudes). As atitudes desempenham importantes funções na vida do homem.

A sua capacidade de lidar de forma coerente em várias situações de vida. Por isso, Krech e Crutchfieldas (1965) consideram atitudes como elemento da personalidade, pois, a personalidade pode ser classificada pelas atitudes, pela auto-estima, como o juízo que a pessoa faz de si mesma, o bem estar, que representa também um traço da personalidade, e que tem a ver com a parte subjetiva da saúde mental. Atitude e personalidade estão sempre relacionadas. Contudo, enquanto a primeira pode ser mudada e reestruturada para uma óptica mais aberta e positiva, a personalidade tem raízes muito profundas e ninguém pode nem ir mudar da noite para o dia.

2.11. A relação entre atitudes e o terrorismo

O terrorismo é um fenômeno bem presente na nossa atualidade e que causa um impacto negativo a nível mundial, tendo registado um crescimento ao longo do presente século, tornando uma preocupação dominante nas políticas de muitos países do mundo (Martins, 2010). De acordo com o autor, o terrorismo consiste numa violência contra pessoas ou locais, uma forma de espalhar o pânico e terror nas pessoas com efeitos imediatos. De acordo com Ayalon e Lahad (2000), apesar da maioria dos ataques terroristas não causem normalmente uma grande perda de vidas, o impacto psicológico dos atos e ameaças terroristas pode ser generalizado, sendo que alguns autores referem até que o terrorismo é uma guerra psicológica.

Embora o terrorismo atual não tenha origens anteriores à década de 1990, a imagem positiva do tradicionais revolucionários não deixaram de atrair a atenção dos cidadãos e moldar a imagem que eles têm, não só das pessoas envolvidas em atividades terroristas, mas

também do fenômeno e a natureza da violência política e do terrorismo. Por exemplo, Che Guevara, que deu asas à imaginação de toda uma geração, e Bobby Sands, militante do IRA Provisório que, ao morrer em greve de fome, alcançou fama e status social de que nunca desfrutou na vida (Horgan, 2005).

Taylor e Quayle (1994) apontam que atos violentos cometidos por pequenos grupos políticos não estatais parecem colidir com o sentido que as pessoas têm do que é apropriado e de uma espécie de justiça "universal". Isso pode ser ilustrado pela aparente natureza aleatória dos bombardeios realizados sem aviso prévio, uma tática terrorista para criar um clima geral de incerteza em que o cidadão se pergunta se ele ou alguém que conhece será o próximo a morrer. Estes autores afirmam que podemos compreender esta incoerência recorrendo ao conceito psicológico do fenômeno do mundo justo, que está enraizado na psicologia social e basicamente descreve nossa expectativa de justiça universal e ordem no mundo. Assim, a impossibilidade de ver tal justiça caracteriza as reações psicológicas ou emocionais do terrorista e de sua vítima (Taylor e Quayle, 1994).

Horgan (2005) considera injusto e terrível que alguém, especialmente uma pessoa inocente que não tem nada a ver com a luta, possa se encontrar na hora errada no lugar errado e morrer em nome de uma causa da qual talvez nunca tenha ouvido falar. É por isso que a reação muitas vezes denigre os terroristas como covardes porque eles matam apenas para provar algo, e suas vítimas não têm chance de se render ou resistir.

As respostas ao terrorismo são uma mistura de reações ao trauma e também a um medo constante de ser vítima de um evento traumático no futuro. A liberdade da população é igualmente afetada, pois é comum a implementação de medidas de segurança que restringem a mesma como foi o caso de Paris, em 2015. Estes ataques afetaram fortemente as vítimas, sendo que muitas relataram um impacto nas relações com familiares e amigos (Martins, 2010). Em Londres, após os ataques de 2005, a sensação de medo e insegurança tomou conta dos cidadãos. Também em Inglaterra, em 2017, na cidade de Manchester, um bombista suicida matou 22 pessoas durante o concerto da estrela pop norte-americana Ariana Grande. (BBC, 2018).

Carron (2008) esclarece as fases vividas pelas vítimas após um atentado, sendo que estas se dividem em imediatas, intermediárias e a longo prazo. Numa primeira fase, os efeitos podem durar até vários dias e os sintomas mais comuns são estresse e ansiedade. Na segunda fase a vítima começa a ter dificuldades em dormir e entra num estado de hipervigilância, sendo que estes sintomas podem durar meses. Por fim, os impactos a longo prazo são aqueles que duram mais de um ano, sendo que as vítimas apresentam episódios de depressão e

estresse pós-traumático. De acordo com o autor, os comportamentos também são alterados segundo cada cidadão, sendo que os que consideram ter uma grande probabilidade de ser uma vítima, adotam comportamentos e planos estratégicos que lhes permitam controlar as situações do dia a dia. Portanto, para explicar as atitudes frente ao terrorismo, abordar-se-ão as variáveis como crenças em teorias conspiratórias, valores humanos e a personalidade. É nesse sentido que um dos objetivos da presente tese se fundamenta, buscando verificar em que medida as crenças em teorias conspiratórias, valores humanos e a personalidade sombria, explicam as atitudes frente ao terrorismo em Moçambique Brasil.

Capítulo 3. Crenças em teorias conspiratórias: antecedentes históricas, conceitos e aportes teóricas

As teorias conspiratórias são crenças em eventos que são secretamente manipulados nos bastidores por forças poderosas existentes em todas as sociedades modernas. Nos últimos vinte anos, o seu significado e popularidade têm aumentado, especialmente no contexto online. As teorias conspiratórias podem apresentar-se em forma de entretenimento inofensivo, ou como um sinal de ceticismo bem fundamentado. Contudo, por vezes podem ser perigosas, isto porque conduzem a uma descrença nos conhecimentos médicos e científicos, ao desengajamento político e até à violência (Swami, & Furnham, 2012).

Apesar de pouco estudadas, face ao enorme alcance que têm na sociedade, as teorias conspiratórias já mereceram a atenção de um número considerável de autores. Pela sua controvérsia e poder junto das massas, são muitas as classes (sociólogos, psicólogos, antropólogos, filósofos, etc.) que, ao longo dos últimos anos, têm vindo a estudar esta temática, contribuindo de forma decisiva para a explicação do fenómeno. Neste tópico procurar-se-á dar a conhecer as principais ilações tiradas por esses estudiosos.

As teorias conspiratórias estão associadas à criação de uma explicação fantasiosa para um facto, normalmente baseada num juízo que contraria a versão oficial (e politicamente correta) desse mesmo acontecimento atual ou do passado (Sapountzis & Condor, 2013). Os criadores Hallett (2014, citado por Neves, 2021); Barkum (2003); Knight (2000); Steiger e Steiger (2006) e adeptos dessas teorias olham com ceticismo para algumas explicações dadas à sociedade, suportadas por instituições respeitáveis e pessoas credibilizadas, atribuindo um outro significado interpretativo a um determinado acontecimento. Assim, este capítulo tem como intuito denotar a importância do estudo das teorias conspiratórias para a psicologia, em especial, para a Psicologia Social. Inicialmente, abordar-se-á as principais definições sobre as teorias conspiratórias e, posteriormente, apresentar-se-ão como a Psicologia Social tem se apropriado desse fenómeno, explanando acerca da sua origem, características, assim como as suas correlações com outros fenómenos psicossociais.

3.1. Antecedentes históricos das teorias conspiratórias

3.1.1. Definições de teorias conspiratórias

Importa referir antes de tudo que existem diversas definições elaboradas pelos diferentes autores para as teorias conspiratórias. Pigdem (2006) defini-las como um plano secreto por parte de um grupo para influenciar os acontecimentos, em parte encobrindo a ação. Keeley (1999) encara as teorias conspiratórias como uma explicação proposta para algum evento histórico em termos de agência de causalidade significativa de um grupo

relativamente pequeno de pessoas, os inspiradores, agindo em segredo. Para Peter Knight (2000), as teorias conspiratórias são especulações imaginativas sobre a existência de um grupo secreto nos bastidores, que manipula astutamente os acontecimentos. Segundo o autor, as teorias conspiratórias criam uma narrativa que promete atribuir sentido a eventos que de outro modo são aleatórios, tornando-os como parte de um enredo vasto e abrangente.

Já para Max Muselman (1970), as teorias conspiratórias são tentativas de explicar eventos da humanidade, avanços tecnológicos ou mesmo inverdades como parte de uma trama secreta organizada por supostos grupos poderosos e mal-intencionados. Para o autor, longe de serem um fenômeno atual, as teorias conspiratórias são cada vez mais propagadas e defendidas no mundo contemporâneo como resultado da facilidade de espalhar e acessar informações verdadeiras ou não na *internet*, sobretudo nas redes sociais.

McCauley e Jacques (1979) constataram que os estudiosos caracterizam as teorias conspiratórias como uma tentativa de explicar a última causa de um evento geralmente político ou social como um plano secreto de uma secreta aliança de organizações e indivíduos poderosos e não uma atividade aberta ou de concorrência natural. Freedman (2000) defende que as teorias conspiratórias são, na verdade, uma criação de histórias alternativas, narrativas que são complexas e plausíveis, mas que insinuam na sua própria ideologia e epistemologia em estabelecer a sua própria relação com a verdade.

Por outro lado, o professor Scott (2001) do Departamento de Comunicação da Universidade de Califórnia, nos Estados Unidos da América afirma que, as teorias conspiratórias aumentam em períodos de ansiedade generalizada, incerteza ou sofrimento, como durante guerras e depressões econômicas e pós desastres naturais como tsunamis, terremotos e pandemias. Para o professor Scott, o fenômeno sugere que o pensamento conspiratório é impulsionado por um forte desejo de conferir sentido a forças sociais auto relevantes, significativas e ameaçadoras. De acordo com este professor, todas teorias conspiratórias tem uma característica comum, embora variem as suas temáticas: elas sugerem a existência de um plano malévolo, levado a cabo por grupos, pessoas ou seres extraterrestres que controlam o mundo, para prejudicar ou pôr fim à humanidade tal qual a conhecemos.

O artigo “*Conspiracy Theories: Causes and Cures*” de Cass Sunstein e Adrian Vermeule (2009), define as teorias conspiratórias como um esforço para explicar algum evento ou prática através de referências a mecanismos de pessoas poderosas que tentam esconder seu papel, ao menos até seus objetivos serem alcançados.

Prooijen e Vugt (2018) defendem que as teorias da conspiração se associam à criação de explicações alternativas ou fantasiosas para fatos que normalmente contrariam a versão oficial e politicamente correta de um determinado acontecimento. Em geral, os criadores e adeptos de tais teorias apresentam um olhar cético para explicações fornecidas a eventos controlados por instituições e pessoas poderosas, atribuindo um outro significado interpretativo ao acontecimento.

3.1.2. A origem das Teorias Conspiratórias

Os termos “conspiração”, “conspiracionismo” ou ainda “pensamento conspiratório” são disseminados no cotidiano e fazem parte do vocabulário das pessoas, sobretudo no contexto das redes sociais (Bessi *et al*, 2015). Embora este seja um fenômeno particularmente discutido nos dias que correm, a conspiração é muito antiga. Sem dúvida, a conspiração nasceu quando as sociedades se tornaram sedentárias e começaram a luta pelo poder.

O professor Pascal Wagner (2020) aponta três fatores que explica o surgimento das teorias conspiratórias:

- 1) *Fator de natureza sociopolítica*, aqueles que são hostis às instituições e ao sistema em que vivemos como os extremistas políticos, tendem a usar as teorias conspiratórias para se justificar. As injustiças e desigualdades sociais. Diversas pesquisas sobre o surgimento das teorias conspiratórias mostram que quanto maiores são as desigualdades sociais e injustiças em um país, mais as teorias conspiratórias encontram terreno fértil, muitas vezes vinculadas a um discurso de vingança por grupos desfavorecidos;
- 2) *Fator psicológico*, é a nossa natureza de raciocinar de forma ingênua e não científica, especialmente em situações que provocam ansiedade como no caso de um ataque terrorista ou de uma pandemia. Exemplo de uma pessoa que caminha sozinha pela floresta à noite, se ouvir um barulho, imediatamente tente a pensar que se trata de alguém que quer causar mal. As populações dos distritos de centro e sul da província de Cabo Delgado, norte de Moçambique, refugiaram-se na província de Nampula pelo simples fato de terem tomado o conhecimento de que os terroristas atacaram os distritos de Mocímboa da Praia e Palma situados ao norte da província de Cabo Delgado. Vários estudos sobre este fenômeno mostraram que vieses cognitivos, essa

forma de pensar para sobreviver acentua crenças, não só em conspirações, mas também no paranormal: perceber fantasmas ou intenções humanas onde existem. Tudo vem do nosso passado como espécies.

- 3) *Fator internet*, onde não apenas as teorias conspiratórias podem se espalhar, mas também permanecerão registradas. Ao pesquisar as informações sobre uma teoria conspiratória na *internet*, facilmente defrontamos com teorias semelhantes que circularam no passado e foram atualizadas e voltaram.

Nessa conjuntura, Prooijen e Acker (2015), defendem que as teorias conspiratórias estão associadas a criação de uma explicação alternativa ou fantasiosa para fatos que normalmente contrariam a versão oficial e politicamente correta de um determinado acontecimento. De acordo com Brotherton e Eser (2015), os criadores das teorias conspiratórias apresentam um olhar cético frente às explicações dadas a eventos controlados por instituições e pessoas poderosas, por vezes atribuindo um significado interpretativo diferente ao acontecimento e, sugerindo explicações pouco sustentáveis moralmente. Assim, uma das principais características das teorias conspiratórias diz respeito ao fornecimento de explicações causais para eventos sociais complexos.

Hofstadter (1966, citado em Leman & Cimirella, 2013) indica que a ideia conspiradora está enraizada em uma tendência geral de explicar e racionalizar fenômenos complexos do mundo real em um conjunto coerente de pressupostos sobre a existência de um inimigo poderoso, e ademais, destaca a necessidade de as pessoas explicarem eventos que são difíceis de compreender. Segundo o autor, isso sugere que as crenças em teorias conspiratórias refletem um método sistemático de processamento de informação, que enseja uma visão de mundo geral capaz de explicar eventos tidos como ameaçadores ou desconhecidos (Douglas *et al.*, 2017; Leman & Cinnirella, 2013).

As crises sociais, como pandemias, terrorismo, desastres naturais ou guerras, fazem as pessoas confrontarem com eventos que ameaçam a ordem social e experimentarem sentimentos diversos como: medo, pânico, incerteza, insegurança e sofrimento, berço fértil para o nascimento das teorias conspiratórias (Swami *et al.*, 2014). De acordo com estes autores, as teorias conspiratórias surgem sempre associadas a eventos negativos ou inesperados, buscando vinculá-los a um fator causal oculto ilegal ou malévolo. Por exemplo, a pandemia do COVID-19, trouxe consigo incertezas de uma doença

desconhecida, altamente transmissível e potencialmente debilitante ou fatal. Tais eventos, por vezes, dão origem a teorias conspiratórias, que podem ser definidas como crenças explicativas utilizadas para compreender as ações de grupos ou organizações que se unem em um acordo secreto e tentam atingir um objetivo oculto, sendo este percebido como ilegal ou malévolo. Por exemplo, a guerra do Iraque que aponta como resultado de um plano secreto promovido por empresas poderosas do sector petrolífero (Swami et al., 2014)

Durante muito tempo as teorias conspiratórias foram deixadas, quase que completamente à mercê de disciplinas como História e Ciências Sociais. Há alguns anos, as teorias conspiratórias estavam atreladas a visões políticas extremistas e, por conseguinte, deixaram de lado a importância que poderiam ter na explicação de eventos sociais. Porém, dado o aparente aumento da popularidade desse modelo explicativo leigo, diversos psicólogos passaram a dar atenção ao fenômeno.

Na década 1980, Carl Graumann observou que embora as teorias conspiratórias fossem consideradas um tópico de “interesse psicológico intrínseco”, não havia a presença de um corpo substancial de pesquisas psicológicas dedicadas às teorias conspiratórias (Prooijen e Acker, 2015). A partir dessa década, de acordo com Byford (2014), diversos estudos começaram a explorar os fatores psicológicos que poderiam explicar a suscetibilidade que as pessoas apresentavam a crenças conspiratórias, e promoveram, assim, um gradual surgimento no interesse da Psicologia em estudar as teorias conspiratórias. Eventos demasiadamente recentes, como a atual pandemia de COVID-19, são mais susceptíveis ao surgimento das teorias conspiratórias, tanto pela quantidade de informações disponíveis sobre a doença, quanto pelas emoções envolvidas.

Um estudo da Escola de Psicologia da Universidade de Kent, no Reino Unido sustenta que as teorias conspiratórias surgem como consequências que podem ser definidos como epistêmicos (compreensão do ambiente), existências (segurança e controlo do próprio ambiente) e social (manutenção de uma imagem positiva de si mesmo e do grupo social). O estudo defende que as teorias conspiratórias, embora variem na temática, todas teorias têm uma característica comum: elas sugerem a existência de um plano malévolo, levado a cabo por grupos, pessoas ou seres extraterrestres que controlam o mundo para prejudicar ou pôr fim a humanidade tal qual a conhecemos.

3.1.3. O poder de atração das teorias conspiratórias

As teorias conspiratórias são atrativas por exercerem funções importantes para a identidade pessoal, social e política dos que nelas acreditam (Lewandowsky *et al.*, 2016). Assim, estes autores consideram as seguintes funções das teorias conspiratórias atrativas:

1. As teorias conspiratórias atribuem um sentido ao mundo porque excluem o caos e a coincidência. Também tornam o mundo inteligível ao fornecerem uma explicação simplista sobre transformações políticas e sociais. São uma estratégia para lidar com a incerteza e resolver a ambiguidade. É mais fácil para algumas pessoas aceitar que um grupo de malfeitores está secretamente puxando os cordelinhos do que enfrentar a possibilidade de que não exista ninguém e que às vezes as coisas simplesmente aconteçam. Deste modo, as teorias da conspiração cumprem funções semelhantes às da religião, fornecendo uma explicação sobre como o mundo funciona e um sentido de identidade e de propósito pessoais. Estão, portanto, frequentemente associadas a uma tendência para crenças esotéricas ou a uma forma de "pensamento mágico";
2. As teorias conspiratórias incriminam pessoas e não forças abstratas, por eventos e desenvolvimentos políticos na sociedade. São uma ferramenta importante para o que as ciências sociais chamam de "outro": possibilitam que seus crentes identifiquem bodes expiatórios e estabeleçam uma linha clara entre um "nó". Assim sendo, podem forjar fortes sentimentos comunitários. Do mesmo modo, possibilitam que os que nelas acreditam assinalem uma pertença de grupo. Por exemplo, ao expressar teorias conspiratórias contra vacina de COVID-19, as pessoas podem indicar que fazem parte da comunidade que acredita em medicinas alternativas e segue um estilo de vida alternativo, ou ao expressar teorias conspiratórias ao favor das ações terroristas na província de Cabo Delgado, norte de Moçambique, as populações desta província podem indicar que fazem parte das comunidades que acreditam em governação alternativa para a defesa da exploração dos seus recursos naturais (gás natural e petróleo) e suas terras que consideram expropriadas;
3. As teorias conspiratórias desresponsabilizam os que nelas acreditam. Como os conspiradores poderosos são incriminados por tudo o que sucede, os crentes não podem ter tido qualquer participação na ocorrência e precipitação dos acontecimentos;

4. As teorias conspiratórias permitem ao que nelas acreditam se demarcarem das massas. Como se transformaram numa forma estigmatizada de conhecimento no mundo ocidental nas últimas décadas, não é mais socialmente aceitável acreditar nelas. Mas os crentes sempre se podem confortar com a ideia de que ao contrário do resto da população acordaram e entenderam o que realmente está acontecendo e;
5. As teorias conspiratórias também podem canalizar descontentamento e críticas sociais, concretamente sobre o modo de funcionamento das instituições públicas. Podem ser um meio de contestação política e uma estratégia de rebelião contra a autoridade (por exemplo, ações terroristas em Cabo Delgado, norte de Moçambique que justifica a defesa de exploração dos recursos naturais em benefício da população local), mesmo que incidem no alvo errado.

Hume (1988) defende que a paixão de surpresa e admiração provocada por milagres, sendo essa uma emoção agradável, confere às pessoas uma tendência para serem sensíveis a esses eventos, o que também acontece com as teorias conspiratórias. Segundo o autor, por muito fantasiosos que os milagres ou as teorias conspiratórias possam parecer, as pessoas tendem a acreditar neles pelas boas sensações que experimentam quando tomam conhecimento dos mesmos.

Clake (2002) afirma ainda que as pessoas acreditam nas teorias conspiratórias com base em poucas evidências, menos do que aquelas que seriam precisas para validar outra qualquer crença, prova de que é plausível admitir que elas são emocionalmente atraídas por essas teorias. Na sua análise sobre o que leva as pessoas a acreditarem nas teorias conspiratórias, apesar de estas serem relativamente mal vistas na sociedade, o autor constatou que a tarefa dos difusores dessas teorias está facilitada pelos sentimentos que as mesmas despertam no público. É plausível acreditar que as pessoas são atraídas para acreditar nas teorias conspiratórias por causa das emoções que estas provocam nelas, defende o autor.

Os chamados “populares” (público em geral) são considerados os mais facilmente se deixam atrair pelas teorias conspiratórias, sendo geralmente considerados um alvo mais fácil. As explicações ainda não comprovadas, muitos teóricos defendem que as teorias conspiratórias são direcionadas para massas e apenas por elas aceites. Segundo Clake (2002), os criadores das teorias conspiratórias são defensores de ideias que geralmente são bastante

populares, com o intuito de chegar às massas, tendo em conta as dificuldades de se credibilizarem perante um público intelectual. O autor afirma que as massas são vistas como propensas a fantasiar e fáceis de manipular.

3.1.4. Autores das teorias conspiratórias e os seus seguidores

Hallett (2014, citado por Neves, 2021) ao estudar a dinâmica das teorias conspiratórias, tentou perceber quais as motivações dos defensores de teorias conspiratórias e a forma como eles perspectivam o mundo e a realidade, a sua forma de criação e difusão, tendo concluído que a dinâmica das teorias conspiratórias é praticamente a mesma, variando apenas os protagonistas e os seus contornos. Para Joseph (1994), as teorias conspiratórias reivindicam um conhecimento especial sobre um algo para advertir os seus concidadãos sobre uma conspiração subversiva e traiçoeira que visa atacar o bem comum. De acordo com o autor, quem difunde as teorias conspiratórias anuncia que os planos estão em via de conclusão, de modo que é necessária uma intervenção rápida e decisiva para evitar outros transtornos, acrescentando ainda que em diferentes períodos da história os nomes dos vilões muda, mas o essencial da visão conspiratória permanece igual.

Barkun (2003), no seu livro *“A culture of conspiracy: Apocalyptic Visions in Contemporary América,”* tentou estudar a origem das teorias conspiratórias e perceber as principais motivações dos seus criadores e seguidores. O autor constatou que há uma preocupação obsessiva com a amplitude de poderes considerados maléficos e ocultos, tendo verificado que as teorias conspiratórias moldam o mundo, em termos de luta entre o bem e o mal, que essa polarização irá ao final da história, quando o mal será, definitivamente derrotado. Os adeptos das teorias conspiratórias veem a história como controlada por forças demoníacas, onde o mal está fora da verdadeira comunidade, mas em outros, definidos como estrangeiros bárbaros, muitas vezes disfarçados de inocentes.

Steiger e Steiger (2006) constataram que os teóricos conspiratórios acreditam que numerosos grupos ocultos europeus têm sido moldados em torno da crença de que uma sociedade secreta de séculos possui um elevado nível de conhecimentos científicos, sendo esses cuidadosamente guardados e escondidos do resto da humanidade desde então. Os autores continuam com a análise e verificaram que os seguidores das teorias conspiratórias alimentam a crença de que os membros dessa sociedade secreta não sentem nenhuma responsabilidade para com aqueles que estão fora do grupo. Eles podem estar apenas a ganhar tempo até transformarem mais humanos em seus escravos, para no futuro poderem dominar o mundo.

Na mesma linha de pensamento, Knight (2000) dedicou-se a estudar o significado atribuído às teorias conspiratórias, concluindo que as mesmas funcionam para reforçar o sentimento do “nós” ameaçado por um sinistro. As narrativas da conspiração capturam um sentimento de incerteza sobre como os eventos históricos se desdobram e sobre quem conta a versão oficial dos mesmos. O autor afirma que a recente cultura de conspiração é marcada por um ar de cinismo, onde as pessoas estão preparadas para acreditar no pior sobre o mundo em que vivem, mesmo que também mostrem uma nostálgica credulidade ao ir descobrindo continuamente que as coisas são de facto tão más como se suspeitava.

Desse modo, Zarefsky (1984) identificou oito princípios que compõem o gênero da teoria conspiratória. Os primeiros quatro princípios referem-se ao contexto e situação, explicando como os argumentos conspirativos são legitimados, e os quatro seguintes dizem respeito à estrutura desses próprios argumentos. Assim, os quatro princípios relativos ao contexto e situação são:

- 1) *Explicar um mal ambíguo.* Este princípio indica que para uma conspiração ser amplamente aceite ela deve explicar um mal ambíguo. O autor indica que os adeptos das teorias conspiratórias usualmente identificam os agentes que têm um motivo claro para afligir a sociedade e define os meios pelos quais o agente (do mal) está a fazê-lo. Este tipo de identificação oferece assim à sociedade o alvo a quem culpar;
- 2) *Explicar um padrão de anomalias.* Neste princípio se afirma que um argumento pode ser aceite quando explica um padrão de anomalias. Indivíduos ganham força com um argumento devido à sua habilidade para explicar “paradoxo e incongruência”. O autor salienta que quando um grande número de acontecimentos ocorre e parece desenvolver um padrão, a necessidade para explicar esses acontecimentos aumenta fortemente;
- 3) *Posições de polaridade resolvem a ambiguidade.* Os argumentos conspirativos são mais aceites quando as posições de polaridade são usadas para resolver a ambiguidade. Este princípio segue a ideia de que as coisas realmente não são como parecem. Este argumento dá às pessoas uma clara escolha de alternativas;
- 4) *A aceitação aumenta em épocas de tensão social.* Por fim, os argumentos conspirativos são mais geralmente aceites em épocas de tensão social. O autor assinala que, embora seja surpreendente pensar que alguém está a elaborar um plano

malévolo, é também tranquilizador descobrir na realidade o que foi acontecendo. Essa sensação de tranquilidade permite aos indivíduos dar sentido a vários fenômenos e estar alerta, de guarda.

Já os quatro princípios apresentados por Zarefsky (1984) quanto à estrutura dos argumentos das teorias conspiratórias são:

- 1) *Inversão do fardo da prova.* A primeira estratégia que os teóricos da conspiração talvez usam para tornar a sua teoria credível é fazer a inversão do fardo da prova de si mesmos e atirá-lo para os seus adversários;
- 2) *Os motivos são comprovados por resíduos.* A segunda maneira de os argumentos serem credíveis é verificar se os motivos são comprovados por resíduos. O que isto significa é que o argumento não será, provavelmente, persuasivo, a não ser que o alegado criador da teoria da conspiração mostre ter tido um motivo para participar no enredo tortuoso. Este princípio pergunta: “Que motivo tinhas tu para fazer X se tu não estavas à espera que X acontecesse?” ou “Que motivo tinhas tu para fazer X se não fazes parte da teoria conspiratória?”. O autor argumenta que este método de argumentação é superior porque o adversário tem de recorrer a uma explicação alternativa. Mas se uma explicação alternativa é dada, o argumento poderá encobrir a verdade;
- 3) *Inferências são mais persuasivas.* Porque as inferências tendem a ser mais persuasivas partindo de uma evidência do que dos próprios documentos reais, já que o poder do documento mantém a sua dependência do contexto no qual é colocado. Mesmo que seja o teórico conspiratório quem escolha o contexto, o adversário pode rejeitá-lo como prova de redefinir o contexto. As inferências permitem ao teórico pegar num acontecimento ambíguo e insignificante e torná-lo parte de um quadro maior;
- 4) *A resposta do adversário.* Embora o último princípio trate mais com a resposta do adversário, também é considerado parte do argumento conspirativo. Quando um teórico conspiratório alega a existência de uma conspiração, o adversário pode responder de uma das três maneiras: pode negar completamente a alegação e negar-lhe provimento; pode oferecer uma visão alternativa dos acontecimentos ou detalhes; ou pode fazer uma contra-acusação. Se a primeira resposta é escolhida, então deve ser associada a uma transferência bem-sucedida do fardo da prova. Se a segunda for escolhida, pode

funcionar em circunstâncias questionáveis, mas será difícil de sustentar em resposta às evidências documentais. Mas, se a terceira for escolhida, permitirá ao adversário afligir o teórico conspiratório com as mesmas dificuldades que ele/ela enfrenta. O autor refere que os contra-argumentos são as respostas mais eficientes para uma reivindicação de conspiração. O autor defende que estes oito princípios trabalham juntos para criar o gênero do argumento conspirativo.

Tentando traçar o perfil de quem cria as teorias conspiratórias, Hofstadter (1964) identificou os principais praticantes do discurso da conspiração como extremistas políticos. Goodnight e Poulakos (1981) observaram que esses conspiradores são vistos como seres “perturbados, anormais, brutais, poderosos e inteligentes”, sendo que essa imagem dificulta a crença de algumas pessoas, sobretudo as mais instruídas, nas suas teorias. Clarke (2002) vai mais longe e afirma que os conspiradores são tipicamente vítimas de uma forma de insuficiência cognitiva.

3.1.5. Características das teorias conspiratórias

Com os tentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos da América e a pandemia de COVID-19 em todo mundo, assistiu-se a um aumento das teorias conspiratórias nocivas e enganosas, que se propagaram principalmente em linha. As razões pelas quais se acreditaram nessas narrativas conspiratórias são múltiplas e complexas. Sentimentos de vulnerabilidade, de isolamento ou de impotência criam a disposição das pessoas, partilhando com outras pessoas os mesmos sentimentos e receios, o que contribuiu para a disseminação das teorias e crenças conspiratórias. Assim e, de acordo com o UNESCO (2022), as teorias conspiratórias apresentam características sedutoras, estas têm como principais características:

- ✓ Alegado de um plano secreto; Tem um grupo de conspiradores;
- ✓ Tem elementos de prova que parecem confirmar a teoria conspiratória;
- ✓ Apresentam sugestões de que nada acontece por acaso que não há coincidência, de que nada é o que parece e tudo está interligado;
- ✓ Tem a divisão do mundo entre bons e maus;

- ✓ Apresentam a designação de pessoas ou grupos como bodes expiatórios;
- ✓ São sempre narrativas simples, no sentido em que concentram responsabilidade pelos acontecimentos num determinado grupo-alvo, ao contrário da complexidade inerente a compreensão científica dos fenómenos;
- ✓ Tirando partido das potencialidades comunicacionais da imagem e do vídeo, as teorias conspiratórias utilizam discursos de fácil apreensão e constroem visões globais dos fenómenos, oferecendo sentimentos de conforto.
- ✓ Grupos constituídos por pessoas de origem diferente e a crença na sua suposta internacionalidade malévola faz ativar planos de resposta que podem incluir discriminação, discurso de ódio ou mobilização para ação violenta.

Os estudiosos caracterizam as teorias conspiratórias como uma tentativa de explicar a causa de um evento que, geralmente, é de natureza política ou social, supostamente planejado a partir de uma aliança secreta entre organizações e indivíduos (Jolley *et al.*, 2017).

3. 2. Crenças em teorias conspiratórias

A crença nas teorias conspiratórias já foi associada à paranoia e a outros problemas psicológicos no passado (Zonis & Joseph, 1994). E, embora alguns teóricos da conspiração possam ser paranoicos, a crença em tais teorias encontra-se demasiado disseminada para ser explicada em termos de anomalia psicológica. Em algumas pesquisas em torno da crença em teorias conspiratórias, descobriu-se que a maioria dos cidadãos acreditam em uma ou mais teorias conspiratórias. Em estudos na área da psicologia, concluiu-se que pessoas que se sentem impotentes ou com dificuldades em aceitar incerteza são particularmente propensas a crer em teorias conspiratórias. Noutros estudos também se concluiu que a probabilidade de acreditar em teorias conspiratórias diminui com o nível de educação. Houveram igualmente pesquisas que demonstraram que os crentes em teorias conspiratórias pertencem a todas as etnias e estilos de vida.

Swami *et al.* (2014), partindo da perspectiva de que as crenças em teorias conspiratórias podem ser entendidas a partir do processamento de informação automático e controlado, constataram que tais crenças se correlacionaram positivamente com o

pensamento automático, tendo feito negativamente com o pensamento controlado. Estes autores ressaltaram que o estilo de pensamento controlado se associa negativamente com as crenças em teorias conspiratórias por esse tipo de pensamento levar a um processo mais cuidadoso e minucioso da informação aumentando assim a atenção no conteúdo da mensagem. Por outro lado, o pensamento automático se correlaciona de maneira positiva com estas crenças por esse tipo de processamento ter em conta informações de maneira rápida e não sistemática, estando mais associado ao uso de atalhos cognitivos.

Atualmente, os indivíduos constantemente se defrontam com eventos ou fatos que colocam em risco a estabilidade social. Esses eventos servem de base para o desenvolvimento de teorias conspiratórias. Tais teorias podem ser conceituadas como crenças que servem para explicar comportamentos e ações de grupos ou organizações secretas (Zonis & Joseph, 1994). A partir disso, as teorias conspiratórias estão relacionadas com argumentos não convencionais ou ilusórios para eventos que normalmente vão contra a uma interpretação já oficial e politicamente correta de um dado acontecimento (Prooijen & Acker, 2015).

Douglas *et al.* (2017), revisando estudos da literatura, sugerem que a adesão às explicações baseadas em teorias conspiratórias satisfaz necessidades psicológicas importantes, que podem ser identificadas como *epistêmicas* (e.g. desejo de compreensão, precisão e certeza subjetiva), *existência* (e.g. desejo de controle e segurança) e *sociais* (e.g. desejo de manter uma imagem positiva do eu ou do grupo). Estes autores ressaltam que sua taxonomia é útil para classificar as motivações associadas ao endosso de crenças conspiratórias.

Para Heider (1958, citado por Leman & Cinnirella, 2013)), encontrar explicações causais para eventos é parte fundamental da construção de uma compreensão estável, precisa e internamente consistente do mundo social. Desde modo, a motivação epistêmica inclui a necessidade de reduzir a incerteza e o desconforto do indivíduo, frente à informação que não está disponível, proporcionando significado e sentido aos eventos. Neste sentido, as teorias conspiratórias fornecem explicações amplas e internamente consistentes, que possibilitam que as pessoas preservem suas crenças diante de situações que envolvem incerteza e contradição.

De facto, a crença em teorias conspiratórias é mais forte quando os eventos são especialmente grandes ou significativos e deixam as pessoas insatisfeitas com explicações superficiais (Leman & Cinnirella, 2013), ou quando elas experimentam ansiedade como resultado de eventos que não possuem respostas oficiais claras (Marchlewska *et al.*, 2018). Portanto, tais crenças podem satisfazer necessidades epistêmicas, como proteção de acontecimentos que geram incerteza, estando associadas com níveis mais baixos de pensamento analítico e escolaridade (Swami *et. al.*, 2014; Douglas *et. al.*, 2016), assim como à tendência a superestimar a probabilidade de acontecimento que não existem (Brotherton & French, 2014). Por exemplo, no caso de Cabo Delgado, a falta de respostas sobre o benefício do resultado dos megaprojetos de gás natural e petróleo em implementação para as populações locais levou ao surgimento do conflito armado/terrorismo.

As explicações baseadas em pensamentos conspiratórios também atendem a necessidade de que as pessoas têm de se sentirem seguras e exercerem controle sobre o meio ambiente (Swami *et. al.*, 2014). Por exemplo, aquelas que sentem esse controle ameaçado costumam ter em conta as teorias conspiratórias como forma de rejeitar narrativas oficiais e criar explicações alternativas, reduzindo o sentimento de ameaça e instabilidade (Bost & Prunier, 2013). Além disso, estudos recentes indicam que as pessoas aderem às teorias conspiratórias quando se sentem ansiosas, importantes e percebem falta de controle sociopolítico (Abalakina-Paap *et al.*, 1999; Bruder *et al.*, 2013; Grzesiak-Feldman, 2013).

As ideias conspiratórias ainda são motivadas por necessidades sociais, a exemplo do desejo de pertencer a um grupo e manter uma imagem positiva tanto de si quanto do grupo. Por exemplo, tal como tem sido sugerido que as teorias conspiratórias valorizam o eu e o grupo ao permitir que a culpa de resultados negativos seja atribuída a outros (Douglas *et. al.*, 2017; Marchlewskaa *et. al.*, 2018). Neste sentido, segundo Cichocka *et.al.* (2016), pode-se esperar que as teorias conspiratórias sejam particularmente atraentes para pessoas que consideram que a imagem de si ou do grupo esteja sendo ameaçada.

Os estudos experimentais sobre este assunto sugerem que os membros de grupo que têm status social baixo devido a sua etnia (Crocker *et al.*, 1999) ou renda (Uscinski & Parent, 2014) são mais propensos a aderir às teorias conspiratórias, estando estas também associadas ao preconceito contra grupos percebidos como inimigos (Kofta & Sedek, 2005) e poderosos (Imhoff & Gruder, 2014). Tais descobertas sugerem que estas teorias podem ser utilizadas para aliviar o grupo de uma sensação de posição desfavorecida (Bilewicz *et al.*, 2013). Por

exemplo, o estudo realizado pelo Instituto de Estudos sociais e Econômicos (IESE, 2019) sobre a origem do terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique aponta que a desvalorização das pessoas da etnia muasi pelo governo local pode ser a causa do terrorismo na região.

De acordo com Douglas *et. al.* (2017); Swami *et. al.* (2014), apesar do crescente interesse da Psicologia sobre as teorias conspiratórias, ainda se faz necessário a realização de novas pesquisas que contribuam para conhecer de maneira mais aprofundada as crenças em teorias conspiratórias.

5.2.1. *Motivações das crenças em teorias conspiratórias*

Sapountzis e Condor (2013) e Uscinski e Parent (2014) demonstraram nos seus estudos que a adesão a explicações baseadas em teorias conspiratórias satisfaz necessidades psicológicas importantes, caracterizadas como epistêmicas (e.g., desejo de compreensão, precisão e certeza subjetiva), existenciais (e.g., desejo de controle e segurança) e sociais (e.g., desejo de manter uma imagem positiva do eu ou do grupo). De acordo com estes autores, esta taxonomia é útil para classificar as motivações associadas ao endosso à crenças de uma conspiração.

Para Heider (1958), encontrar explicações causais para eventos é parte fundamental da construção de uma compreensão estável, precisando internamente consistente do mundo social. A motivação epistêmica inclui a necessidade de reduzir a incerteza e o desconforto do indivíduo face a uma informação que não está acessível, proporcionando-a um significado e sentido. Desta maneira, as teorias conspiratórias fornecem explicações amplas e internamente consistentes, que possibilitam que as pessoas preservem as crenças diante de situações que envolvem incerteza e contradição. Por exemplo, no caso de Cabo Delgado, norte de Moçambique, as populações vivem em situações de incerteza e contradição diante de crenças de que a exploração dos naturais (gás natural e petróleo) recentemente descobertos pelas empresas multinacionais estrangeiras vai trazer conflito armado.

A esse respeito, Rezende (2019) ao realizar estudos acerca das crenças em teorias da conspiração verificou que tais crenças dentro do campo da Psicologia Social vêm sendo utilizadas como um recurso para encontrar equilíbrio cognitivo. O autor afirma que o estudo das teorias conspiratórias na abordagem cognitiva é mais predominante dentro da Psicologia

Social. Nesta perspectiva, sugere-se que a crença em teorias conspiratórias é mais forte quando os eventos são especialmente grandes ou significativos e deixam as pessoas insatisfeitas com explicações superficiais (Leman & Cinnirella, 2013), ou quando elas experimentam ansiedade como resultado de eventos que não possuem respostas oficiais claras (Marchlewska *et al.*, 2018).

No caso específico da província de Cabo Delgado, norte de Moçambique, as teorias conspiratórias ganharam terreno por falta de explicações convincentes sobre o benefício das populações locais dos grandes megaprojetos de exploração de gás natural e petróleo, apropriação das terras dos nativos para implantação desses megaprojetos. Portanto, segundo (Swamiel *et al.* (2014)), estas teorias satisfazem necessidades epistêmicas, tais como a proteção de acontecimentos que geram incerteza cognitiva, estando associadas com níveis mais baixos de pensamento analítico e escolaridade (Douglas *et al.*, 2016), assim como se relacionam com a tendência a superestimar a probabilidade de acontecimentos que não existem (Marchlewska *et al.*, 2018).

3.2.2. Crenças em teorias conspiratórias, atitudes e valores humanos

Crenças resultam do conhecimento que temos de nós próprios e dos outros objetos. Elas nem sempre correspondem, de maneira objetiva ao conhecimento que temos sobre um dado fenômeno. A título de exemplo, antes do ano 2000, havia uma crença generalizada de que neste ano ocorreria o fim do mundo e muitas pessoas declararam acreditar nisso (Roberts, *et al.*, 2005).

As crenças podem ser formadas de maneira espontânea, em razão da nossa compreensão sobre um dado fenômeno ou fato, no processo de aquisição do conhecimento (Roberts *et al.*, 2005). Na vida somos confrontados com aquisições de diversos conhecimentos e, nessas situações, por vezes, de uma maneira não premeditada, formamos nossas crenças em relação a essas informações que recebemos. Existem aquelas crenças que são formadas de maneira premeditada, por serem relevantes para o indivíduo, bem como para a comunidade onde ele está inserido.

Para Roberts *et al.* (2005), as crenças não são formadas apenas tomando como base o conhecimento que temos do mundo, pois as pessoas têm critérios heurísticos para decidir se acreditam ou não em um determinado fenômeno. Um dos critérios para que as pessoas possam passar a acreditar em um determinado fenômeno é que elas tenham muitas informações sobre esse fenômeno. Isso quer dizer que nossas crenças dependem também da

informação memorizada que temos desse fenômeno. Normalmente, as pessoas lembram-se mais facilmente de eventos que acontecem frequentemente, mas essa afirmação pode não ser verdadeira porque os eventos podem se apresentar de forma diferente, em termos de intensidade, ou de modo um pouco diferente do evento memorizado anteriormente.

A exposição frequente a programas de televisão como a novela, por mais que as pessoas tenham a capacidade de diferenciar o que é real do que é ficção, pode influenciar o julgamento das pessoas. Parece que as novelas, por mais que sejam fictícias, em algumas situações tendem a influenciar fortemente a maneira como as pessoas fazem os seus julgamentos (Roberts *et al.*, 2005).

As crenças também podem ser formadas tomando como base os motivos. As pessoas podem estar motivadas em manter uma boa imagem ou para acreditar em um mundo justo. Estes motivos, de certa maneira, podem influenciar na formação das nossas crenças. Se as pessoas acreditam no mundo justo, por exemplo, podem ter a crença de que todos aqueles que estão sofrendo uma determinada enfermidade são responsáveis por isso. Mas, se sabem que isso não é verdade, que alguém pode estar infectado pelo HIV porque precisou de transfusão de sangue e, nesse procedimento, por um erro no rastreio do sangue, ele ficou infectado, para mudar essa crença da responsabilidade individual por ter se infectado com o HIV, a crença central, do mundo justo, também deveria ser mudada.

Segundo Andle (2004), as crenças podem ser preditoras de comportamento. Uma pessoa se sente cansada, quer se livrar desse cansaço e acredita que tomando café acaba com o cansaço. Se não tiver nenhuma contraindicação para ingerir café e no local onde estiver houver café à disposição, poderá tomar porque quer se livrar do cansaço. Nesse sentido, podemos dizer que as crenças podem atuar como reguladores do comportamento.

A popularidade das teorias conspiratórias é sustentada pela sua recente inserção no campo de pesquisa da psicologia social (Jolley *et al.*, 2017; Lobato *et al.*, 2014; Oliver & Wood, 2014; Swami *et al.*, 2014) que, em síntese, vêm dando enfoque na identificação de fatores que distinguem os indivíduos que endossam crenças conspiratórias daqueles que não apresentam tais crenças.

Além disso, a pesquisa psicológica tem se centrado também em identificar os déficits perceptuais ou cognitivos que levam os indivíduos a adotar explicações conspiratórias. De acordo com Kruglanski (1987), as teorias da conspiração podem ser sustentadas por ilusões cognitivas capazes de dar coerência a uma realidade não explicável. Ressalta-se que foi a partir do início da década de 1990 que os psicólogos começaram a examinar as bases sócio-

cognitivas das teorias conspiratórias (Butler *et al.*, 1995; Douglas & Sutton, 2008).

Clarke (2002), por exemplo, as discutiu no contexto do viés de atribuição fundamental. O autor em questão vai elencar que devido à tendência geral de superestimar a importância dos fatores desposicionais e subestimar os fatores situacionais, os teóricos da conspiração estarão mais propensos a culpar os agentes conspiradores mesmo quando há explicações situacionais coerentes sobre um determinado evento. Este viés pode ser aumentado quando os indivíduos experimentam emoções intensas desencadeadas por eventos catastróficos, que, por sua vez, auxiliam na disseminação de teorias conspiratórias e fornecem uma justificativa para esses estados afetivos (Sunstein & Vermeule, 2009).

McHoskey (1995) também discutiu as teorias conspiratórias no contexto da assimilação tendenciosa da informação e das atitudes. Especificamente, McHoskey (1995) demonstrou que os indivíduos tendiam a aceitar de forma acrítica evidências que apoiavam seu próprio argumento, desacreditando em evidências contrárias às suas crenças. Por outro lado, quando os participantes foram expostos a informações distintas, tendiam a variar em suas atitudes, apresentando uma maior aceitação do seu ponto de vista em detrimento de informações que contrariavam suas crenças.

Vários pesquisadores das atitudes, entre eles Ajzen (2001), conceitualizam e operacionalizam as atitudes a partir de três componentes, justificando denominá-los de modelos tripartidos: o cognitivo, que diz respeito a crenças. Conhecimento, informações e opiniões, sejam eles consciente ou inconsciente, por meio das quais a atitude é expressa; afetivo, que se refere aos sentimentos e as respostas fisiológicas expressas na atitude e; finalmente, comportamental, que diz respeito aos processos que permitem a estruturação de uma intenção do comportamento e preparam o indivíduo para agir determinada maneira. Portanto, as crenças e comportamentos estão associadas às atitudes (Ajzen, 2001). A propósito, existem evidências de diversos estudos sobre a importância das atitudes na predição de diversas crenças e comportamentos, como uso de drogas (Miller *et al.*, 2002).

De acordo com Triandis (1995) as atitudes envolvem o que as pessoas pensam, sentem e como elas gostariam de se comportar frente a um objeto atitudinal. Tanto quanto as atitudes, os valores humanos configuram-se como um construto importante no processo seletivo das ações humanas (Rokeach, 1973). Os valores humanos têm sido de primordial importância na explicação do comportamento das pessoas, dada a sua capacidade de orientar tanto as suas atitudes como as suas escolhas (Rokeach (1973), constituindo-se um construto preponderante para o entendimento de muitos fenômeno sociopsicológicos (Bardi & Schwartz, 2001). Nesta visão, as teorias conspiratórias ajudam os indivíduos a dar sentido a

um mundo que foge de seu controle, oferecendo explicações aparentemente coerentes para eventos sociais complexos (Miller, 2002).

Em volta da discussão sobre as teorias conspiratórias, Douglas e Sutton (2011) argumentam que os psicólogos sociais não devem dar atenção ao fato de as teorias conspiratórias serem “verdadeiras” ou “falsas”, mas devem dar ênfase ao porquê de as pessoas acreditarem em certas ideias conspiratórias para explicar a realidade social. Nessa conjuntura, é inegável a influência que as teorias conspiratórias exercem no cotidiano dos indivíduos.

A partir de uma pesquisa de opinião realizada por Byford (2011), por exemplo, verificou-se que uma proporção substancial (cerca de 90%) de pessoas no mundo ocidental admite acreditar em alguma forma de teoria conspiratória. Tendo em conta o facto de que as crenças conspiratórias são consideravelmente difundidas no meio social, vários estudos têm sido realizados a fim de dar suporte à relação entre teorias conspiratórias e construtos tratados pela psicologia social, tais como o engajamento político e comportamentos ambientais (Jolley & Douglas, 2014a), ideologia (Byford, 2014), heurísticas e equilíbrio cognitivo (Leman & Cinnirella, 2013), entre outros.

Um outro estudo sobre influência das teorias conspiratórias no cotidiano dos indivíduos realizado por cientistas comportamentais e liderado pelo Filósofo Australiano Steve Clark (2002), concluíram que mesmo aquelas pessoas que não acreditam nas teorias conspiratórias ainda podem sofrer sobre o impacto das narrativas conspiratórias. O estudo mostrou que os sujeitos que foram expostos a uma teoria conspiratória por apenas três minutos agiram de maneira diferente em relação ao grupo que não foi exposto ao mesmo conteúdo. Assim, os cientistas comportamentais concluíram que a teoria conspiratória tem a influência sobre como alguém percebe o mundo e as outras pessoas, o que pode levar a comportamentos tanto positivos como negativos.

5.2.3. Atitudes, teorias conspiratórias e valores humanos: explicadas a partir dos traços da personalidade sombria.

Nos últimos anos, constata-se que houve um aumento substancial na disseminação de teorias conspiratórias dos ventos stressantes e crises sociais como desastres naturais, crises financeiras, ataques terroristas e pandemias acarretam um cenário social e político permeado de incertezas, desconfianças, sentimentos de ansiedade e falta de controlo (March & Springer, 2019).

Na tal conjuntura, segundo Hollander (2018), as teorias conspiratórias se tornam um instrumento eficaz para criação de sentido ao proporcionar às pessoas uma sensação de segurança e significado no mundo quando os eventos são considerados ameaçadores. Neste sentido, Swami *et.al.* (2017) afirmam que os termos “teorias conspiratórias”, “conspiracionismo”, “ideias conspiratórias” ou ainda “pensamento conspiratório” residem na crença de que grupos poderosos manipulam eventos sociais para alcançar objetivos que são considerados prejudiciais para sociedade (*e.g.*, manipulação de informações, alteração de dados pelo governo).

Uma outra característica primordial das teorias conspiratórias é que apesar de carecer de bases científicas confiáveis, elas fornecem alternativas aparentemente fundamentadas para explicar e contestar as versões oficiais dos fatos. Assim, as teorias conspiratórias se tornam particularmente convincentes quando uma informação parece inadequada ou um evento não tem explicação plausível. Nesse contexto, os indivíduos aderem às teorias conspiratórias como forma de facilitar a compreensão das origens e consequências de eventos que são tidos como significativos ou ameaçadores (Swami *et al.*, 2016).

Mediante o exposto, tais teorias atribuem importantes eventos sociais e políticos às ações de grupos considerados poderosos e malévolos. A esse respeito, diversos resultados de vários estudos fornecem suporte para essa visão, indicando que essas teorias estão fortemente associadas à desconfiança política, falta de credibilidade nas instituições e atitudes negativas frente a governantes (Swami *et al.*, 2012). Assim, como por exemplo, os estudos realizados pelos pesquisadores Habibe *et al* (2017, 2019) sobre o terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique apontam que as populações desta região do país, influenciadas pelas narrativas conspiratórias, acreditam nas ações terroristas como solução dos seus problemas sociais, pois, as crenças conspiratórias satisfazem importantes necessidades psicológicas, permitindo que as pessoas deem sentido aos eventos, evitem sentimentos de incerteza e ansiedade existencial (Swami *et al.*, 2010), estando relacionadas com as características individuais de cada pessoa.

Swami *et al.* (2017) afirmam que apesar de as teorias conspiratórias serem por vezes associadas a psicopatologias latentes, como a esquizofrenia e paranoia, os psicólogos sociais da personalidade vêm apresentando um crescente interesse em explicar as ideias conspiratórias nas populações, mostrando que as pessoas que acreditam nas mesmas assumem um perfil específico de personalidade.

A esse respeito, Swami *et al.* (2016) realizaram um estudo para verificar a associação existente entre crenças em teorias conspiratórias e distúrbios de personalidade. Para tal,

utilizou-se uma amostra de 259 indivíduos da população (não-clínica), que foram solicitados a responder medidas de crenças em teorias conspiratórias e ao Inventário de Personalidade para o DSM-V, composto por 25 facetas. Os resultados mostraram que as teorias conspiratórias se correlacionaram com insensibilidade, desregulação perceptiva, excentricidade e suspeita. Todavia, os autores ressaltam que um olhar psicopatológico oferece apenas uma contribuição parcial no entendimento da popularidade das teorias conspiratórias, e sugerem que certos traços de personalidade podem contribuir para assimilação ou manutenção de ideias conspiratórias.

Na tentativa de ampliar o entendimento da relação entre as teorias conspiratórias e a personalidade, estudiosos da área têm se utilizado da abordagem de traços, especificamente dos Cinco Grandes Fatores da Personalidade (CGF) ou *Big Five*, pois este modelo ganhou espaço nos estudos sobre as teorias conspiratórias, principalmente por apresentar uma base empírica sólida e por não ser construído a partir de observações clínicas de pacientes emocionalmente instáveis, mas pela observação de pessoas emocionalmente saudáveis (Swami *et al.*, 2016).

Em torno desse cenário, Swami *et al.* (2010) verificaram nos seus estudos a relação existente entre as crenças conspiratórias sobre o acontecimento de 11 de setembro de 2001 e a estrutura da personalidade do *Big Five*. Com uma amostra de 257 indivíduos, os autores evidenciaram que o traço de abertura à mudança esteve positivamente correlacionado com a exposição de ideias conspiratórias. Em estudo posterior, Swami *et al.* (2012) também encontraram uma associação positiva entre essas variáveis, evidenciando que a curiosidade intelectual, imaginação ativa e uma propensão para novas ideias pode resultar em uma maior aceitação a ideias conspiratórias.

Diante do exposto, os estudos presentes na literatura científica que versam sobre a relação entre as teorias conspiratórias e os traços de personalidade sugerem que uma perspectiva pautada nas diferenças individuais pode ser válida para esclarecer os processos subjacentes envolvidos na origem das teorias conspiratórias. Reflexões a esse respeito evidenciam que, embora existam diferentes abordagens e medidas de traços de personalidade, existe um consenso de que o modelo dos cinco grandes fatores se apresenta como uma proposta válida para explicar e prever uma miríade de comportamentos (Goreis & Voracek, 2019).

3.4. Correlatos das crenças em teorias conspiratórias e consequências Sociais

Dada a atenção para estudos voltados à temática das teorias conspiratórias, vários pesquisadores começaram a levar a cabo estudos científicos que pudessem fornecer a compreensão e entendimento dos fatores psicológicos que estariam envolvidos nas teorias conspiratórias. Recentemente, Jolley et al. (2017) avaliou a relação existente entre teorias conspiratórias e o estabelecimento do status quo. Por meio de uma manipulação experimental, os participantes liam duas condições distintas. A primeira condição descrevia as circunstâncias sociais, econômicas e políticas do Reino Unido como extremamente prejudiciais (ameaça do sistema), enquanto que a segunda condição relatava as questões sociais e políticas desse país como não prejudiciais (afirmação do sistema). Os resultados mostraram que quando a legitimidade do status quo era ameaçada, os indivíduos tendiam a endossar ideias conspiratórias, o que revela que as teorias conspiratórias parecem funcionar como um meio para defender o sistema social quando a sua legitimidade está sob ameaça.

Por serem extremamente disseminadas na sociedade, as teorias conspiratórias vão ocasionar consequências sociais tanto positivas quanto negativas na vida dos indivíduos. Por exemplo, embora a crença em teorias conspiratórias possa promover uma maior transparência política (Swami & Coles, 2010) e uma maior contestação das estruturas ideológicas dominantes (Sapountzis & Condor, 2013), há evidências de que a exposição a tais teorias leva a uma redução na intenção de se envolver em políticas voltadas para a redução de carbono (Jolley & Douglas, 2014a); nas atitudes positivas em relação a vacinas (Jolley & Douglas, 2014b); e no engajamento em comportamentos positivos na saúde (Oliver & Wood, 2014).

Bogart e Thorburn (2006), por exemplo, mostraram que a exposição de teorias conspiratórias entre os afro-americanos esteve associada a atitudes negativas em relação aos comportamentos contraceptivos, ocasionando consequências potencialmente negativas para a prevenção da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis. No caso de Cabo Delgado, no norte de Moçambique por exemplo, devido a exposição das teorias conspiratórias em relação a introdução do Estado Islâmico na Republica de Moçambique a partir de Cabo Delgado, hoje as populações desta região mostram um comportamento negativo da tal pretensão, contrariamente há sensivelmente cinco anos atrás quando teve um grande apoio essa intenção.

Van der Linden (2015), por sua vez, distribuiu aleatoriamente 316 participantes em três condições distintas: na primeira condição, os participantes assistiram a um breve vídeo de conspiração sobre o aquecimento global; na segunda condição, os participantes foram

expostos a um vídeo da ONU estimulando comportamentos pró-sociais; e, por último e; na terceira condição (condição de controle), os participantes eram solicitados a resolver um enigma de palavras neutras. Os resultados indicaram que os indivíduos expostos ao vídeo de conspiração foram menos propensos a acreditar que as mudanças climáticas eram causadas pelo homem, menos propensos a assinar uma petição para ajudar a reduzir o aquecimento global e menos dispostos a doar ou se oferecer para ajudar uma instituição de caridade. O autor do estudo ressalta a forte influência cognitiva das teorias conspiratórias e evidencia que a exposição às mesmas pode acarretar consequências sociais negativas e indesejáveis, como é o caso de terrorismo, um fenômeno tratado nesta tese.

Assim, o tópico que se segue visa abarcar como os valores têm sido tratados na psicologia social. Inicialmente, tratar-se-á de diferentes teorias por meio das quais os valores humanos são estudados nessa área. Em seguida, será enfocada a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, a teoria base da fundamentação desta tese.

Os valores humanos configuram-se como um tema central nas Ciências Sociais e têm sido amplamente estudados, em razão de serem importantes no processo seletivo das ações humanas. De acordo com Rokeach (1973, citado em Gouveia et al., 2008), os valores humanos têm se transformado a cada dia em um construto central na psicologia (Gouveia et al., 2008), e, por extensão, pode-se dizer que, também na Psicologia Social a partir dos anos 1970 e 1980 (Ros, 2001).

No entanto, a ideia de valores como uma orientação de como se deve comportar ou como o mundo deveria ser, surgiu primeiro na filosofia (Dietz et al., 2005). Para Aristóteles o ser humano é naturalmente um animal político porque é imperfeito e tem necessidade de coisas para desejar, assim como de outras para compartilhar, ou seja, busca a comunidade.

Além disso, como assegura Aristóteles, “a natureza nada faz em vão” e se deu a linguagem ao ser humano, não o limitou a comunicar apenas os sentimentos de prazer e dor, como na maioria dos animais, mas para expressar em comum a percepção do bom e do mau, do útil e do nocivo, do justo e do injusto, ou seja, para manifestar a percepção dos valores (Aristóteles, citado por Chauí, 2002).

Em suma, para a filosofia, os valores são axiomas relativamente estáveis que contribuem na tomada de decisões quando as prioridades dos indivíduos são conflitantes. Isso indicaria ao sujeito o bom ou mau (Dietz et al., 2005)

No campo da Psicologia Social, o interesse pelo estudo dos valores teve início principalmente nas décadas de 1950 e 1960, quando se discutia a adequação dos estudos sobre atitudes, com relevância na busca de melhores técnicas para avaliar estes construtos (Pessoa, 2011). Conceitualmente, para a Psicologia Social, os valores são considerados como um conjunto de princípios-guia gerais que transcendem objetos ou situações específicas (Pessoa, 2011). Assim, embora existam modelos teóricos sobre os valores humanos que são mais amplamente conhecidos (Ros, 2006; Inglehart, 1991; Schwartz, 1994), para a presente pesquisa optou-se pela utilização a teoria valorativa por contar com evidências suficientes de sua adequação, sendo mais parcimonioso e integrador que os previamente existentes. Essa é a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (Gouveia, 2003; Santos, 2008).

O marco de referência no estudo sobre os valores humanos compreende a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, amplamente detalhada em Gouveia et al. (2008). Apesar de uma compreensão razoavelmente consensual acerca dos valores humanos, diferentes teóricos vêm buscando explicação do seu conteúdo e estrutura (e.g., Inglehart, 1991; Rokeach, 1973; Schwartz, 1994). No presente capítulo, inicialmente, busca-se tratar acerca dos estudos sobre os valores humanos e como os conceitos atuais sobre este construto

foram sendo construídos, bem como as teorias vigentes. Também são discutidas neste capítulo as diferentes abordagens e perspectivas da formação dos valores humanos e uma breve exposição acerca de alguns autores para a configuração e compreensão vigente do construto em questão. Destaque considerável será dado a teoria funcionalista dos valores humanos (Gouveia, 1998, 2003, 2013; Gouveia *et al.*, 2014).

4.1. Antecedentes históricos dos estudos sobre os valores humanos

4.1.1. Definição dos valores humanos

Os valores humanos podem ser definidos como um construto de ampla abrangência social, sendo recorrente no discurso coletivo, em várias áreas da vida em sociedade como, por exemplo, no discurso político e religioso, na mídia e nas relações interpessoais do dia-a-dia (Rokeach, 1973). Na perspectiva do senso comum, o termo “valores” pode ser utilizado para se referir a diversos aspetos, tais como necessidades, prazeres, desejos, orientações e objetivos pessoais.

No entanto, partindo para um estudo mais sistemático dos valores, concebe-se os valores como concepções sobre o desejável, internalizadas por indivíduos e sociedades, servindo como critérios que guiam não apenas as ações, mas também os julgamentos, escolhas e atitudes (Gouveia, 2013; Schwartz & Bilsky, 2003). Devido a sua relevância para a compreensão das condutas humanas e da maneira que os indivíduos se posicionam frente a determinadas situações, os valores têm sido utilizados no estudo de diversas disciplinas como Sociologia, Antropologia, Filosofia e, sobretudo, na Psicologia Social (Rokeach, 1973; Schwartz, 2006).

Dentro da psicologia, os teóricos destacam os valores como preditores e do comportamento humano (Maio, 2010; Schwartz, 1992). Influenciadores no processo decisório, ocasionado pela atratividade percebida ou aversão a alternativas disponíveis (Feather, 1995). Mesmo com tantas teorias e estudos sobre esse tema ainda é comum o uso indevido do termo para significar sistemas pessoais de valores, sistemas de valores sociais, visões de mundo e ideologias (Rohan, 2000). Apesar deste esforço em definir o que são valores, a literatura aponta uma inconsistência em suas teorias e pesquisas. Para Rohan (2000), cinco aspectos do construto de valores têm contribuído para estas inconsistências.

- a) *Falta de distinção de valor como verbo ou como nome*: como verbo, quando se refere ao processo de determinar o mérito de algo com referência em uma estrutura de valor abstrata; e, como nome ou substantivo, quando se refere ao resultado deste processo;

- a) *Valores, tipos de valores, prioridades de valores e sistemas de valores*: uma confusão de significados que leva a variadas interpretações. O uso dos termos específicos é encorajado para dar clareza à hipótese de que todos os humanos têm um sistema de valores, que contém um número finito de tipos universais de valores, mas que diferem em importância relativa de cada um destes tipos de valores (prioridades de valores). Apesar dos indivíduos divergirem em relação às suas prioridades de valores, a estrutura do sistema de valores é universal. Então os indivíduos diferem dos seus valores em termos de importância relativa;

- a) *Prioridades de valores como função de um tipo de julgamento*: a proposta é que os julgamentos respeitem a ideia de uma melhor vida possível dentro do conceito aristotélico, significando crescimento ou expressão pessoal e não apenas relacionada a questões de observância. Esta visão baseia-se na hipótese de que as prioridades de valor mudam em resposta às mudanças em seus ambientes. Consequentemente, os julgamentos e o significado a respeito de uma melhor vida possível também irão mudar;

- a) *Sistemas de valores culturais, sociais ou pessoais*: sistemas de valores pessoais e sociais são intrafísicos (internos) e a maior distinção é como as pessoas conciliam o que elas querem do que os outros querem, nisso a cultura tem influência fundamental;

- a) *Sistemas de valores, visões de mundo e ideologias*: a confusão dos termos também implica em diferentes interpretações. As visões de mundo são relacionadas às crenças das pessoas sobre o mundo, sendo uma função das suas prioridades de valores, ideologias referem-se a valorações que as pessoas dão em suas tomadas de decisão, no momento em que ela acontece ou em momento posterior; e o sistema de valores é uma estrutura cognitiva onde se localizam os tipos de valores ou as prioridades de valores.

Rohan (2000) também afirma que o termo “valores” é amplamente utilizado por pessoas de diferentes áreas como psicólogos, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, cada um com uma interpretação à sua maneira, e que, até então, nenhuma discussão havia sido feita sobre a teoria de valores nos livros introdutórios de psicologia social e de personalidade. A autora faz uma revisão na área de valores e propõe um processo pelo qual as prioridades de valor coordenam as decisões de atitudes e comportamentos.

Para Fether (1995), as pessoas normalmente sentem fortemente os seus valores centrais, defendendo-nos em várias situações e reagindo com sentimento quando os seus valores são cumpridos, desafiados ou frustrados. O autor defende que a força dos valores de uma pessoa pode afetar o quanto de esforço que uma pessoa coloca em uma atividade, por quanto tempo persiste, as escolhas realizadas, as formas como as situações são interpretadas e as respostas afetivas que ocorrem quando uma atividade é realizada com sucesso ou insucesso em termos das normas estabelecidas. No entanto, os valores também têm efeitos de longo prazo no comportamento. Em suma, os valores podem influenciar tanto as metas de curto prazo, quanto a longo prazo, assim, como a seleção de planos e ações que se relacionam com esses objetivos. Neste contexto, os valores teriam uma base motivacional (Feather, 1992).

Maio (2010) afirma que existem diferentes perspectivas sobre valores e, apesar disto, psicólogos sociais tendem a defini-los como ideias abstratas, tidos como importantes guias dos princípios de vida do indivíduo, seja de forma prescritiva ou intrínseca, sendo dirigido tanto internamente quanto externamente. De acordo com Maio (2010), os valores sociais ajudam a esclarecer cinco problemas básicos: diferenças transculturais; métodos de mensuração de valores; relações entre valores, metas, atitudes e traços; conexão entre valores e *self*; papel em julgamento moral.

Ros (2006) relatou que Thomas e Znaniecki introduziram o conceito de atitude no plano individual, entendido como significado das coisas para as pessoas e também como o processo no qual alguém capta cognitivamente uma situação e depois decide como agir. O autor estudou mais tarde relação de atitudes com valores, rompendo o conceito anterior, que levava em consideração as emoções e o comportamento. Assim, a atitude passa a ter um significado intra-subjectivo, enquanto os valores, inter-subjectivo e extra-subjectivo (Ros, 2006).

Como se apresenta no quadro 1 abaixo, autores de diferentes campos de saberes em diferentes épocas debruçam-se sobre o conceito de valores:

Quadro 1 Definições de valor(es)

Autores	Conceito de valores
(1) Thomas & Znaniecki (1918-1920)	“Por valor social entendemos qualquer dado que tenha conteúdo empírico acessível aos membros de um grupo social e significado a respeito do qual se seja ou se possa ser objeto de atitude” (Thomas & Znaniecki, 1918-1920);

(2) M. Scheler (1923)	“Valor é uma determinação particular, fora de toda a ideia de relação, da essência de um ser; a essência dum ser assume valor, torna-se valor, na medida em que a natureza específica desse ser se afirmar e se manifesta (a) valor é uma disposição da essência do ser, como as disposições da natureza física (b). O valor é portanto, um estado das coisas, uma situação, uma propriedade delas (c). Sobre isto assenta a íntima unidade do ser e do valor (d). E em harmonia com isto, segue-se que a escala ou hierarquia dos valores se vem a achar também fundada na hierarquia dos seres e das essências (e)” (como citado em Hessen, 1980);
(3) Kluckhohn (1951)	“Valor é uma concepção, explícita ou implícita, distintiva de um indivíduo ou característica de um grupo sobre o desejável, que influencia a escolha das formas, meios e fins existentes de ação” (Kluckhohn, 1951);
(4) Rokeach (1973)	“Valores são crenças transituacionais, hierarquicamente organizadas, que servem como critério para nosso comportamento” (The Nature of Human Values, Rokeach, 1973);
(5) Hessen (1980)	“Valor é sempre valor para alguém. Valor, pode-se dizer, é a qualidade de uma coisa, que só pode pertencer-lhe em função de um sujeito dotado de certa consciência capaz de a registrar... Os valores acham-se referidos ao sujeito humano, isto é, àquilo que há em comum em todos os homens. Referem-se àquela mais profunda camada do ser que se acha presente em todos os indivíduos humanos e que constitui o fundamento objetivo do seu serem homens (Hessen, 1980);
(6) J. Von Rintelen (ano não definido)	Valor é o conteúdo do sentido de um ser, na medida em que este realiza ou pode realizar um certo fim (a); um fim que se atinge, representa sempre, na sua realidade material, qualitativa, concreta, um bonum ou um valor que deve considerar-se em parte como um valor em si mesmo, em parte como um valor de relação. Quanto mais elevado o valor, tanto

	mais transparece nele o caráter de valor em si mesmo (Eigenwert), um valor que a si mesmo justifica, na ideia de querer atingir um fim. Este valor em si mesmo pode conter, porém, diferentes graus de aproximação de uma realização ideal, perfeita, dum fim em vista, quer se trate de uma realização das suas formas quer do próprio valor absoluto (b) (como citado em Hessen, 1980);
(7) Schwartz & Bilsky (1989)	“Valores são: a) conceitos ou crenças; b) sobre estados finais desejáveis ou comportamentos; c) que transcendem situações específicas; d) guiam seleção ou avaliação de comportamentos e eventos; e e) são ordenados por importância relativa” (Schwartz & Bilsky, 1989);
(8) Feather (1995)	“Valores podem ser concebidos como estruturas abstratas que envolvem as crenças das pessoas sobre formas desejáveis de se comportar ou estados finais desejáveis. Eles transcendem objetos específicos e têm uma normativa ou dever sobre eles, qualidades sobre eles. Eles têm como fonte as necessidades básicas humanas e as exigências da sociedade. Eles são relativamente estáveis, mas não imutáveis ao longo da vida. Presume-se que funcionem como critérios para as experiências presentes, que podem ser testadas. Valores variam e sua importância relativa individual e são em menos número do que crenças e atitudes que as pessoas possuem. Assim, eles são mais abstratos que as atitudes e eles são hierarquicamente organizados em termos de importância para si. Eles não são afetivamente neutros...” (Feather, 1995, baseado em Feather, 1982b, 1990, 1992, e Rokeach 1973, 1979);
(9) Schwartz (1994)	“Valores são metas trans-situacionais desejáveis, variando em importância, que servem como princípios-guia na vida de uma pessoa ou entidade social. Implícito nesta definição de valores como metas, é que (a) eles servem aos interesses de alguma entidade social, (b) eles podem motivar a ação dando-lhe direção e intensidade emocional, (c) eles funcionam como

	padrões para julgar e justificar a ação, e (d) eles são adquiridos tanto através da socialização dos grupos dominantes como através das experiências únicas de aprendizagem dos indivíduos” (Schwartz, 1994);
--	---

Para Rokeach (1973, citado em Gouveira et al.,2008), valores são crenças transituacionais hierarquicamente organizadas, que servem como critério para o nosso comportamento (*The Nature of Human Values*). Esta foi a base para Schwartz (1994) apresentar o conceito, o qual valores humanos são metas transituacionais desejáveis, variando em importância, que servem como princípios-guias na vida de uma pessoa ou entidade social. Implícita nesta definição de valores como metas, é que: 1) eles servem a interesses de alguma entidade social; 2) eles podem motivar a ação, fornecendo direção e intensidade emocional; 3) suas funções são padrões para julgamentos e justificativas de ações e; 4) eles são adquiridos tanto através da socialização dos valores dominantes do grupo, quanto através do aprendizado único de experiências individuais (Schwartz, 1994). O autor aborda ainda que o ponto central na distinção dos valores é o tipo de meta motivacional que eles expressam.

4.1.2. *Evolução do estudo dos valores humanos*

Como visto, os estudos iniciais dos valores humanos centravam-se na diferenciação e explicação de certas características humanas, levando a uma conceptualização e tentativa de definição do termo valor (Rohan, 2000). Ao longo do tempo, novas gerações, sujeitas a diferentes ambientes, aparecem com novos valores, novas ideias e formas de pensar sobre esta temática (Parry & Urwin, 2011). A este respeito, a realidade atual é bem diferente daquela aquando do início da teorização dos valores presentes nos humanos.

O filósofo Spranger (1928) sugeriu que todas as pessoas possuíam seis tipos de atitudes em diferentes proporções, sendo uma delas dominante e o principal fator para moldar o carácter de cada um. O seu trabalho influenciou a criação da primeira versão do *Study of Values Instrument* (instrumento de estudo de valores), que media quais os valores prioritários para cada pessoa através do estudo dos resultados de um inquérito por questionário. Este foi, durante muitos anos, o principal método de avaliação de valores humanos.

Também através da aplicação de um questionário, que averiguava a aprovação ou não de determinadas ações, Morris (1956) concluiu que cinco tipos de valores definiam as

formas de viver: restrição social e autocontrole, prazer e progresso na ação, abstinência e auto-suficiência, receptividade e preocupação, e auto-indulgência. Este trabalho esteve à frente de sua época em termos de instrumento de medida (Rohan, 2000).

Por sua vez Rokeach (1973, citado em Gouveira et al., 2008), tido como um dos pioneiros do estudo dos valores humanos como uma matéria pertencente à área da psicologia social, a sua teoria de valores tem como base cinco grandes proposições: 1) O número total de valores que cada indivíduo possui é relativamente pequeno; 2) Todos os indivíduos possuem os mesmos valores, mas em diferentes graus; 3) Os valores estão dispostos em sistemas de valores; 4) A cultura, as sociedades, as instituições e a personalidade fazem parte dos antecedentes dos valores; 5) As consequências dos valores humanos tendem a manifestar-se em todos os fenômenos de estudo das ciências sociais.

Tomando em conta tais supostos, ele apresenta sua definição específica dos valores:

[Os valores humanos] é uma crença duradoura de que um modo de conduta específico ou estado final de existência é pessoal e socialmente preferível ou em oposição a um outro modo de conduta ou estado final de existência (Rokeach, 1973)

Segundo Rokeach (1973), os valores são adquiridos de forma absoluta, pois os comportamentos têm sempre em vista o alcance de estados-finais desejáveis. Esta perspectiva é esclarecida através da exemplificação de que as pessoas não são ensinadas a ser um pouco desonestas. Portanto, a causa de variações nos valores de cada sujeito são as experiências que vivenciam e a sua maturidade, que os levam a apresentar diferentes objetivos de vida. Assim, ao longo dos anos, o desenvolvimento da personalidade de cada um conduz a uma hierarquização dos valores.

O interesse pelo estudo dos valores é observado desde a constituição das ciências sociais no século XIX, por duas razões a saber: i) a reflexão epistemológica sobre a relação entre os valores e a investigação científica; ii) reflexão sobre o papel determinante deste construto na construção da ação social (Ros, 2011). Entretanto, o interesse especificamente pela temática em Psicologia Social teve o seu início por volta dos anos de 1960 e 1970, principalmente devido às suas contribuições de Rokeach (1973). A partir de então, foram desenvolvidos modelos teóricos com o intuito de entender a natureza dos valores por diferentes perspectivas (Gouveia, 1998; Hofstede, 1984; Inglehart, 1977; Schwartz, 1992). No entanto, antes de apresentar as principais perspectivas em relação aos valores, torna-se necessário inicialmente buscar a compreensão dos antecedentes históricos deste construto, os quais contribuíram para a sua consolidação.

No que se refere aos antecedentes teóricos dos valores, aponta-se que a terminologia valores foi proposta pela primeira vez por Thomas e Znaniecki (1918) a partir do seu estudo

do Campesino Polonês, diferenciando os valores das atitudes (Gouveia & Ros, 2006). Thomas e Znaniecki (1918) diferenciam as atitudes dos valores no sentido de que enquanto as atitudes seriam um processo da consciência individual que determina a atividade real ou possível do indivíduo no mundo social, os valores seriam qualquer dado que tenha um conteúdo empírico acessível aos membros de um grupo social e um significado que possa ser objecto atitudinal. Gouveia et al. (2011) destacam que apesar destes serem construtos distintos, atitudes e valores se encontram relacionados, e apontam ainda outra diferença, que reside no facto de as atitudes possuírem natureza intersubjetiva, enquanto os valores são intersubjetivos, ou seja, necessitam de significados partilhados com os demais.

4. 2. Teorias dos Valores (TV)

Como visto anteriormente, os valores são critérios segundo os quais preferimos ou não as coisas, são razões que justificam ou motivam as nossas ações, tornando-as preferíveis a outras. Não atribuímos a todos os nossos valores a mesma importância. Na hora de tomar uma decisão, cada um de nós, hierarquiza os valores de forma muito diversa. Esta problemática está presente na vida quotidiana. Assim, para o estudo dos valores humanos existem diversas teorias e abordagens sobre os valores,

Para Gouveia (2013), os valores podem ser definidos como aspectos psicológicos que guiam os comportamentos e representam cognitivamente as necessidades humanas. Subjacente a isso, considera que os valores: a) transcendem situações específicas; b) referem-se a estados desejáveis de existência; c) assumem diferentes graus de importância e; d) são relativamente estáveis (Gouveia *et al.*, 2008).

Em consonância com os segmentos para construção de uma teoria, a teoria funcionalista assume cinco pressupostos teóricos (Gouveia, 2013):

- 1) *Natureza humana*: assume a natureza benevolente ou positiva dos seres humanos. Assim, o homem é concebido como naturalmente bom, justificando-se que apenas faz sentido falar em valores como atributos positivos. Ainda que haja valores dentro do modelo que possam apresentar um carácter negativo para alguns indivíduos (*e.g.*, poder, prestígio), seu fundamento é essencialmente positivo. Embora se possa admitir que todos os valores são positivos, priorizar em demasiado um valor em detrimento de outro pode resultar em comportamentos desviantes ou posicionamentos radicais. Por exemplo, quando um indivíduo prioriza o poder demasiadamente e atribui pouca importância para valores de convivência, apoio social e tradição, seu ajuste social fica comprometido, podendo manifestar condutas

antissociais. A esse respeito, Gouveia (2013) discute sobre as possíveis combinações de valores, fazendo uma comparação dos mesmos a elementos químicos, onde dois destes, considerados naturalmente positivos e vitais, tais como o carbono (C) e o oxigênio (O), ao se combinarem formam o gás carbônico (CO²), substância que pode causar malefícios à saúde dos indivíduos (*e.g.*, tontura, náusea, perda de consciência).

- 2) *Base motivacional*: a presente teoria admite a ideia de que os valores são representações cognitivas das necessidades humanas individuais, institucionais e sociais (Kluckhohn, 1951; Maslow, 1954; Schwartz, 1992, citados em Gouveia, 2016). De acordo com Gouveia (2016), tais demandas compreendem pré-condições para a realização das necessidades, restringindo impulsos individuais (Merton, 1949) e assegurando um ambiente estável e seguro (Inglehart, 1977). Estas pré-condições podem ser tidas como equivalentes às necessidades de segurança e controle (Maslow, 1954);
- 3) *Carácter terminal*: a divisão entre os valores instrumentais e terminais foi estabelecida por Kluckhohn (1951), embora tenha se popularizado com os trabalhos de Rokeach (1973) e posteriormente tenha sido adotada por Schwartz (1992). Todavia, apesar da ampla utilização dos termos, não é claro se esta diferenciação é conceitualmente relevante ou se apenas indica uma distinção formal, uma vez que os valores instrumentais podem ser convertidos em valores terminais. Gouveia (2013) em seu modelo sugere que esta classificação se reduz a um problema de linguagem: os valores terminais são substantivos, e os valores instrumentais são adjetivos. Nessa direção, na presente teoria foram tidos em conta apenas os valores terminais, por serem mais coerentes com a concepção dos valores como uma orientação geral e transcendente, compreendendo metas superiores que vão além daquelas imediatas, biologicamente urgentes e sociáveis por natureza. Somado a isso, Rokeach (1973) afirma que os valores terminais podem ser representados por cerca de uma dúzia e meia de valores específicos, diferentemente dos instrumentais que demandam centenas de valores;
- 4) *Princípios-guia individuais*: para esta teoria, os valores servem como padrões gerais de orientação para os comportamentos dos indivíduos, contextualizados em determinada cultura, não se restringindo a situações ou objetos (Gouveia, 2016). A cultura pode incorporar os valores úteis para a sobrevivência do grupo, tornando-os

desejáveis e assegurando a continuidade da sociedade e a convivência harmoniosa de seus membros (Merton, 1949; Rokeach, 1973), mas são os indivíduos que sustentam determinados valores como mais prioritários do que outros. Neste sentido, parece contraditório falar em valores culturais, pois, na realidade, os valores são tidos como propriedades específicas dos indivíduos, sendo somados e atribuídos a cada cultura. Portanto, esta teoria foi propriamente elaborada no nível individual de análise, embora seus autores sugiram que possa ser útil também para explicar as pontuações atribuídas às culturas (Gouveia *et al.*, 2014a);

- 5) *Condição perene*: este pressuposto defende que os valores dos indivíduos não mudam, ou seja, são os mesmos em quaisquer culturas, épocas ou clero; o que muda, na verdade, são as prioridades ou magnitudes. Dessa forma, a crise de valores comumente mencionada pelas pessoas refere-se, na realidade, a alterações nas prioridades valorativas, o que ocorre em razão das gerações, de especificidades da cultura em que o indivíduo está inserido, do seu modo de vida, ou, ainda, de aspectos sociais e econômicos vivenciados pelo mesmo, sem que de facto os valores deixem de existir ou se modifiquem. Em suma, a teoria funcionalista dos valores humanos pauta-se nos cinco pressupostos básicos previamente descritos, que funcionam como base para elaboração de hipóteses envolvendo a teoria. Tal como observado na definição de valores, o autor propõe o foco principal da teoria da compreensão da função dos valores.

4.2.1. A teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas (Maslow, 1954).

Esta teoria trouxe amplas contribuições para o estudo dos valores. De acordo com esta teoria, os seres humanos possuem necessidades hierarquicamente organizadas, partindo das necessidades fisiológicas, ou seja, necessidades básicas para a sobrevivência; passando pelas necessidades de *segurança*, que significam dispor de um ambiente físico propício e possuir estabilidade. Necessita de pertencimento a um grupo e amor, ou seja, a necessidade de aceitação no contexto social. Igualmente o indivíduo necessita *auto-estima*, a necessidade de respeito de si e os demais, como também necessita de *conhecimento*, necessidades de entender, explicar fatos e ter iniciativa. A importância dada a esta teoria reside, principalmente, em sua forma clara de definir a natureza humana como benévola (Gouveia, 2003). Esta teoria explica que os valores são positivos e orientados à autorrealização, além de apresentarem necessidades deficitárias e de desenvolvimento (Gouveia *et al.*, 2011).

De acordo com Gouveia (2003), para Maslow (1971) as necessidades são carências do organismo, a nível fisiológico, psicológico ou social, as eliminando ou mantendo em favor de sua satisfação. Maslow (1998) parte de cinco princípios fundamentais para defini-las: 1) as necessidades humanas são relativamente universais (o que pode variar, em algumas culturas, é a forma de satisfazê-las); 2) são neutras ou positivas (assume a natureza benevolente do ser humano, considerando as necessidades como positivas); 3) obedecem a uma hierarquia (após a satisfação de uma necessidade básica, surge uma menos vital para o homem); 4) o homem caminha para a autorrealização (necessidade última); e 5) a pessoa é um todo integrado e organizado (por mais básico que seja a necessidade, tanto funções orgânicas quanto psicológicas estão agindo).

As contribuições de Maslow forneceram um quadro teórico importante para o desenvolvimento e consolidação de modelos teóricos acerca dos valores humanos. Tendo em conta essas contribuições, apresentamos a seguir as principais perspectivas teóricas no estudo dos valores. De modo geral, podem ser consideradas duas perspectivas teóricas acerca dos valores humanos: a perspectiva sociológica, onde a estrutura dos valores é estudada em função de cada cultura; e na perspectiva psicológica, onde os valores caracterizam as prioridades e orientam os indivíduos.

4.2.2. Valores culturais de Hofstede

Esta perspectiva difere da perspectiva individual pelo fato desta abarcar os modelos teóricos que consideram a responsabilidade da cultura para a formação dos valores, sendo estes influenciados por uma gama de variáveis sociais, políticas e econômicas, onde as principais investigações se concentram em avaliar como estas variáveis são responsáveis pela manutenção de dado perfil valorativo em uma cultura (Ros, 2006).

Para Hofstede (1984, citado por Kenrick et al., 2010), a cultura é um elemento essencial na formação das prioridades valorativas dos indivíduos, sendo estas últimas consideradas representações de necessidades construídas socialmente. Ela é expressa pela realidade social e é definida como guia para os indivíduos em suas ações cotidianas que determinam de maneira parcial os comportamentos socializados, por se tratar de um fenômeno coletivo. Hofstede teve a responsabilidade de conduzir uma equipe de pesquisa que investigou uma amostra de mais de 100.000 trabalhadores da empresa IBM, provenientes dos cinco continentes do planeta e de 50 países diferentes, para responder a um questionário sobre os elementos que caracterizam o contexto organizacional. A partir da média dos participantes em cada item por país, Hofstede utilizou-se uma análise de

componentes principais para identificar quais seriam as dimensões valorativas a partir das quais as culturas poderiam variar. Assim, foram identificadas as seguintes dimensões: i) individualismo/coletivismo; ii) distância de poder; iii) masculinidade/feminilidade e; iv) evitação de incerteza.

A dimensão individualismo/coletivismo expressa o quanto as pessoas de uma dada sociedade sentem-se responsáveis pelas demais ou independentes delas. Portanto, para Hofstede (1984) esta dimensão evidencia a (in)dependência emocional de grupos, organizações ou coletividades. Segundo o autor, dentre as quatro dimensões por ele descritas, esta foi a dimensão de maior repercussão. A dimensão distância de poder compreende uma noção de aceitação ou não aceitação de uma hierarquia previamente estabelecida, expressa pelo desconforto causado aos trabalhadores em relação a autoridade e poder atribuídos a seus superiores.

Já a dimensão masculinidade/feminilidade não está necessariamente associada a atribuições de gênero, mas ao sentido atribuído a cada um deles por Hofstede. Enquanto masculinidade enfatiza o materialismo e a priorização de ganhos pessoais, a feminilidade enfoca as relações interpessoais, podendo o indivíduo, em seu contexto de trabalho, se utilizar de uma dessas duas estratégias para lidar com as metas que se apresentam. E, por fim, a dimensão evitação da incerteza diz respeito à preocupação e ansiedade provenientes do indivíduo sobretudo quando se encontram em situações inesperadas ou incertas, mais comumente relacionadas ao futuro (Hofstede, 1984).

Mesmo com o respaldo alcançado pelos achados de Hofstede, o modelo proposto por este autor sofreu críticas, advindas principalmente da carência de uma base teórica subjacente. Além disso, a estrutura de quatro fatores não tem se replicado em todos países (Hofstede & Minkov, 2010). Outra crítica centra-se na noção de Hofstede de que as sociedades se dividem em coletivistas e individualistas, em que a partir do momento em que um país alcançasse o desenvolvimento econômico a sua população abandonaria o estilo de vida coletiva, adotando a vida individualista. Tal afirmação pode ser contestada pelo fato de que as sociedades contemporâneas apresentam uma junção de aspectos coletivas e individuais (Sinha & Tripathi, 1994). Além disso, Gouveia (2003) também tece uma crítica ao facto deste modelo não considerar o individualismo e coletivismo como duas dimensões independentes, mas como lados opostos de um contínuo.

4.2.3. Valores materialistas e pós-materialistas de Inglehart

Inglehart (1977) realizou pesquisas acerca da transmissão cultural em sociedades industrializadas, enfatizando as mudanças no plano de valores e das práticas de indivíduos em diferentes gerações. Diferentemente de Hofstede, Inglehart construiu o seu modelo teórico na base de uma teoria de amplo reconhecimento da comunidade acadêmica: nos fundamentos da hierarquia de necessidades proposta por Maslow (1954). Assim, o autor postula a existência de duas dimensões principais que retratam de mudanças geracionais e permitem comparar culturas nacionais: materialismo e pós- materialismo (Gouveia, 2013).

A dimensão materialista expressa a satisfação das necessidades básicas, sendo representada por valores que se centram em aspectos materiais, características próprias das sociedades menos desenvolvidas e que as necessidades de segurança física e econômica não são satisfeitas. São sociedades localizadas no polo tradicional que privilegiam a religião e os valores tradicionais, incentivam a vivência de famílias numerosas e valorizam a vida (Inglehart, 1977).

Por sua vez, a dimensão pós-materialista refere-se às necessidades mais elevadas originárias da satisfação materialista, como necessidades intelectuais, de autoestima e de autorrealização, reunindo valores que acentuam aspectos não materiais, mais subjetivos ou abstratos (aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes) (Inglehart, 1997). O pós- materialismo seria característico das sociedades mais industrializadas, que possuem mais recursos financeiros disponíveis a maior parte das pessoas, permitindo assim, que sejam garantidas a satisfação das necessidades mais básicas (Inglehart, 1997). Esta teoria trouxe amplas contribuições para o entendimento das diferenças culturais das prioridades axiológicas dos indivíduos, exercendo forte influência no campo de estudo dos valores.

4.2.4. Valores na perspectiva individual

Allport (1955) sugere que os valores humanos exercem domínio significativo na vida das pessoas, direcionando a atividade do ser humano às suas realizações. É este autor, juntamente com outros colegas em seu *Study of Values*, quem cria o primeiro instrumento para a medição dos valores humanos (Allport *et al.*, 1960), tornando-se popular nos estudos de psicologia por refletir um número positivo de características com multiplicidade de aplicações, como o uso em testes vocacionais e educacionais.

6.2.5. *Teoria de Valores de Rokeach*

Rokeach (1973), tido como um dos pioneiros do estudo dos valores humanos como uma matéria pertencente à área da psicologia social, tem cinco proposições que fundamentam a criação de sua teoria acerca dos valores:

- 1) O número total de valores que cada indivíduo possui é relativamente pequeno;
- 2) Todos os indivíduos possuem os mesmos valores, mas em diferentes graus;
- 3) Os valores estão dispostos em sistemas de valores;
- 4) A cultura, as sociedades, as instituições e a personalidade fazem parte dos antecedentes dos valores;
- 5) As consequências dos valores humanos tendem a manifestar-se em todos os fenômenos de estudo das ciências sociais.

Para o autor, a causa de variação nos valores de cada sujeito são as experiências que vivenciam e a sua maturidade, que os levam a prezar diferentes objetivos de vida. De acordo com Rokeach (1973), ao longo dos anos, o desenvolvimento da personalidade de cada um conduz a uma hierarquia dos valores. Esta concepção de estados-finais baseia-se também na classificação criada por Rokeach (1973) que divide os valores em dois tipos instrumentais (modos de conduta) e valores terminais (objetivos que o indivíduo pretende atingir).

4.2.6. *Valores instrumentais e terminais de Rokeach*

Rokeach (1973), influenciado pelos estudos de Allport e colegas (1960), cuja primeira validação no Brasil foi realizada por Günther (1981), Rokeach desenvolve *Values Survey* (pesquisa de valores), baseado na divisão dos valores em dois tipos:

- 1) *Terminais*, (objetivos que o indivíduo pretende atingir), em que os valores instrumentais são o meio para atingir os valores terminais, que ainda se subdividem em valores pessoais relacionados a autorrealização, felicidade, harmonia interna, dentre outros; e sociais, relacionados a segurança familiar e nacional, e justiça social ou igualdade entre as pessoas, dentre outros;
- 2) *Instrumentais*, (modos de conduta) que também se subdividem em valores morais como ser honesto e responsável, dentre outros; e valores de competência, relacionados a autorrealização, ser eficaz e criativo, dentre outros.

Para Rokeach (1973), os valores humanos no nível individual são formados de acordo com: 1) Experiência positiva ou negativa com algum objeto, onde o sujeito forma suas crenças avaliativas sobre as características ou consequências da situação; 2) Sumarização de

todas as crenças avaliativas sobre determinado objeto, onde o sujeito forma suas atitudes relacionadas a este objeto específico; 3) Sumarização das atitudes para objetos que são percebidos de forma similar, refletindo os seus valores. Ou seja, os valores são formados por experiências anteriores do sujeito e são repassados culturalmente por meio de processos de socialização.

A lista dos valores identificados, pertencentes ao Rokeach Value Survey é constituída por 36 itens, 18 de cada tipo de valores de acordo com a tabela nº 2 abaixo

Quadro 2 – Valores Instrumentais e Terminais

Valores Instrumentais	Valores Terminais
Ambição	Vida próspera
Espírito Aberto	Vida excitante
Competência	Sentimento de realização
Alegria	Mundo de paz
Pureza	Mundo de beleza
Coragem	Igualdade
Perdão	Segurança familiar
Auxílio aos outros	Liberdade
Honestidade	Felicidade
Imaginação	Harmonia interior
Independência	Amor
Inteligência	Segurança Nacional
Racionalidade	Prazer
Afetividade	Salvação
Obediência	Auto-estima
Simpatia	Reconhecimento social
Responsabilidade	Amizade
Auto-controlo	Sabedoria

Nota Fonte: Adaptado de Rokeach (1973, p. 28)

Rokeach (1973) caracterizava os valores como sendo constituídos por três componentes:

- Cognitiva*: as ideias e conhecimento que o indivíduo possui sobre as formas de agir corretamente ou os objetivos finais que pretende atingir;
- Afetiva*: a parte sentimental e emocional que se associa aos valores do indivíduo. Este aprova os valores que demonstram comportamentos positivos e desaprova aqueles que demonstram comportamentos negativos;

- c) *Comportamental*: é o modo que desencadeia a ação do indivíduo, de agir de uma melhor maneira em vez de outra.

De acordo com esta perspectiva teórica, os valores se estruturam em um conjunto que se organiza em um sistema de valor, definido como uma organização duradoura de crenças referentes a modos de conduta ou estados finais de existência longo de um contínuo de relativa importância (Rokeach, 1973). Este sistema é organizado de maneira hierárquica, em que cada valor é ordenado em função de sua prioridade ou importância em relação aos demais valores. Segundo Gouveia (1998), as experiências vividas pela pessoa no âmbito cultural, social e pessoal podem exercer influência para que ocorra a mudança ou reordenação dos valores, como, a exemplo do grau de internalização de valores culturais e institucionais e a identificação política.

4.3. Os tipos motivacionais de Schwartz

Schwartz e Bilsky (1987) construíram a teoria dos tipos universais de valores pela visão de valores como representações cognitivas de três requisitos universais:

- 1) As necessidades dos indivíduos como organismos biológicos;
- 2) As de interação social coordenada e;
- 3) De bem-estar dos grupos, que resultaram em definições conceituais e operacionais para oito tipos de valores a saber: i) pessoal; ii) conformidade restritiva; iii) prazer; iv) realização; v) maturidade; vi) autodireção; vii) segurança; viii) poder social.

Em 1990 Schwartz e Bilsky (1987) mapearam os valores de acordo com a orientação-guia (coletivista e individualista), bem como o tipo de meta à que servem (terminal ou instrumental). Schwartz (2001), apesar de incorporar elementos conceituais mencionados por Rokeach, reelaborou os conteúdos e definiu os valores como crenças e metas conscientes que guiam a seleção e a avaliação de ações objetivas, pessoas e situações. De forma podem ser interpretados como um construto motivacional, que para já transcendem situações e ações específicas. Partindo desta definição, o autor lista algumas características importantes dos valores, a saber:

1. Servem a interesses de alguma entidade social;
2. Podem motivar a ação. Dando-lhe direção e intensidade emocional;
3. Funcionam como padrões para julgar as ações e;

4. São adquiridos tanto pela socialização de valores do grupo dominante como das experiências singulares dos indivíduos.

No que diz respeito ao conteúdo e à função, os valores podem ser considerados representantes das respostas que indivíduos e sociedades devem dar a três exigências e tarefas universais: as necessidades dos indivíduos como organismo biológicos, as exigências da interação social coordenada e os requisitos para o bem-estar e a sobrevivência da coletividade (Schwartz & Bilsky, 2011). Schwartz (1992) apresentou ainda a proposta de estrutura que resultou em uma dinâmica entre valores que determinavam compatibilidade do número de valores mais ou menos diferentes em categorias, de acordo com o conteúdo motivacional, expressadas a partir de dez tipos motivacionais:

1. *Autodireção*: refere-se a pensamento independente e ação; escolher, criar, explicar;
2. *Estimulação*: diz respeito à busca de excitação, novidade e desafio na vida;
3. *Hedonismo*: está relacionado com a busca de prazer e gratificação sexual para si mesmo;
4. *Realização*: está relacionado com o sucesso pessoal através da competência demonstrada, de acordo com padrões sociais;
5. *Poder*: tem a ver com a valorização do status social e prestígio, controle ou domínio sobre pessoas e recursos;
6. *Segurança*: diz respeito à busca de harmonia, segurança e estabilidade da sociedade, dos relacionamentos e do *self*;
7. *Conformidade*: relaciona-se com a restrição de ações, inclinações e impulsos que possam perturbar ou prejudicar outros e violar as expectativas sociais ou normas;
8. *Tradição*: refere-se ao respeito, compromisso e aceitação dos costumes e ideias que a cultura tradicional oferece;
9. *Benevolência*: busca por preservar e melhorar o bem-estar das pessoas com quem se está em contacto pessoal frequente;
10. *Universalismo*: refere-se à valorização, compreensão, tolerância e proteção para o bem-estar de todas as pessoas e pela natureza.

Schwartz (2006) assegura que estes tipos motivacionais de valores não são independentes entre si e estima que possuem uma relação dinâmica que resulta das compatibilidades e incompatibilidades motivacionais entre eles. Tais relações dão origem a uma estrutura representada pela Figura a seguir.

Figura 4. Modelo estrutural dos dez tipos valores motivacionais de Schwartz



A partir esta figura 4, é possível perceber que a estrutura proposta apresenta duas dimensões bipolares básicas, denominadas por Schwartz (1992, citado em Gouveia, 1998) de “abertura de mudanças versus conservação” e “Auto-transcendência versus autopromoção”.

Schwartz (2001) afirma que esta tipologia se assemelha à proposta de Rokeach (1973), em que tal similaridade ocorre em dois aspectos principais: o conceito de valor e o modo para medi-lo são aproximadamente os mesmos. Esta teoria, apesar de apresentar maior respaldo no meio acadêmico, sendo utilizada em diversos trabalhos mundialmente, no entanto, não está isenta de críticas.

Assim, Gouveia (1998) postula que Schwartz inclui, em seu modelo, valores sem conteúdo ou direção clara, omitindo outros de extrema importância, que servem como critérios de orientação do comportamento, a exemplo da sobrevivência. Além disso, Gouveia (2003) discorda da ideia de oposição entre os valores, visto que este considera que todos os valores são positivos e possuem caráter terminal. Além disso, Gouveia *et al.* (2014) afirmam também que a tipologia de Schwartz carece de um embasamento teórico subjacente à estrutura apresentada. Tendo em conta estes aspetos, Gouveia (1998, 2003; Gouveia *et al.*, 2008) apresenta uma nova tipologia acerca da natureza e função dos valores humanos, o que representa um passo importante no estudo dos valores no contexto brasileiro e mundial.

4.4. Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (TFVH)

A teoria funcionalista dos valores humanos tem sido aperfeiçoada ao longo dos últimos anos. Esta teoria foi inicialmente identificada por Gouveia (1998), baseando-se na hierarquia de necessidades (Maslow, 1954, citado em Gouveia, 1998), que se supõe que os valores definem modos de orientação que são disponíveis a todas as pessoas, embora adotados de maneiras distintas de acordo com a experiência pessoal e o contexto sociocultural de cada um (Gouveia, 1998). Ademais, tal como necessidades, os valores possuem um número limitado (Gouveia *et al.*, 2011).

Partindo do pressuposto de que os valores humanos são princípios-guia que representam cognitivamente as necessidades humanas e transcendem situações específicas (Gouveia, 2003), a teoria funcionalista dos valores humanos propõe que valores são metas superiores individuais. Segundo Gouveia *et al* (2011), esta teoria trata apenas de valores terminais, isto é, estados desejáveis de existência e pressupõe também que os valores expressam conteúdos positivos e baseiam-se em motivações humanas. Neste contexto, a teoria funcionalista dos valores humanos parte de quatro suposições principais:

- 1) *Natureza humana*: reconhece a natureza como essencialmente benévola, incluindo apenas valores positivos, ou seja, somente valores positivos são admitidos. Não obstante, embora alguns valores positivos possam ter um significado negativo para certos indivíduos (poder e prazer), sua essência é positiva, pois é possível integrá-los no mesmo sistema de valores, como característica de um indivíduo autorrealizado;
- 2) *Princípios-guia Individuais*: consideram os valores como princípio que orienta o indivíduo ou grupo de indivíduos. Permitem a existência harmoniosa dos seus membros que assegurem a continuidade da sociedade. Deste modo, os valores funcionam como padrões gerais de orientação para os comportamentos dos indivíduos, não sendo específicos para uma determinada situação, bem como ocorre as atitudes;
- 3) *Base motivacional*: os valores desempenham representações cognitivas das necessidades humanas e individuais, além das demandas institucionais e sociais que podem ser entendidas como pré-condições para a realização das necessidades individuais, restringindo impulsos pessoais e assegurando um ambiente estável e seguro. Por exemplo, valores que representam necessidades de segurança e controle;~
- 4) *Carácter Terminais*: apesar de alguns autores terem diferenciado os valores entre

instrumentos e terminais, não fica claro se esta distinção é conceitualmente relevante ou se expressa somente uma diferença formal, já que a maioria dos valores instrumentais podem ser convertidos em valores terminais (Gouveia, *et al.*, 2008). De acordo com o autor, Caráter terminal admite apenas valores terminais por serem em menor número, refletem orientação geral que é coerente em concepção do desejável. Deste modo, o autor considera apenas valores terminais em seu modelo, argumentando que estes valores são mais precisos e em número menor do que os valores instrumentais.

Partindo das suposições teóricas referenciadas, este modelo admite ainda algumas características consensuais para a definição de valores: a) são conceitos ou categorias; b) são estados desejáveis de existência; c) transcendem situações específicas; d) assume diferentes graus de importância; e) guiam a seleção e a avaliação de comportamentos ou eventos; f) representam cognitivamente as necessidades humanas. Outro importante caráter dos valores humanos abordados por Gouveia (1998, 2013) é que os valores são os mesmos de qualquer cultura, época ou clero, mudam-se, na verdade, as prioridades, magnitudes dadas a eles, tal como referenciado no início deste capítulo. O autor postula ainda que alguns valores podem ter a mesma importância que outros, visto que a vida humana nem sempre é percebida, sendo apenas necessário escolher forçosamente um deles se o indivíduo se deparar com uma situação limite.

4.5. *Funções dos valores humanos*

O principal foco da Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (TFVH) encontra-se nas funções que os valores exercem. Por isso, procura-se conceitá-los a partir dessa perspectiva. Neste contexto, apesar as funções dos valores serem pouco estudadas (Allen & Wilson, 2002), identificaram duas funções consensuais que são apresentadas pelos Gouveia *et al* (2008, 2011) e Medeiros *et al* (2011):

a) *Função de guiar os comportamentos humanos* (tipos de orientações)

Nesta função, Rokeach (1973) identificou dois tipos de valores terminais: sociais (amizade verdadeira, um mundo de paz) e pessoais (harmonia interna, uma vida excitante). Essa diferenciação social-pessoal é uma dimensão de orientação humana importante, apresentada em tipologias como comunidade ou associação e coletividade/individualismo. Pessoas guiadas por valores sociais são centradas na sociedade ou tem foco interpessoal; já aquelas guiadas por valores pessoais são egocêntricas ou tem foco intrapessoal. No entanto, Gouveia (1998, 2003) além de acatar os dois postulados de Rokeach, defende a existência

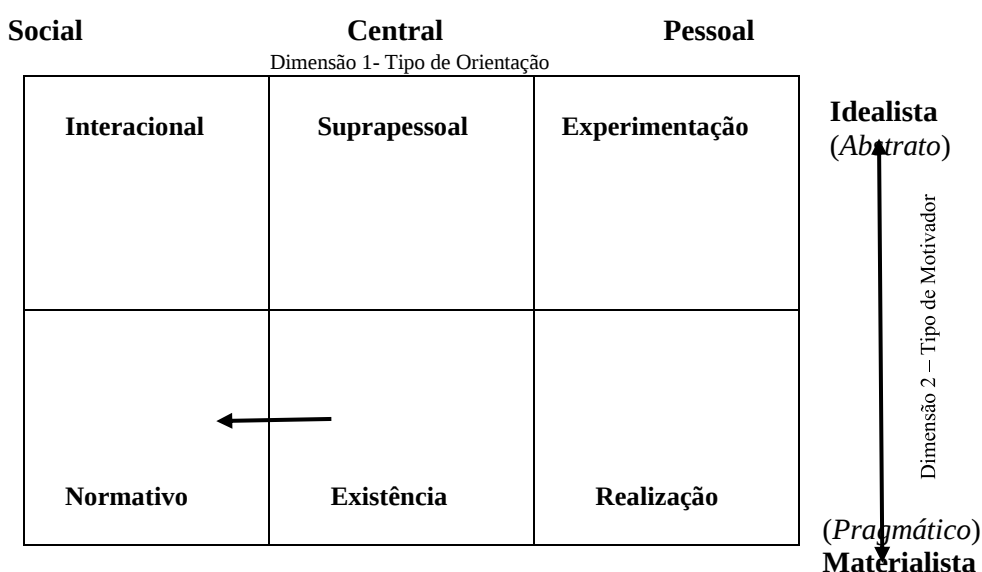
de um terceiro tipo de orientação, denominado valores centrais (Medeiros *et al.*, 2012, propondo, assim, que este grupo de valores se situem entre os valores sociais e os valores pessoais, pois podem ser preditos a partir dele e ao mesmo tempo serem compatíveis com ambos;

b) Função de expressar as necessidades humanas (tipos de motivadores)

Na perspectiva de Gouveia *et al.* (2008, 2011, 2012), embora não haja correspondência absoluta entre as necessidades e os valores humanos é possível identificar valores em relação às necessidades que eles expressam, admitindo-se que os valores humanos representam cognitivamente as necessidades humanas, que podem ser classificados como materialistas (pragmáticos) ou idealista (abstratos). Assim, os valores materialistas são relacionados aos aspectos práticos, orientados para metas específicas e regras normativas. As pessoas guiadas por valores materialistas tendem a considerar as condições de sobrevivência mais biológicas, dando importância a sua própria existência e às condições nas quais esta pode ser assegurada.

Os valores idealistas e humanitários expressam uma orientação universal, baseados em ideias e princípios mais abstratos. Os valores idealistas não são dirigidos a metas concretas e, geralmente, não são específicos. Logo esta função de valores da expressão cognitiva às necessidades humanas, identificada pela dimensão funcional tipo de motivador: materialista ou idealista (Gouveia *et al.*, 2011; Medeiros *et al.*, 2012). Desta forma, tem-se que as funções valorativas se dividem em duas formas: função de guiar o comportamento humano e expressar a necessidade humana. A primeira função se subdivide em três, sendo elas (a) pessoal; (b) social e (c) central. Por sua vez a função valorativa expressão das necessidades humanas se subdivide em duas, sendo elas: (a) idealista e (b) materialista, conforme se pode observar na figura abaixo

Figura 5: Dimensões e subfunções dos valores básicos.



4.5.1. As subfunções dos valores humanos: estrutura e conteúdo

As duas funções valorativas acima descritas formam dois eixos principais na representação espacial da estrutura dos valores, conforme representa a Figura nº4 a seguir. O eixo horizontal corresponde à função dos valores para guiar as ações humanas, representando a dimensão tipo de orientação – valores sociais, centrais ou pessoais, enquanto que o eixo vertical corresponde à função dos valores para dar expressão às necessidades humanas, compreendendo a dimensão tipo de motivador - valores materialistas ou idealistas. Unindo essas duas dimensões funcionais, ou seja, cruzando os seus eixos horizontal e vertical, derivam-se seis subfunções específicas dos valores: experimentação, realização, existência, suprapessoal, internacional e normativa. Já o conteúdo dos valores diz respeito à adequação de valores específicos para representar as funções e, conseqüentemente, as subfunções correspondentes e indica que, apesar de não extensa a lista de valores constantes no instrumento derivado de uma teoria, eles representam alguns dos mais citados na literatura (Medeiros *et al.*, 2012). Assim, as subfunções de valores são descritas na Figura 6 a seguir:

Figura 6 – Dimensões, funções e subfunções dos valores básicos

		Valores como padrão-guia de comportamentos		
		<i>Metas pessoais</i> (o indivíduo por si mesmo)	<i>Metas centrais</i> (o propósito geral da vida)	<i>Metas sociais</i> (o indivíduo na comunidade)
Valores como expressão de necessidades	<i>Necessidades idealistas</i> (a vida como fonte de oportunidades)	Experimentação Emoções Sexualidade Prazer	Superpessoal Beleza Conhecimento Maturidade	Interativa Afetividade Apoio Social Convivência
	<i>Necessidades materialistas</i> (a vida como fonte de ameaça)	Realização Êxito Poder Prestígio	Existência Estabilidade Saúde Sobrevivência	Normativa Obediência Religiosidade Tradição

- 1) *Subfunção existência*: esta subfunção compreende representações cognitivas das necessidades fisiológicas mais básicas (por exemplo, comer, beber, dormir, etc) e a necessidade de segurança. É compatível com orientações sociais e pessoais dentro do domínio motivador materialista; os valores de existência têm como propósito principal assegurar as condições básicas para a sobrevivência biológica e psicológica do indivíduo. Estes valores são referência para valores de realização e normativos, e são os mais importantes na representação do motivador materialista. Esta subfunção é representada pelos valores de estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência:
- Sobrevivência*: é o valor mais relevante para pessoas socializadas em contexto de escassez ou aquelas que não têm à sua disposição recursos econômicos básicos. Representa as necessidades humanas mais básicas, como comer e beber;
 - Estabilidade pessoal*: sua ênfase está na vida organizada e planejada. As pessoas que se guiam por esse valor procuram garantir sua própria sobrevivência, tendo uma vida que segue padrões fixos, focada em aspectos práticos, orientada para o imediato;
 - Saúde*: as pessoas que se guiam por este valor buscam obter um nível adequado de saúde e evitam coisas que podem ser uma ameaça para a sua vida. Nesse sentido, a saúde é mais do que não estar doente;

- 2) *Subfunção realização*: compreende um motivador materialista, mas com uma orientação pessoal; os valores que representam são os da necessidade de autoestima. Tais valores se originam de um princípio pessoal para guiar a vida dos indivíduos, enquanto focaliza realizações materiais e buscam praticidade em decisões e comportamentos, sendo representada pelos valores de *êxito, poder e prestígio*:
- a) *Êxito*: a ênfase é ser eficiente e alcançar as metas definidas, sobretudo em curto e médio prazos. As pessoas que adotam esse valor têm o ideal de sucesso, são orientadas nessa direção, primam pela competitividade e buscam benefícios pessoais que as destaquem de outros indivíduos;
 - b) *Poder*: representa a ênfase dada ao princípio da hierarquia. Esse valor é menos social que os outros dois dessa subfunção, além de ser desconsiderado ou rejeitado por pessoas que contam com a formação escolar e nível socioeconômico elevado. Assim, as pessoas desejam ocupar um cargo de chefia para que possam controlar as decisões ;
 - c) *Prestígio*: a ênfase desse valor diz respeito ao contexto social. A pessoa deseja u aos demais, porém com propósitos não eminentemente sociais, mas pessoas, visando desfrutar das vantagens do reconhecimento social;
- 3) *Subfunção normativa*: possui um motivador materialista, mas com uma orientação social, que reflete a importância de preservar a cultura e as normas convencionais. Adotar valores normativos revela uma orientação vertical, na qual a obediência à autoridade é importante. Representa também o motivador materialista, porém com orientação social, focada na observância de normas sociais. Representa a necessidade de controle e as condições para alcançar todas as necessidades humanas (Maslow, 1954), correspondendo às demandas institucionais e sociais (Schwartz, 1992). Geralmente são as pessoas mais velhas as que se guiam por tais valores (Rokeach, 1973, Tamayo, 1988), pois seguem normas convencionais e, conseqüentemente, apresentam menor número de comportamentos desviantes (Pimentel, 2004; Santos, 2008). Esta subfunção é representada pelos valores de *obediência, religiosidade e tradição*:
- a) *Obediência*: evidencia a importância de obedecer aos deveres e às obrigações diárias e cumpri-los, respeitando os pais e as pessoas mais velhas. É um valor típico de pessoas com mais idade ou educadas em sistema mais tradicionais, orientado para seguir normas estritas;

- b) *Religiosidade*: representa a necessidade de controle para lidar com realidades adversas; não depende de nenhum preceito religioso e;
 - c) *Tradição*: representa a precondição de disciplina no grupo ou na sociedade como um todo para satisfazer as necessidades. Sugere respeito aos padrões morais seculares e contribui para a harmonia social;
- 4) *Subfunção suprapessoal*: os valores desta subfunção são representados pelas necessidades estéticas, de cognição e necessidade superior de autorrealização (Maslow, 1954) que ajuda a categorizar o mundo de forma consistente. Apresenta orientação central e motivador humanitário. Valores suprapessoais ajudam a organizar e categorizar o mundo de uma forma consistente, fornecendo clareza e estabilidade na organização cognitiva da pessoa. Esta subfunção é referência para os valores das subfunções interativa e de experimentação, e é a mais importante na representação do motivador humanitário, sendo representados pelos valores de *Conhecimento, maturidade e beleza*:
- a) *Beleza*: uma orientação global, desce as necessidades estéticas, mas evidencia uma orientação global, desconectada de objetos ou pessoas específicas. Os indivíduos que se guiam por esse valor buscam apreciar o que é belo, com independência da natureza do objeto (material ou imaterial), e não se limitam a questões pragmáticas;
 - b) *Conhecimento*: representa as necessidades cognitivas, cujo caráter é mais universal, abrangente, e não se limita à dicotomia pessoal e social. Quem segue esse valor busca conhecimentos novos, está sempre atualizado e procura descobrir fatos e ideias. Não se restringe ao conhecimento como desempenho, mas como uma indicação de saber, e reúne informações sobre temas diversos e;
 - c) *Maturidade*: representa a necessidade de autorrealização. Descreve um sentido de satisfação que a pessoa tem consigo. Nesse sentido, a pessoa percebe-se útil na vida, pois encontrou um sentido existencial;
- 5) *Subfunção experimentação*: esta subfunção representa um motivador humanitário, mas com uma orientação pessoal; a necessidade fisiológica de satisfação, em sentido amplo. Os seus valores representam as necessidades de sexo e gratificação, compreendendo a suposição do princípio do prazer-hedonismo (Maslow, 1954). Os valores desta subfunção contribuem para a promoção de mudanças e inovações na estrutura de organizações sociais. É representada pelos valores de *emoção. Prazer e sexualidade*:
- a) *Emoção*: esse valor representa a necessidade fisiológica de excitabilidade e busca de

experiências perigosas, arriscadas, algo equivalente ao tipo de personalidade “buscador de sensações” (Zuckerman, 1994). É um valor, geralmente priorizado pelos jovens (Chaves, 2004);

- b) *Prazer*: corresponde à necessidade orgânica de satisfação em um sentido mais amplo, por exemplo, beber ou comer por prazer. Embora se possa imaginar algo material, a ênfase não é qualquer coisa concreta; interesse em aproveitar a vida, desfrutar prazeres máximos. Existem evidências de que as pessoas que priorizam o prazer apresentam mais comportamentos desviantes, fruto da busca de prazer, inerente ao tipo de personalidade, anteriormente descrito (Pimentel, 2004) e;
 - c) *Sexualidade*: esse valor representa a necessidade de sexo. É comum na literatura se tratar como um fator ou item de moralidade, religiosidade (Braithwaite & Scott, 1991). Embora, na tipologia de Maslow (1954), ser possível pensar nessa necessidade como fisiológica, básica, remetendo no aspecto material, recentemente têm sido reunidas evidências de que a sexualidade não pode ser enquadrada nesse tipo de necessidade (Kenrick *et al.*, 2010);
- 6) *Subfunção interativa*: Valores desta subfunção também representam um motivador humanitário, mas possui uma orientação social. Representa as necessidades de pertença, amor e afiliação (Maslow, 1954), enquanto estabelece e mantém as relações interpessoais do indivíduo. Contatos sociais possuem metas em si mesmas, enfatizando características mais afetivas abstratas. As pessoas que adotam essa função como princípio-guia na vida, frequentemente são jovens e orientadas para relações íntimas estáveis, sobretudo em fase de busca e manutenção de parceiros, isto é, na constituição familiar (Kenrick *et al.*, 2010; Milfont, 2001). É representada pelos valores de *afetividade*, *apoio social* e *convivência*:
- a) *Afetividade*: este valor está relacionado com aspectos da vida social, enfatizando relacionamentos íntimos, afetos, relações familiares, compartilhamento de cuidados, prazeres e tristezas. O amor é a principal representação deste valor;
 - b) *Apoio social*: representa a necessidade de afiliação, com destaque para a segurança que pode ser proporcionada quando o indivíduo conta com o apoio de outras pessoas. Este valor indica que o indivíduo não está sozinho no mundo e que pode obter ajuda de outras pessoas quando necessitar e;
 - c) *Convivência*: representa a relação indivíduo-grupo e não as relações interpessoais específicas, indicando a ideia de pertencer a um grupo.

De acordo com Soares (2014), esta teoria apresenta evidências que comprovam suas hipóteses de estrutura e conteúdo em mais de 57 países ao redor do mundo. Nesta teoria, a hipótese de conteúdo dos valores diz respeito à adequação das seis subfunções e dos conjuntos de valores específicos que possibilitam representá-las, e por extensão a função dos valores. Já a hipótese de estrutura indica como os valores são organizados e como se estruturam as subfunções no espaço, levando em conta os dois eixos relativos a cada uma das funções principais dos valores como foi demonstrado anteriormente. Entretanto, existem neste modelo duas outras hipóteses: congruência e compatibilidade dos valores. A *congruência* diz respeito à consistência interna do sistema funcional dos valores, isto é, quão fortes são as correlações entre as subfunções valorativas.

4.5. Importância dos valores humanos

O marco de referência sobre a importância dos valores humanos, compreende a teoria funcionalista dos valores humanos, amplamente detalhada em Gouveia *et al.* (2008). Estes autores partem de três pressupostos teóricos para a definição dos valores, a saber:

1. Assumem a natureza benevolente do ser humano;
2. Admitem que os valores são representações cognitivas das necessidades individuais, demandas da sociedade e institucionais, que restringem os impulsos pessoais e asseguram um ambiente estável e seguro e;
3. Consideram como apropriado tratá-lo como terminais, ou seja, expressam um propósito em si, sendo definidos como substantivos.

O destaque dado ao estudo dos valores pode ser atribuído ao seu papel para a compreensão das condutas humanas (Berdi & Schawartz, 2001; Rokeach, 1973). Devido este fato, os estudos sobre os valores humanos têm sido aplicados para o entendimento de diversos construtos sociais, tais como compromisso religioso (Gouveia *et al.*, 2012), bem-estar subjetivo (Albuquerque *et al.*, 2006) e preconceito (Vasconcelos *et al.*, 2004).

Nesta perspectiva, os estudiosos têm tentado compreender o nível em que os valores podem ser estudados, bem como as suas funções (Gouveia *et al.*, 2014), como estes podem mudar ao longo do tempo (Vione, 2012), e suas bases neuronais e genéticas (Araújo, 2013; Athayde, 2014).

4.6. *Congruência e compatibilidade das subfunções valorativas*

A teoria funcionalista dos valores não assume a existência de conflitos inerente aos valores, muito embora, alguns valores possam ser mais desejáveis do que outros, em razão da natureza benevolente do ser humano, todos os valores são em alguma medida desejáveis e positivos (Gouveia et al., 2008; Gouveia *et al.*, 2011). Assim, as correlações entre as seis subfunções de valores são predominantemente positivas e a correlação média pode ser mais alta e mais consistente entre pessoas mais, pois, é possível que pessoas maduras, desenvolvam um sistema harmonioso de valores.

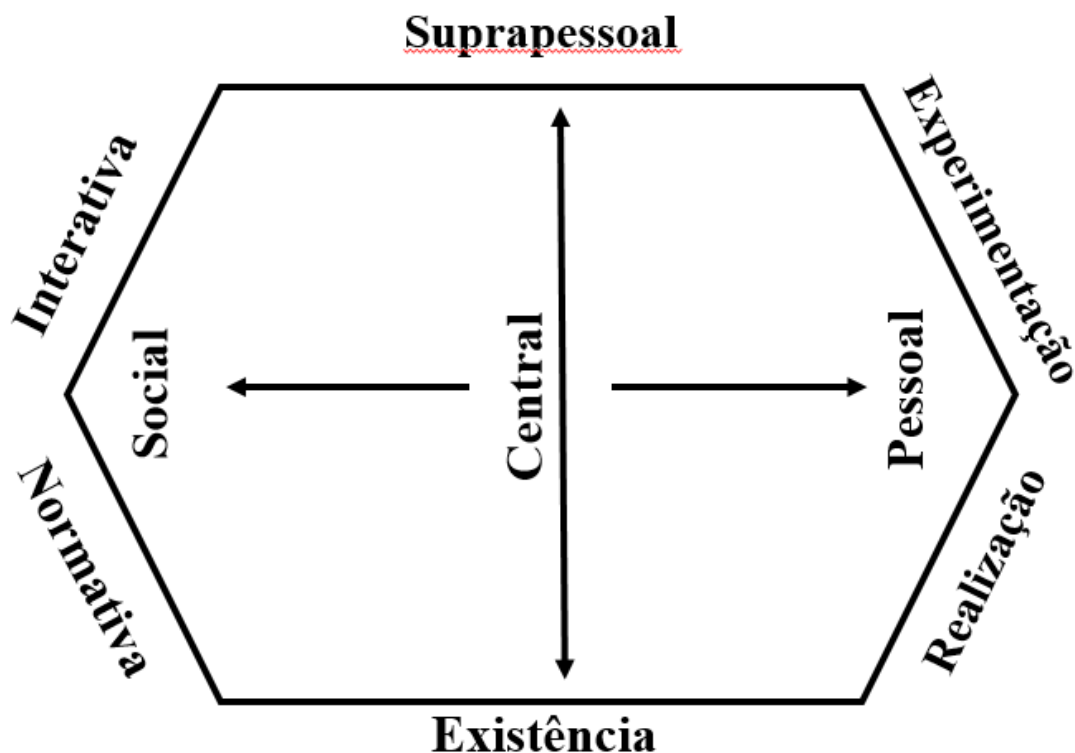
Nesse sentido, pessoas que priorizam subfunções específicas em detrimento de outras podem ser menos maduras não ter desenvolvido seus sistemas de valores completamente ou ter sido socializadas em um contexto no qual algumas de suas necessidades foram privadas e por isso, priorizarem alguns valores em relação a outros (Gouveia *et al.*, 2011). Assim, os conceitos de congruência e compatibilidade são assumidos na teoria funcionalista dos valores no seguinte, são definidos como:

- 1) *Congruência*: indica a consistência do sistema de valores ou subfunções, isto é, quão fortes são suas correlações entre si.
- 2) *Compatibilidade*: demanda critério externo que corresponde ao padrão de correlação que se estabelece entre os valores e determinadas variáveis antecedentes (VIs) e consequentes (VDs).

Portanto, a compatibilidade refere-se à validade discriminante ou à capacidade produtiva das subfunções valorativas, enquanto a congruência diz respeito à consistência interna no sistema valorativo funcional. O modelo da teoria funcionalista dos valores permite o cálculo de padrões diferentes de congruência entre as subfunções de valores. Para representar tais padrões torna-se a figura de um hexágono que pode ser observado a seguir, que tem algumas vantagens quando comparado com um modelo circular de Schwartz, por representarem de forma mais precisa os diferentes graus de congruência. De acordo com Gouveia *et al.* (2011)

As funções e as subfunções dos valores organizadas em um hexágono, permitem representar os três graus de congruência sugeridas pelos autores.

A figura 7- as funções e as subfunções dos valores representadas em um hexágono.



Para Gouveia (2013), a figura do hexágono possibilita a existência de três níveis de congruência: baixa, moderada e alta:

1. *Congruência baixa (lados opostos)*: reflete as subfunções que possuem distintas orientações e motivadores; elas estão localizadas em lados opostos do hexágono (valores das subfunções experimentação – normativa e realização - interativa). O princípio-guia relativamente independente destes valores é responsável pela baixa congruência;
2. *Congruência moderada*: aqui são concentradas as subfunções que têm o mesmo motivador, no entanto, com orientações diferentes. Refere-se aos pares de subfunções realização-normativa e experimentação-interativa. Estas subfunções possuem metas que são extrínsecas e intrínsecas, respetivamente;
3. *Congruência alta*: reúne os valores com a mesma orientação, mas com motivadores diferentes. Esta corresponde aos pares experimentação-realização e normativo-interativa, situados em lados adjacentes do hexágono.

4. 7. Estabilidade e mudança de valores humanos

A estabilidade e mudança dos valores humanos é uma temática que assumiu papel secundário nos estudos da área. Apesar de despertar curiosidade acerca dos seus efeitos nos indivíduos, sua repercussão na literatura existente sobre esta matéria mereceu a sua atenção só a partir dos anos 2000, quando maior esforço teórico sobre a temática é despendido para estudo dos fatores que proporcionam as alterações dos valores humanos e em quais condições ocorrem. Neste sentido, e de forma geral, entende-se os valores humanos como princípios-guia do comportamento e que representam cognitivamente as necessidades humanas, assim, exercem influência sobre o indivíduo de forma transituacional (Bardi *et al.*, 2009)).

De acordo com Bardi *et al.*, (2009), a estabilidade e mudança dos valores humanos foi investigada sobretudo referente às suas características duradouras, que permitiram avaliar diferenças individuais, estudos transculturais e sua relação com personalidade e comportamentos. As modificações que ocorrem com os valores são tratadas a partir do desenvolvimento humano (Gouveia *et al.*, 2015) e o efeito de eventos históricos (Goodwin & Bezmenova, 2006), mais recentemente o destaque vem sendo oferecido aos experimentos, com ênfase no priming (Maio, 2010).

Schwartz (2005) identificou efeito de coorte na mudança dos valores humanos, atribuindo importância ao envelhecimento e ao estágio do ciclo vital como fonte das diferenças das prioridades valorativas. Em consonância com esse achado, Gouveia *et al.* (2015), realizaram um estudo transversal para avaliar as alterações dos valores ao longo do desenvolvimento, considerando uma amostra com amplitude de 12 a 65 anos. A investigação encontrou efeito da idade nas diferenças dos perfis valorativos, apesar dos coeficientes de regressão serem de maneira geral baixo, alude para a importância das experiências de vida que cada estágio proporciona.

Goodwin e Bezmenova (2006) utilizaram comparação de coorte para avaliar a mudança de valores diante de um evento traumático. Os autores constataram que, após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, os estadunidenses atribuíram maior importância ao valor segurança, embora sua prioridade tenha voltado a linha anteriormente ao ataque depois de um tempo.

Bardi e Goodwin (2011), tentaram explicar as razões pelas quais os valores podem sair de sua estabilidade, onde consideram que duas rotas como as principais explicações, nomeadamente:

- 1) Automática, por meio de estímulos ambientais e *priming* (preparação) ativando esquemas existentes;

- 2) Esforço, que requer uma reflexão consciente sobre seus princípios. Embora existam essas possibilidades, a maior força é para a estabilidade. A socialização é o fator responsável por essa constância, podendo as pessoas escolherem as situações da vida que se adequem aos seus valores (autosseleção) e/ou gradualmente adquirir seus valores que são mais apropriados para os cenários que estão vivendo.

Rokeach (1968) aponta que os valores são organizados em sistemas e define que “um sistema de valor de uma pessoa pode ser assim admitido como uma organização aprendida de regras para fazer escolhas e resolver conflitos entre dois ou mais modos de comportamento ou ainda entre dois ou mais estados finais de existência. Um sistema de valores enfatiza preferências relativas ao grau de importância atribuído aos tipos de valores, diferenciando os prioritários dos secundários, ou seja, descreve a organização hierárquica dos valores de um indivíduo em função de uma estrutura que define os valores mais importantes e os menos importantes em determinadas situações.

Para Rokeach (1973) a hierarquização de valores está intrinsecamente relacionada com o desenvolvimento, levando em consideração o horizonte temporal, o desejo e o esforço motivado para a ação do sujeito. Como o sistema de valores representa crenças socialmente compartilhadas entre os indivíduos numa dada sociedade, os valores centrais tornam-se resistentes às mudanças. Assim, conforme Rokeach (1973), cada indivíduo possui seu sistema peculiar de valores vivenciados a partir das experiências particulares com os agentes mais significativos que afetam suas vidas, como a família, a cultura e outros. Esses agentes contribuem para a estabilidade do sistema de valores, originando, desse modo, mudança apenas das prioridades valorativas, mas não dos valores em si

A estabilidade dos valores reside no fato de que eles são consensuais e compartilhados entre os membros de um determinado grupo, internalizados como normas sociais de comportamentos que transcendem objetos, situações específicas e instituições (Rokeach, 1973)). Reforçados ao longo de uma infinidade de situações, da infância à velhice, e, nesse segundo momento, os valores assimilados tornam-se difíceis de perder credibilidade pela sua importância socialmente compartilhada, desejável e duradoura.

De acordo com Gouveia (2013) a estabilidade é concebida como uma característica que define a estrutura, descrevendo atividades necessárias para a sobrevivência do sistema ou da sociedade, ou seja, a sociedade tem requisitos funcionais ou imperativos que produzem diferentes estruturas que se especializam em realizá-los. Nesse contexto, para que as

instituições se mantenham estáveis, necessitam de mecanismos valorativos que definam as bases de seu funcionamento, assegurando sua sobrevivência ao longo dos tempos.

A maioria dos teóricos que se debruçam sobre valores humanos concorda que os valores são duráveis. Thomas e Znaniecki (1918) consideram que os valores são estáveis, embora, com o tempo, em função de novos contextos e novas atitudes dos indivíduos, o significado que lhes é atribuído pelo grupo possa mudar as prioridades axiológicas. Entretanto, devido a mudanças culturais e novas experiências pessoais, as prioridades dos valores podem mudar. O que normalmente sofre alterações são as prioridades valorativas, na busca daquilo que o indivíduo considera desejável.

Quando um indivíduo conquista novos patamares, saindo, por exemplo, de um estado de sobrevivência para uma condição melhor de vida, uma mudança pode ocorrer na sua situação, levando-o a buscar novas prioridades que se ajustem a esse novo contexto. Por outro lado, considerando que os valores são assimilados ao longo do processo de socialização, para os jovens que ainda não contam com uma estrutura psicológica estável, por se encontrarem na fase de amadurecimento, é possível registrar uma mudança no sistema de valores até o amadurecimento, em direção a um sistema mais integrado e consistente (Thomas e Znaniecki 1918).

Rokeach (1968) assinala que, à medida que os meios de comunicação de massa tornam os temas sociais importantes, os indivíduos vão tomando consciência e, desse modo, os valores mudam na reavaliação de suas prioridades com relação ao tipo de pessoa que acreditam ser ou deveriam ser dentro de uma sociedade.

4.8. Aplicabilidade da Teoria Funcionalista dos Valores Humanos na Psicologia Social

A teoria Funcionalista dos Valores Humanos (TFVH) contribui com a literatura da área, bem como com a psicologia social, ao apresentar um modelo parcimonioso, com uma medida breve e facilmente compreensível, favorecendo as pesquisas nos diversos ambientes. Ademais, a TFVH apresenta sustentação teórica, testável a priori, diferentemente da derivação empírica da qual partem outras teorias (Hofstede, 1984; Rokeach, 1973; Schwartz, 1992). Nesse sentido, considerando a importância que os valores humanos exercem em guiar os comportamentos dos indivíduos no meio social (Gouveia, 2013), pesquisadores da área vêm despendendo esforços para verificar a influência que os valores assumem na explicação de variadas temáticas.

Gusmão *et al.* (2016), por exemplo, investigaram em que medida os valores humanos estão relacionados com a homofobia sutil e flagrante. Utilizando uma amostra de 174 estudantes universitários, os autores em questão observaram que os valores normativos e de

realização foram os melhores preditores da homofobia sutil e geral, enquanto que apenas os valores normativos se associaram com a homofobia flagrante. Assim, tais autores verificaram ainda que os valores podem ser bons preditores da homofobia, principalmente aqueles de cunho materialista, reforçando de tal forma a adequação da teoria funcionalista para explicar atitudes socialmente desviantes.

Por meio de uma amostra de 149 estudantes universitários, Medeiros et al. (2015) objetivaram conhecer as bases valorativas das atitudes frente ao uso de álcool, testando um modelo hierárquico de valores – atitudes-comportamento. Os resultados indicaram que os valores de experimentação se correlacionaram positivamente com atitudes favoráveis ao consumo de álcool, ao passo que valores normativos o fizeram negativamente. O estudo também ofereceu apoio empírico à teoria funcionalista, ao pensar os valores de experimentação como valores de risco para o uso de álcool e os normativos como fatores de proteção (Gouveia, 2013).

Gouveia et al., (2014), por sua vez, objetivaram conhecer em que medida os valores humanos se relacionam com o altruísmo em um grupo de doadores e não doadores de sangue. Especificamente, ao grupo de doadores de sangue, constatou-se que o altruísmo se correlacionou com as subfunções experimentação, suprapessoal, interativa e existência. No que diz respeito à associação de valores e altruísmo no grupo de não doadores, foi verificada uma correlação negativa com a subfunção experimentação.

Utilizando uma amostra de 553 estudantes do ensino médio, Gouveia et al. (2012) analisaram o quanto os valores humanos explicariam o compromisso religioso. Os resultados indicaram que o compromisso religioso se correlacionou positivamente com os valores sociais (normativos e interativos), enquanto que os valores de orientação pessoal (experimentação e realização) correlacionaram-se negativamente com o compromisso religioso. Tais achados sugerem que pessoas com alto compromisso religioso seriam caracterizadas por seguir as normas sociais, cumprindo suas atividades e deveres, ao passo que indivíduos com baixo nível de compromisso religioso estariam mais propensos a ir em busca de prazer e aventura.

De modo geral, no campo da psicologia social, existe uma diversidade de estudos que pretendem explicar as atitudes e os comportamentos das pessoas tendo como base os valores humanos. Como exemplos destes estudos podem ser citadas as pesquisas sobre atitudes frente a homoparentalidade (Freires, 2015), intenção de cometer suicídio (Aquino, 2009), atributos desejáveis do parceiro(a) ideal (Gouveia et al., 2010) e comportamentos pró-ambientais (Coelho et al., 2006).

Perante do exposto, observa-se que as possibilidades de aplicação dos conhecimentos oriundos da Teoria Funcionalista dos Valores Humanos são abrangentes e contribuem para o entendimento dos antecedentes e consequentes de diversos construtos psicossociais, sendo fruto de dezenas de artigos, dissertações e teses. Tal facto reforça e justifica a importância de considerar tal teoria no entendimento de novos construtos, encontrando-se nesta dimensão, as teorias conspiratórias.

Uma das grandes vantagens da teoria funcionalista dos valores em relação às demais é que esta parte de pressupostos, possui sustentação teórica e propõe algo parcimonioso e testável *a priori*. A nível da teoria, Gouveia (1998, 2003, 2013) demonstra a existência um novo tipo de valores, valores centrais, os quais apresentam embasamento teórico e empírico, diferente dos valores mistos apresentados por Schwartz (1992).

Outra inovação desta teoria é a diferenciação dos valores das crenças, até então crenças e valores vinham sendo usados indistintamente nas teorias (Rokeach, 1974; Schwartz, 1992). Além disso, Gouveia et al., (2011) apresentam os valores como construtos latentes, onde as subfunções são as mesmas em qualquer contexto, mas os valores específicos podem ser modificados para favorecê-los.

Ainda esta teoria contribui ao diferenciar os conceitos de compatibilidade (critério externo, correspondendo ao padrão de correlação que se estabelece entre os valores e determinadas variáveis antecedentes e consequentes) e congruência (consistência do sistema de valores ou subfunções); o cálculo dos graus de congruência também é possibilitado (Gouveia (2011). Assim, a partir do conhecimento das subfunções dos valores permitir-se-á correlacionar estas com as crenças conspiratórias e consequentemente as atitudes dos indivíduos. Partindo do conhecimento das subfunções dos valores pode-se explicar as atitudes, crenças e comportamentos de certos indivíduos. Igualmente, os valores humanos fornecem os aspectos culturais e individuais das pessoas. Assim, de acordo com Rokeach (1973), os valores humanos são construtos central na psicologia social e podem ser aplicados na área organizacional para a gestão de pessoal e organizações.

Este modelo teórico tem se mostrado adequado ao contexto atual, podendo ser utilizado para explicar uma diversidade de construtos sociais. Considera-se que tal teoria fornece suporte teórico adequado para compreender em que medida os valores humanos se encontram relacionados a atitudes frente ao terrorismo. No capítulo seguinte abordar-se-á a personalidade sombria para compreender como os seus traços podem correlacionar com outros construtos referenciados nesta tese para explicar as atitudes frente ao terrorismo.

Neste capítulo buscar-se-á abordagem como a personalidade vem sendo definida, assim como o posicionamento de diferentes pesquisadores e suas importantes contribuições para a compreensão do estudo da personalidade. Ainda neste capítulo faz-se a apresentação da abordagem dos traços da personalidade, com ênfase para os cinco grandes fatores, assim como os traços da personalidade sombria, sua relação com as atitudes. Por fim, de forma breve, relacionar-se-ão os traços de personalidade e as atitudes, tendo em conta a importância desses construtos para a explicação do terrorismo.

5.1. Estudo da Personalidade: conceitos e aportes teóricos

De acordo com Dumont (2010) e McAdams (2012), o estudo da personalidade enquanto disciplina é considerado tendo sido estabelecido em razão das publicações de Allport (1937, *Personality: A psychological interpretation*) e de Henry (1938, *Explorations in Personality*). Todavia, os estudos acerca da estrutura da personalidade humana não se limitam ao século XX, pois que o interesse em mapear os traços que caracterizam e explicam as diferenças individuais existe desde a antiguidade clássica, ao exemplo da Grécia e Roma antiga, onde pensadores como Platão, Aristóteles, Descartes e Maquiavel já tratavam da personalidade em seus escritos (Dumont, 2010; McAdams, 2012).

Conforme estes autores, no âmbito da psicologia, torna-se evidente a importância do estudo da personalidade. Tal importância é percebida no número de estudos publicados na atualidade, conferindo notória atenção para este tema (Benet-Martínez & John, 1998; Hutz *et al.*, 1998). Apesar de ser amplamente estudada no campo da psicologia e de sua considerável importância para área, ainda é difícil o estabelecimento de uma definição consensual para a personalidade. Em termos de senso comum, pode-se dizer que a personalidade é utilizada para fazer menção à imagem de alguém, a partir de expressões como “*Aquela pessoa tem uma personalidade agressiva*” ou “*Ela tem uma personalidade tímida*”.

Dessa forma, no uso cotidiano a personalidade é vista como o que pode ser percebido acerca do comportamento de um indivíduo, servindo para defini-lo aos olhos dos demais. Isso ocorre na medida em que as pessoas, ao observarem, selecionam as qualidades mais evidentes no outro em uma determinada situação e assim formam uma impressão geral a partir de características isoladas (Schultz & Schultz, 2006).

No que diz a respeito à psicologia, pode-se afirmar que a personalidade pode ser caracterizada por um conjunto de atributos que podem sofrer modificações ao longo do tempo em decorrência das distintas experiências vivenciadas pelo indivíduo (Schultz &

Schultz, 2006). Assim, a palavra personalidade remete a sua origem, do latim *persona*, que era utilizada para fazer menção às máscaras que os atores usavam nas peças artísticas realizadas na Grécia Antiga (Engler, 1991). A personalidade pode também fazer referência a características tidas como permanentes nos indivíduos, já que se parte do pressuposto que ela seja estável e contínua. Entretanto, embora uma pessoa se comporte normalmente de determinada maneira, isso não implica afirmar que, em distintas situações, ela não vá agir de maneira diferente, e isso ocorre pelo fato de a personalidade não ser rígida ou imutável, podendo apresentar algumas variações de acordo com as experiências (Schultz & Schultz, 2006).

Na psicologia, foram vários os teóricos que dedicaram anos de pesquisas a estudar a personalidade. Ademais, os estudos primordiais acerca da personalidade seguiram um percurso e enfoque diferenciado das demais áreas da psicologia, pois, faziam uso preponderante do método indutivo, fato que corrobora o pouco ou inexistente rigor científico na área (Hall, Lindzey, & Campbell, 2000; Jesus, 2001; Queiroga, 2002). Entretanto, o estudo da personalidade teve início a partir de observações clínicas, sendo Freud, com base nas contribuições de Charcot, Janet, Jung e McDougall, o primeiro autor a sistematizar uma teoria da personalidade (Friedman & Schustack, 2004).

Os teóricos da *Gestalt* também desempenharam um papel de grande relevo ao conceber que o comportamento deveria ser analisado a partir de sua totalidade e não de forma fragmentada. Já a psicologia experimental e a teoria da aprendizagem proporcionaram para a área da personalidade um maior rigor metodológico, dispondo de uma preocupação mais objetiva no que concerne aos fundamentos em torno da construção de uma teoria e uma análise mais detalhada das alterações comportamentais (Schultz & Schultz, 2006), enquanto que os humanistas focalizaram em uma visão mais otimista da personalidade, enfatizando a saúde psicológica, o desenvolvimento, as virtudes e os potenciais das pessoas, acreditando na capacidade do ser humano em moldar o livre-arbítrio, mesmo diante de fatores biológicos não favoráveis (Schultz & Schultz, 2006).

A psicometria, por sua vez, também causou importantes mudanças na forma de analisar o comportamento humano. A partir da técnica da análise fatorial, os estudiosos buscavam mensurar e investigar as diferenças individuais. Desenvolvida na década de 1930, a técnica da análise fatorial trouxe não somente avanços para o estudo científico da personalidade, mas também para a abordagem dos traços, a qual será detalhada neste capítulo, em outra parte desta tese (Pervin & John, 2004).

A partir do exposto, ressalta-se que estes não são todos os modelos teóricos existentes no âmbito do estudo da personalidade, mas sim, aqueles que trouxeram contribuições significativas sobre esta temática e propuseram definições a respeito da estrutura da personalidade, com grande destaque para a personalidade sombria e os seus traços.

5.2. Precursores da perspectiva dos traços de personalidade

Como anteriormente mencionado, aqui são apresentados alguns fundamentos dos principais estudiosos que contribuíram para o desenvolvimento do estudo dos traços de personalidade, destacando-se os aspectos centrais de suas definições teóricas de cada um dos autores:

5.2.1. Gordon Allport

Mediante a classificação de mais de 50 definições sobre personalidade, Allport (1973, citado em Schultz, 2011) determinou uma concepção própria, tratando-a como uma organização dinâmica dentro da pessoa, formado por sistemas psicofísicos que determinam o comportamento e os conceitos característicos. A partir dessa definição, constata-se que o autor destaca o caráter de singularidade da personalidade, isto é, cada indivíduo apresenta aspectos que o diferencia dos demais, sendo a personalidade reflexo de fatores hereditários e ambientais. Com base em suas pesquisas e definições sobre a unidade da personalidade, Allport contribuiu de maneira significativa para o conceito de traços de personalidade, tratando-os como uma característica ou qualidade pessoal distinta, que pode ser empregada para caracterizar o modo como as pessoas agem ou se comportam no seu cotidiano, fazendo referência a uma tendência ou predisposição para agir de certa maneira (Schultz & Schultz, 2011).

Baseando-se nessa concepção, os traços seriam definidos como unidades básicas da personalidade, sendo caracterizados por aspectos como: (1) sua natureza é real, e existe em todas as pessoas, independentemente das diferentes experiências vividas; (2) não equivale apenas a construtos teóricos utilizados para explicar o comportamento dos indivíduos; (3) são determinantes na realização de um comportamento; (4) compartilham em conjunto com o ambiente a tarefa de produzir comportamentos; (5) apesar de apresentarem características diferentes, estão interrelacionados e podem sobrepor-se; e (6) sofrem variações situacionais (Andrade, 2008; Monteiro, 2014).

Nos seus trabalhos iniciais, Allport propõe a definição de dois traços: os individuais e os comuns. Enquanto que os traços individuais estariam relacionados a características

próprias de um indivíduo que definiriam seu caráter, os traços comuns seriam as condutas compartilhadas por diversas pessoas, como membros de uma mesma cultura ou grupo. No intuito de evitar possíveis confusões, Allport renomeou essas denominações de modo a ambos os fenômenos possuírem a mesma denominação. Nesse sentido, os traços comuns foram renomeados para traços e os individuais passaram a ser nomeados como disposição pessoal (Engler, 1991). Allport ainda subdivide os traços em três tipos principais, a saber: (1) traços cardinais, que são considerados os mais difundidos e poderosos, influenciando o comportamento do indivíduo em quase todos os aspectos da vida (*e.g.*, afetiva, profissional); (2) traços centrais, caracterizados por descreverem o comportamento de uma pessoa; e por fim os (3) traços secundários, que são tidos como menos aparentes e aparecem com muito menos frequência quando comparados aos cardinais e centrais (Pervin & John, 2004).

5.2.2. *Raymond Cattell*

De acordo com Schultz (2011), as ideias apresentadas por Allport (1973; Allport, 1921) serviram de influência e inspiração para outros pesquisadores, a exemplo de Raymond Cattell. O autor em questão conduziu os estudos acerca da personalidade para um enfoque mais empírico com a finalidade de representar os traços a partir de dimensões, de tal modo que fossem capazes de medir objetivamente a personalidade. Para alcançar seus objetivos, Cattell fez uso da técnica da análise fatorial, tendo sido um dos primeiros estudiosos a utilizar esse método, visando à construção de uma taxonomia da personalidade (Hall, Lindzey & Campell, 2011; Schultz & Schultz, 2011).

Para Cattell (1950), a personalidade é um construto que permite a predição do que uma pessoa fará em determinada situação. Em outras palavras, este autor tinha como objetivo prever o que uma pessoa faria ou como iria se comportar em resposta a um dado estímulo específico, sendo somente a partir do conhecimento de algumas dimensões ou traços que seria possível prever um comportamento (Schultz & Schultz, 2011). Da mesma forma que Allport, o conceito de traço de personalidade também é central nas pesquisas de Cattell. Para este autor, os traços podem ser entendidos como uma (1) estrutura mental básica da personalidade; (2) inferência feita a partir de um comportamento observado para explicar a realidade ou consistência desse comportamento; e (3) qualidades ou atributos que são abstraídos do comportamento (Wiggins *et al.*, 1971). Além disso, Schultz (2011) afirma que Cattell (1995) propôs que os traços poderiam ser divididos em superficiais e fundamentais, sendo os primeiros caracterizados por representar o agrupamento de variáveis manifestas,

ao passo que os segundos representariam variáveis subjacentes que atuam na manifestação de comportamentos (Hall *et al.*, 2000).

Na tentativa de estruturar os traços fundamentais, Cattell (1995, citado por Schultz, 2011) se utilizou de dados provenientes de diversas amostras, tendo em conta distintas formas de coleta. É nesse sentido, que a teoria da personalidade de Cattell foi embasada a partir de um efetivo rigor científico, sendo característico que um mesmo sujeito fosse submetido a mais de 50 tipos de mensuração, utilizando-se de três técnicas principais que ele classificou como dados L (registros de vida), dados Q (dados de questionários) e dados T (testes; Schultz & Schultz, 2011). Os dados L envolviam a categorização, por parte do pesquisador, de comportamentos cotidianos do indivíduo, tais como desempenho no trabalho e realização de atividades físicas. Já os dados Q eram embasados em questionários, onde os próprios indivíduos que estavam sendo testados se classificavam.

Cattell (1995) ressalta as limitações desse procedimento, uma vez que os testandos poderiam falsear e manipular suas respostas para esconder traços considerados indesejáveis, dificultando que os mesmos informassem com a devida precisão seus traços de personalidade.

Os dados T, por sua vez, envolviam o uso de testes mais objetivos, nos quais os respondentes não tinham consciência sobre que aspecto estava a ser avaliado (Hall *et al.*, 2000; Schultz & Schultz, 2011). Tomando como base os 4.500 termos encontrados no estudo de Allport e Odbert (1936), Cattell inicia suas pesquisas na área, reduzindo a quantidade de termos a 171. Além disso, agrupou os sinônimos e excluiu as palavras metafóricas. Mediante procedimentos empíricos, Cattell intercorrelacionava as palavras restantes chegando a um número de 35 traços. Ao acrescentar outras palavras baseadas na literatura, o autor chegou ao número de 46 traços, os denominando de traços superficiais (Hall *et al.*, 2000).

Posteriormente, Cattell submeteu estes dados a uma análise fatorial exploratória, identificando a presença de 16 componentes, sendo estes considerados os fatores básicos da personalidade, a saber: expansivo/reservado; mais/menos inteligente; estável/sentimental; assertivo/humilde; despreocupado/moderado; consciencioso/evasivo; ousado/tímido; compassivo/determinado; desconfiado/confiante; imaginativo/prático; astuto/franco; apreensivo/plácido; inovador/conservador; autossuficiente/dependente do grupo; controlado/descontrolado; e, finalmente, tenso/calmo.

Estes fatores dariam origem ao teste objetivo de personalidade denominado de Questionário dos Dezesesseis Fatores da Personalidade (16-PF) (Cattell, 1995). Desde sua elaboração, ocorrida em 1949, o 16-PF vem sendo utilizado nos mais diversos contextos da

psicologia, a exemplo, das organizações, pesquisa, educacional e clínica (Cattell, 1995). Não obstante, na época em que Cattell fez uso da análise fatorial para embasar o modelo que estava propondo, esta técnica era considerada ainda muito limitada e pouco estudada, fazendo com que seu modelo se tornasse demasiadamente complexo, devido a existência de 16 fatores primários e 8 de segunda ordem.

De acordo com Cattell (1995), as críticas voltadas para a replicação do seu estudo fizeram com que Norman (1963) investigasse a terceira versão do dicionário analisado por Allport e Odbert (1936). A partir disso, Norman (1967) extraiu 2.797 traços estáveis, sendo estes posteriormente reduzidos para 1.600. Dando continuidade ao procedimento, o autor reduziu para 75 palavras, dividindo os termos categorizados em cada uma das 10 classes criadas. Nesse sentido, constata-se que Norman utilizou, em essência, os cinco grandes fatores (Hall *et al.*, 2000; Monteiro, 2014). A partir do exposto, percebe-se que apesar de Norman (1967) ter refeito os passos de Allport e Odbert (1936), a estrutura de cinco fatores já havia sido observada nas 35 variáveis selecionadas por Raymond Cattell. Deste modo, evidencia-se o papel central deste autor no desenvolvimento inicial dos Big Five, ainda que o mesmo criticasse tal modelo e permanecesse a usar os seus 16 fatores (Monteiro, 2014).

5.2.3. Hans Eysenck

Segundo Schultz (2011) responsável pela realização de diversas pesquisas acerca da medição da personalidade, Eysenck (1963) concordava com Cattell no que se refere a esta ser composta por traços. Contudo, Eysenck trouxe grandes críticas às pesquisas desenvolvidas por este autor em relação a sua subjetividade e dificuldade de replicação e generalização dos resultados. Desse modo, apesar de ter feito uso da análise fatorial, Eysenck trazia como diferencial em seus estudos o uso de métodos experimentais (Schultz & Schultz, 2011). A partir de seus estudos e da parceria realizada com sua esposa, Sybil Eysenck, o autor passou a elaborar uma teoria própria para o estudo da personalidade, propondo um instrumento para mensurá-la, o Inventário de Personalidade (Eysenck & Eysenck, 1963).

Segundo Eysenck e Eysenck (1987), a personalidade é entendida como algo que determina a adaptação do indivíduo ao ambiente, sendo uma organização estável e duradoura do caráter, temperamento, intelecto e físico de uma pessoa. Esses autores postulam que os traços da personalidade são determinados hereditariamente, entretanto, apesar de não desconsiderarem as influências ambientais e situacionais, atribuir-lhes efeito limitado na formação e organização da personalidade (Schultz & Schultz, 2011). Nessa direção, Eysenck

dá prioridade às dimensões biológicas da personalidade, acreditando que o sistema nervoso central predispõe a resposta dos sujeitos aos estímulos do ambiente (Hall *et al.*, 2000).

A teoria de Hans Eysenck define que a personalidade é composta por três dimensões principais, sendo estas combinações de traços denominados como: P (Psicoticismo versus Controle de Impulso), E (Extroversão versus Introversão) e N (Neuroticismo versus Estabilidade Emocional). Eysenck postula que as dimensões extroversão e neuroticismo são as mais estudadas, estando presentes na maioria das pesquisas sobre personalidade, independentemente do método de avaliação utilizado. Seguindo essa linha de pensamento,

Eysenck propôs inicialmente a existência de dois fatores principais da personalidade, conhecidos como *Big Two* (neuroticismo e extroversão). A extroversão seria caracterizada como um traço de personalidade que descreve pessoas que priorizam a companhia de seus pares e que tendem a ser sociáveis no seu cotidiano. Tal traço tende a estar presente em pessoas impulsivas, aventureiras e assertivas. No polo oposto, indivíduos com alto nível de neuroticismo tendem a demonstrar um alto grau de ansiedade e depressão, sendo mais tensas e instáveis do que as demais, apresentando uma maior tendência a desenvolver problemas relacionados à autoestima (Eysenck, 1990).

Posteriormente, Eysenck propõe a inclusão do fator psicoticismo (Choragwick, 2010; Dumont, 2010). Neste sentido, pessoas que pontuam alto nesse traço costumam apresentar comportamentos agressivos, antissociais, frios, egocêntricos, hostis e insensíveis frente às necessidades e sentimentos dos outros. Eysenck propõe que tal traço apresenta um maior componente genético quando comparado à extroversão e neuroticismo, e que, possivelmente, os homens apresentam nível mais elevado do que as mulheres neste aspecto da personalidade, levando o autor a sugerir que esta dimensão tenha uma provável relação com os hormônios masculinos (Eysenck, 1990).

Ressalta-se que esse modelo trifatorial foi testado em inúmeras culturas, mostrando evidências acerca da hereditariedade na formação da personalidade (Schultz & Schultz, 2011). Apesar disso, foi o *Big Two* proposto por Eysenck que serviu como estrutura basilar para Goldberg (1981) nomear os cinco grandes fatores da personalidade como Big Five (McCrae & John, 1992). De acordo com o apresentado, são diversos os modelos elaborados para explicar a personalidade, principalmente por meio do estudo dos traços, sendo esta perspectiva amplamente aceita entre os estudiosos da área.

Como já aludido, esta concepção compreende que a personalidade é uma variável individual que se manifesta por meio de traços posicionais e padrões de desenvolvimento (McAdams & Pals, 2006). Não obstante, em função da indefinição da quantidade de fatores

da personalidade, uma vez que esta variava desde os três fatores do modelo de Eysenck até os dezesseis apresentados por Cattell, nenhum modelo específico conseguiu adquirir uniformidade de consenso de uso pelos demais pesquisadores, sendo estes alvos de críticas e descontentamentos. Assim, pensando-se em traços de segunda ordem que representassem estruturas fatoriais da personalidade, estudos mais recentes passaram a dar ênfase a um modelo com cinco fatores, conhecido como *Big Five* ou modelo dos Cinco Grandes Fatores da Personalidade. 2.3. Cinco Grandes Fatores da personalidade.

5.3. Traços da personalidade (*Personalidade Big Five*)

Apesar da existência de inúmeros modelos teóricos voltados para o entendimento da personalidade, o modelo dos Cinco Grandes Fatores da Personalidade (*Big Five*) vem se destacando cada vez mais na literatura sobre a estrutura de traços. Contudo, apesar de o modelo ter sido mais difundido a partir dos anos 1990, a ideia vem sendo discutida desde nos anos 1930 por William McDougall, que propôs a estrutura da personalidade baseada em cinco componentes: *disposition, temperament, temper, intellect e character* (Althoff, 2010). Tal estudo levou Thurstone (1934) a verificar empiricamente a adequação do modelo usando 60 adjetivos, identificando assim cinco fatores. Posteriormente, vários autores (*e.g.*, Fiske, 1949; Norman, 1963; Tupes & Christal, 1961) testaram empiricamente a estrutura pentafatorial, sendo nomeada por Tupes e Christal (1961) como extroversão, cordialidade, confiabilidade, estabilidade emocional e cultura (McCrae & John, 1992).

Na mesma direção, Norman (1967) modificou o nome dos fatores para extroversão, estabilidade emocional, agradabilidade, conscienciosidade e cultura, denominando tais dimensões como Norman's *Big Five* (Barrick & Mount, 1991). Deste modo, constata-se que o modelo dos cinco grandes fatores têm como base os estudos empíricos, seguindo assim uma abordagem indutiva (Diniz, 2009). Apesar das contribuições dos autores supracitados, foram Costa e McCrae (1992) que tiveram papel fundamental, elaborando ainda nos anos de 1980 o Inventário dos Cinco Grandes Fatores (NEO). Segundo esses autores, os cinco fatores apresentariam tendências básicas com fundamento biológico, não sendo diretamente influenciados pelo ambiente (Pervin & John, 2004).

Ainda de acordo com McCrae e John (1992), o modelo seria uma organização hierárquica dos traços de personalidade, onde os mesmos estão dispostos em cinco dimensões que fornecem uma estrutura em que a maioria dos traços pode ser classificada. Especificamente no contexto brasileiro, tais fatores vêm sendo denominados de extroversão, neuroticismo, amabilidade, conscienciosidade e abertura à mudança (Araújo, 2013;

Monteiro, 2014), no entanto, algumas variações são encontradas em relação a tais denominações (Silva & Nakano, 2011).

No que concerne aos motivos que levariam a organização da personalidade em cinco fatores, Hutz *et al.* (1998) argumentam que tais dimensões estariam relacionadas a uma descoberta accidental que se constitui a partir de uma generalização empírica, replicada de maneira sistemática, tendo sido este modelo derivado da análise de fatores. Esta situação, não obstante, não é tida como uma limitação para o modelo, tendo em conta que tal conjuntura também ocorre em outras áreas de conhecimento.

Vale destacar que o Modelo dos Cinco Grandes Fatores não reduz a personalidade em apenas cinco traços; pelo contrário, ele pressupõe que estas cinco grandes dimensões atribuem um nível amplo e abstrato à personalidade, onde cada uma delas pode ser composta por um número maior de características específicas e divergentes da personalidade (Costa & McCrae, 1995). Ademais, as evidências a respeito da existência de cinco dimensões da personalidade estão embasadas em quatro fundamentos essenciais: (1) comprovação, por meio de estudos longitudinais, de que os cinco fatores são disposições duradouras que se manifestam nos padrões comportamentais; (2) existência dos traços relatados pelo modelo do *Big Five* em outros modelos teóricos; (3) existência dos cinco fatores em diferentes sexos, idades e etnias; e (4) sugestão da existência de uma base genética, a partir de achados em relação a fatores hereditários dos traços (Araújo, 2013; Costa & McCrae, 1992).

Segundo Goldberg (1981) e McAdams (1992), os cinco fatores da personalidade sugerem um conjunto de informações, as quais os indivíduos tendem a procurar nas pessoas com quem interagem. Assim, se busca saber se a pessoa é: ativa e dominante ou passiva e submissa; socialmente desagradável ou agradável; amigável ou fria; responsável ou negligente; imprevisível ou estável; aberta a novas experiências ou fechada. A partir disso, considera-se oportuno pensar a estrutura da personalidade a partir dos traços de abertura à mudança, conscienciosidade, extroversão, amabilidade e neuroticismo:

- 1) Abertura à mudança (*Openness to experience*). Também conhecida pelas denominações “cultura”, “imaginação” ou “intelecto”, esta dimensão corresponde à capacidade e complexidade da imaginação humana ou a autopercepção de suas capacidades (Benet-Martínez & John, 1998). Indivíduos que pontuam alto nesta dimensão, geralmente, são francos, criativos, artísticos, têm uma imaginação e curiosidade fértil, além de interesses culturais. Por outro lado, as pessoas que apresentam baixa pontuação neste fator são caracterizadas como conservadoras, convencionais em suas crenças e atitudes e menos responsáveis quanto ao fator

emocional. As facetas que o representa são: fantasias; estética; sentimentos; ações; ideias e valores (Nunes, Hutz, & Nunes, 2010);

- 2) Conscienciosidade (*Conscientiousness*). Conhecida também por “escrupulosidade” ou “realização”, tal dimensão é caracterizada por pessoas que priorizam ações que acentuam organização, persistência, controle e motivação. Diferentemente das pessoas que apresentam pontuação elevada nesta dimensão, aquelas de pontuações baixas demonstram tendência a apresentar comportamentos de negligência, preguiça, sem metas claras e irresponsabilidade (DeYoung & Gray, 2009; Nunes & Hutz, 2007).
- 3) Extroversão (*Extroversion*). Chamada também de “expansão”, esta dimensão corresponde a pessoas que revelam ser sociáveis, ativas, falantes, otimistas e afetuosas. Em contrapartida, os que pontuam baixo tendem a ser tímidos, centrados em si mesmos, sérios, e sentem-se bem quando não estão na companhia de outros (McCrae, 2011). As facetas que o representa são: nível de comunicação; altivez; assertividade e interações sociais (Nunes *et al.*, 2010);
- 4) Amabilidade (*Agreeableness*). Tal dimensão apresenta dois termos correspondentes na literatura, conhecidos como “agradabilidade” e “sociabilidade”. Esta é descrita por pessoas que apresentam maior tendência a serem generosas, bondosas, afáveis, prestativas e altruístas. Não obstante, sujeitos que pontuam baixo geralmente são frios, indelicados, hostis, invejosos e egoístas (Friedman & Schustack, 2004). As facetas que o representa são: amabilidade; pró-sociabilidade e confiança nas pessoas (Nunes *et al.*, 2010);
- 5) Neuroticismo (*Neuroticism* ou *Emotional Stability*). Também denominado de “instabilidade emocional”. Indivíduos que pontuam alto nessa dimensão são mais propensos a apresentar sofrimento psicológico, ideias irreais, baixa tolerância à frustração, e respostas de enfrentamento não adaptativas. Já os que pontuam baixo são geralmente independentes e despreocupados (DeYoung & Gray, 2009; McCrae, 2011). As facetas que o compõem são: vulnerabilidade; desajustamento psicossocial; ansiedade e depressão (Nunes *et al.*, 2010).

Nesse sentido, ter como base um modelo composto por Cinco Grandes Fatores da Personalidade possibilita a existência de uma linguagem comum para psicólogos de diferentes abordagens, bem como uma guia para avaliação do comportamento humano, sendo fundamental para psicólogos de diferentes áreas de atuação (*e.g.*, educacional, organizacional, clínica) (McCrae & John, 1992). Deste modo, diversos estudos, em contextos culturais diferentes, têm se ocupado em entender a relação entre os traços de personalidade e outros construtos, tais como psicopatia e relacionamentos íntimos (Freitas, 2017; Monteiro, 2014), como se pode observar a seguir.

5.4. Personalidade sombria

Os relacionamentos interpessoais bem sucedidos são vistos por alguns autores como vitais para a vida no mundo moderno. Ao decorrer das interações muitos dos sujeitos, provavelmente, encontrarão indivíduos com "traços de personalidade socialmente aversivos" (Lee & Ashton, 2005), a exemplo de maquiavelismo e as variações subclínicas de psicopatia e narcisismo, os quais são conhecidos como a Tríade Sombria da Personalidade (*Dark Triad of personality*) (Paulhus & Williams, 2002). Tais traços não se limitam apenas a amostras clínicas e em situação prisional, contanto, há variações mais brandas que podem fazer parte de uma faixa normal de funcionamento da personalidade (Huang & Liang, 2014). É importante frisar que, os traços sombrios envolvem uma disposição à autopromoção, a agressividade e frieza emocional nos relacionamentos interpessoais (Kaiser, Le Brenton, & Hogan, 2015).

Alguns podem argumentar que baixos escores em fatores como amabilidade e conscienciosidade poderia dar suporte a adequação do CGF para a descrição do lado obscuro da personalidade, de modo que se relacionam a comportamentos problemáticos (*e.g.*, agressão e uso de substâncias) (Cavalcanti & Pimentel, 2016; Malouff *et al.*, 2007). Contudo, isso não é suficiente para indicar que o CGF cobre as diferenças individuais nos traços desviantes ou sombrios de personalidade.

Para Zeigler-Hill e Marcus (2016), um traço de personalidade é sombrio na medida em que é prejudicial e se relaciona às mais variadas dificuldades interpessoais, independente do contexto ou mesmo do nível de traço que a pessoa apresenta. Nessa direção, a lacuna que havia na literatura para a descrição deste lado sombrio foi preenchida pela *Dark Triad of personality* (Triade sombria da personalidade) (Paulhus & Williams, 2002), indicando os três traços que se formam deste lado obscuro: maquiavelismo e as variações subclínicas de psicopatia e narcisismo. Tais traços apresentam em comum um núcleo sombrio da

personalidade, que envolve déficit afetivo e reduzidas competências sociais-emocionais, como baixa empatia, insensibilidade e reduzido remorso ou culpa.

Ainda, cada traço apresenta peculiaridades, enquanto no maquiavelismo destaca-se a orientação a planejamento estratégico e a visão cínica do mundo, o narcisismo está mais relacionado com a grandiosidade, exibição e vulnerabilidade, e a psicopatia a busca de sensações, comportamentos antissociais e crueldade. Além disso, os traços podem ser entendidos por meio de quatro dimensões, a saber afetivo, o qual agrupa os aspectos emocionais dos traços; cognitivo, que reúne as formas de pensamento e raciocínio; comportamental que apresenta as principais formas de ação e atitudes; e motivacional que elenca os principais desejos e motivos de ação de cada traço (Paulhus & Williams, 2002).

Comparado ao CGF que surgiu em função de múltiplas análises fatoriais, a tríade sombria (TS) ou seja os traços sombrios de personalidade emergiram a partir de observações teóricas acerca dos aspectos compartilhados pelos três traços que formam (Jonason & Middleton, 2015). É importante assinalar que o advento da tríade sombria se configurou como um impulso no estudo dos traços aversivos, havendo uma profusão de pesquisas na última década (Zeigler-Hill e Marcus, 2016)

Alguns dos principais tópicos explorados nesta área são: conhecer os aspectos comuns aos três traços de personalidade sombria (Book *et al.*, 2010; Jones & Paulhus, 2014), a busca por mensurá-los (Jones & Paulhus, 2014) e utilizá-los para o entendimento dos mais variados fenômenos, não apenas os problemáticos (Jonason *et al.*, 2015). Neste ponto específico, a TS tem sido aplicada ao contexto da psicologia evolucionista para a compreensão de comportamentos como retenção de parceiros, infidelidade e estratégias de acasalamento, indicando que este conjunto de fatores pode ter um lado adaptativo (Jonason & Buss, 2012; Jonason *et al.*, 2010; Jones & Figueredo, 2013). Apesar do crescente uso deste modelo de personalidade na literatura internacional, no Brasil há poucas evidências empíricas, havendo escassos estudos, tratando estes traços de personalidade isoladamente (Monteiro *et al.*, 2015).

5.4.1. Traços sombrios de personalidade

Como foi referenciado nesta tese, o estudo dos traços sombrios de personalidade é uma temática relativamente recente decorrente do ressurgimento da utilidade desse assunto para os psicólogos em fatores de personalidade (Bailey, 2019).. A fim de agregar a literatura de personalidade, Paulhus e Williams (2002) apresentaram traços sombrios de personalidade

para expandir esse assunto para além do Modelo dos Cinco Grandes Fatores, o que instigou a pesquisa sobre os traços escuros indesejados.

A literatura pouco explorou sobre a temática acerca de traços sombrios de personalidade (Spain *et al.*, 2014), e apresenta limitações que não foram reconhecidas ou que foram ignoradas pelos pesquisadores da área (Miller *et al.*, 2019). Assim, são consideradas como limitações: (i) utilização de construtos unidimensionais, ao contradizer as evidências da tríade e sua multidimensionalidade; (ii) a distinção entre as medidas do maquiavelismo e psicopatia; falta de abordagens estatísticas multivariadas; (iii) não testar os traços da tríade uns com os outros e; (iv) preocupações metodológicas referentes à amostragem de conveniência e dependência de abordagens de método único (Miller *et al.*, 2019).

Todavia, o interesse por esses traços de personalidade é independente se são investigados de maneira individual ou em conjunto (Miller *et al.*, 2019). Para Koehn, Okan e Joanson (2019) os pesquisadores devem estudar esses traços em conjunto, visto que combinados com modelos evolutivos de personalidade, possibilitam novos conhecimentos acerca desses traços. Salienta-se que pesquisas sobre o sadismo estão em seu estágio inicial, e por isso, os pesquisadores são instigados a determinar onde, porque e como esse traço é importante e útil para acrescentá-lo aos traços da dark triad (Koehn *et al.*, 2019). Bailey (2019) aponta que a insensibilidade ou a ausência de empatia que cada um desses traços pode determinar no interesse que esses indivíduos têm em querer tirar vantagem de maneira injusta dos demais, mesmo que as motivações e os mecanismos para cometer tal ato sejam diferentes para cada traço:

1) *Psicopatia.*

O estudo da psicopatia foi inaugurado por Hervey Cleckley que no início da década de 1940, lançou o seu livro *The Mask of Sanity*. Por meio desta obra, Cleckley torna-se o primeiro na demarcação sistemática dos aspectos fundamentais que constituem a psicopatia, provendo uma lista de 16 características que seriam típicas de um perfil psicopata (Lilienfeld *et al.*, 2015; Salekin, 2016). De acordo com (Drislane *et al.* (2014) e Patrick (2006), entre tais características de um psicopata estão charme superficial, ausência de alterações no pensamento, estabilidade emocional, comportamentos antissociais não justificados e falta de remorso ou culpa (Cleckley, 1941). Portanto, a perspectiva de Cleckley indica que a psicopatia pode se compreendida como a influência entre déficits a nível afetivo e interpessoal, acompanhado por um comportamento desviante, contudo, apresentando uma faceta algo adaptativa, marcada por um ajustamento positivo.

Atualmente, a psicopatia é compreendida como a inter-relação de uma constelação de traços de personalidade distribuídos em três dimensões: (1) *audácia*, caracterizada por resiliência, dominância social e estabilidade emocional; (2) *crueldade*, envolvendo um estilo de vida parasita, insensibilidade, ausência de remorso e empatia e; (3) *desinibição*, talhado por pobre controle dos impulsos, baixa tolerância à frustração e dificuldade em retardar gratificações (Drislane *et al.*, 2015). A partir do previamente exposto, verifica-se a nocividade da psicopatia, mesmo em sua manifestação subclínica, sendo considerado o traço mais sombrio entre os que formam a personalidade sombria ou seja tríade sombria. Contudo, este título de traço mais tóxico é disputado com o maquiavelismo que será descrito a seguir (Rauthman & Kolar, 2012);

2) *Maquiavelismo.*

Durante o século XVI, Nicolau Maquiavel, por meio da sua obra clássica “*o príncipe*”, tornou conhecido os seus conselhos para que a família Médici se mantivesse no poder em Florença. Tais recomendações não se pautavam em aspectos virtuosos que seriam elementos fundamentais para manter-se à frente de um governo, senão que destacavam aspectos malévolos. No caso, recomendava-se que um governante fosse estratégico, frio, pragmático, manipulador e até mesmo imoral ((Rauthman & Will, 2011). Maquiavelismo tem sido definido ao longo do tempo ora como um traço ou disposição da personalidade (Vleeming, 1979), ora como estratégia de conduta social, que envolve a manipulação de outros para obter ganhos pessoais.

De um modo geral, Christie e Geis (1970) consideram que os indivíduos maquiavélicos tendem a ter uma relativa ausência de afeto nas relações interpessoais, não apresentam preocupação com a moral convencional, embora não sejam necessariamente imorais e demonstram baixo comprometimento ideológico. Além disso, eles consideram que os indivíduos altamente maquiavélicos superam aqueles menos maquiavélicos quando interagem em situações face a face, quando há espaço para a improvisação e em situações que envolvem detalhes afetivos que são considerados como irrelevantes para a vitória. Para Gable e Dangelo (1994), maquiavélicos devem ser vistos não como antiéticos, mas como indivíduos capazes de sacrificar a ética, segundo seus interesses.

3) *Narcisismo.*

Oriundo do mito grego de Narciso, que se apaixona por sua própria imagem refletida na água, o narcisismo enquanto construto psicológico possui uma história relativamente

longa. Apesar fortemente associado a obra de Sigmund Freud, o estudo do narcisismo na literatura psicológica precede este autor, tendo suas raízes no final do século XIX (Jonason *et al.*, 2012). Assim, a noção de narcisismo está muito relacionada ao tipo de escolha homossexual. Por outro lado, já é possível encontrar alguns dos elementos essenciais para uma teoria do narcisismo. São eles: a ideia do eu como objeto de amor, o postulado de uma identificação como base do narcisismo e, ainda, a relação deste com as escolhas amorosas.

Em 1898, o britânico Havelock Ellis configura-se como o primeiro a utilizar o mito de Narciso para se referir a uma condição sexual autoerótica (Levy *et al.*, 2011). Levy *et al* indicam ainda que em 1899, pautado nas descrições de Ellis, Paul Nacke emprega o termo narcisismo ao se referir a autoerotização, ou seja, condição em que o *Self* é tratado como objeto sexual. Contudo, é no estudo sobre Schreber que a formulação acerca do narcisismo ganha sua devida proporção, a de protagonista na cena da teoria pulsional. Aí, o narcisismo deixa de ser equivalente ao auto-erotismo e passa a ocupar um lugar fundamental na história libidinal do sujeito, entre o auto-erotismo e o amor objetal:

Investigações recentes chamaram nossa atenção para um estágio na história evolutiva da libido, que se cruza com o caminho que vai do auto-erotismo ao amor objetal. Este estágio foi designado como narcisismo. Consiste no momento do desenvolvimento do indivíduo em que ele reúne suas pulsões sexuais de atividade auto-erótica, para ganhar um objeto de amor. Toma a si próprio e o seu próprio corpo antes de passar para a escolha de um objeto que seja outra pessoa (Freud, 1911, p 56).

A grande novidade é a formulação que admite a existência simultânea de uma libido do eu e uma libido do objeto. Esta formulação acarretou problemas para a teoria até então vigente; uma vez que o “*Eu*” também passou a ser objeto de investimento libidinal, isto é, ele deixou de ser uma instância libidinalmente neutra no conflito psíquico. Contrapondo a perspectiva clínica e psiquiátrica, a abordagem da Psicologia Social e da personalidade tem tratado o narcisismo a partir de um entendimento dimensional, não sendo estritamente patológico (Miller & Campbel, 2008).

Evidências empíricas suportam a ideia do narcisismo como um construto dimensional e não uma categoria, ou seja, as pessoas podem ser situadas, em função de seu nível de narcisismo, em um continuum, variando de expressões mais leves até as mais intensas (Fostes & Campbel, 2007). Portanto, como a psicopatia, o narcisismo é um transtorno de personalidade, mas apresenta uma variante subclínica, sendo um traço de personalidade que pessoas normais e saudáveis podem possuir em variados níveis (Bergman & Fearington,

2011). Esta expressão subclínica compartilha aspectos com a manifestação patológica, a exemplo de grandiosidade, necessidade de admiração, falta de empatia, senso de direito e autoadmiração (Janason et al., 2012).

Wink (1991) propõe que o narcisismo possui duas faces: (i) Grandiosidade/Exibicionismo; (ii) Vulnerabilidade/sensibilidade. A primeira envolve aspectos como dominância, autoconfiança, falsa modéstia e agressividade; já a segunda relaciona-se a características como insegurança, introversão, sentimentos de inadequação, incompetência e emoções negativas (Miller *et al.*, 2011). Estes dois componentes são ortogonais, sendo que a faceta grandiosa, também conhecida como narcisismo normal ou subclínica, é mais presente na população geral, ao passo que a dimensão vulnerável é fundamental quando se trata da variação clínica do construto (Back *et al.*, 2013).

Assim, como os dois traços comentados previamente, o narcisismo subclínico também possui consequências diversas, adaptativas ou não, em domínios inter e intrapessoais. Nesse sentido, as características mais marcantes nas pessoas com traço de narcisismo são: intensa auto concentração em si mesmo; busca incansável pelas próprias necessidades sem preocupar com o próximo, autoestima e insegurança; dependência de afeto e amor do outro e, ao mesmo tempo, não se preocupa com a necessidade do outro; sensação de direito e exigência de admiração constante e excessiva; exagero em conquistas.

Apesar da ligação dos tópicos de personalidades sombrias com resultados negativos, tem-se, por outro lado, que a maioria das características sombrias além de ter suas desvantagens têm suas vantagens (Spain *et al.*, 2014). Isso perfaz em questões em abertas na literatura que devem ser consideradas, como: esse tipo de personalidade deve ser explorado em referência a resultados brilhantes, visto que pode haver alguns aspectos positivos em ter um gerente com esses traços; e, quais situações esses traços sombrios podem ser úteis (Spain *et al.*, 2014).

Assim, para que esta proposta seja efetivada, inicialmente serão observados os parâmetros psicométricos da escala de atitudes frente ao terrorismo e em seguida será avaliada a sua relação com as crenças conspiratórias e valores humanos.

PARTE II – ESTUDOS EMPÍRICOS

A preocupação com o fenômeno do terrorismo no que se refere ao significado e suas consequências é bastante remota. Campo semântico das representações sociais significa abordar a própria construção da realidade, como universo em que se encontram indivíduos e grupos que se comunicam, se relacionam e consolidam o meio social em que vivem. Essa dinâmica tem seu lugar no cotidiano dos indivíduos, em suas atividades diárias, como nas reuniões públicas, nos cafés, nas ruas, nos meios de comunicação, nas instituições sociais, enfim, no encontro público de atores sociais, em todos os espaços em que sujeitos se reúnem para falar e dar sentido ao cotidiano (Jovchelovitch, 2000). Em todos esses encontros ou interações, são colocados em jogo elementos ideológicos, emocionais, cognitivos, institucionais, tudo aquilo que diz respeito ao humano em sua plenitude. Trata-se de considerar as condições sociológicas e psicológicas em uma perspectiva dinâmica.

Segundo Jodelet (2001), não são mera reprodução dos objetos e significados, pois implicam uma atividade criativa e interpretativa dos sujeitos e a sua significância. Para Moscovici (1984), há um poder criador de objetos e eventos da atividade representativa, há relações entre o nosso reservatório de imagens e a nossa capacidade de combiná-las, de engendrar novas e surpreendentes combinações. O autor continua a afirmar que uma análise semântica do terrorismo constitui uma preparação para a ação, pois, além de guiar o comportamento, ela remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve se ligar. Ela consegue incutir um sentido ao comportamento, integrá-lo numa rede de relações em que está vinculada ao seu objeto, fornecendo ao mesmo tempo as noções, as teorias e os fundos de observação que tornam essas relações estáveis e eficazes.

Para Jovchelovitch, quando nós falamos em a análise desloca-se para um outro nível; ela já não se centra no sujeito individual, mas nos fenômenos produzidos pelas construções particulares da realidade social. Assim, o problema não está em abandonar o indivíduo porque ele implica necessariamente uma perspectiva individualista. Ao contrário, o problema central é reconhecer que, ao analisar fenômenos psicossociais e representações sociais é necessário analisar o social como totalidade

Os estudos sobre análises semânticas sobre o fenômeno têm sido crescentes desde os atentados de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos da América, na tentativa de explicar e compreender fenômeno de terrorismo, por meio de situações comuns do cotidiano, que quando passados de uns para outros se tornam verdades. São conhecimentos naturais dos indivíduos que são transmitidos de geração para geração, são opiniões e ideias de pessoas de um grupo sobre determinado fenômeno ou acontecimento.

Para Milgram e Toch (1969) os movimentos sociais podem ser considerados um desenho do comportamento em massa, independente do seu tamanho, o grupo busca expressar os mesmos desejos, as mesmas análises semânticas e as mesmas angústias, um grupo único e sólido possui os mesmos pensamentos, objetivos e anseios, dentre os quais se destaca a busca por solução de problemas para todos os envolvidos. O conhecimento do significado faz parte do comprometimento do indivíduo com o meio em que ele pertence, o indivíduo atua sobre o objetivo em busca de transformação, e quando transformado a ação se torna acomodadora, retornando à necessidade de mudanças.

Contudo, uma rápida análise histórica dos atentados no mundo evidencia que pessoas de diferentes religiões, sistemas sociais, gênero e países tomam parte de alguma forma a atividade terrorista influenciadas pelas representações sociais, por exemplo, em defesa da sua religião, etnia, cultura, etc. De fato, até antes dos atentados de 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos da América, a maioria dos livros a respeito do tema sequer mencionava o terrorismo Islâmico (Canter, 2009), um dos maiores desafios enfrentados atualmente em várias nações do mundo. Há alguns anos esses eventos pareciam raros ou mesmo distantes da realidade do mundo, hoje, porém, o Terror se impõe como um problema real e recorrente.

Para se avaliar como a vivência e a cultura de diferentes países afetam a percepção dos seus habitantes acerca do Terrorismo e a representação social do terrorismo, particularmente no contexto da islamofobia no mundo, uma possibilidade interessante é o contraste com um país de maioria muçulmana como no caso da Turquia. Nesse sentido, é útil a noção de Representações Sociais, as quais podem ser entendidas como as maneiras singulares e específicas de expressar o pensamento de uma sociedade e dos grupos que a compõem, afinal, delas decorrem o sentimento de pertencimento a um grupo, de identidade pessoal, de representação do *self* (Moscovici, 1961, 1976).

É por meio dos conhecimentos compartilhados sobre o significado do fenômeno do terrorismo que as pessoas filtram as informações que recebem do meio, dando sentido à realidade, servindo de explicação, compreensão e desenvolvimento do seu senso do real (Souza & Roazzi, 2015). Câmara & Robalo (2006), analisando de uma forma mais profunda este fenômeno do terrorismo, constataram que os motivos sociais, econômicos e políticos que muitas vezes lhe são associados com motivos dos significados religiosos, sendo a religião frequentemente usada como cobertura ideológica para esse tipo de atos (atos terroristas). Assim, e tendo em conta que as análises semânticas são usadas como ferramenta para a compreensão na formação de grupo de pessoas de diferentes raças, sexos, religiões e etnias para a ação do terrorismo, um fenômeno que representa uma grande ameaça a

segurança internacional dos Estados, pretende-se com este estudo compreender como as pessoas de Moçambique e do Brasil definem o terrorismo e qual é o significado do fenômeno para as suas vidas, influenciando os seus comportamentos. Igualmente, pretende-se conhecer como o terrorismo é reapresentado nos dois países.

6.1.1. Método

6.1.1.1. Delineamento

Tratou-se de um estudo de natureza básica, com objetivo descritivo, de abordagem qualitativa, realizado por meio de uma pesquisa de levantamento com aplicação de um questionário com perguntas abertas.

6.1.1.2. Participantes

O estudo contou com a participação de 373 pessoas de quatro universidades de Moçambique e de uma universidade pública da Paraíba, sendo 220 (58,9%) moçambicanos e 153 (41,1%) brasileiros, cujas idades variaram entre 18 a 59 anos (Midade = 24,68; DP = 6,18). A maioria dos participantes foi do sexo feminino (52,1%). No que diz respeito a religião, a maioria se declarou serem calóricos (44,1%), seguida da religião protestante com (33,1%).

6.1.1.3. Instrumentos

Os participantes da pesquisa responderam um livreto que incluiu duas partes. Na primeira, constavam quatro perguntas abertas sobre o terrorismo e na segunda parte, incluíram-se seis perguntas de caráter demográfico para caracterização do perfil da amostra (idade, sexo, nível de escolaridade, local de residência, religião, reocupação principal, por exemplo. As perguntas respondidas pelos participantes do estudo foram as seguintes:

- ✓ Para você o que é o terrorismo?
- ✓ Qual a sua opinião sobre o papel do terrorismo?
- ✓ Para você, quais são as consequências do terrorismo?
- ✓ Qual a sua opinião sobre as pessoas refugiadas devido ao terrorismo.

6.1.1.4. Procedimento

A pesquisa foi realizada por colaboradores devidamente identificados e preparados, em ambiente coletivo de sala de aula, com autorização prévia dos professores presentes nas ocasiões das coletas dos dados e em ambientes abertos, desde que o participante aceitasse

colaborar. Garantiu-se o caráter de anonimado e voluntário da participação, bem como foi assegurado o direito de desistência sem quaisquer consequências aos participantes, aos quais foi requerido que assinassem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com a Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), permitindo a utilização dos dados obtidos em produções acadêmicas posteriores. Este estudo contou com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 62441722.0.0000.5188) do Centro de Ciências de Saúde da Universidade Federal da Paraíba-CCS/UFPB..

6.1.2. Organização do banco de dados textuais

Os dados textuais foram transcritos no programa OpenOffice Writer, sendo organizados em um único arquivo, equivalente às quatro perguntas anteriormente apresentadas, dando origem apenas a um corpus. Após limpeza e organização do corpus, o arquivo foi importado para o Bloco de Notas do Windows e salvo na codificação UTF-8 para análise no software Iramuteq (Ratinaud, 2009), o qual é hospedado no programa R (R Development Core Team, 2015). Nesse sentido, ressalta-se que o corpus do presente estudo foi organizado em formato monotemático, visto que esta estrutura possibilita resultados que fornecem uma análise mais aprofundada do fenômeno estudado (Camargo & Justo, 2013).

6.1.3. Preparação e Análise dos Dados

O *software PASW* (versão 21) foi utilizado para proceder a análise descritiva dos dados sociodemográficos. Para se realizar a análise dos dados textuais, as respostas dos participantes foram importadas para o programa Open Office Writer, sendo posteriormente importadas para o *software Iramuteq* (Ratinaud, 2009), hospedado no software R (R Development Core Team, 2015). Assim, foram consideradas as seguintes análises:

- a) *Classificação pelo método de Reinert*: nesta análise se realiza uma classificação hierárquica descendente (CHD), onde os segmentos de texto são classificados de acordo com seus respectivos vocábulos e seu conjunto é dividido com base na frequência das formas reduzidas, formadas a partir do radical das palavras (lemmatisation) (Camargo & Justo, 2013);
- b) *Análise de similitude*: esta análise baseia-se na teoria dos grafos e identifica as coocorrências entre as palavras, resultando em indicações de conexões entre as mesmas e ajudando a identificar a estrutura do banco de dados (corpus) (Ratinaud & Marchand, 2012);

- c) *Nuvem de palavras*: esta tem como objetivo representar graficamente e organizar as palavras de acordo com as suas frequências. Por ser uma análise que facilita a identificação de palavras-chave a partir do banco de dados (corpus) é muito adequada e utilizada em contextos que se vise a exposição objetiva das informações (Ratinaud, 2009).

6.1.4. Resultados

As respostas dos participantes deram origem ao corpus textual que foi analisado através do software IRAMUTEQ, obtendo 48172 ocorrências, tendo como formas ativas 2176, gerando uma participação de 1222 segmentos de textos (ST) classificados em 1463 segmentos, tendo aproveitamento de 86,21%, sendo considerados na Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e organizado no dendograma em três classes interligadas entre si. Esta percentagem é adequada para uma extração do banco de dados textuais (Camargo, 2005).

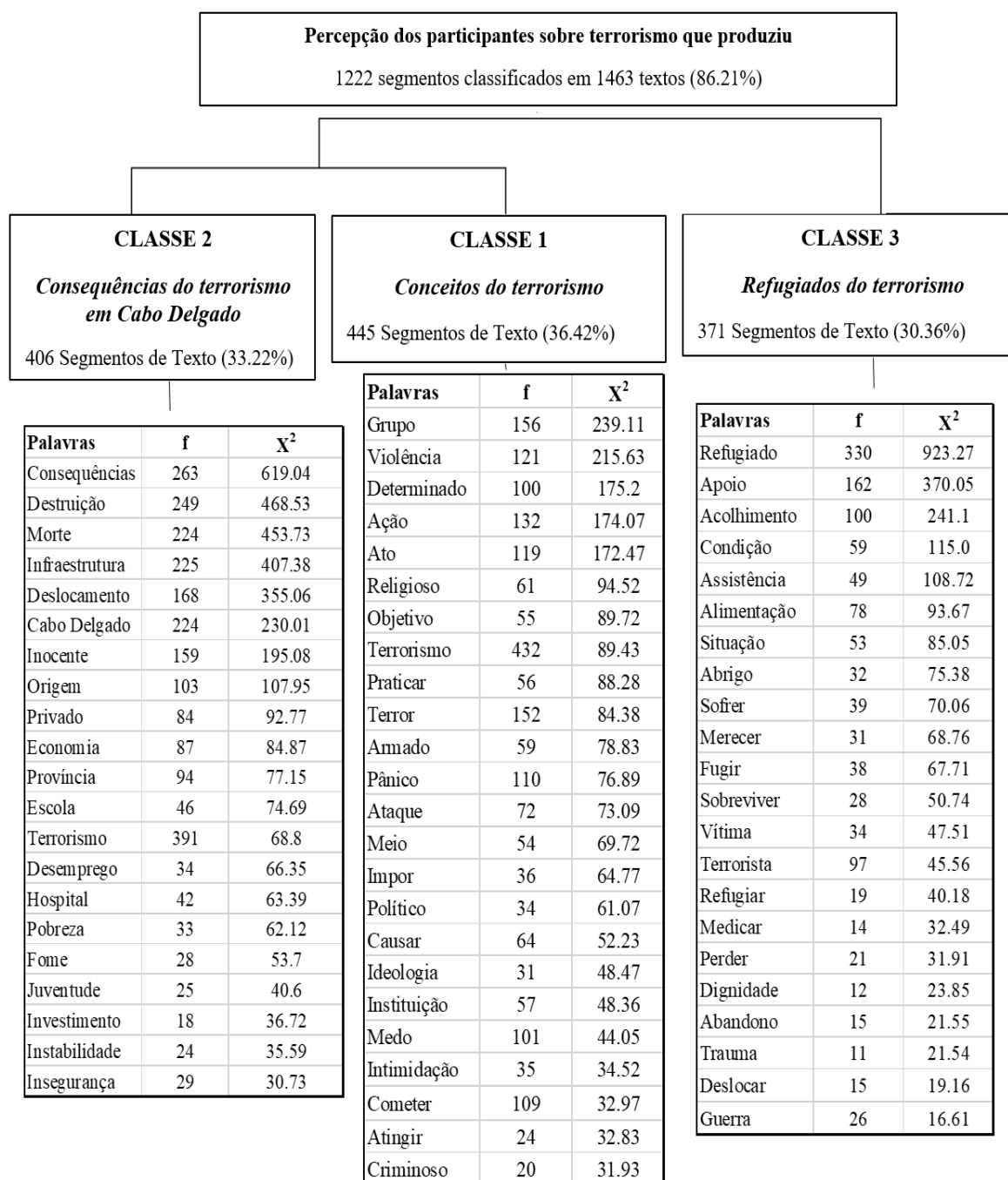
O dendograma apresenta o corpus delimitado em três classes lexicais semânticas em função da ocorrência e co-ocorrência das palavras mais significativas, aquelas que apresentaram valores do qui-quadrado (X^2) superiores a $\geq 3,877$ e que contribuíram para nomear essas classes. Salienta-se que foram incluídas apenas as palavras cujos valores de qui-quadrados eram mais altos, sendo três vezes maior que o valor mínimo estabelecido [$\chi^2(1) \geq 11,52, p < 0,05$], procurando trabalhar com a menor margem de erro em cada associação da palavra com sua respetiva classe.

A distribuição do corpus foi dividida em dois subgrupos que se interligaram entre si; a primeira partição do corpus produziu as classes 2 que foi denominada por classe de *consequências do terrorismo em Cabo Delgado* e a classe 1, denominada por classe de *conceitos do terrorismo* e a segunda partição do corpus formou a classe 3 que foi denominada por classe de *refugiados do terrorismo* (Figura 7). Elas contribuíram para os segmentos de textos (ST) com 33,22%, 36,42% e 30,36%, respetivamente. Desse modo, a classe 2 e a classe 1, por apresentarem maior percentual de aproveitamento de palavras, evidenciou a percepção dos usuários acerca de atitudes face ao terrorismo com base em crenças em teorias conspiratórias e valores humanos da população de Cabo Delgado, norte de Moçambique.

O corpus do *IRaMuTeQ* foi desenvolvido a partir das respostas dos participantes às perguntas do estudo anteriormente apresentadas no ponto sobre instrumentos da pesquisa.

As palavras mais evocadas foram organizadas na CHD, em que surgiram três classes apresentadas no dendograma na Figura a seguir: classe 2 denominada *Consequências do terrorismo em Cabo Delgado* com 406 Segmentos de Texto, representando 33.22%) de aproveitamento; classe 1, *Conceitos do terrorismo* com 445 Segmentos de Texto e um aproveitamento de 36.42%) e a classe 3, denominada *Refugiados do terrorismo* com 371 Segmentos de Texto e 30.36% de aproveitamento.

Figura 8 - Dendograma da CHD representativo das classes de acordo com o *software* IRaMuTeQ com 363 participantes.



A classe 2, composta na sua maioria por relatos dos participantes moçambicanos residentes na região norte de Moçambique, principalmente nas províncias de Nampula e Cabo Delgado abordam questões ligadas as consequências do terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique. Já a classe 1 é formada na sua maioria por respostas relativas as questões ligadas ao conceito do terrorismo e o papel que este fenômeno desempenha nas sociedades afetadas, enquanto que a classe 3 formada na sua maioria por respostas dos Brasileiros relatam sobre as necessidades das pessoas afetadas pelo terrorismo, mostrando atitudes negativas frente a este fenômeno.

Com o objetivo de melhor compreender o processo de divisão do conteúdo textual e da constituição das classes, o dendograma possibilita visualizar os agrupamentos possíveis a partir da CHD. Desta forma, é possível identificar não apenas a relação entre as classes, mas também os vocábulos mais associados com cada uma delas. A leitura do dendograma foi realizada da esquerda para a direita, sendo descrita pela ordem de classe 2, 1 e 3.

Os resultados demonstraram que à classe 2, denominada: *consequências do terrorismo em Cabo Delgado*, foi nomeada a partir da força de associação das palavras: consequência, destruição, morte, infraestruturas, deslocamento, Cabo Delgado, inocente, origem, privado, economia, província, escola e terrorismo, cujas frequências e co-ocorrência variaram de 263 e 619,04 (consequência) a 391 e 68,8 (terrorismo) respetivamente.

Esta classe, composta em sua maioria por moçambicanos, naturais das províncias de Cabo Delgado e Nampula, representam a ideia de que o terrorismo tem consequências negativas na vida das populações daquelas províncias do norte de Moçambique, região onde se verifica a manifestação do terrorismo e mostram as consequências sociais que o terrorismo causa nas comunidades daquela região do país, através da associação das palavras relatadas pelos participantes da pesquisa, caracterizando o quo o terrorismo afeta negativamente, exemplificada a partir das falas dos participantes da pesquisa, por sinal, indivíduos naturais e residentes nas regiões afetadas por este fenômeno. Fazendo uma análise mais profunda, esta associação de palavras revela o conhecimento profundo do terrorismo e as consequências sociais, econômicos e psicológicos por ele provocado.

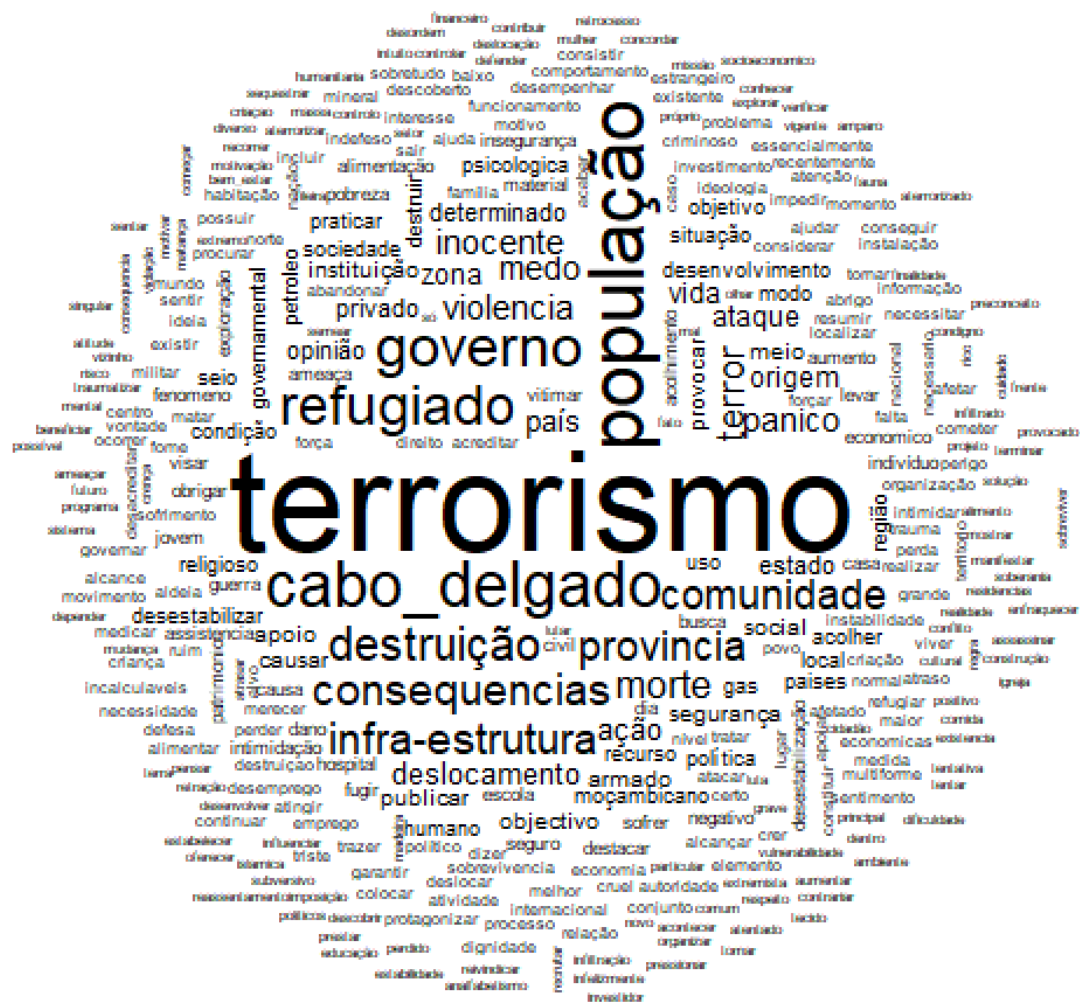
De cordo com os resultados do estudo realizado por Gregory et al. (2018), na região norte de Moçambique tem vindo a registrar algumas disputas de terras, realojamento das populações das suas zonas de origem e desconfianças de agentes políticos. Estes autores acreditam que com esta realidade social é fácil a população apoiar movimentos que aproveitando esta situação manipulam a população no sentido de fazer parte do movimento radicais, como por exemplo o grupo terrorista Al Shabaab que opera em Cabo Delgado.

A classe 1 foi denominada de classe de *conceitos do terrorismo*, composta por falas dos indivíduos em sua maioria Brasileiros, da religião católica e com formação superior. Essa classe foi nomeada a partir da força de associação das palavras: grupo, violência, determinado, ação, ato, religioso, objetivo, praticar, terrorismo, terror armado, pânico, ataque e meio, cujas frequências e co-ocorrência variaram de 156 e 239,11 (grupo) a 54 e 69,72 (meio) respectivamente, que caracterizam diversos conceitos sobre o terrorismo. A associação das palavras desta classe nos mostra a perigosidade do terrorismo com características específicas por apresentar-se como um grupo que usa meios violentos para alcançar os seus objetivos previamente traçados. Esta associação de palavras também revela a necessidade de união em grupos para ultrapassar os atos violentos praticados pelos terroristas.

A classe 3, denominada a classe de *refugiados do terrorismo*, composta em sua maioria por falas dos moçambicanos naturais da província de Maputo, foi nomeada a partir da força de associação das palavras: refugiado, apoio, acolhimento, condição, assistência, alimentação, situação abrigo, sofrer, merecer, fugir, sobreviver e vítima, cujas frequências e co-ocorrência variaram de 330 e 923,27 (refugiado) a 34 e 47,51 (vitima) respectivamente, que revelam o sofrimento que as populações afetadas pelo terrorismo passam e passarão no futuro, mostrando que são pessoas que passam várias necessidades. Fugiram das suas comunidades devido o terrorismo. Com essas palavras fica claro que é negativo o fenômeno do terrorismo e que para o estabelecimento das suas vidas futuras precisam de apoio.

Uma vez conhecidas as classes que surgiram nesta análise, procurou-se também viabilizar uma solução gráfica capaz de representar as palavras mais frequentemente utilizadas no *corpus*. Assim, observa-se a presença de uma palavra-chave na composição central da distribuição, estabelecendo a conexão com os demais vocábulos que formam a estrutura, isto é, executou-se uma nuvem de palavras (Figura 8), a qual dispõe os termos em razão de suas frequências, sendo os termos mais frequentemente utilizados aqueles mais centrais e maiores em tamanho.

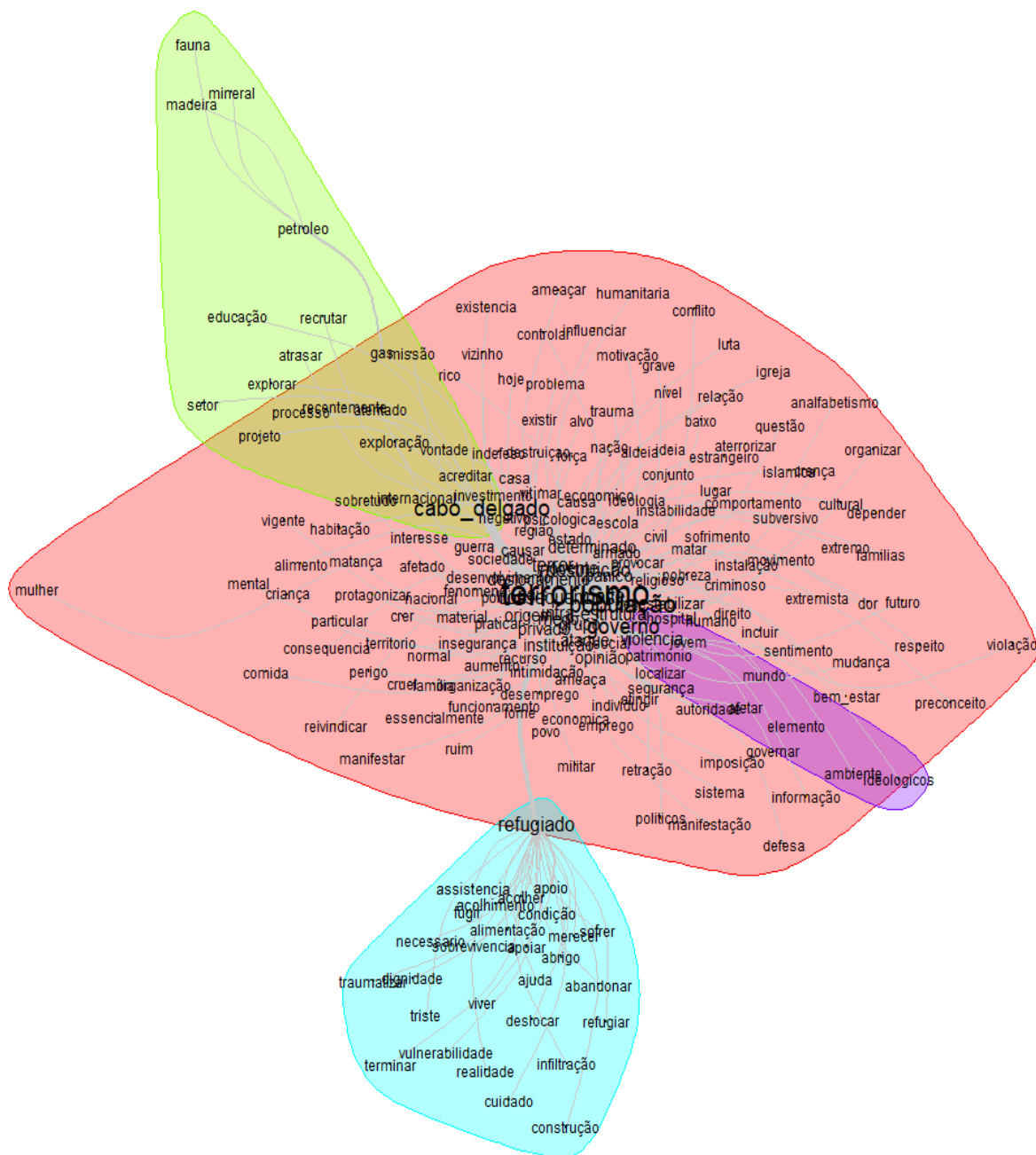
Figura 9 - Nuvem de palavras



Pode-se observar que alguns termos mais frequentes e que atuam como palavras-chave do Corpus, foram: refugiado, governo, terrorismo, comunidade, população, inocente, Cabo Delgado, violência, destruição. Morte, infraestruturas, deslocamento, medo e consequências.

Por fim, complementando a nuvem de palavras, realizou-se uma análise de similitude. Também fundamentada na frequência com que as palavras ocorrem. Esta análise permitiu indicar a conectividade entre os vocábulos, auxiliando na identificação da estrutura e representação do corpus.

A Figura 10 - representa a árvore de co-ocorrências



É possível observar que a árvore de co-ocorrências é composta, principalmente, por quatro eixos centrais, formados pelos termos terrorismo, Cabo Delgado, refugiado, grupo e governo. Precisamente, esses eixos centrais dão origem a ideia de que o terrorismo decorre da ação de um grupo organizado que por meio de violência desencadeiam ações de terror e pânico em Cabo Delgado, prejudicando à sociedade moçambicana em geral e o governo e a população de Cabo Delgado em particular.

6.1.5. *Discussão Parcial de resultados*

Como previamente indicado, pretendeu-se no presente estudo analisar asemântica do terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique; bem como compreender o grau de conhecimento dos participantes da pesquisa sobre o fenômeno de terrorismo, suas consequências e como as falas dos participantes pode explicar as atitudes das populações desta região do país frente ao terrorismo. Isso pareceu justificável, pois apesar de a literatura internacional reunir informações sobre o terrorismo e seu impacto na vida das pessoas e organizações sociais, pouco se conhece a respeito do terrorismo no âmbito da psicologia social, mesmo sabendo-se da associação das ações deste fenômeno com comportamentos prejudiciais (extremismos ideológicos, hostilidade, terror, pânico, etc).

No estudo em questão, optou-se por adotar uma abordagem de natureza qualitativa e exploratória, permitindo que todos os participantes tivessem total liberdade em suas respostas. Ademais, não foram definidas ou indicadas quaisquer sugestões em relação a definição do terrorismo, o seu papel e as consequências nas sociedades, a fim de evitar vieses de respostas. Visando evitar possíveis erros do pesquisador, não se fez uso da técnica de análise de conteúdo para explorar os dados textuais, optando-se por utilizar o software *Iramuteq*, o qual analisa os vocábulos a partir das frequências e qui-quadrados (χ^2).

É pertinente salientar que o *Iramuteq* exerce um papel de ferramenta, portanto, necessitando o conhecimento teórico e prático do pesquisador para a realização das análises e interpretação dos resultados, uma vez que a utilização de meios mais objetivos de análise não exclui a natureza eminentemente qualitativa do estudo (Günther, 2006).

Quanto aos resultados específicos, observou-se que as três classes elucidadas retrataram um conhecimento sobre o terrorismo, o seu papel e as consequências que ele causa na vida social, dando explicações alternativas do fenômeno na realidade social. Desta forma, a classe 2 (*consequências do terrorismo em Cabo Delgado*) refere que o terrorismo é fenômeno que afeta negativamente a sociedade e tem consequências negativas na vida das populações de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, região onde se verifica a manifestação do terrorismo, mostrando a realidade em termos de consequências sociais, através da associação das palavras relatadas pelos participantes da pesquisa. Mesmo assim, as falas dos participantes que formam esta classe acreditam que o terrorismo é a forma de reivindicação dos filhos da população local para acabar com as injustiças sociais (desigualdades sociais, disputa de terras, etc.)

Contudo, uma rápida análise histórica dos atentados no mundo evidencia que pessoas de diferentes religiões, sistemas sociais, gênero e países se utilizam a~s atividades terroristas influenciadas pelas suas ideologias ou grupos, por exemplo, em defesa da sua religião, etnia, cultura, etc..É por meio dos conhecimentos compartilhados das ideologias dos seus grupos sociais que as pessoas filtram as informações que recebem do meio, dando sentido à realidade, servindo de explicação, compreensão e desenvolvimento do seu senso do real (Souza & Roazzi, 2015).

Já para a classe 1 (*conceitos do terrorismo*) foi caracterizada pela ideia de que os participantes da pesquisa conhecem o conceito do terrorismo, sua origem e as consequência, sendo um fenômeno que utilizam meios violentos como ataques armados, terror e pânico nas suas vítimas para o alcance dos seus objetivos; a classe 3 (*refugiados do terrorismo*), esta classe, por sua vez, apresentou vocábulos direcionados a percepção de que as populações afetadas pelo terrorismo, passam por sofrimento, sem perspectivas para o futuro, mostrando que embora sejam pessoas que merecem uma vida condigna, mas com a presença do terrorismo, acabam enfrentado diversas dificuldades, desde a falta de acolhimento, abrigo, alimentação, entre outras necessidades básicas, etc.

Os resultados previamente descritos convergiram com alguns estudos internacionais que buscaram conceituar o terrorismo. Por exemplo, de acordo com o que se indica na classe 2 (*consequências do terrorismo*), Souza *et al* (2015), destacam um deslocamento das pessoas dos seus países de origem, destruição de infraestruturas, morte de milhares de pessoas inocentes como consequências do terrorismo nas sociedades contemporâneas. No que concerne à classe 1 (*conceitos do terrorismo*), observou-se que a maior ocorrência de palavras estão ligadas às expressões grupo e violento, congruente com o que descreve *FBI* (1999) ao afirmar que o terrorismo é definido como o uso ilegal ou ameaça de uso ilegal de força ou violência por um grupo ou indivíduo, cometido contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir um governo, população civil ou qualquer segmento do mesmo, em promoção de objetivos políticos ou sociais.

Nesta mesma direção, o Departamento de Defesa e Segurança dos Estado Norte Americano (1984) refere que o terrorismo significa violência premeditada, politicamente motivada e perpetrada contra alvos inocentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos, geralmente destinados a influenciar uma audiência no alcance dos seus objetivos previamente traçados, provocando destruições de infraestruturas e morte de centenas de pessoas.

A classe 3 (*refugiados do terrorismo*) reuniu palavras como refugiado, dever, precisar, apoio, acolhimento, assistência, alimentação, sofrer, abrigo, merecer, fugir, governo, opinião, condição, dar, tudo, apoiar e situação, suscitando a ideia de que o terrorismo constitui um fenômeno negativo para a vida dos afetados que se tornaram em refugiados, precisando de acolhimento, assistência, abrigo, condição necessária para o restabelecimento das suas vidas. A propósito, o Conselho de Segurança da ONU, através da Resolução S/RES/1269, de 19 de outubro de 1999, considerou o terrorismo como um ato destinado a causar morte ou lesões graves a um civil ou a qualquer outra pessoa que não participe diretamente das hostilidades em uma situação de conflito armado, quando o propósito de tal ato. Ademais, a elucidação de vocábulos como refugiado, violento, destruição, morte, deslocamento, assistência, acolhimento, indicam que o terrorismo é um fenômeno que visa obtenção do poder político ou religioso por meio de violência extrema com ataques armados a população inocente e assassinatos de figuras importantes na governação de uma determinada comunidade ou país, no caso específico, nas comunidades de Cabo Delgado, no norte de Moçambique.

Por fim, a classe 3 (*refugiados do terrorismo*) se refere aos vocábulos refugiado, dever, apoio, precisar, acolher, acolhimento, condição, assistência, opinião, alimentação, situação, dar, abrigo, apoiar, tudo, sofrer, merecer, fugir e governo. Parece evidente que esta classe converge com a ideia da ONU (1994) de que o terrorismo são atos criminosos tencionados ou calculados para provocar terror no público em geral ou em grupos de pessoas com propósitos políticos ou de outra natureza que possa criar situações que não são justificáveis em nenhuma circunstância, quaisquer que sejam as considerações políticas, filosóficas, ideológicas, raciais, étnicas ou religiosas, acontecimentos dificilmente explicados.

Nesse sentido, a disposição gráfica dos dados corrobora com os achados anteriores expressos nas classes da CHD, no tocante a ideia de que os grupos terroristas que operam em Cabo Delgado utilizam a violência para criar medo e terror nas populações das suas comunidades e como consequências vão provocando a destruição das infraestruturas do governo, morte de pessoas inocentes e deslocamento de milhares de pessoas das suas comunidades de origem para outras comunidades ou países vizinhos, gerando grande número de refugiados com o intuito de atingir interesses próprios (Habibe et al., 2019).

O estudo das representações sociais é fundamental para se entender o comportamento social, não podendo ser compreendido como uma construção definitiva ou perene, mas, pelo contrário, sendo vista com certa plasticidade em virtude dos diversos contextos históricos.

Sendo assim, não se entende pode falar em certo ou errado, justo ou injusto ou qualquer outra forma de valoração moral na análise semântica do terrorismo vai servindo de base para os avanços no conhecimento da sociedade (Porto, 2003).

De forma geral, os resultados observados (CHD, nuvem de palavras e análise de similitude) reforçam os achados das poucas pesquisas internacionais sobre o terrorismo realizadas na psicologia. Assim, considerando a viabilidade que esta temática tem ganhado no contexto internacional, nota-se que é um construto importante para explicar diversas atitudes e condutas sociais que resultam em atentados em vários países (*e.g.*, engajamento em políticas, contestação das estruturas ideológicas dominantes, Diante de todas as questões que envolvem o terrorismo, os autores Leman e Cinnirella, (2013); Oliver e Wood, (2014); Sapountzis e Condor (2013), justificam os novos esforços para compreender os fatores psicológicos subjacentes a esse fenômeno.

.

6.2. Percepções dos Moçambicanos acerca do terrorismo em Cabo Delgado

Para melhor compreensão da visão e dos sentimentos dos participantes dos dois países (Moçambique e Brasil) neste estudo acerca do fenômeno de terrorismo, foi realizada uma análise separada dos dados por cada país com objetivo de conhecer a a percepção e sentimentos comuns e divergentes que os moçambicanos e os brasileiros têm acerca deste fenômeno. Para essa análise, foram usados os mesmos procedimentos e instrumentos da análise prévia.

Para Moçambique, o estudo contou com a participação de 220 pessoas de quatro universidades de Moçambique, cujas idades variaram entre 18 a 59 anos ($M_{idade} = 24,68$; $DP = 6,18$). A maioria dos participantes foi do sexo feminino (52,1%). No que diz respeito a religião, a maioria se declarou serem calóricos (43,1%), seguida da religião muçulmana com (33,1%).

6.2. Análise de dados

Os dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas foram tabulados em dois arquivos de texto distintos considerando o país de origem dos respondentes, a fim de poder realizar o comparativo dos discursos. Nesse sentido, criou-se arquivos de texto no processador de textos LibreOffice© 6.3.3, de modo que se construiu linhas de comando a partir das variáveis descritivas a fim de possibilitar a identificação de cada respondente. Essas linhas de comando possibilitam que o software IRaMuTeQ versão 0.7 *alpha 2*

identifique cada sujeito e suas variáveis, associando estatisticamente os dados das entrevistas a cada respondente, o qual é reconhecido por uma codificação (Salviati, 2017).

Vale destacar que o IRaMuTeQ pode processar arquivos de textos de duas formas: a primeira alternativa seria construir um corpus textual para cada pergunta em arquivos separados; a segunda alternativa, seria agrupar as questões por temática em um único corpus textual (Camargo; Justo, 2016). A fim de facilitar a discussão dos achados, a análise por eixos temáticos (grupo de questões) foi adotada nesse estudo. Assim, as respostas das quatro questões da entrevista semiestruturada foram transcritas integralmente, considerando cada linha de comando, em cada corpus textual (Moçambique e Brasil).

Em seguida, após a organização dos dados nos arquivos de texto, esses foram processados pelo software IRaMuTeQ versão 0.7 *alpha* 2, que segundo Camargo e Justo (2016) é um programa que realiza análises estatísticas a partir de dados de texto, como entrevistas, jornais, dentre outros materiais textuais. Assim, a fim de compreender a visão tanto de moçambicanos quanto de brasileiros acerca das facetas do terrorismo no Mundo e em particular em Moçambique, realizou-se a análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), também conhecida de método de Reinert (Camargo; Justo, 2016).

Conforme aponta Salviati (2017), a Classificação Hierárquica Descendente, ou método de Reinert, é uma maneira de representar graficamente as relações entre os vocábulos utilizados em um texto, isto é, essa análise possibilita reconhecer arranjos de palavras que expressam sentidos próximos, e, portanto, identificar quais são os sentidos inferidos no material textual analisado.

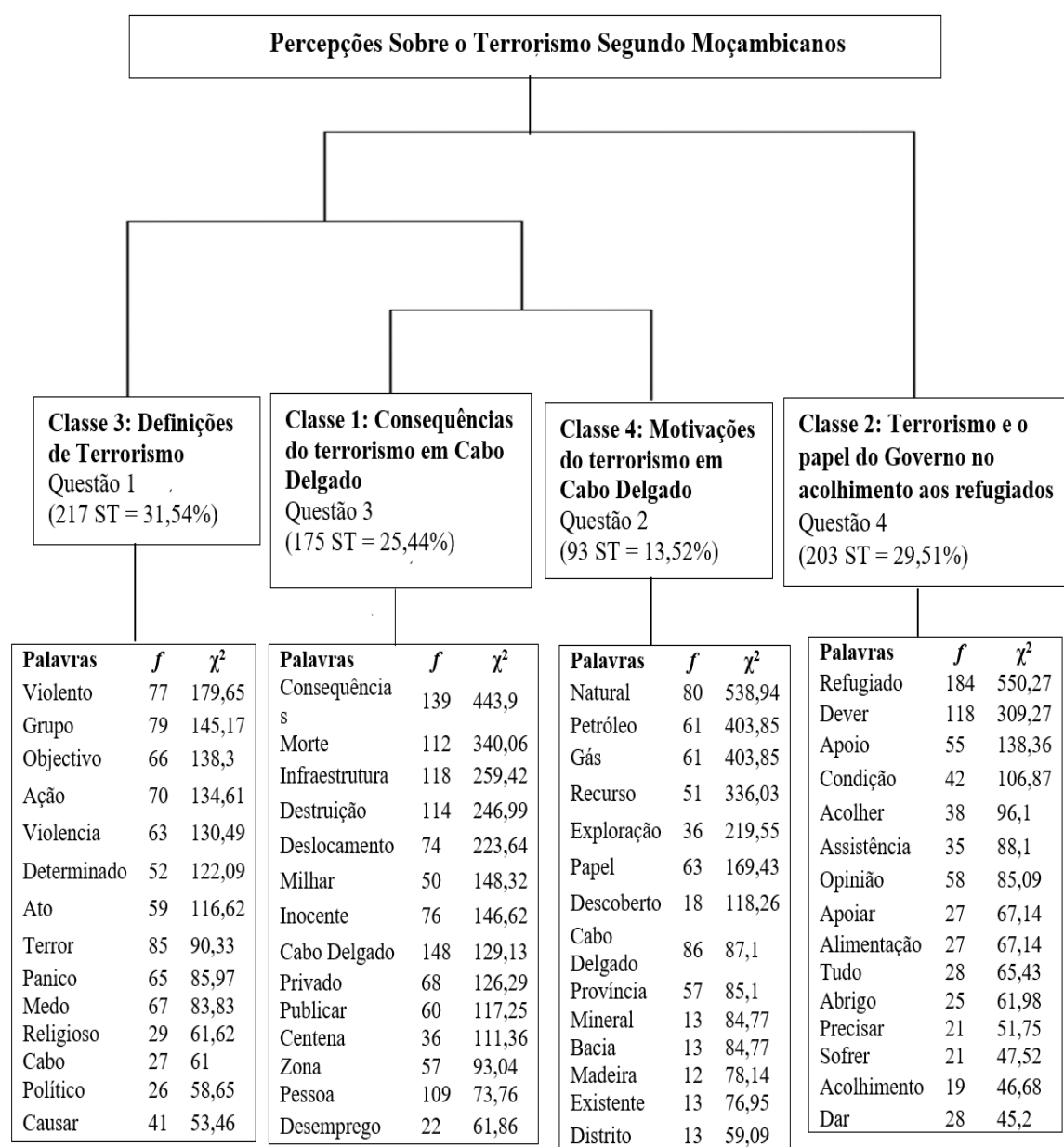
6.2.1. Resultados

O corpus acerca das percepções sobre o terrorismo em África e no Mundo, segundo moçambicanos foi formado por 225 textos (entrevistas) e segmentado em 909 segmentos de texto (ST), em que houve 2.587 palavras distintas, com uma frequência de 31.067 palavras, as quais foram distribuídas com média de 34,17 por ST, de forma que 688 segmentos (75,69%) foram retidos na CHD, sendo distribuídos em quatro classes. A retenção na análise foi considerada satisfatória, de acordo com os parâmetros estipulados por Camargo e Justo (2016), os quais defendem aproveitamento mínimo de 75% dos ST.

Conforme se pode observar na Figura 11, o corpus principal se segmentou em três subcorpus, ou seja, grupamentos de classes segundo as ramificações e os sentidos próximos (Salviati, 2017). Desse modo, o primeiro subcorpus foi formado pela classe 3; o segundo, constituído pela classe 2; e o último, composto pelas classes 4 e 1.

Na Figura estão representadas as quatro classes em que o corpus textual se segmentou, com o título, o número de STs que a compõe, as variáveis associadas e as palavras com maior associação estatística com a classe, levando em consideração o coeficiente do teste de associação qui-quadrado cm um nível de significância estatística de $p < 0,05$ (ver Figura 11 abaixo).

Figura 11- Percepções sobre o terrorismo em Cabo Delgado, segundo moçambicanos



Classe 3, denominada a classe de definições de terrorismo foi a mais representativa do corpus textual sobre a percepção acerca do terrorismo em Cabo Delgado segundo os respondentes moçambicanos, retendo 31,54% dos ST. Nesta classe verificou-se em uma maior associação estatística com a pergunta 1, a qual trata sobre a opinião dos entrevistados em relação ao terrorismo.

Com efeito, constatou-se em seu conteúdo discursos relacionados principalmente a definição de terrorismo para os participantes, de modo que se percebe que para os voluntários, o terrorismo é caracterizado por ações violentas as quais desencadeiam reações emocionais (medo, pânico, terror, etc.) e que objetivam desestabilizar o governo, pressionando-o a fim de atender as reivindicações do grupo que perpetra tais atos, como se pode observar nas falas adiante.

“O terrorismo é o conjunto de ações violentas levadas a Cabo por grupos de indivíduos que abraçam uma certa causa, com vista a semear medo, terror e pânico no seio das populações, bem como a desestabilização das instituições vitais do governo” (Participante 77).

“Semear o medo, pânico e intimidação, pressionando o governo a adotar certos comportamentos que favoreçam a agenda do inimigo constitui o papel do terrorismo na província de Cabo Delgado” (Participante 79).

“O terrorismo é uma ação violenta causada por pessoas ou grupos de pessoas que pretendem criar terror e pânico nas comunidades de um determinado país com objetivos políticos, econômicos e religiosos” (Participante 156).

“O terrorismo é o uso de violência e do terror para reivindicar os direitos civis com objetivo de intimidar determinada população a fazer algo em concordância com a causa que os levam a praticar os atos violentos” (Participante 15).

“O terrorismo é uma ação levado a Cabo por um grupo de indivíduos com o objetivo de criar pânico e terror numa determinada sociedade através de ataques armados e destruições de instalações do governo” (Participante 213).

“O terrorismo são atos violentos cometidos por pessoas ou grupo de pessoas a fim de causar medo e danos materiais a um determinado estado ou governo, ou, ainda, violência contra a população como resultado de reivindicação de qualquer coisa”

Classe 2, denominado Terrorismo e o papel do Governo no acolhimento aos refugiados

apresenta importante representatividade na análise uma vez que possui a segunda maior retenção de segmentos textuais (29,51%). Esta classe se encontra em ramificação oposta ao primeiro subcorpus, mas possui estreita relação com este. Ainda, observou-se associação estatisticamente significativa entre esta classe e a pergunta 4, que discorre sobre a opinião em relação os refugiados do terrorismo. Em seu conteúdo, constata-se que para os moçambicanos o governo de Moçambique deve fornecer um apoio maior aos refugiados do terrorismo, sem considerar de onde provém, e sem discriminar qualquer refugiado, acolhendo e fornecendo condições necessárias para os refugiados, como se evidencia nos trechos subsequentes.

“O governo de Moçambique deve garantir o bem-estar dos refugiados de modo a não sentirem desespero, dando assistência em tudo quanto o governo tem, sem olhar a proveniência, para evitar o sentimento de discriminação, tendo em conta que todos os refugiados precisam do apoio e acolhimento das autoridades” (Participante 09)

“Sobre os refugiados do terrorismo em Cabo Delgado, sou de opinião de que o governo devia providenciar apoios multiformes para essas pessoas que perderam tudo o que tinham nas suas comunidades, e que hoje estão na condição de refugiados a dependerem de apoio” (Participante 128)

“Os sentimentos de sofrimento dos refugiados do terrorismo criam a percepção de que os refugiados não estão sendo ajudados pelo governo, daí que sou de opinião que o governo deve acolher e apoiar com toda dignidade que merecem os refugiados” (Participante 155).

“Sou da opinião de que os refugiados deviam ser apoiados de qualquer jeito, pois são pessoas que fugiram do terror criado pelos terroristas nas suas comunidades” (Participante 156).

“Se torna muito triste quando observamos pessoas responsáveis dos seus familiares a correr de um lado para outro em busca de segurança, uma vez que as suas comunidades foram aterrorizadas pelos terroristas e daí que o governo deve acolher e criar todas as condições necessárias para estas pessoas” (Participante 157).

Classe 4, denominada a classe de motivações do terrorismo em Cabo Delgado se encontra no último subcorpus, lado a lado com a classe 1. Apesar de ser a classe com menor retenção de ST (13,52%), apresenta importante significado para a compreensão do corpus como todo. Nesta classe constatou-se associação com a pergunta 2, a qual versa acerca do

papel do terrorismo em Cabo Delgado. Nesta classe se evidencia as percepções dos moçambicanos acerca dos motivos dos ataques terroristas na província de Cabo Delgado, o que segundo os respondentes se deve ao fato da província ser rica em recursos naturais, como petróleo, gás natural e madeira, de modo que os terroristas atacam a região a fim de dificultar a exploração desses recursos pelo governo de Moçambique, como se pode constatar nos seguintes trechos.

“O papel do terrorismo na província de Cabo Delgado é de desestabilizar o país, visto que os terroristas estão atrás dos recursos minerais, do petróleo e gás natural descoberto recentemente nesta província, bem como madeira e outros recursos existentes” (Participante 41)

“Na minha opinião, o papel do terrorismo na província de Cabo Delgado é de destruição da província para obter os recursos naturais recentemente descobertos nesta região norte de Moçambique, precisamente o petróleo, o gás natural, madeira, recursos minerais e a fauna” (Participante 20)

“O papel do terrorismo na província de Cabo Delgado pode estar relacionado com a descoberta de vários recursos naturais com destaque para o petróleo e gás natural na Bacia do Rovuma, na costa desta província, cujo plano de exploração estava em marcha” (Participante 137).

“O papel do terrorismo em Cabo Delgado visa desestabilizar o governo, fazendo atrasar o início da exploração dos recursos naturais como o petróleo e o gás natural descoberto nesta província” (Participante 85).

“O papel do terrorismo na província de Cabo Delgado é de desestabilizar as populações e do próprio governo do dia no cumprimento do seu programa e atrasar o processo de exploração de recursos naturais, no caso de petróleo e gás natural existentes nesta província” (Participante 146).

“Na minha opinião, sobre o papel do terrorismo na província de Cabo Delgado é de impedir a exploração dos recursos naturais como minerais, o petróleo, madeira, a fauna localizada nesta província recentemente descobertos, como forma de atrasar o desenvolvimento de Moçambique” (Participante 50).

Classe 1, chamada a classe de consequências do terrorismo em Cabo Delgado se encontra na mesma ramificação que a classe mencionada anteriormente, apresenta uma retenção de 25,44% dos segmentos de texto analisados e compartilha relação semântica com a classe 1. Verificou-se associação da referida classe com a pergunta 3, a qual dispõe sobre as consequências do terrorismo em Cabo Delgado. Nesta classe, ao passo em que na anterior

os moçambicanos apontavam as possíveis motivações dos atos terroristas na província de Cabo Delgado, observa-se que os participantes trazem em seu discurso as principais consequências do conflito armado que ocorre nessa região. Segundo os participantes, os atos terroristas em Cabo Delgado ressoam em mortes de pessoas inocentes, em danos materiais na infraestrutura pública e privada, bem como no deslocamento de refugiados para regiões livres do conflito, como se verifica nos discursos a seguir.

“As consequências do terrorismo em Cabo Delgado se resumem em mortes de centenas de pessoas inocentes, destruição de infraestruturas públicas e privadas, deslocamento de milhares de pessoas das suas zonas de origem para lugares seguros” (Participante 181).

“As consequências do terrorismo em Cabo Delgado são, na sua maioria, a criação da crise humanitária, mortes de milhares de pessoas inocentes, destruição de infraestruturas públicas e privadas, deslocamento das populações das suas zonas de origem para outras zonas consideradas seguras dos terroristas” (Participante 113).

“As consequências do terrorismo em Cabo Delgado se resumem em mortes de pessoas inocentes, destruição das infraestruturas públicas e privadas, deslocamento de milhares de pessoas das suas zonas de origem para outras zonas consideradas seguras das ações terroristas” (Participante 148).

“As consequências do terrorismo em Cabo Delgado são incalculáveis com destaque a destruição das infraestruturas públicas e privadas, a morte de milhares de pessoas, deslocamento de centenas de pessoas das suas comunidades em busca de segurança, instabilidade política e econômica e o aumento de desemprego” (Participante 217).

“As consequências do terrorismo em Cabo Delgado são incalculáveis, desde as mortes de centenas de pessoas inocentes, passando por destruições de milhares de infraestruturas públicas e privadas, deslocamento das populações das suas zonas” (Participante 173).

“O terrorismo em Cabo Delgado tem como consequências a destruição de infraestruturas governamentais e privadas, deslocamento das populações das suas zonas ou comunidades de origem, mortes de milhares de pessoas inocentes” (Participante 126).

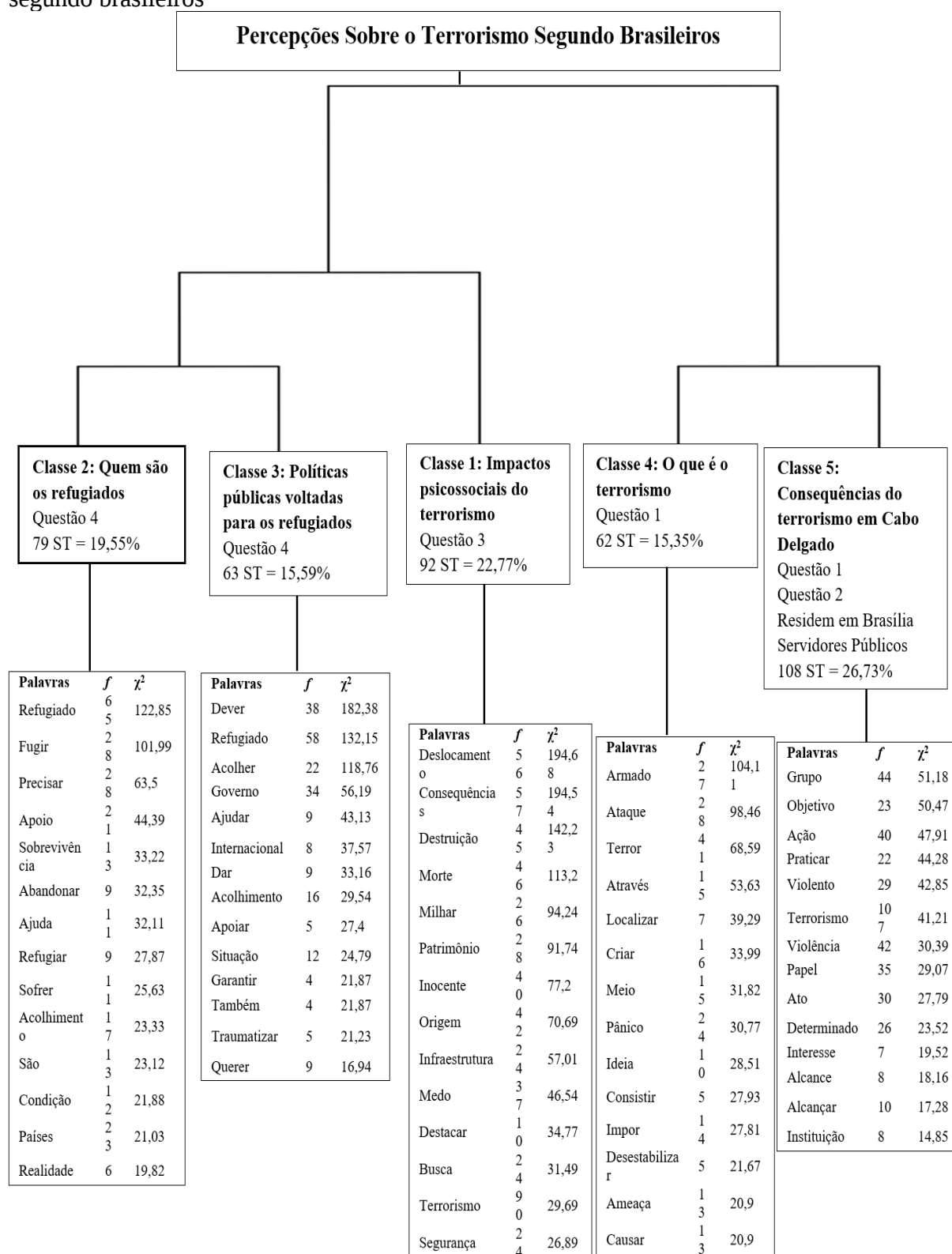
6.3. *Percepções acerca do terrorismo em Moçambique de acordo com os brasileiros*

No caso do Brasil, o estudo contou com a participação de 153 pessoas de uma universidade pública da Paraíba, cujas idades variaram entre 18 a 59 anos (Midade = 24,68; DP = 6,18). A maioria dos participantes foi do sexo feminino (51,9%). No que diz respeito a religião, a maioria se declarou serem calóricos (42,6%), seguida da religião protestante com (33,1%). Para análise de dados, igualmente foram usados os mesmos instrumentos e procedimentos da análise anterior.

O corpus textual sobre das percepções acerca do terrorismo em Moçambique de acordo com brasileiros foi constituído por 138 textos (entrevistas) e dividido em 554 segmentos de texto (ST), com 1.887 palavras distintas e uma frequência de 17.101 palavras, as quais foram distribuídas com média de 30,86 por ST, de forma que 404 segmentos (72,92%) foram aproveitados na CHD, segmentando-se em cinco classes. Conforme se pode observar na Figura 12, o corpus principal se dividiu em três subcorpus, de forma que o primeiro subcorpus foi formado pelas classes 2 e 3; o segundo, constituído pela classe 1; e o último, composto pelas classes 4 e 5.

Na Figura adiante estão representadas as cinco classes em que o corpus textual se segmentou, com o título, o número de STs que a compõe, as variáveis associadas e as palavras com maior associação estatística com a classe, considerando o coeficiente do teste de associação qui-quadrado com um nível de significância estatística de $p < 0,05$ (ver Figura 12).

Figura 12 - Dendrograma do corpus textual acerca das percepções sobre o terrorismo segundo brasileiros



Classe 2, denominada quem são os refugiados, esta classe se encontra na mesma ramificação que a classe 3, de modo que ambas apresentaram maior associação estatística com a pergunta 4, a qual dispõe sobre a opinião dos participantes acerca dos refugiados, o que reitera que ambas as classes compartilham conteúdos semelhantes, o que justifica estarem no mesmo subcorpus. Segundo os respondentes brasileiros, os refugiados são pessoas que fogem de suas comunidades ou países em razão da guerra e que se encontram em situação de vulnerabilidade, necessitando de apoio e de acolhimento por parte dos países nos quais estes se abrigam buscando melhores condições de vida, como se verifica nas falas abaixo.

“Os refugiados são vítimas da ação dos terroristas nas suas comunidades e como forma de evitar o terror e morte acabam fugindo para outras zonas consideradas seguras dos terroristas, se tornando em situação de vulneráveis e precisando de apoio” (Participante 237).

“É muito triste o que acontece com essas pessoas, de ter que sair do seu próprio país, fugir, ser ameaçada e ter medo do que pode lhe acontecer. Nessa situação os refugiados precisam de acolhimento e apoio em todas vertentes” (Participante 292).

“Refugiados são pessoas que precisam de amparo e acolhimento nos países por onde refugiam, por se tratar de pessoas que não tem quase nada e que fogem da guerra” (Participante 283).

“Os refugiados são pessoas que sofrem buscando melhores condições de vida, fugindo do terrorismo das suas comunidades ou países e que se tornam refugiados em busca de segurança e condições de sobrevivência” (Participante 325).

“Refugiados são pessoas que foram prejudicadas pela violência dos terroristas e a única forma de escapar dessa violência, desse terror, as pessoas fogem para outros lugares ou países onde precisam de um apoio por parte dos países de chegada” (Participante 338).

“Geralmente pessoas em situação de refugiados fazem parte da vulnerabilidade. São pessoas que fogem do terror, pânico, e ataques armados nos seus países, precisando de apoio e acolhimento” (Participante 289).

Classe 3: Políticas públicas voltadas para os refugiados. Esta classe compartilha sentido semântico com a classe anterior, contudo, enquanto a classe 2 centra basicamente no conceito de refugiado para os respondentes, na classe 3 se evidencia uma perspectiva pautada em políticas públicas internacionais voltadas para os refugiados, de modo a fornecer recursos materiais, de subsistência e acolhimento às pessoas que fogem da guerra, como se pode constatar nos seguintes trechos.

“Os refugiados são pessoas que precisam de acolhimento por se encontrarem numa situação de vulnerabilidade por causa dos ataques armados nas suas comunidades, e, por isso, o governo deve criar as condições para lhes acolher” (Participante 241).

“Geralmente os refugiados do terrorismo são pessoas traumatizadas pelo terror e ameaças como causa do deslocamento destas para outras regiões ou países. O governo ou os países internacionais devem acolher e fazer de tudo para a sua integração nos organismos internacionais dos refugiados” (Participante 269).

“Refugiados do terrorismo são pessoas que precisam de abrigo. Muitos não têm culpa do que estão vivendo, por isso o governo deve acolher e assistir em alimentação de qualquer jeito” (Participante 244).

“Para acolher os refugiados o governo deve criar uma política social com a finalidade de mobilizar recursos financeiros e materiais para ajudar os refugiados do terrorismo na província de Cabo Delgado” (Participante 233).

“Refugiados são pessoas que devem ser acolhidas e inseridas na sociedade pelo governo e pelas organizações não governamentais para que consigam viver numa vida melhor” (Participante 261).

“Refugiados do terrorismo deviam ser acolhidos com dignidade pelos governos quer dos países de origem quer dos países onde as pessoas se refugiam” (Participante 317).

Classe 1, denominada: Impactos psicossociais do terrorismo A classe 1 se encontra em outra ramificação do dendrograma e apresentou associação estatística com a questão 3, a qual trata acerca das consequências do terrorismo em Cabo Delgado. De modo semelhante ao que foi encontrado no discurso dos moçambicanos para o mesmo o questionamento, segundo os respondentes brasileiros o terrorismo tem como consequências a destruição de patrimônio/infraestruturas, morte de inocentes, reações emocionais (medo, pânico, terror) e deslocamento de pessoas para áreas livres de confronto bélico, como se pode perceber nos excertos subsequentes.

“No geral o terrorismo tem como consequências as destruições de patrimônio, morte de pessoas inocentes, medo e revolta das comunidades, para além de deslocamento das populações das suas comunidades de origem em busca de segurança” (Participante 320).

“As consequências mais comuns do terrorismo são, a morte de milhares de pessoas inocentes, destruição de infraestruturas e deslocamento de pessoas dos seus países de origem em busca de segurança e condições de vida melhor em outros países” (Participante 344).

“As consequências do terrorismo são catastróficas na medida em que provoca morte de milhares de pessoas inocentes, destruição das infraestruturas e deslocamento das populações em busca de segurança noutros países ou províncias” (Participante 336).

“Uma das consequências do terrorismo mais comuns são as mortes de milhares de pessoas, insegurança, destruição do patrimônio de uma nação, deslocamento de milhares de pessoas das suas comunidades de origem para outros países em busca de segurança” (Participante 327).

“O medo, pânico, terror, destruição do patrimônio, morte de milhares de pessoas e deslocamento das populações dos seus países de origem fazem parte das consequências do terrorismo” (Participante 349).

Classe 4: O que é o terrorismo Esta classe se encontra no último subcorpus e se apresenta ao lado da classe 5. Nesta classe se observa associação estatística com a questão 1, a qual versa sobre o que é o terrorismo segundo os participantes. Em seu conteúdo, não tão destoante das respostas dos moçambicanos, se verifica que para os respondentes brasileiros o terrorismo pode ser definido como uma ação orquestrada por um grupo de pessoas com a intenção de impor as suas vontades e de afrontar governos estabelecidos por meio da violência, de ataques armados e destruição de infraestruturas, como se pode verificar nos discursos seguintes.

“O terrorismo tem o papel de impor ideias de um grupo restrito de pessoas, impedindo no exercício da liberdade de opiniões dos outros, usando forças contra os direitos fundamentais dos cidadãos de um determinado país” (Participante 253).

“O terrorismo é uma tentativa de um grupo de pessoas de combater um governo democraticamente estabelecido ou governado sem motivos justificáveis através de ações de ameaças, terror, pânico, às vezes por meio de ataques armados direcionados às populações indefesas” (Participante 256).

“O terrorismo tem o papel de chamar a atenção ou notoriedade a um movimento ideológico com base na violência, com o objetivo de aterrorizar as populações ou mesmo o governo, criando pânico e terror através de ataques armados às populações” (Participante 306).

“O terrorismo é um grupo de pessoas que tentam impor as suas vontades, ideias e outras ações criminosas através de terror, ataques armados, ameaças e destruições de infraestruturas” (Participante 273).

“O terrorismo é invasão a um determinado território com o uso de armas de guerra contra a população ou governo desse país através de ataques armados, criando terror, destruição de infraestruturas e deslocamento das suas comunidades” (Participante 301).

“O terrorismo é quando o terror é causado como forma de impor algo ou alguma ideia contrária à do governo, usando a violência física ou psicológica, ameaças de ataques armados para impor a sua ideia” (Participante 338).

Classe 5: O papel do terrorismo. A classe 5, por sinal a última classe se mostrou a mais representativa do corpus textual, apresentado maior retenção de segmentos de texto e possuindo associação estatística com duas questões, a primeira, que trata sobre a definição de terrorismo e a segunda, a qual discorre sobre o papel do terrorismo em Cabo Delgado.

Semelhante ao que foi encontrado na classe 4, que se encontra no mesmo subcorpus, verificou-se a compreensão dos participantes brasileiros sobre o que é o terrorismo, quais as suas características e o que objetivam. Contudo, ao se analisar sobre o papel do terrorismo em Cabo Delgado, percebe-se que os respondentes brasileiros utilizam respostas genéricas, confundindo-se com as definições de terrorismo, como se pode constatar nos discursos abaixo.

“O terrorismo é um ato de impor os seus interesses por métodos violentos contra o governo ou a população de uma determinada região de um país praticado por um grupo de pessoas para o alcance de um certo objetivo” (Participante 266).

“O terrorismo são atitudes bélicas promovidas por grupos radicais que fundamentam suas ações violentas contra as populações numa determinada comunidade ou país com objetivos injustificáveis” (Participante 334)

“Pelo meu sentimento o terrorismo não tem nenhum papel na sociedade, pois o terrorismo é um ato de violência praticado por um grupo de pessoas contra as populações de um determinado país” (Participante 316).

“O terrorismo tem o papel de imposição de interesses de um grupo por meio de violência e do medo das populações, forma encontrada pelos terroristas para o alcance de seus objetivos” (Participante 342).

“O papel do terrorismo é algo que destrói a vida das comunidades, tendo em conta que o fenômeno do terrorismo são ações de violência perpetrado por um grupo de pessoas com objetivos ocultos” (Participante 347).

Vale salientar que os achados da presente classe divergem dos respondentes moçambicanos, os quais por possuírem uma maior aproximação com o contexto do conflito

armado em Cabo Delgado apresentaram percepções sobre os motivos do terrorismo na região estar associado principalmente com a exploração de recursos naturais da região.

Além disso, verificou-se maior associação estatística entre a referida classe para os respondentes que residem em Brasília e aqueles que são servidores públicos. É interessante essas variáveis terem se destacado, uma vez que o centro da administração pública brasileira é na capital Brasília, além disso, o fato de servidores públicos terem se sobressaído na classe sugere que estes possuem uma maior compreensão sobre políticas públicas e a necessidade de apoio aos refugiados.

6.4. Discussão parcial

Como indicado anteriormente, o objetivo da análise foi conhecer a percepção e os sentimentos comuns e divergentes que os moçambicanos e os brasileiros têm sobre o terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique, compreender a influência das representações sociais no terrorismo e avaliar o grau de conhecimento dos participantes da pesquisa sobre o fenômeno de terrorismo, suas consequências e relacionar os atos terroristas em Cabo Delgado com as representações sociais.

Constatou-se, no conteúdo, discursos relacionados principalmente à definição de terrorismo para os participantes, onde se percebe que, para os voluntários, o terrorismo é caracterizado por ações violentas que desencadeiam reações emocionais (medo, pânico, terror, etc.) e objetivam desestabilizar o governo, pressionando-o a atender as reivindicações do grupo que perpetra tais atos, de acordo com as falas dos entrevistados constantes na classe 3, Figura 11. Observou-se também uma associação estatisticamente significativa com a questão que discorre sobre a opinião em relação aos refugiados do terrorismo. No conteúdo, constata-se que, para os moçambicanos, o governo de Moçambique deve fornecer um apoio maior aos refugiados do terrorismo, sem considerar a origem e sem discriminar qualquer refugiado, acolhendo e fornecendo as condições necessárias, conforme evidenciado nas palavras constantes na classe 2 da Figura 11.

Ainda nesta análise, evidenciam-se as percepções dos moçambicanos acerca dos motivos dos ataques terroristas na província de Cabo Delgado, os quais, segundo os respondentes, se devem ao fato de a província ser rica em recursos naturais, como petróleo, gás natural e madeira. Os terroristas atacam a região para dificultar a exploração desses recursos pelo governo de Moçambique, conforme pode ser constatado na associação sistemática das palavras da classe 4, Figura 11. Através desta análise, foi notório observar que os moçambicanos apontam as possíveis motivações dos atos terroristas na província de

Cabo Delgado, onde os participantes trazem em seu discurso as principais consequências do conflito armado que ocorre nessa região. Segundo os participantes, os atos terroristas em Cabo Delgado resultam em mortes de pessoas inocentes, danos materiais na infraestrutura pública e privada, bem como no deslocamento de refugiados para regiões livres do conflito.

Os brasileiros apresentaram maior associação estatística à questão dos refugiados, que dispõe sobre a opinião dos participantes acerca dos refugiados, com conteúdo semelhante, o que justifica estarem com o mesmo sentimento dos moçambicanos. Segundo os respondentes brasileiros, os refugiados são pessoas que fogem de suas comunidades ou países em razão da guerra e que se encontram em situação de vulnerabilidade, necessitando de apoio e acolhimento por parte dos países onde se abrigam, buscando melhores condições de vida, conforme se verifica nas falas na classe 2, Figura 12.

Os brasileiros evidenciaram uma perspectiva pautada em políticas públicas internacionais voltadas para os refugiados, fornecendo recursos materiais, de subsistência e acolhimento às pessoas que fogem da guerra. Igualmente, os brasileiros apresentaram associação estatística com os impactos psicossociais do terrorismo, tratando das consequências do terrorismo em Cabo Delgado. De modo semelhante ao que foi encontrado no discurso dos moçambicanos para o mesmo questionamento, segundo os respondentes brasileiros, o terrorismo tem como consequências a destruição de patrimônio/infraestruturas, morte de inocentes, reações emocionais (medo, pânico, terror) e deslocamento de pessoas para áreas livres de confronto bélico.

No conteúdo, não tão diferente das respostas dos moçambicanos, verifica-se que, para os respondentes brasileiros, o terrorismo pode ser definido como uma ação orquestrada por um grupo de pessoas com a intenção de impor suas vontades e afrontar governos estabelecidos por meio da violência, ataques armados e destruição de infraestruturas, conforme se pode verificar nos discursos apresentados na classe 5, Figura 12.

Salienta-se ainda que os achados da classe 5 diferem dos respondentes moçambicanos, os quais, por estarem mais próximos do contexto do conflito armado em Cabo Delgado, apresentaram percepções sobre os motivos do terrorismo na região estarem associados principalmente à exploração de recursos naturais da região. Além disso, verificou-se maior associação estatística entre a referida classe e os respondentes que residem em Brasília e aqueles que são servidores públicos. É interessante destacar essas variáveis, uma vez que o centro da administração pública brasileira é em Brasília. Além disso, o fato de os servidores públicos terem se sobressaído na classe sugere que possuem uma maior compreensão sobre políticas públicas e a necessidade de apoio aos refugiados.

A partir do exposto, confia-se que o presente estudo trouxe contribuições substanciais na compreensão do terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique, suas causas, papel que desempenha e as consequências que este fenômeno provoca no geral e, em particular, na sociedade moçambicana, estando apto para servir de referência para os Estudos 2 e 3, que versarão sobre correlatos de Atitudes frente ao terrorismo em Moçambique e no Brasil. O estudo revelou ainda que os parcepção dos participantes da pesquisa acerca do terrorismo a partir das palavras acentuadas na nuvem de palavras que funcionam como palavras chave por meio da conexão destas palavras. Igualmente, o estudo apontou os quatro eixos centrais que permitir o que representa o terrorismo para os dois grupos dos dois países, Moçambique e Brasil.

Moçambique, um dos países da África Austral, vê-se às voltas com ataques de grupos armados classificados como uma ameaça terrorista desde outubro de 2017. Desde então, o país tem estado às voltas com a situação de instabilidade que se verifica em todos os níveis. Apesar de ter sido verificado o primeiro ato de violência armada em outubro de 2017, considera-se que a atividade de células terroristas em Cabo Delgado começou a ser verificada em 2012, com a criação do grupo Ansar Al-Sunna, a partir de um movimento sectário que se considera ter usado como pretexto as disparidades sociais da população nessa província para mobilizar os seus seguidores, embora pesquisadores como Cardoso (2021) considerem que os primeiros sinais da manifestação de atos terroristas contra as autoridades do estado moçambicano tenham-se verificado em 2007, na zona nordeste de Cabo Delgado, demonstradas por moçambicanos radicalizados, principalmente em madrassas e mesquitas da Arábia Saudita.

Na pesquisa exploratória realizada por Habibe *et al.* (2019) sobre a radicalização Islâmica na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, destaca-se que a atividade terrorista nesta província começou a ser verificada bem antes do ano de 2015 com o aparecimento de um grupo de religiosos que confrontou a liderança religiosa local, e somente em finais de 2015 é que passou a incorporar células militares na sua organização. Este estudo revelou ainda que existem dificuldades em apontar claramente as motivações que sustentam a ocorrência do terrorismo em Moçambique, em parte porque os grupos ou células terroristas que têm desestabilizado as províncias do norte de Moçambique não parecem interessados em apresentar um manifesto das suas reivindicações.

Por conta disso, as pesquisas realizadas até então sobre a manifestação deste fenómeno, no norte de Moçambique, foram feitas com base na interpretação de várias crenças conspiratórias internas e externas consideradas pelas autoridades moçambicanas como fatores dinamizadores de conflitos que se entende que tenham sido fundamentais para tornar Cabo Delgado o terreno fértil para o desenvolvimento das crenças conspiratórias e, conseqüentemente, a manifestação de atitudes consideradas perigosas e a propagação da violência protagonizada por grupos extremistas conhecidos como Al Shabaab (Cardoso, 2021). Nessa conjuntura, é inegável a influência que as teorias conspiratórias exercem no quotidiano dos indivíduos.

A partir de uma pesquisa de opinião realizada por Byford (2011), por exemplo, verificou-se que uma proporção substancial (cerca de 90%) de pessoas no mundo ocidental admite acreditar de alguma forma em narrativas conspiratórias. Para a compreensão do alcance das crenças conspiratórias no meio social, vários estudos têm sido realizados a fim

de dar suporte à relação entre crenças conspiratórias, traços da personalidade e valores humanos na explicação das atitudes dos indivíduos.

Apesar destas evidências, muitos intelectuais, atores religiosos e políticos recusam-se hoje a aceitar que a violência armada no norte de Moçambique tenha alguma coisa a ver com a dinâmica da sociedade muçulmana de Cabo Delgado. Acreditam, pelo contrário, que o terrorismo em Cabo Delgado é uma conspiração. Existem várias teorias, desde a conspiração de uma potência estrangeira (por exemplo, a CIA) ou de interesses privados (companhias petrolíferas que visam controlar os recursos naturais em Moçambique), até uma conspiração islamista (os jihadistas vindos da costa oriental de África) ou ainda uma conspiração política de dentro de Moçambique. Subjacente a muitos destes argumentos está a opinião segundo a qual os rebeldes não têm “rosto” e a sua religião é um manto ou uma “cortina de fumo” para interesses materiais e políticos concretos.

Os fatores contextuais referentes a condições sociais, económicas, religiosas e políticas favorecem a emergência e expansão do terrorismo em Moçambique, com o sentimento de exclusão étnica, social, económica e política (Habibe et al., 2019). Exploradas e mobilizadas pelos terroristas, estas condições permitiram a construção de uma crença conspiratória anti-Estado, que funcionou como um catalisador para a adesão de jovens ao grupo terrorista dos Al-Shabaab, através de um mecanismo complexo de recrutamento que se estendia para além das fronteiras de Mocimboa da Praia em Cabo Delgado. Haysom (2018); Habibe et al. (2019) sustentam que há outros fatores contextuais associados a dinâmicas regionais do norte de Moçambique, que concorreram para o avanço do terrorismo no terreno, a saber:

a) Existe uma rede de crime organizado com ramificações além-fronteiras, movimentando uma economia ilícita, através de uma diversidade de tráficos, nomeadamente droga, madeira, marfim, rubis, ouro, armas, pedras preciosas, etc.

b) Porosidade das fronteiras, particularmente com a República Unida da Tanzânia, que facilitou um forte movimento migratório associado ao garimpo ilegal e à caça furtiva nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula, no norte de Moçambique.

c) Existência de mecanismos eletrónicos e informais de transferência de dinheiro, que permitem pagamentos rápidos e eficientes, tais como Mpesa, Mvola, M-kesh ou ainda o sistema Hawala. Através destes mecanismos de pagamento, foi possível impulsionar o processo de recrutamento de jovens para se aderirem ao movimento terrorista Al Shabaab.

d) Entrada em cena do Estado Islâmico, particularmente a partir de meados de 2019, que trouxe combatentes estrangeiros melhor treinados e experientes, armamento sofisticado

e mecanismos de disseminação das crenças conspiratórias, fato que aumentou a visibilidade internacional do terrorismo no norte de Moçambique.

Nesse sentido, em Moçambique as pessoas são frequentemente confrontadas com eventos que ameaçam a ordem social, tais como ataques terroristas, desastres naturais e crises econômicas. Tais eventos, por vezes, dão origem a crenças em teorias conspiratórias, que podem ser definidas como crenças explicativas utilizadas para compreender as ações de grupos ou organizações que se unem em um acordo secreto e tentam atingir um objetivo oculto, sendo este percebido como ilegal ou malévolo (Barron, Morgan, Towell, Altemeyer, & Swami, 2014). Por exemplo, os ataques terroristas em Mocímboa da Praia, em Cabo Delgado, no norte de Moçambique, apontam como causas a existência de recursos naturais como o petróleo, gás natural, madeira, ouro, pedras preciosas, marfim etc. nesta região do país, associados às desigualdades sociais entre sul, centro e norte de Moçambique.

De acordo com Bessi et al. (2015), o pensamento conspiratório é disseminado no cotidiano e faz parte do vocabulário das pessoas, sobretudo no contexto das redes sociais. Embora este seja um fenômeno particularmente discutido nos dias atuais, a conspiração é muito antiga. O professor Pascal Wagner (2020) aponta três fatores que explicam o surgimento das teorias conspiratórias que originam, em geral, atos violentos (terrorismo):

(i) Fator de natureza sociopolítica: aqueles que são hostis às instituições e ao sistema em que vivemos, como os extremistas políticos, tendem a usar as teorias conspiratórias para se justificarem das injustiças e desigualdades sociais. Diversas pesquisas sobre o surgimento das teorias conspiratórias mostram que quanto maiores são as desigualdades sociais e injustiças em um país, mais as teorias conspiratórias encontram terreno fértil, muitas vezes vinculadas a um discurso de vingança por grupos desfavorecidos;

(ii) Fator psicológico: é a nossa natureza de raciocinar de forma ingênua e não científica, especialmente em situações que provocam ansiedade como no caso de um ataque terrorista ou de uma pandemia. Exemplo de uma pessoa que caminha sozinha pela floresta à noite, se ouvir um barulho, imediatamente tende a pensar que se trata de alguém que quer causar mal. Vários estudos sobre este fenômeno mostraram que vieses cognitivos, essa forma de pensar para sobreviver, acentuam crenças, não só em conspirações, mas também no paranormal: perceber fantasmas ou intenções humanas onde existem;

(iii) Fator Internet: onde não apenas as teorias conspiratórias podem se espalhar, mas também permanecerão magnetizadas. Ao pesquisar informações sobre uma teoria conspiratória na Internet, facilmente nos deparamos com teorias semelhantes que circularam no passado e foram atualizadas e voltaram.

Deste modo, o presente estudo tem como objetivos verificar a relação entre as crenças teorias, traços da personalidade e valores humanos na explicação das atitudes frente ao terrorismo no norte de Moçambique; identificar os tipos de correlações dos valores humanos, crenças conspiratórias e os traços da personalidade sombria relacionados com atitudes frente ao terrorismo em Cabo Delgado; conhecer em que medida os valores humanos, os traços sombrios da personalidade e crenças conspiratórias explicam as atitudes frente ao terrorismo em Cabo Delgado e identificar valores humanos e traços da personalidade sombria relacionados com as atitudes frente ao terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique.

6.3.1. Método

6.3.1.1. Delineamento

Tratou-se de um estudo de natureza básica, com objetivo descritivo, de abordagem quantitativa, realizado por meio de uma pesquisa de levantamento.

6.3.1.2. Participantes

Participaram desta pesquisa 405 pessoas, de diferentes regiões de Moçambique, entre estudantes de ensino superior (55,8%), funcionários de várias instituições públicas (28,9%) e os restantes distribuídos em sector privado (6,9%). Os participantes tinham a idade que varia entre 18 a 69 anos, tendo idade média de 29,07 anos ($DP=10,45$). A maioria indicou ser do sexo masculino (54,1%). O estudo indicou ainda que a maioria dos participantes são da religião católica (34,6%). Estes foram selecionados por técnicas de amostragem não probabilística, segundo conveniência do pesquisador, considerando como critérios de inclusão ter ao menos 18 anos de idade e concordar em participar voluntariamente do estudo.

6.3.1.3. Instrumentos

Os participantes da pesquisa foram solicitados a responderem um livreto contendo os seguintes instrumentos:

- ✓ **Questionário de Valores Básicos (QVB):** elaborado por Gouveia (1998; 2003; 2008). Este questionário é composto por 18 itens ou valores específicos que são respondidos em uma escala tipo *Libert* de sete pontos, apresentando como pontos extremos: 1 (Totalmente não importante) a 7 (Extremamente Importante), onde o sujeito é orientado a pontuar os itens, tendo em conta o grau de importância que este tem como um princípio que guia a sua vida (Gouveia, 2012). Estes valores são distribuídos em seis subfunções

valorativas: experimentação, realização, existência, suprapessoal, interativa e normativa. (Anexo VI).

- ✓ **Questionários de atitudes frente ao terrorismo:** adotado a partir da Escala de Atitudes Thurstone (1929). A partir da escala de atitudes de Thurstone, foram retirados os itens utilizados neste questionário por se tratarem de itens usados para medir atitudes gerais. É composta por 22 itens, tendo sido respondidos em uma escala do *Likert* de cinco pontos com os extremos, variando de 1 (Discordo) a 5 (Concordo), onde os participantes foram solicitados para marcarem com X na resposta que mais se aproxima do que eles sentem ou pensam, de acordo com os pontos na escala (anexo VII)
- ✓ **Questionário sobre as crenças conspiratórias/escala de crenças conspiratórias:** construída por Brotherton et al. (2013) e composta por 39 itens. A partir desta escala foram retirados 26 itens e respondidos em uma escala do *Likert* de cinco pontos com os extremos, variando de 1 (Discordo) a 5 (Concordo), onde os participantes foram solicitados para marcarem com X na resposta que mais se aproxima do que eles sentem ou pensam, segundo a escala (anexo VIII).
- ✓ **Questionário de atitudes frente aos refugiados ,** trata-se de um questionário adaptado da escala portrait valius questionnaire (PVQ) (Schwartz, 2001) a fim de estudar o sistema de valores pessoais que permite o acesso a valores motivacionais na manutenção ou não dos valores pessoais. É composto por 15 itens respondidos em uma escala do *Likert* de cinco pontos com os extremos, variando de 1 (Discordo) a 5 (Concordo), onde os participantes foram solicitados para marcarem com X na resposta que mais se aproxima do que eles sentem ou pensam, segundo a escala.
- ✓ **Questionário sobre a personalidade sombria:** foi elaborado por Jonason e Webster (2010) e adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia et al., (2016). Tal medida é composta por 12 itens, (e.g.,” Eu tendo a ser insensível ou indiferente”; “Costumo manipular os outros para conseguir o que quero”), distribuídos equitativamente em três fatores que avaliam maquiavelismo e as formas subclínicas de psicopatia e narcisismo. Respondido por meio de uma escala *likert* de 5 pontos, no qual os participantes devem indicar o quanto concordam ou discordam (1=Não me descreve; 5= descreve-me totalmente) com os itens propostos.
- ✓ Ainda, os participantes da pesquisa foram solicitados a responderem as perguntas demográficas no fim do livreto, onde constam um conjunto de questões que visa caracterizar o perfil social e demográfico dos participantes, essas informações dizem

respeito a idade, sexo, escolaridade, religião, naturalidade, nacionalidade e ocupação (anexo IX).

6.3.1.4. *Procedimentos*

A pesquisa foi realizada por diversos colaboradores devidamente esclarecidos, em diversas salas de aulas e em ambientes abertos. Aplicação dos questionários ocorreu de maneira distinta, conforme o *locus* das pesquisas nas instituições de ensino a coleta dos dados aconteceu coletivamente nas salas de aulas, porém as respostas eram individuais. Para os funcionários públicos e privados, os questionários foram aplicados nos seus locais de trabalho.

Garantiu-se o caráter anônimo e voluntário da participação, bem como foi assegurado o direito de desistência sem quaisquer consequências aos participantes, aos quais foi requerido que assinassem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com a resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), permitindo a utilização dos dados obtidos em produções acadêmicas posteriores. Este estudo conta com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 62441722.0.0000.5188). do Centro de Ciências de Saúde da Universidade Federal da Paraíba CCS/UFPB

6.3.2. *Aspectos éticos*

A participação voluntária, o anonimato e a confidencialidade das respostas dos participantes foram assegurados verbalmente e por meio de um termo de consentimento livre e esclarecido, segundo regulamenta a Resolução CNS nº 510/16 (Brasil, 2016). Informou-se, na oportunidade, que danos imateriais não eram previstos na condução deste estudo. Contudo, os pesquisadores estavam à disposição dos respondentes para serviço de escuta psicológica, caso estes se sentissem desconfortáveis com o conteúdo dos itens. Dessa forma, o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com parecer CAAE nº 62441722.0.0000.5188 do Centro de Ciências de Saúde da Universidade Federal da Paraíba-CCS/UFPB.

6.3.3. *Análise de dados*

O SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), em sua versão 25, foi utilizado para tabular e realizar as análises dos dados. Utilizaram-se também estatísticas descritivas (medidas de tendência central e dispersão, distribuição de frequência), principalmente para

caracterizar o perfil dos participantes do estudo. A análise de resultados está dividida em três partes, de acordo com cada instrumento usado neste estudo:

a) Análise estatística de dados da escala de atitude frente ao terrorismo em Moçambique

Para a análise estatística dos dados, foi utilizada a Análise Fatorial Exploratória (AFE), através do programa FACTOR, com o objetivo de avaliar a estrutura fatorial da escala de Atitudes Frente ao Terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique. A análise foi implementada utilizando uma matriz policórica e o método de extração “Robust Diagonally Weighted Least Squares” (DWLS) (Asparouhov & Muthen, 2010).

A decisão sobre o número de fatores a serem retidos foi realizada por meio da técnica da análise paralela com permutação aleatória dos dados observados (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011), e a rotação utilizada foi a Robust Promin (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019c). Primeiramente, foi testada a possibilidade da unidimensionalidade da escala, e essa hipótese foi descartada pelos valores do I-Único (0,65), uma vez que a literatura sugere que o valor unidimensional dos dados só pode ser tratado como unidimensional se for maior que 0,95 (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). A análise fatorial dos dados demonstrou que dos 22 itens originais da escala, 15 itens carregaram de forma satisfatória (acima de 0,30) (Brown, 2021).

A adequação do modelo foi avaliada por meio dos índices de ajuste Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA), Comparative Fit Index (CFI) e Tucker-Lewis Index (TLI). De acordo com a literatura (Brown, 2006), os valores de RMSEA devem ser menores que 0,08, e os valores de CFI e TLI devem ser acima de 0,90, ou preferencialmente 0,95. A análise dos dados indicou RMSEA (0,48), CFI (0,82) e TLI (0,78). Assim, embora os valores de CFI e TLI não tenham atingido 0,90, os dados apresentaram uma estrutura fatorial adequada (CFI=0,82) e (TLI=0,78).

A estabilidade dos fatores foi avaliada por meio do índice H (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). O índice H avalia quão bem o conjunto de itens representa um fator comum (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Os valores de H variam de 0 a 1. Valores altos de H (> 0,80) sugerem uma variável latente bem definida, que é mais provável que seja estável em diferentes estudos. Valores baixos de H sugerem uma variável latente mal definida, e provavelmente instável entre diferentes estudos (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Neste contexto, na escala de atitudes frente ao terrorismo do presente estudo, a variável é considerada adequada, pois o valor de H é 0,84.

6. 3. 4. Resultados da escala de atitudes

O teste de KMO foi igual a 0,62 e sugeriu interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. A análise paralela sugeriu dois fatores como sendo os mais representativos dos dados da escala, de acordo com a tabela 1 abaixo.

Tabela 1. Análise Paralela (PA) baseada na Análise Fatorial de ordem mínima,

Variável	Dados reais % da variância	Média do Aleatório % da variância	95% do Aleatório % da variância
01	16.40**	9.50	10.60
02	14.01**	8.74	9.49
03	9.27*	8.17	8.88
04	7.51*	7.69	8.27
05	6.64	7.21	7.75
06	5.95	6.83	7.32
07	5.65	6.42	6.84
08	5.16	6.03	6.43
09	4.08	5.63	6.02
10	3.79	5.24	5.64
11	3.42	4.85	5.20
12	3.27	4.45	4.85
13	3.00	4.06	4.45
14	2.61	3.67	4.10
15	2.44	3.26	3.74
16	2.10	2.85	3.33
17	1.89	2.45	2.95
18	1.47	2.01	2.59
19	1.01	1.55	2.13
20	0.59	1.06	1.58
21	0.25	0.50	1.11
22	0,05	0,48	1.09

** Número aconselhado de dimensões quando se considera 95%: 2

* Número aconselhado de dimensões quando a média é considerada: 4

NOTA: O número de fatores a ser retido é dois, pois, dois fatores dos dados reais apresentam uma percentagem de variância explicada maior do que os dados aleatórios.

As cargas Fatoriais dos itens podem ser observadas na tabela 2. Também são reportados nos índices de Fidedignidade composta, bem como estimativas de replicabilidade dos escores fatoriais (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Assim, a análise fatorial demonstrou

que os 22 itens originais da escala, 15 itens carregaram de forma satisfatória (acima de 0,30) (Brown, 2021), conforme a tabela 2 abaixo:

Tabela 2. Itens adaptados e estrutura fatorial com as discriminações da escala (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019)

Itens	AFE		TRI	
	F1	F2	h ²	a
21. O terrorismo é o tipo mais desprezível de violência, devendo ser condenado.	0.91	0.13	0.86	2.50
04. As riquezas de Cabo Delgado não são usufruídas pelos nativos, razão da desestabilização da região.	0.04	0.61	0.38	0.05
22. O terrorismo é o crime mais hediondo de nosso tempo.	0.61	0.15	0.40	0.79
03. Desde sempre a população de Cabo Delgado teve menos privilégios, por isso o terrorismo pode ser uma forma de reivindicar.	-0.00	0.57	0.33	-0.00
20. O terrorismo é uma forma irracional de enfrentar os problemas nacionais.	0.49	0.12	0.26	0.58
18. O terrorismo surgiu no norte de Moçambique para punir o governo que há muito vem se afastando da população desta região.	0.05	0.26	0.07	0.05
05. Os empregos de prestígio das multinacionais na província de Cabo Delgado são ocupados pelos estrangeiros.	0.18	0.46	0.25	0.21
16. As ações de terrorismo visam a preservação dos recursos naturais que de outra forma seriam pilhados.	-0.37	0.45	0.33	-0.45
06. Os empregos das empresas ligadas à exploração de recursos naturais são ocupados por pessoais oriundas de outras regiões do país.	0.04	0.43	0.19	0.05
15. O terrorismo trará vantagens socioeconômicas na província de Cabo Delgado.	-0.39	0.43	0.33	-0.48
19. O terrorismo não pode ser justificado.	0.43	0.06	0.19	0.47
01. As ações de desestabilização das populações de Cabo Delgado são por justa causa.	-0.17	0.42	0.20	-0.19
07. A população de Cabo Delgado não vê melhoras das infraestruturas sociais (por exemplo, escolas, hospitais).	0.11	0.42	0.19	0.12
10. As ações do terrorismo resultam de interesses nacionais.	-0.14	0.34	0.13	-0.15
11. Os dirigentes das ações terrorista são nativos de Cabo Delgado.	-0.05	0.13	0.02	-0.05
02. Não há qualquer razão que justifique a agressão das populações de Cabo Delgado.	0.29	0.12	0.10	0.31
17. O terrorismo na província de Cabo Delgado surgiu como qualquer outro fenômeno poderia ter surgido	-0.21	0.48	0.27	-0.25
08. As ações de terrorismo irão chamar atenção ao governo para cuidar da população da região	0.10	0.28	0.09	0.11
14. As madraças são uma fonte de propagação do terrorismo	-0.09	0.18	0.04	-0.09
12. Se não houvesse apoio dos nativos, o terrorismo não teria lugar em Cabo Delgado.	-0.13	0.31	0.11	-0.14
13. As ações do terrorismo em Cabo Delgado estão ligadas ao movimento Al Shabaab.	0.12	0.10	0.02	0.129
09. As ações de terrorismo resultam de interesses internacionais com vista a se beneficiar dos recursos naturais.	0.03	0.11	0.0	0.03
Alfa de Cronbach	0,93			
Variância comum explicada	31,2%			

Valor próprio	9,91
Número de itens carregados	24
Alfa de Crobach	0,93
Variância comum explicada	31,2%
Valor próprio	9,91
Número de itens carregados	24
Alfa de Crobach	0,91
Variância comum explicada	21,8%
Valor próprio	8,81
Número de itens carregados	21
Alfa de Crobach	0,91
Variância comum explicada	21,8%
Valor próprio	8,81
Número de itens carregados	21
Alfa de Crobach	0,91
Variância comum explicada	21,8%
Valor próprio	8,81
Número de itens carregados	21
Alfa de Crobach	0,91
Variância comum explicada	21,8%
Valor próprio	8,81
Número de itens carregados	21
Alfa de Crobach	0,89
Variância comum explicada	24,3%
Valor próprio	8,87
Número de itens carregados	15

NOTA: F1- Atitudes negativas; F2 – Atitudes positivas

Os itens apresentaram cargas fatoriais adequadas e elevadas em seus respectivos fatores. Foi encontrado um padrão de cargas cruzadas (ou seja, itens com cargas fatoriais acima de 0,30 em mais de um fator: itens 15 e 16). O índice de fidedignidade composta dos fatores também foi adequado (0,65) para quase todos os fatores. A medida de replicabilidade da estrutura fatorial sugere que em futuros estudos quatro fatores poderão ser aplicáveis. É importante destacar que a estrutura fatorial apresentou índices de ajuste adequados ($\chi^2(185) = 901,173$; $p < 0,001$; RMSEA = 0,48; CFI = 0,82; TLI = 0,78).

O fator I - Atitudes negativas ao terrorismo é composto por 4 itens (19, 20, 21 e 22) que apresentaram cargas fatoriais elevadas em seus respectivos fatores, pois as cargas de dois itens são inferiores às cargas do fator 2, com saturação mínima de 0,43 (item 19 - O terrorismo não pode ser justificado) e máxima de 0,91 (item 21 - O terrorismo é o tipo mais desprezível de violência, devendo ser condenado). Este fator é formado por itens que consideram as ações terroristas como atos de terror, pânico e intimidação no seio das comunidades para exploração ilegal dos recursos naturais (petróleo, gás natural, madeira, ouro, pedras preciosas, marfim, etc) em Cabo Delgado, no norte de Moçambique (Gonçalves, 2015).

O fator II - representa as atitudes positivas/favoráveis frente ao terrorismo, reunindo 11 itens (1, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 12, 16 e 17) cujas cargas fatoriais são elevadas em seus respectivos fatores, com saturação mínima de 0,31 (item 12 - Os dirigentes das ações terroristas são nativos de Cabo Delgado) e máxima de 0,61 (item 4 - As riquezas de Cabo Delgado não são usufruídas pelos nativos, razão da desestabilização da região). Este fator é composto por itens que definem as ações terroristas como medidas alternativas para salvar a população de Cabo Delgado do sofrimento e trazer justiça às comunidades de Cabo Delgado, como um movimento reivindicativo do povo desfavorecido sobre a exploração dos seus recursos naturais.

De acordo com Habibe *et al.* (2019), o terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique, está relacionado com a pobreza, a falta de emprego para jovens locais e a falta de benefícios resultantes da exploração dos recursos naturais (rubi, madeira, pedras preciosas e semipreciosas, gás natural e petróleo, marfim, etc) existente em várias comunidades em Cabo Delgado, e daí que o terrorismo é encarado como uma forma alternativa de reivindicação dos filhos da população nativa sobre os seus recursos naturais que a região dispõe.

b) *Análise de dados da escala de crenças conspiratórias*

Os dados da escala de crenças em teorias conspiratórias foram tabulados pelo software SPSS, versão nº 21, o qual auxiliou na realização de análises descritivas. O programa Factor (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2016), por sua vez, foi utilizado para executar a Análise Fatorial Exploratória (AFE), com o objetivo de avaliar a estrutura fatorial da escala de crenças conspiratórias frente ao terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique.

A análise foi implementada utilizando uma matriz policórica e o método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (DWLS) (Asparouhov & Muthen, 2010). Para auxiliar na retenção de fatores, foi utilizado o método da análise HULL (método do casco para selecionar o número de fatores comuns) com permutação aleatória dos dados observados (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011), e a rotação utilizada foi a Robust Promin (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019c).

O mesmo programa foi utilizado para verificar a consistência interna da escala por meio do cálculo do coeficiente alfa de Cronbach. Fez-se primeiro a testagem da possibilidade da unidimensionalidade da escala, e essa hipótese foi descartada pelos valores do I-Único (0,85), uma vez que a literatura sugere que o valor unidimensional dos dados só pode ser tratado como unidimensional se for maior que 0,95 (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). A

análise fatorial dos dados demonstrou que dos 28 itens originais da escala, 21 itens carregaram de forma satisfatória (acima de 0,30) (Brown, 2021).

A adequação do modelo foi avaliada por meio dos índices de ajuste *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI). De acordo com a literatura (Brown, 2006), valores de RMSEA devem ser menores que 0,08, e valores de CFI e TLI devem ser acima de 0,90 ou preferencialmente 0,95. A análise dos dados indicou RMSEA (0,097), CFI (0,98) e TLI (0,97). Assim, como se pode observar, os valores de CFI e TLI apresentaram uma estrutura fatorial considerada adequada (CFI=0,98) e (TLI= 0,97).

A estabilidade dos fatores foi avaliada por meio do índice H (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). O índice H avalia quão bem conjunto de itens representa um fator comum (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Os valores H variam de 0 a 1. Valores altos de H (> 0,80) sugerem uma variável latente bem definida, que é mais provável que seja estável em diferentes estudos. Valores baixos de H sugerem uma variável latente mal definida, e provavelmente instável entre diferentes estudos (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Neste contexto, na escala de crenças conspiratórias do presente estudo, as variáveis são consideradas adequadas, pois o valor de H é 0,96.

6.3.5. Resultados da escala de crenças conspiratórias

Buscando alcançar os objetivos traçados, primeiramente, conferiu-se a adequação dos dados à análise fatorial por meio do teste de KMO e do teste de esfericidade de Bartlett. Assim, o teste de KMO forneceu o valor de 0,87, considerado excelente (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018), e sugeriu a interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. A análise do método HULL (método do casco para selecionar o número de fatores comuns) sugeriu apenas um fator como sendo o mais representativo dos dados (crenças em teorias conspiratórias face ao terrorismo). Esta revelou que os itens 3, 4, 6, 7, 11, 26 e 27 apresentavam cargas fatoriais abaixo de 0,30, ou seja, inferiores ao ponto de corte sugerido, optando-se assim pela exclusão destes itens.

As cargas fatoriais dos itens podem ser observadas na Tabela 17. Também são reportados os índices de Fidedignidade Composta, bem como estimativas de replicabilidade dos escores fatoriais (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Assim, a análise fatorial demonstrou que dos 28 itens originais da escala, 21 itens carregaram de forma satisfatória (acima de 0,30) (Brown, 2021).

Tabela 3. Matriz de cargas fatoriais e communalidades da ECGC (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019b)

Itens	Carga fatorial	h ²	a
17 - O Governo permite e comete atos de terrorismo no seu próprio país, disfarçando seu envolvimento.	0,81	0,66	1,41
16 - O Governo usa pessoas como “marionetes” para esconder o seu próprio envolvimento em atividades criminosas dos terroristas em Cabo Delgado.	0,77	0,60	1,22
9 - Muitas informações sobre o terrorismo em Cabo Delgado são escondidas da população por interesses egoístas.	0,74	0,55	1,11
19 - Para evitar que informações embaraçosas sobre o terrorismo sejam divulgadas, o Governo ordena a morte de algumas figuras públicas.	0,72	0,53	1,06
8 - Acerca do terrorismo em Cabo Delgado, o Governo esconde da população geral muitos segredos importantes.	0,72	0,52	1,04
18 - Os políticos geralmente não dizem os reais motivos para as suas decisões em relação ao terrorismo na província de Cabo Delgado, norte de Moçambique.	0,71	0,50	1,01
22 - O Governo forja as causas de eventos importantes para enganar os cidadãos, alegando o terrorismo na província de Cabo Delgado, norte de Moçambique	0,71	0,50	1,01
2 - O Governo está secretamente envolvido no terrorismo em Cabo Delgado.	0,70	0,49	0,98
13 - Missões espaciais são forjadas para que os cidadãos não descubram a existência de ações terroristas.	0,68	0,47	0,94
23 - O Governo deliberadamente permite que certas atividades terroristas ocorram para manter o público em estado de medo	0,66	0,44	0,881
15 - Por razões estratégicas, o Governo permite que ataques terroristas ocorram.	0,650	0,422	0,86
20 - Existem esforços ocultos para marginalizar e controlar certos grupos de pessoas provenientes das regiões do terrorismo por meio de ações do Governo	0,64	0,41	0,84
10 - Evidências de contato de certas personalidades com terroristas são escondidas dos cidadãos.	0,64	0,41	0,83
12 - Muitas informações sobre o terrorismo e seu tratamento são escondidas dos cidadãos.	0,60	0,36	0,74
21 - Certas figuras públicas simulam sua própria morte para escapar das ações terroristas em Cabo Delgado.	0,54	0,29	0,64
24 - A mídia permite que apenas algumas informações sobre o terrorismo sejam divulgadas para os cidadãos.	0,52	0,27	0,61
25 - As chefias militares em Cabo Delgado estão envolvidas nas ações terroristas.	0,48	0,23	0,55
1 - As ações do terrorismo são de interesse do Governo moçambicano.	0,48	0,23	0,54
14 - Experiências envolvendo novas ações terroristas são realizadas nos cidadãos sem seu consentimento.	0,46	0,21	0,52
5 - Grupos anônimos de moçambicanos controlam o terrorismo.	0,38	0,15	0,42
28 - Os fatores como posse de terra, modelo de compensação das terras ocupadas pelos mega projetos de petróleo e gás em Cabo Delgado são a causa do terrorismo.	0,37	0,14	0,40
Alfa de Crobach	0,91		
Variância comum explicada	21,8%		
Valor próprio	8,81		
Número de itens carregados	21		

A tabela 3 exibe uma estrutura unifatorial composta por 21 itens, com cargas fatoriais que variam entre 0,37 (item 28 - Os fatores como posse de terra, modelo de compensação das terras opacadas pelos megaprojetos de petróleo e gás em Cabo Delgado são a causa do terrorismo) e 0,81 (item 17 - O Governo permite e comete atos de terrorismo no seu próprio

país, disfarçando seu envolvimento), explicando 28% da variância total e com uma consistência interna de 0,91, sendo este indicador considerado excelente (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018).

Estes itens reportam narrativas conspiratórias, acreditando-se de que o terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique surge como consequência de vários fatores, desde o modelo de compensação das terras da população desta província ocupadas pelas grandes empresas de exploração de gás natural e petróleo adotado pelo governo moçambicano, o envolvimento dos militares moçambicanos na morte de pessoas inocentes, envio para Cabo Delgado de tropas estrangeiras para a proteção de megaprojetos de gás e petróleo, aliado à narrativas dos terroristas que por via de internet e redes sociais afirmam que lutam contra o governo moçambicano à causa da população de Cabo Delgado com vista a acabar com as injustiças sociais, pobreza, desemprego e sofrimento da população (Habibe *et al.*, 2019).

c) *Análise de dados da escala de atitudes de frente aos refugiados do terrorismo*

Para análise dos dados da escala de estabilidade/mudança de valores humanos, foi utilizada igualmente a Análise Fatorial Exploratória (AFE), através do programa FACTOR, com o objetivo de avaliar a estrutura fatorial da escala de estabilidade ou mudança de valores humanos frente ao terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique. A análise foi implementada utilizando uma matriz policórica e o método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (DWLS) (Asparouhov & Muthen, 2010).

A decisão sobre o número de fatores a serem definidos foi realizada por meio da técnica da análise paralela com permutação aleatória dos dados observados (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011), e a rotação utilizada foi a Robust Promin (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019c). Primeiramente, foi realizada a testagem da possibilidade da unidimensionalidade da escala, e essa hipótese foi descartada pelos valores do I-Único (0,73), uma vez que a literatura sugere que o valor unidimensional dos dados só pode ser tratado como unidimensional se for maior que 0,95 (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018).

A análise fatorial dos dados demonstrou que dos 15 itens originais da escala, 12 itens carregaram de forma satisfatória, portanto, acima de 0,30, de acordo com Brown (2021). Quanto à adequação do modelo, esta foi avaliada por meio dos índices de ajuste *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), Comparative Fit Index (CFI) e Tucker-Lewis Index (TLI).

De acordo com a literatura (Brown, 2006), os valores de RMSEA devem ser menores que 0,08, e os valores de CFI e TLI devem ser acima de 0,90 ou preferencialmente 0,95. Seguindo este propósito, a análise dos dados indicou RMSEA (0,050), CFI (0,806) e TLI (0,861). Tendo em conta que os valores de RMSEA devem ser menores que 0,08 e de CFI e TLI devem ser maiores que 0,90, os dados registrados apresentaram uma estrutura fatorial adequada (CFI=0,86) e (TLI=0,81).

Relativamente à estabilidade dos fatores, esta foi avaliada por meio do índice H (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). O índice H avalia quão bem um conjunto de itens representa um fator comum (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Os valores de H variam de 0 a 1. Valores altos de H ($>0,80$) sugerem uma variável latente bem definida, que é mais provável que seja estável em diferentes estudos.

Valores baixos de H sugerem uma variável latente mal definida, e provavelmente instável entre diferentes estudos (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Assim sendo, a escala de estabilidade e mudança de valores humanos do presente trabalho tem as variáveis adequadas, pois o valor de H é 0,73.

6.3.6. Resultados da escala de atitudes frente aos refugiados

Com o objetivo de alcançar os resultados traçados, conferiu-se a adequação dos dados à análise fatorial por meio do teste de Kiser-Meyer Olkin (KMO) e do teste de esfericidade de Bartlett. Assim, o teste de KMO forneceu o valor de 0,79, e o teste de esfericidade de Bartlett $X^2(105) = 1.573,443$, $p < 0,001$. O teste de KMO foi significativo, fornecendo um valor igual a 0,66, sugerindo interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. A análise paralela sugeriu dois fatores como sendo os mais representativos dos dados da escala de atitudes frente aos refugiados do terrorismo, de acordo com a tabela 4 abaixo:

Tabela 4. Análise Paralela (PA) baseada na Análise Fatorial de ordem mínima, (Timmeran & Lorenzo – Seva, 2011)

Var/it	Dados reais % da variância	Média do Aleatória % da variância	95% do Aleatório % da variância
01	20.57**	14.08	16.05
02	13.13*	12.74	14.27
03	11.30	11.66	12.96
04	8.75	10.70	11.84
05	8.41	9.74	10.64
06	7.57	8.79	9.54
07	6.37	7.89	8.72
08	6.20	6.95	7.77
09	5.74	6.03	6.86
10	4.83	5.15	6.07
11	3.45	4.21	5.22

12	2.54	3.24	4.35
13	1.62	2.22	3.43
14	1.05	1.01	2.24
15	0.99	0.88	1.00

** Número aconselhado de dimensões quando se considera 95%: 1

* Número aconselhado de dimensões quando a média é considerada: 2

O número de fatores a ser retido é dois, pois dois fatores dos dados reais apresentam uma percentagem de variância explicada maior do que os dados aleatórios. As cargas fatoriais dos itens podem ser observadas na Tabela 4. Também são reportados os índices de Fidedignidade composta, bem como estimativas de replicabilidade dos escores fatoriais (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Assim, a análise fatorial demonstrou que dos 15 itens originais da escala, 12 itens carregaram de forma satisfatória (acima de 0,30) (Brown, 2021), conforme a tabela 5 abaixo:

Tabela 5. Matriz de cargas fatoriais e comunalidades de Atitudes frente aos Refugiados (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019b)

N/0	Variáveis/itens	F1	F2
01	Eu posso acolher os deslocados do terrorismo porque eles não são culpados por isso.	0, 32	0, 22
02	Os deslocados são pessoas como eu, por isso posso partilhar os seus sofrimentos comigo.	-0, 01	0, 11
03	O pouco com Deus é muito, por isso posso partilhar a minha comida com os deslocados.	0, 05	0, 55
04	Devemos conviver com os deslocados do terrorismo porque eles são os nossos irmãos.	0, 05	0, 65
05	Hoje são eles os deslocados a solicitar ajuda, amanhã posso ser eu.	-0, 00	0, 56
06	Mesmo tendo espaço para acolher os deslocados, eu não aceitaria acolhê-los.	-0, 08	0, 55
07	Os deslocados estão habituados a sofrer, eles conseguem se virar sozinhos.	-0.06	0, 50
08	É da responsabilidade do governo criar as condições para acolher os deslocados.	0, 37	0, 07
09	As religiões devem se encarregar a cuidar os deslocados.	0, 33	0, 02
10	Já existe o instituto nacional de gestão das calamidades para cuidar dos deslocados.	0, 25	0, 16
11	Os deslocados deveriam permanecer nas suas zonas de origem.	0, 36	-0.01
12	Os problemas nas grandes cidades aumentam com a chegada dos deslocados.	0, 30	0.13
13	Misturar-se com os deslocados só pode aumentar os problemas para o indivíduo que o faz.	0, 46	-0.13
14	Acolher deslocados é criar problemas de ladroagem.	0, 50	-0.09
15	É perigoso acolher os deslocados do terrorismo porque estes convivem	0.10	0.20

com os terroristas.

Alfa de Crobach	0,95
Variância comum explicada	34,1%
Valor próprio	9,97
Número de itens carregados	12

Os itens apresentaram cargas fatoriais adequadas, com cargas fatoriais elevadas em seus respectivos fatores. Não foi encontrado padrão de cargas cruzadas (ou seja, itens com cargas fatoriais acima de 0,30 em mais de um fator). O índice de fidedignidade composta dos fatores também foi adequado (0,65) para quase todos os fatores.

A medida de replicabilidade da estrutura fatorial sugere que nos futuros estudos poderá ser aplicável quatro fatores. É importante destacar que a estrutura fatorial apresentou índices de ajuste adequados ($\chi^2(105) = 1.573,443$; $p < 0,001$; RMSEA=0,050; CFI=0,81; TLI=0,86). Os resultados indicaram não existir diferenças significativas entre as atitudes positivas e negativas frente aos refugiados do terrorismo, embora se verifique uma tendência de manifestação de atitudes negativas frente aos refugiados, por entenderem que alguns refugiados podem manifestar atitudes de violência.

6.3.7. *Análise de correlatos entre atitudes, crenças, traços e valores humanos.*

Nesta análise, assim como no estudo anterior, não foi encontrada qualquer pesquisa empírica na literatura internacional, no Brasil, muito menos em Moçambique, que reportasse alguns dos correlatos potenciais das atitudes frente ao terrorismo, conforme mencionado na fundamentação teórica, que permitisse encontrar um modelo explicativo de tais atitudes. Neste contexto, decidiu-se levantar algumas possibilidades de variáveis antecedentes, partindo deste modo da correlação entre as duas dimensões de atitudes frente ao terrorismo (atitudes positivas e atitudes negativas), traços da personalidade sombria, crenças conspiratórias e as subfunções valorativas.

Na análise fatorial realizada anteriormente e em sua pontuação total, verificaram-se algumas correlações dos construtos usados nesta análise (atitudes, crenças conspiratórias, traços da personalidade sombria e valores humanos). Por meio de uma análise de correlação r de Pearson, foi possível conhecer as relações que estas variáveis estabelecem para explicar as atitudes frente ao terrorismo em Moçambique. Assim, para conhecer o nível de correlações das variáveis, inicialmente, calcularam-se as pontuações totais dos vinte e dois itens da escala de atitudes frente ao terrorismo (positivas e negativas), dos vinte e oito itens da escala de crenças conspiratórias, das seis subfunções valorativas e dos três traços da

personalidade sombria.

Após este procedimento, realizou-se a análise de correlação de Pearson entre as referidas variáveis, expressa através da matriz de correlação entre as mesmas. Os dados da correlação estão detalhados na tabela 15 abaixo. Assim, ao correlacionar as duas dimensões das atitudes (atitudes positivas e atitudes negativas) frente ao terrorismo com as subfunções valorativas, foi possível verificar que a pontuação total da Escala de atitudes se correlacionou positivamente com quatro subfunções valorativas: Experimentação ($r = 0,11$, $p < 0,01$), Interativo ($r = 21$, $p < 0,05$) com atitudes negativas ao terrorismo, resultados que evidenciam a orientação social, necessidades de pertença, amor e afiliação, que refletem a importância de preservar a cultura e as normas convencionais (Maslow, 1954), enquanto que as subfunções de Realização ($r = 0,10$, $p < 0,01$) e Superpessoal ($r = 0,10$, $p < 0,01$) se relacionaram com atitudes positivas ao terrorismo. Estes resultados expressam necessidade de pertença, amor, filiação e necessidade de mudança, inovação (Maslow, 1954).

Os resultados aqui expressos corroboram com os resultados do estudo realizado por Habibe et al. (2017), que indicam que os terroristas em Cabo Delgado, no norte de Moçambique, são filhos locais que reivindicam a marginalização da população local pelo governo moçambicano, necessidade de mudanças, merecendo esse apoio por serem filhos da casa. Por outro lado, ao correlacionar a pontuação total das atitudes com as crenças conspiratórias, verificou-se a correlação positiva com as atitudes positivas ao terrorismo ($r = 0,30$, $p < 0,05$). Entretanto, as crenças conspiratórias correlacionaram-se positivamente com a Psicopatia ($r = 0,114$, $p < 0,01$) e positivamente com as subfunções valorativas Existência ($r = 0,131$, $p < 0,05$), Superpessoal ($r = 0,10$, $p < 0,01$) e Interativo ($r = 0,14$, $p < 0,05$). Igualmente, as atitudes correlacionaram-se com traços da personalidade sombria Narcisismo ($r = 0,15$; $p < 0,05$) e Maquiavelismo ($r = 0,10$; $p < 0,01$) com as atitudes positivas e uma correlação negativa com Maquiavelismo ($r = -0,14$, $p < 0,05$).

Tabela 6. Correlação de atitudes, subfunções valorativas, crenças e traços da personalidade

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1. Atitudes positivas											
2. Atitudes negativas	-0,021										
3. Crenças conspiratórias	0,30**	-0,041									
4. Realização	0,109*	0,094	0,066								
5. Experimentação	0,085	0,117*	-0,007	0,41**							
6. Existência	0,052	0,090	0,13**	0,37**	0,22**						
7. Superpessoal	0,103*	0,057	0,100*	0,36**	0,30**	0,52**					
8. Normativa	0,058	0,041	0,077	0,27**	0,099*	0,51**	0,53**				
9. Interativa	0,071	0,21**	0,14**	0,27**	0,18**	0,44**	0,38**	0,45**			
10. Psicopatia	0,094	-0,064	0,114*	0,052	0,053	0,044	0,016	-0,100*	-0,118*		
11. Maquiavelismo	0,100*	-0,14**	0,042	0,000	0,036	-0,13**	-0,051	-0,13**	-0,16**	0,46**	
12. Narcisismo	0,15**	0,028	0,092	0,22**	0,14**	0,119*	0,078	-0,131	-0,056	0,43**	0,31**

Nota: ** $p < 0,005$; $p < 0$

No que tange às relações das subfunções valorativas com as dimensões dos traços da personalidade sombria, observaram-se que as correlações as subfunções Normativo ($r = -0,10$, $p < 0,01$) e Interativo ($r = -0,11$, $p < 0,01$) com Psicopatia. Do mesmo modo verificou-se relações negativas das subfunções Normativo ($r = -0,13$, $p < 0,05$) e Interativo ($r = -0,16$, $p < 0,05$) com Maquiavelismo.

6.4. Análise da regressão

Para identificar quais variáveis melhor explicam as atitudes frente ao terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique, foram realizadas duas análises de regressão hierárquica (Enter). Na primeira análise, considerou-se a variável atitudes positivas frente ao terrorismo como variável dependente (VD), e na segunda análise, considerou-se a variável atitudes negativas frente ao terrorismo como VD. Ambas as análises seguiram o seguinte modelo de três passos: no primeiro passo, foram inseridas as crenças conspiratórias; no segundo passo, foram inseridos os valores humanos (subfunções); e no terceiro passo, foram acrescentados os traços da personalidade sombria.

Na regressão hierárquica, tendo como VD as atitudes positivas frente ao terrorismo, verificou-se que no primeiro passo, onde apenas a variável crenças tinha um poder explicativo de 11% do comportamento favorável ao terrorismo ($F(1; 403) = 53,702$, $p < 0,01$, $R^2 = 0,11$). Já no segundo passo, quando os valores passaram a ser considerados, o poder de explicação dos valores humanos em conjunto com as crenças conspiratórias foi de 13% ($F(6; 397) = 1.564$, $p < 0,01$, $R^2 = 0,13$). E no último passo, quando acrescidos os traços sombrios de personalidade, o poder explicativo para uma atitude positiva frente ao terrorismo foi de 15% ($F(3; 394) = 1.821$, $p < 0,01$, $R^2 = 0,15$). Vale ressaltar que o acréscimo foi significativo em todos os passos realizados.

As variáveis que melhor explicaram as atitudes positivas frente ao terrorismo na amostra de Moçambique no modelo final foram as crenças conspiratórias ($\beta = 0,32$; $t = 6,97$; $p < 0,01$).

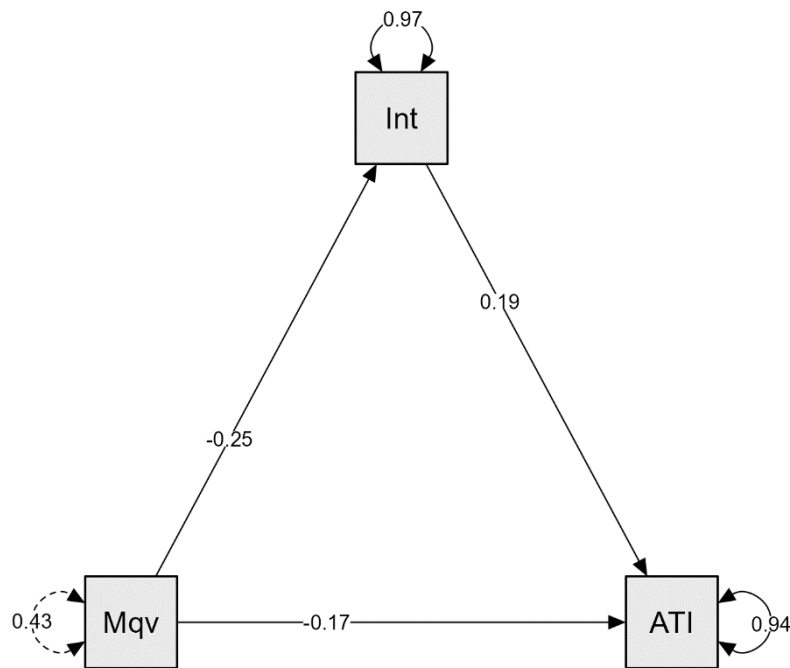
Já na segunda regressão hierárquica, levando em conta as atitudes negativas frente ao terrorismo como VD, foi observado que apenas dois passos foram passíveis de mensuração, uma vez que as crenças conspiratórias não foram significativas para a explicação da VD. Sendo assim, no segundo passo, onde os valores humanos foram considerados como variável independente, o poder explicativo foi de 6% ($F(1; 397) = 4.172$, $p < 0,01$, $R^2 = 0,6$). No último passo, quando os traços de personalidade foram considerados em conjunto com os valores humanos, o poder de explicação para as atitudes negativas frente ao terrorismo foi de 7% ($F(3; 394) = 2.528$, $p < 0,01$, $R^2 = 0,7$).

As variáveis que melhor explicaram as atitudes negativas frente ao terrorismo foram a subfunção valorativa interativa ($\beta = 0,22$; $t = 3,88$; $p < 0,01$) e o traço de personalidade maquiavelismo ($\beta = -0,13$; $t = -2,39$; $p < 0,05$).

6.4.1. Modelo de mediação

A partir dos resultados, testou-se um modelo de mediação com as atitudes negativas como variável dependente, o traço de maquiavelismo como variável independente e a subfunção interativa como variável mediadora. Com a inclusão da variável mediadora (interativa) na relação direta entre maquiavelismo e atitudes negativas, verifica-se um efeito indireto ($\beta = -0,22$; $p = 0,01$), estatisticamente significativo, sugerindo mediação, com efeito total estatisticamente significativo ($\beta = -0,13$; $p = 0,01$), explicando 7%, e visualizado na figura 3 a seguir.

Figura 13-Modelo de mediação das atitudes negativas



6.4.2. Discussão parcial

O objetivo principal do presente estudo foi buscar o conhecimento sobre o papel que as crenças conspiratórias, os valores humanos e os traços de personalidade sombria exercem na explicação das atitudes frente ao terrorismo em Moçambique, usando como base as Teorias Conspiratórias (Swami *et al.*, 2014), a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (Gouveia, 2016) e os Traços da Personalidade Sombria (Gouveia *et al.*, 2016; Medeiros *et al.*, 2017). Assim, os principais resultados encontrados são discutidos na vertente de correlação entre crenças conspiratórias, valores humanos e traços da personalidade sombria.

As atitudes positivas frente ao terrorismo foram explicadas pelas crenças conspiratórias. De acordo com a literatura, as crenças conspiratórias podem influenciar as ações dos indivíduos por representarem eventos secretamente manipulados nos bastidores por forças poderosas existentes, que por vezes podem ser perigosas. Isso pode levar à descrença nos conhecimentos médicos e científicos, ao desengajamento político e até à violência (Swami & Furnham, 2012). As crenças conspiratórias explicam as atitudes positivas frente ao terrorismo porque estão associadas à criação de uma explicação fantasiosa para um fato, normalmente baseada em um juízo que contraria a versão oficial (e politicamente correta) desse mesmo acontecimento atual ou do passado (Sapountzis & Condor, 2013). Peter (2000) afirma que as crenças conspiratórias são especulações

imaginativas sobre a existência de um grupo secreto nos bastidores que manipula astutamente os acontecimentos. Segundo o autor, as pessoas que acreditam em crenças em teorias conspiratórias criam uma narrativa que promete atribuir sentido a eventos que de outro modo seriam aleatórios, tornando-os parte de um enredo vasto e abrangente, como é o caso do terrorismo.

Quanto às atitudes negativas frente ao terrorismo, foram encontradas apenas duas variáveis que as explicaram: a subfunção Interativa e o traço da personalidade sombria Maquiavelismo, esta última de forma negativa. Quanto mais cresce o maquiavelismo, menos atitudes negativas a pessoa tem.

A subfunção valorativa Interativa explicou as atitudes negativas frente ao terrorismo porque, de acordo com a literatura, essa subfunção está associada à afiliação e faz as pessoas se ligarem umas às outras. Tem uma orientação social e representa cognitivamente as necessidades de pertença e amor (Maslow, 1954), com foco no estabelecimento e na manutenção de relações interpessoais. Os indivíduos que adotam essa função como princípio-guia na vida desenvolvem atitudes para a construção de família, apoio social e vivência afetiva, sempre longe de atitudes de violência, como os grupos terroristas extremistas.

O traço da personalidade sombria, maquiavelismo, explica as atitudes negativas de forma negativa porque, quando o maquiavelismo cresce, a pessoa menos se afilia aos grupos terroristas. De acordo com a literatura, as pessoas maquiavélicas estão mais próximas umas das outras e mais próximas dos políticos. Christie e Geis (1970) afirmam que os indivíduos maquiavélicos tendem a ter uma relativa ausência de afeto nas relações interpessoais, não apresentam preocupação com a moral convencional, embora não sejam necessariamente imorais, e demonstram baixo comprometimento ideológico.

O terrorismo, atualmente, é percebido como uma ameaça à paz e à segurança internacional, principalmente devido à globalização desse fenômeno, que assume caráter transnacional tanto na organização quanto na atuação. As atividades terroristas exigem, portanto, soluções que devem ser empreendidas por nações e organismos multilaterais, por meio de acordos internacionais.

O Brasil, embora não seja alvo específico da ação de grupos terroristas, não está livre da ocorrência de atentados terroristas em seu território ou dos efeitos sociais, políticos e econômicos de atentados em outros países. O terrorismo consiste na prática, por um ou mais indivíduos, de atos violentos por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo as pessoas, o patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública (Lima, 2008).

As preocupações com o terrorismo no território brasileiro, no entanto, não se restringem à atuação de organizações terroristas formais ou publicamente estabelecidas. Também envolvem ameaças provenientes de potenciais atos de violência com motivação política, religiosa, ideológica e étnica que apresentem propósito de geração de pânico, terror e sensação de insegurança na sociedade brasileira. Mesmo que no território brasileiro não tenham ocorrido até o presente, incidentes de terrorismo, os esforços estão sendo desenvolvidos para integrar-se a uma estrutura internacional para enfrentar o terrorismo e seu impacto nos cidadãos e na sociedade como um todo (Bitencourt, 2015).

A princípio, o Brasil, sendo um país dedicado à paz e à integração multirracial, não dava atenção especial ao terrorismo. No entanto, após os ataques de 11 de setembro sofridos pelos Estados Unidos da América (EUA), a vulnerabilidade ao terrorismo de qualquer país ficou demonstrada: seja através de ataques a governos estabelecidos, seja através de ações persistentes e repetidas de menor intensidade, o terrorismo ameaça a segurança pública e a estabilidade social, gerando atitudes desviantes, intranquilidade e produzindo igualmente grandes tragédias coletivas e individuais (Bitencourt, 2015). Assim, de acordo com Bitencourt (2015), o Brasil tem procurado defender a ampliação da rede de convenções que tratem de aspectos específicos do terrorismo.

Segundo Bitencourt (2015), a perplexidade causada pela violência de 11 de setembro nos Estados Unidos da América (EUA) despertou a preocupação brasileira com a

necessidade de adotar iniciativas de prevenção ao terrorismo no âmbito nacional, como por exemplo, o controle mais rigoroso dos aeroportos do país, fiscalização das operações financeiras que possam estar ligadas ao terrorismo e a vigilância contra a hipotética presença de pessoas vinculadas a atividades terroristas no território brasileiro.

Por sua vez, Pacheco, Presidente do Senado do Brasil, disse durante uma entrevista sobre os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 em Brasília que no Brasil não há espaço para atos análogos ao terrorismo. Segundo Pacheco, o Brasil tem como desafio buscar a reconciliação e o retorno a um ambiente de equilíbrio e ponderação, afirmando que, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 13260/2016, de 16 de março, é considerado terrorismo apenas as práticas violentas motivadas por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidas com a finalidade de provocar terror social, expondo a perigo pessoas, patrimônio, a paz pública ou incolumidade pública.

Nesse sentido, pode-se dizer que foram relativamente poucos os atos terroristas consolidados na história do Brasil. Neto (2014), por exemplo, ao estudar o terrorismo brasileiro, afirma que o tema do terrorismo se restringe ao período do Regime Militar, quando qualquer resistência ao governo era tratada como um ato terrorista e combatida por meio da repressão. Todavia, segundo Neto (2014), houve alguns movimentos que, de alguma ótica, podem ser incluídos na história do terrorismo brasileiro, como por exemplo, o pouco conhecido grupo japonês Shindo Renmei. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, um grupo de imigrantes japoneses espalhava boatos negando que o Japão havia sido derrotado na Segunda Guerra Mundial. A crença dos integrantes do Shindo Renmei nessa versão da realidade era tão forte que eles matavam outros japoneses imigrantes que dissessem a verdade.

Após o período militar, outros atentados ocorreram no Brasil, como o Massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, quando a Polícia Militar do Estado de São Paulo matou 111 pessoas, entre presos e detentos, na Casa de Detenção de São Paulo durante uma rebelião, uma atitude considerada cruel.

Em 2006, houve uma onda de atentados no Brasil, conhecida como "Atos de Violência Organizada de 2006", quando integrantes da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), após a transferência do preso chefe do grupo, conhecido por Marcola, deram início ao maior atentado contra as forças de segurança pública do Estado de

São Paulo, deixando mais de 20 mortos. Sob alguma ótica, outros acontecimentos podem ser inclusos na história do terrorismo brasileiro, como o fato de um grupo de pessoas vestidas de preto e encapuzadas terem sido vistas promovendo violência e vandalismo em meio às manifestações ocorridas em 2013, em várias partes do Brasil, sendo intitulado de *black blocs*, devido ao fato dos integrantes utilizarem a estratégia de manifestação.

O caso isolado de terrorismo internacional ocorrido no Brasil é relativamente recente, quando houve a atuação de uma célula do ISIS no Brasil, uma organização criminosa detida pela Polícia Federal ainda durante a fase de planejamento dos atos. Todavia, assim como a democratização do acesso à internet condicionou, por meio do globalismo, o primeiro caso de terrorismo internacional no Brasil envolvendo o ISIS, que trouxe mudanças na forma que os movimentos sociais se constituem. Como marco dessa nova era da luta por direitos, temos a recente e histórica Primavera Árabe que foi organizada pela internet e inspirou manifestações no Brasil. Assim, este estudo objetiva verificar a relação entre as crenças conspiratórias, traços sombrios da personalidade e valores humanos na explicação das atitudes frente ao terrorismo no Brasil, identificar os tipos de correlatos dos valores humanos, traços sombrios da personalidade e crenças conspiratórias relacionados com atitudes frente ao terrorismo no Brasil e identificar os principais traços sombrios da personalidade e valores humanos relacionados com atitudes frente ao terrorismo.

6.3.1. Método

É um estudo de natureza básica, com objetivo descritivo, de abordagem quantitativa, realizado por meio de uma pesquisa de levantamento, enquadrado no plano de *ex post facto*.

6.3.1.1. Participantes

Participaram na pesquisa 365 pessoas, dentre eles, estudantes de diferentes cursos da Universidade Federal da Paraíba, com a idade que varia entre 18 a 63 anos, tendo idade média de 25 anos (DP=7,52). A maioria indicou ser do sexo feminino (61,4%). A pesquisa indicou ainda que a maioria dos participantes frequentam o programa pós-graduação (62,2%). Estes foram selecionados por técnicas de amostragem não probabilística, segundo conveniência do pesquisador, considerando como critérios de inclusão ter ao menos 18 anos de idade e concordar em participar voluntariamente do estudo.

6-3-1.2. Instrumentos

Os participantes da pesquisa foram solicitados a responderem um livreto contendo os seguintes instrumentos:

Os participantes da pesquisa foram solicitados a responderem um livreto contendo os seguintes instrumentos:

- ✓ **Questionário de Valores Básicos (QVB):** elaborado por Gouveia (1998; 2003; 2008). Este questionário é composto por 18 itens ou valores específicos que são respondidos em uma escala tipo Libert de sete pontos, apresentando como pontos extremos: 1 (Totalmente não importante) a 7 (Extremamente Importante), onde o sujeito é orientado a pontuar os itens, tendo em conta o grau de importância que este tem como um princípio que guia a sua vida (Gouveia, 2012). Estes valores são distribuídos em seis subfunções valorativas: experimentação, realização, existência, suprapessoal, interativa e normativa. (Anexo VI).
- ✓ **Questionários de atitudes frente ao terrorismo:** adotado a partir da *Escala de Atitudes Thurstone (1929)*. A partir da escala de atitudes de Thurstone, foram retirados os itens utilizados neste questionário por se tratarem de itens usados para medir atitudes gerais. É composta por 22 itens, tendo sido respondidos em uma escala do *Likert* de cinco pontos com os extremos, variando de 1 (Discordo) a 5 (Concordo), onde os participantes foram solicitados para marcarem com X na resposta que mais se aproxima do que eles sentem ou pensam, de acordo com os pontos na escala (anexo VII)
- ✓ **Questionário sobre as crenças conspiratórias/escala de crenças conspiratórias (ECGC):** construída por Brotherton et al. (2013) e composta por 39 itens. A partir desta escala foi retirados 26 itens e respondidos em uma escala do *Likert* de cinco pontos com os extremos, variando de 1 (Discordo) a 5 (Concordo), onde os participantes foram solicitados para marcarem com X na resposta que mais se aproxima do que eles sentem ou pensam, segundo a escala (anexo VIII).
- ✓ **Questionário de atitudes frente aos refugiados,** trata-se de um questionário adaptado da escala *portrait valius questionnaire* (Schwartz, 2001) a fim de estudar o sistema de valores pessoais que permite o acesso a valores motivacionais na manutenção ou não dos valores pessoais. É composto por 15 itens respondidos em uma escala do *Likert* de cinco pontos com os extremos, variando de 1 (Discordo) a 5 (Concordo), onde os participantes foram solicitados para marcarem com X na resposta que mais se aproxima do que eles sentem ou pensam, segundo a escala.

- ✓ **Questionário sobre a personalidade sombria:** foi elaborado por Jonason e Webster (2010) e adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia et al., (2016). Tal medida é composta por 12 itens, (e.g., “Eu tendo a ser insensível ou indiferente”; “Costumo manipular os outros para conseguir o que quero”), distribuídos equitativamente em três fatores que avaliam maquiavelismo e as formas subclínicas de psicopatia e narcisismo. Respondido por meio de uma escala *likert* de 5 pontos, no qual os participantes devem indicar o quanto concordam ou discordam (1=Não me descreve; 5= descreve-me totalmente) com os itens propostos.
- ✓ Ainda, os participantes da pesquisa foram solicitados a responderem as perguntas demográficas no fim do livreto, onde constam um conjunto de questões que visa caracterizar o perfil social e demográfico dos participantes, essas informações dizem respeito a idade, sexo, escolaridade, religião, naturalidade, nacionalidade e ocupação (anexo IX).

6.3.1.3. Procedimentos

A pesquisa foi realizada por diversos colaboradores na Universidade Federal da Paraíba, na cidade de João Pessoa devidamente esclarecidos, em diversas salas de aulas e em ambientes abertos. Aplicação dos questionários ocorreu de maneira distinta, conforme o *locus* das pesquisas nas instituições de ensino. A coleta dos dados aconteceu coletivamente nas salas de aulas, porém, as respostas eram individuais. Para os funcionários e servidores públicos, os questionários foram aplicados nos seus locais de trabalho.

Garantiu-se o caráter anônimo e voluntário da participação, bem como foi assegurado o direito de desistência sem quaisquer consequências aos participantes, aos quais foi requerido que assinassem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com a resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), permitindo a utilização dos dados obtidos em produções acadêmicas posteriores. Este estudo conta com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 62441722.0.0000.5188) do Centro de Ciências de Saúde da Universidade Federal da Paraíba, CCS/UFPB.

6.3.2. Aspectos éticos

A participação voluntária, o anonimato e a confidencialidade das respostas dos participantes foram assegurados verbalmente e por meio de um termo de consentimento livre e esclarecido, segundo regulamenta a Resolução CNS nº 510/16 (Brasil, 2016). Informou-se, na oportunidade, que danos imateriais não eram previstos na condução deste estudo.

Contudo, os pesquisadores estavam à disposição dos respondentes para serviço de escuta psicológica, caso estes se sentissem desconfortáveis com o conteúdo dos itens. Dessa forma, o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com parecer CAAE nº 62441722.0.0000.5188 do Centro de Ciências de Saúde da Universidade Federal da Paraíba-CCS/UFPB (ver Anexo V).

6.3.3. *Análise de dados*

O Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), em sua versão 25, foi utilizado para tabular e realizar as análises dos dados. Também foram utilizadas estatísticas descritivas para caracterizar o perfil dos participantes do estudo. A análise de resultados está dividida em três partes, de acordo com os instrumentos usados neste estudo.

a) Análise de dados da escala de atitude frente ao terrorismo

Para análise estatística dos dados, foi utilizada a Análise Fatorial Exploratória (AFE), por meio do programa FACTOR, com o objetivo de avaliar a estrutura fatorial da escala de Atitudes Frente ao Terrorismo Brasil. A análise foi implementada usando uma matriz policórica e o método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (DWLS) (Asparouhov & Muthen, 2010).

A decisão sobre o número de fatores a serem retidos foi realizada por meio da técnica da análise paralela com permutação aleatória dos dados observados (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011), e a rotação utilizada foi a Robust Promin (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019). Primeiramente, foi testada a possibilidade de unidimensionalidade da escala, e essa hipótese foi descartada devido aos valores do I-Único (0,69), uma vez que a literatura sugere que o valor unidimensional dos dados só pode ser tratado como unidimensional se for maior que 0,95 (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). A análise fatorial dos dados demonstrou que dos 18 itens originais da escala, 16 itens carregaram de forma satisfatória (acima de 0,30) (Brown, 2021).

A adequação do modelo foi avaliada por meio dos índices de ajuste *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI). De acordo com a literatura (Brown, 2006), os valores de RMSEA devem ser menores que 0,08, e os valores de CFI e TLI devem ser acima de 0,90 ou preferencialmente 0,95. A análise dos dados indicou RMSEA (0,074), CFI (0,93) e TLI (0,91), sendo os valores de CFI e TLI considerados excelentes (CFI=0,93 e TLI=0,91).

A estabilidade dos fatores foi avaliada por meio do índice H (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). O índice H avalia o quão bem o conjunto de itens representa um fator comum (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Os valores de H variam de 0 a 1. Valores altos de H (> 0,80) sugerem uma variável latente bem definida, que é mais provável que seja estável em diferentes estudos. Valores baixos de H sugerem uma variável latente mal definida e provavelmente instável entre diferentes estudos (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Neste contexto, na escala de atitudes frente ao terrorismo do presente estudo, a variável é considerada adequada, pois o valor de H é 0,87.

6.3. 3. 1. Resultados

O teste de KMO foi igual a 0,76 e sugeriu a interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. A análise paralela sugeriu dois fatores como os mais representativos dos dados, de acordo com a Tabela 1 abaixo.

Tabela 7- Análise Paralela (PA) baseada na Análise Fatorial de ordem mínima,

Variavel	Dados reais % da variância	Média do Aleatório % da variância	95% do Aleatório % da variância
01	32.68*	11.26	12.63
02	14.95*	10.26	11.26
03	9.48	9.56	10.45
04	7.26	8.88	9.62
05	6.21	8.26	8.94
06	5.04	7.66	8.25
07	4.92	7.04	7.56
08	4.16	6.45	6.96
09	3.81	5.86	6.38
10	2.71	5.24	5.80
11	2.47	4.64	5.25
12	1.84	4.05	4.69
13	1,57	3.44	4.16
14	1.30	2.81	3.56
15	0.90	2.18	2.96
16	0.47	1.51	2.23
17	0.15	0.81	1.53
18	0.1437	0.75	1.20

* Número aconselhado de dimensões.

NOTA: O número de fatores a ser retido é por apresentarem dados reais e uma percentagem de variância explicada maior do que os dados aleatórios.

As cargas fatoriais dos itens podem ser observadas na Tabela 7, onde são reportados índices de fidedignidade composta, bem como estimativas de replicabilidade dos escores fatoriais (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Assim, a análise fatorial demonstrou que dos 18 itens originais da escala, 16 itens carregaram de forma satisfatória (acima de 0,30) (Brown, 2021), conforme a tabela abaixo.

Tabela 8: Itens adaptados e estrutura fatorial com as discriminações da escala (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019)

Itens	AFE		
	F1	F2	h ²
17. O terrorismo é o tipo mais desprezível de violência, devendo ser condenado.	0,48	0,81	0,73
16. O terrorismo é uma forma irracional de enfrentar os problemas nacionais	0,48	0,76	0,55
13. O terrorismo surgiu para punir o governo que se afastando da população local	0,73	0,39	0,49
18. O terrorismo é o crime mais hediondo de nosso tempo.	0,65	0,70	0,56
12. As ações de terrorismo visam preservar recursos naturais.	0,69	0,19	0,68
07. As ações do terrorismo resultam de interesses nacionais. Internacionais que buscam os benefícios de recursos locais.	0,69	-0,36	0,34
08. As ações do terrorismo resultam de interesses nacionais.	0,61	0,01	0,31
09. As ações de terrorismo estão ligadas aos movimentos de radicais,	0,31	0,61	0,30
05. Quando não se vivem melhorias de infraestruturas sociais (e.g, escolas e hospitais) tem lugar o terrorismo.	0,60	-0,19	0,33
06. As ações de terrorismo poderão chamar atenção do governo para cuidar da população carente.	0,59	0,29	0,37
15. O terrorismo não pode ser justificado.	0,40	0,59	0,44
11. O terrorismo trará vantagens socioeconômicas.	0,58	-0,52	0,55
03. O terrorismo surge como uma forma de reivindicações as explorações de governo.	0,57	0,36	0,40
04. Quando as riquezas não são usufruídas pela população, o terrorismo são uma solução justificável.	0,49	0,06	0,45
10. Os grupos de jovens radicais são uma fonte da propagação do terrorismo,	0,28	0,48	0,19
14. O terrorismo surge como um qualquer fenômeno que poderia surgir.	0,42	0,31	0,14

F1-attitudes positivas; F2-attitudes negativas

Os itens apresentaram cargas fatoriais excelentes e elevadas em seus respectivos fatores. Foi encontrado um padrão de cargas cruzadas, ou seja, itens com cargas fatoriais acima de 0,30 em um fator (itens 7). O índice de fidedignidade composta dos fatores também foi adequado (0,69). É importante destacar que a estrutura fatorial apresentou índices de ajuste adequados ($\chi^2(105) = 2733,4$; $p < 0,001$; RMSEA = 0,87; CFI = 0,93; TLI = 0,91), apresentando os dois fatores conforme segue.

O fator 1 - representa atitudes positivas frente ao terrorismo e é composto por 10 itens (3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13 e 14), que apresentaram cargas fatoriais elevadas em seus respectivos fatores, com saturação mínima de 0,42 (item 14 - O terrorismo surge como um fenômeno que poderia surgir) e máxima de 0,73 (item 13 - O terrorismo surgiu para punir o governo que se afasta da população local). Este fator é formado por itens que apontam as ações terroristas como sendo atos para a resolução dos problemas relacionados à pilhagem dos recursos naturais dos países e à transparência na governança.

O fator 2 - representa as atitudes negativas frente ao terrorismo, reunindo 6 itens (9, 10, 15, 16, 17 e 18), cujas cargas fatoriais são elevadas em seus respectivos fatores, com saturação mínima de 0,48 (item 10 - Os grupos de jovens radicais são uma fonte da propagação do terrorismo) e máxima de 0,81 (item 17 - O terrorismo é o tipo mais desprezível de violência, devendo ser condenado). Este fator é composto por itens que definem as ações terroristas como medidas cruéis, injustificáveis e condenáveis.

b) Análise de dados da escala de crenças conspiratórias

Os dados da escala de crenças conspiratórias foram analisados pelo programa Factor para executar a Análise Fatorial Exploratória (AFE) com o objetivo de avaliar a estrutura fatorial da escala (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2016) e pelo software SPSS, versão 25, para tabulação da análise descritiva. A análise foi implementada utilizando uma matriz policórica e o método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (DWLS) (Asparouhov & Muthen, 2010), com o auxílio do método HULL (método do casco para selecionar o número de fatores comuns) para retenção de fatores e a permutação aleatória dos dados observados (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011), além da rotação Robust Promin (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019c).

O mesmo programa foi utilizado para verificar a consistência interna da escala por meio do cálculo do coeficiente alfa de Cronbach, testando primeiro a possibilidade da unidimensionalidade da escala, hipótese descartada pelos valores do I-Único (0,83), uma vez que a literatura sugere que o valor unidimensional dos dados só pode ser tratado como unidimensional se for maior que 0,95 (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Assim, a análise fatorial dos dados demonstrou que dos 26 itens originais da escala, 24 itens carregaram de forma satisfatória (acima de 0,30), (Brown, 2021).

A adequação do modelo foi avaliada por meio dos índices de ajuste *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI). De acordo com a literatura (Brown, 2006), valores de RMSEA devem ser menores que 0,08, e valores de CFI e TLI devem ser acima de 0,90 ou preferencialmente 0,95. A análise dos dados indicou RMSEA (0,096), CFI (0,93) e TLI (0,92). Assim, como se pode observar, os valores de CFI e TLI apresentaram uma estrutura fatorial considerada adequada (CFI=0,93) e (TLI= 0,92).

A estabilidade dos fatores foi avaliada por meio do índice H (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). O índice H avalia quão bem o conjunto de itens representa um fator comum (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Os valores H variam de 0 a 1. Valores altos de H (> 0,80) sugerem uma variável latente bem definida, que é mais provável que seja estável em diferentes estudos. Valores baixos de H sugerem uma variável latente mal definida, e provavelmente instável entre diferentes estudos (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Neste contexto, na escala de crenças conspiratórias do presente estudo, temos variáveis adequadas, pois o valor de H é 0,96.

6.3.5. Resultados

Buscando alcançar os objetivos traçados, primeiramente, conferiu-se a adequação dos dados à análise fatorial por meio do teste de KMO e do teste de esfericidade de Bartlett. Assim, o teste de KMO forneceu o valor de 0,87, considerado excelente (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018), e sugeriu interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. A análise do método HULL sugeriu apenas um fator como sendo o mais representativo dos dados, revelando que os itens 3 e 6 apresentaram cargas fatoriais abaixo de 0,30, ou seja, inferiores ao ponto de corte sugerido, optando-se, assim, pela exclusão destes itens.

As cargas fatoriais dos itens podem ser observadas na tabela 17. Também são reportados os índices de Fidedignidade composta, bem como estimativas de replicabilidade dos escores fatoriais (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Assim, a análise fatorial demonstrou

que dos 28 itens originais da escala, 21 itens carregaram de forma satisfatória (acima de 0,30) (Brown, 2021).

Tabela 9. Matriz de cargas fatoriais e comunalidades (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019b)

Itens	Carga fatorial	h²	a
01 -As ações do terrorismo são de interesse de certos Governos.	0,45	0,20	1,47
02 – Certos govrrnosestão secretamente envolvidos no terrorismo.	0,60	0,36	1,06
04- Grupos de empresários financiam as ações terriristas	0,49	0,24	0,59
05 – Grupos anônimoscontrolam o terrorismo.	0,34	0,12	0,53
07 – O terrorismo é resultado de atividade de grupos que secretamenteincentivam as ações terroristas..	0,37	0,14	0,23
8- .Acerca do terrorismo, alguns gover escondem da popula geral muitos segredos importantes.	0,55	0,31	0,10
09 – Diversas informações sobre o terrorismo são escondidas da população por interesses egoistas.	0,67	0,46	0,05
10 – Evidencias de contato de certas persoinalidades com terroristas são escondidas de cidadãos.	0,65	0,43	0,01
11 – Agências Não-Governamentais financiam as ações terroristas.	0,46	0,21	0,04
12 – Muitas informações sobre o terrorismo e o seu tratamento são escondidas dos cidadãos.	0,44	0,19	-0,08
13 – Experiências envolvendo novas ações terroristas são realizadas em cidadãos sem o seu consentimento.	0,48	0,23	-0,16
14 - Experiências envolvendo novas ações terroristas são realizadas em cidadãos sem o seu consentimento.	0,61	0,37	-0,20
15 - Evidências de contato de certas personalidades com terroristas são escondidas dos cidadãos.	0,68	0,46	-0,22
16 - Muitas informações sobre o terrorismo e seu tratamento são escondidas dos cidadãos.	0,72	0,52	-0,23
17 - Certas figuras públicas simulam sua própria morte para escapar das ações terroristas.	0,75	0,57	-0,26
18 - A mídia permite que apenas algumas informações sobre o terrorismo sejam divulgadas para os cidadãos.	0,62	0,39	-0,28
19 - As chefias militares estão envolvidas nas ações terroristas em certos países..	0,63	0,40	-0,42
20 Existem esforços ocultos para marginalizar e controlar os grupos de pessoas provenientes das regiões do terrorismo.	0,52	0,27	-0,42
21 – Certas fifuras públicas simulam a sua prória morte para escaparem das ações terroristas.	0,58	0,36	-0,48
22 – Os governos deliberadamente permitem que as ações terroristas ocorram nos seus pa´ses para causar medo daspopulações.	0,54	0,29	-0,52
23 - Os fatores como contrle e posse de terra,podem ser motivo do a do terrorismo.	0,52	0,27	-0,61
24. Alguns países produtores de petroleo e gás no mundo financiam o terrorismo.	0,48	0,23	-0,48
Alfa de Crobach	0,93		
Variância comum explicada	31,2%		
Valor próprio	9,91		
Número de itens carregados	24		

A tabela 9 exibe uma estrutura unifatorial composta por 24 itens, com cargas fatoriais que variam entre 0,34 (item 5 - Grupos anônimos controlam o terrorismo) e 0,75 (item 17 - Certas figuras públicas simulam sua própria morte para escapar das ações terroristas), explicando 31,2% da variância total e com uma consistência interna de 0,93, sendo este indicador considerado excelente (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Estes itens reportam narrativas conspiratórias de que o terrorismo surge como consequência de vários fatores, desde o surgimento de movimentos reivindicativos de certas políticas governamentais até desigualdades sociais, pobreza, desemprego, etc.

a) Análise de dados da escala de atitudes frente aos refugiados

Para a análise de dados da escala de atitudes frente aos refugiados, foi igualmente utilizada a Análise Fatorial Exploratória (AFE), por meio do programa FACTOR, com o objetivo de avaliar a estrutura fatorial da escala no Brasil. A análise foi implementada utilizando uma matriz policórica e o método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (DWLS) (Asparouhov & Muthen, 2010).

A decisão sobre o número de fatores a serem definidos foi realizada por meio da técnica da análise paralela com permutação aleatória dos dados observados (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011) e a rotação Robust Promin (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019c). Testando inicialmente a possibilidade da unidimensionalidade da escala, hipótese essa que foi descartada pelo valor do I-Único (0,80), uma vez que a literatura sugere que o valor unidimensional dos dados só pode ser tratado como unidimensional se for maior que 0,95 (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018).

A análise fatorial dos dados demonstrou que dos 14 itens originais da escala, 12 itens carregaram de forma satisfatória, portanto, acima de 0,30, de acordo com Brown (2021). A adequação do modelo foi avaliada por meio dos índices de ajuste *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), *Comparative Fit Index* (CFI) e Tucker-Lewis Index (TLI).

De acordo com a literatura (Brown, 2006), valores de RMSEA devem ser menores que 0,08, e valores de CFI e TLI devem ser acima de 0,90 ou preferencialmente 0,95. Neste contexto, a análise dos dados indicou RMSEA (0,054), CFI (0,96) e TLI (0,894). Tendo em conta que os valores de RMSEA devem ser menores que 0,08 e que CFI e TLI devem ser superiores a 0,90, os dados registrados apresentaram uma estrutura fatorial excelente (CFI=0,96) e (TLI=0,94).

A estabilidade dos fatores foi avaliada por meio do índice H (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). O índice H avalia quão bem um conjunto de itens representa um fator comum,

cujos valores variam de 0 a 1. Valores altos de H ($> 0,80$) sugerem uma variável latente bem definida, que é mais provável que seja estável em diferentes estudos, enquanto valores baixos de H sugerem uma variável latente mal definida e provavelmente instável entre diferentes estudos (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Neste contexto, a escala apresentou um valor adequado de H, que é 0,80.

6.3.6. Resultados da escala

Com objetivo de alcançar os resultados traçados, conferiu-se a adequação dos dados da análise fatorial por meio do KMO) e do teste de esfericidade de *Bartlett*, tendo o KMO fornecido o valor de 0,83 e o teste de esfericidade de Bartlett $X^2(105) = 1.504,9$, $p < 0,001$, sugendo interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. A análise paralela aplicada sugeriu dois fatores como sendo os mais representativos dos dados da escala de atitudes frente aos refugiados do terrorismo), de acordo com a tabela 10 abaixo.

Tabela 10. Análise Paralela (PA) baseada na Análise Fatorial de ordem mínima, (Timmeran & Lorenzo – Seva, 2011)

Var/it	Dados reais % da variância	Média do Aleatória % da variância	95% do Aleatório % da variância
01	31.36*	14.51	16.80
02	18.86*	13.16	15.04
03	10.18	11.93	13.31
04	7.58	10.81	1.198
05	5.90	9.76	10.79
06	5.41	8.66	9.63
07	4.66	7.61	8.63
08	4.11	6.56	8.39
09	3.93	5.54	7,63
10	3.39	4.46	6.70
11	2.71	3.39	5.70
12	1.29	2.33	4.54
13	0.12	1.22	3.58
14	0.11	1.01	2.18

* Número aconselhado de dimensões quando a média é considerada: 2

O número de fatores a ser retido é dois, pois os dois fatores dos dados reais apresentam uma percentagem de variância explicada maior do que os dados aleatórios. As cargas fatoriais dos itens podem ser observadas na tabela abaixo. Também são reportados os índices de Fidedignidade composta, bem como as estimativas de replicabilidade dos escores fatoriais (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018). Assim, a análise fatorial demonstrou que dos 14

itens originais da escala, 12 itens carregaram de forma satisfatória (acima de 0,30) (Brown, 2021), conforme a tabela a seguir:

Tabela 11. Matriz carregamento rotada (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019b)

N/0	Variáveis/itens	F1	F2
01	Eu posso acolher os refugiados do terrorismo porque eles não são culpados por isso.	-0,13	0, 70
02	Os refugiados são pessoas como eu, por isso posso partilhar os seus sofrimentos comigo.	0,07	0, 68
03	O pouco com Deus é muito, por isso posso partilhar a minha comida com os refugiados..	0,07	0, 54
04	Devemos conviver com os drefugiadoss do terrorismo porque eles são os nossos irmãos.	0,00	0, 76
05	Hoje são eles os refugiados a solicitar ajuda, amanhã posso ser eu.	-0, 48	0,25
06	Mesmo tendo espaço para acolher os refugiados, eu não aceitaria acolhê-los.	0,28	-0,16
07	Os refugiados estão habituados a sofrer, eles conseguem se virar sozinhos.	0,37	-0,04
0 8	É da responsabilidade do governo criar as condições para acolher os refugiados.	-0, 37	0,02
09	As religiões devem se encarregar a cuidar os refugiados.	0,06	0,12
10	Os refugiados deveriam permanecer nas suas nações de oeigem..	0, 56	-0,03
11	Os problemas nas grandes cidades aumentam com a chegada de refugiados..	0, 31	-0,12
12	Misturar-se com os refugiados só pode aumentar os problemas para o indivíduo que o faz..	0, 80	0,05.
13	Acolher os refugiados é criar problemas de roubalheira.	0, 85	0,10
14	É perioso acolher os refugiados do terrorismo porque eles convivem com os terroristas.	0, 82	-0,00
Alfa de Crobach		0,90	
Variância comum explicada		28,7%	
Valor próprio		8,95	
Número de itens carregados		12	

Nota: F1=atitudes negativas; F2= atitudes positivas

F1 - Representa atitudes negativas frente aos refugiados do terrorismo, reunindo os 8 itens (5, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14), cujas cargas fatoriais são elevadas em seus respectivos fatores, com saturação mínima -0,37 (item 8 - É da responsabilidade do governo criar as condições para acolher os refugiados) e máxima 0,85 (item 13 - Acolher os refugiados é criar problemas de roubalheira). Este fator é composto por itens que exploram a possibilidade de os refugiados serem colaboradores dos terroristas, apresentando algumas cargas fatoriais negativas, significando que mesmo concordando que não colaboram com os terroristas, estão cientes de que em algum momento podem corresponder com os terroristas.

F2 - Representa atitudes positivas frente aos refugiados do terrorismo e é composto por 4 itens (1, 2, 3 e 4) com cargas fatoriais muito elevadas em seus respectivos fatores, com saturação mínima 0,54 (item 3 - O pouco com Deus é muito, por isso posso partilhar a minha comida com os refugiados) e saturação máxima 0,76 (item 4 - Devemos conviver com os refugiados do terrorismo porque eles são os nossos irmãos). O fator reporta o sofrimento dos refugiados sem justa causa.

Neste contexto, os resultados indicaram que os brasileiros manifestaram no estudo atitudes positivas frente aos refugiados do terrorismo, por entenderem que os refugiados não são culpados pela situação do terrorismo em seus países de origem e por estarem dispostos a acolher e compartilhar o que têm.

7.3.3.2. Análise de correlatos de atitudes frente ao terrorismo, personalidade sombria, crenças conspiratórias e valores humanos

Embora se conheçam alguns dos correlatos potenciais das atitudes frente ao terrorismo, conforme referido no marco teórico, não foi encontrada qualquer pesquisa empírica no Brasil e no nível internacional que permita pensar em um modelo explicativo de tais atitudes. Neste contexto, decidiu-se levantar algumas possibilidades de variáveis usadas nesta pesquisa, partindo então para a correlação das atitudes frente ao terrorismo com traços de personalidade sombria, crenças conspiratórias e valores humanos.

Tendo em conta as duas dimensões de atitudes frente ao terrorismo (Atitudes positivas/favoráveis e Atitudes negativas/desfavoráveis ao terrorismo) identificadas na análise fatorial realizada anteriormente e sua pontuação total, verificaram-se as correlações com quatro subfunções valorativas (interativa, normativa, realização e existência) e crenças conspiratórias. Por meio de uma análise de correlação de Pearson, foi possível conhecer as relações que essas variáveis estabelecem para explicar as atitudes frente ao terrorismo. Para conhecer o nível de correlação entre esses construtos, inicialmente, calcularam-se as pontuações totais dos dezoito itens da escala de atitudes (positivas e negativas ao terrorismo), dos vinte e seis itens da escala de crenças conspiratórias, das seis subfunções valorativas e dos três traços da personalidade sombria. Após este procedimento, realizou-se a análise de correlação r de Pearson entre as referidas variáveis, expressa através da matriz de correlação entre elas.

Tabela 12. Correlação entre as atitudes, V. Humanos, crenças consp. e personalidade

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1. Atitudes favoráveis											
2. Atitudes desfavoráveis	-0,37**										
3. Crenças conspiratórias	0,14**	0,021									
4. Realização	0,13**	0,022	-0,029								
5. Experimentação	0,093	-0,070	0,043	0,44**							
6. Existência	-0,061	0,113*	-0,018	0,17**	0,30**						
7. Superpessoal	0,066	-0,045	-0,009	0,34**	0,24**	0,34**					
8. Normativa	-0,093	0,18**	-0,048	0,27**	-0,012	0,064	0,38**				
9. Interativa	-0,084	0,118*	0,071	0,15**	0,19**	0,33**	0,25**	0,21**			
10. Psicopatia	0,084	-0,066	0,110*	-0,038	0,063	0,123*	0,033	-0,28**	-0,067		
11. Maquiavelismo	-0,103	-0,026	0,098	0,14**	0,076	0,022	-0,041	-0,22**	0,16**	0,44**	
12. Narcisismo	-0,069	-0,038	0,075	0,026	-0,019	0,13**	-0,108*	-0,21**	0,123*	0,53**	0,25**

Nota: ** $p < 0,05$; * $p < 0,01$

Os correlatos entre as atitudes e os valores humanos evidenciaram uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre a escala de atitudes frente ao terrorismo e as subfunções Realização ($r = 0,13$; $p < 0,05$) em atitudes positivas ao terrorismo, Existência ($r = 0,11$; $p < 0,01$), Normativo ($r = 0,18$; $p < 0,05$) e Interativo ($r = 0,11$; $p < 0,01$) em atitudes negativas ao terrorismo. Especificamente, a escala de atitudes frente ao terrorismo não se correlacionou com os traços da personalidade sombria. Relativamente às crenças conspiratórias, verificou-se a relação com o traço da personalidade sombria, a Psicopatia ($r = 0,11$; $p < 0,01$).

No que tange às relações dos valores humanos com os traços da personalidade sombria, observaram-se especificamente relações positivas entre as subfunções Realização com Maquiavelismo ($r = 0,14$, $p < 0,05$) e Existência com a Psicopatia ($r = 0,12$, $p < 0,01$) e ainda negativamente entre a subfunção Interativa com Psicopatia ($r = -0,28$, $p < 0,05$).

Ao relacionar as atitudes positivas/favoráveis ao terrorismo com as crenças conspiratórias, foi possível verificar que as atitudes positivas se correlacionaram positivamente com a pontuação total da medida de crenças conspiratórias ($r = 0,19$, $p < 0,05$). Igualmente, a crença conspiratória teve correlação positiva com os traços da personalidade

sombria de Psicopatia ($r = 0,12$, $p < 0,01$). Isso demonstra claramente que as teorias conspiratórias estão associadas a eventos sem normas, como o caso do terrorismo, que não observa regras aceitas na sociedade durante a sua atuação.

Do mesmo modo, ao correlacionar as atitudes negativas ao terrorismo com as crenças conspiratórias e os traços da personalidade sombria, foi possível verificar que as atitudes negativas ao terrorismo não tiveram correlação com crenças conspiratórias, nem com os traços da personalidade sombria. Entretanto, foi interessante verificar a correlação positiva entre crenças conspiratórias e o traço da personalidade psicopatia ($r = 0,11$, $p < 0,01$). Este resultado era esperado, pois as crenças em teorias conspiratórias nunca poderiam se relacionar com atitudes negativas/desfavoráveis ao terrorismo.

6.3.4. Análise de regressão

Com o objetivo de identificar quais variáveis melhor explicam as atitudes frente ao terrorismo no Brasil, foram realizadas duas análises de regressão hierárquica (inter). O modelo centrou-se em três passos: no primeiro, foram inseridas as crenças conspiratórias; no segundo, os valores humanos (subfunções); e, por fim, foram acrescentados os traços da personalidade sombria.

Na primeira análise, foi considerada a variável “atitudes positivas frente ao terrorismo” como a variável dependente (VD), e na segunda análise, a variável “atitudes negativas frente ao terrorismo” como VD. Na regressão hierárquica tendo como VD as atitudes positivas frente ao terrorismo, verificou-se que no primeiro passo, onde apenas a variável “crenças” tem um poder explicativo de 3% do comportamento favorável ao terrorismo ($F(1; 363) = 13,572$, $p < 0,01$, $R^2 = 0,3$). Já no segundo passo, quando os valores passaram a ser considerados, o poder de explicação dos valores humanos em conjunto com as crenças conspiratórias foi de 8% ($F(6; 357) = 3.132$, $p < 0,01$, $R^2 = 0,8$). E no último passo, quando acrescentados os traços sombrios de personalidade, o poder explicativo para uma atitude positiva frente ao terrorismo foi de 9% ($F(3; 354) = 1.618$, $p < 0,01$, $R^2 = 0,9$).

As variáveis que melhor explicaram as atitudes positivas frente ao terrorismo na amostra do Brasil no modelo final foram as crenças conspiratórias ($\beta = 0,18$; $t = 3,64$; $p < 0,01$), as subfunções valorativas normativa ($\beta = -0,12$; $t = -2,12$; $p < 0,05$) e realização ($\beta = 0,13$; $t = 2,11$; $p < 0,05$).

Nesta amostra, os traços da personalidade sombria não têm uma explicação significativa sobre as atitudes positivas frente ao terrorismo. De acordo com a literatura, as crenças conspiratórias podem influenciar as ações dos indivíduos apenas quando se tratam

de crenças em eventos secretamente manipulados nos bastidores por forças poderosas existentes que, por vezes, podem ser perigosas, conduzindo a uma descrença nos conhecimentos médicos e científicos, ao desengajamento político e até à violência (Swami & Furnham, 2012), o que não é o caso do terrorismo.

A subfunção Realização explica as atitudes positivas de forma negativa, pois representa valores de necessidade de autoestima que originam um princípio pessoal para guiar a vida dos indivíduos, enquanto focaliza realizações materiais e busca praticidade em decisões e comportamentos. As pessoas que se guiam por estes valores valorativos apresentam valores de êxito, poder e prestígio, justificando a razão de explicar as atitudes positivas frente ao terrorismo.

Já a subfunção valorativa Normativa apresenta valores de orientação social que refletem a importância de preservar a cultura e as normas do grupo. Os indivíduos que adotam os valores normativos revelam uma orientação vertical, na qual a obediência à autoridade é importante, o que explica as atitudes positivas de forma negativa.

Na segunda regressão hierárquica, levando em conta as atitudes negativas frente ao terrorismo como VD, foi observado que apenas dois passos foram passíveis de mensuração, uma vez que as crenças conspiratórias não foram significativas para a explicação da VD. Assim sendo, no segundo passo, onde os valores humanos foram considerados como variável independente, o poder explicativo foi de 6% ($F(6; 358) = 4.434, p < 0,01, R^2 = -0,6$). E, por fim, no último passo, quando os traços de personalidade foram considerados em conjunto com os valores humanos, o poder de explicação para as atitudes negativas frente ao terrorismo foi de 7% ($F(3; 355) = 0,224, p < 0,05, R^2 = 0,7$).

As variáveis que melhor explicaram as atitudes negativas frente ao terrorismo foram as subfunções valorativas suprapessoal ($\beta = -0,11; t = -2,00; p < 0,05$), normativa ($\beta = 0,55; t = 2,65; p < 0,05$), existência ($\beta = 0,14; t = 2,53; p < 0,05$). Os traços da personalidade sombria mais uma vez mostraram-se insignificantes para explicar as atitudes negativas frente ao terrorismo por serem variáveis que representam autoconcentração em si mesmo, busca incansável pelas próprias necessidades sem preocupar-se com o próximo, entre outras características. A subfunção Suprapessoal ajuda a organizar e categorizar o mundo de uma forma consistente, oferecendo clareza e estabilidade na organização cognitiva dos indivíduos, e os valores da subfunção Existência têm como propósito assegurar as condições básicas para a sobrevivência biológica e psicológica do indivíduo, razão pela qual explicam as atitudes negativas frente ao terrorismo, um fenômeno de terror que não respeita a vida humana. Já a subfunção valorativa Normativa apresenta valores de orientação social que

refletem a importância de preservar a cultura e as normas do grupo. Os indivíduos que adotam os valores normativos revelam uma orientação vertical, na qual a obediência à autoridade é importante.

6.3.4.3. Discussão parcial

Com vistas a conhecer o papel que as crenças conspiratórias, valores humanos e os traços de personalidade sombria exercem na explicação das atitudes frente ao terrorismo no Brasil, tomou-se especialmente como base a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (Gouveia, 2016), a Personalidade Sombria (Monteiro, 2017 e Oliveira, 2017) e Crenças em Teorias Conspiratórias (Pidgen, 2006 e Keeley, 1999). Assim, os principais resultados são discutidos na vertente de correlatos da personalidade, crenças conspiratórias e valores humanos.

As atitudes positivas frente ao terrorismo foram explicadas pelas crenças conspiratórias e as subfunções valorativas Norma e Realização. As crenças conspiratórias, de acordo com a literatura, podem influenciar as ações dos indivíduos por se tratarem de crenças em eventos que são secretamente manipulados nos bastidores por forças poderosas existentes que, por vezes, podem ser perigosas, isto porque conduzem a uma descrença nos conhecimentos médicos e científicos, ao desengajamento político e até à violência (Swami & Furnham, 2012). Sapountzis e Condor (2013) afirmam que as crenças podem criar uma explicação fantasiosa para um fato, normalmente baseada em um juízo que contraria a versão oficial desse mesmo acontecimento atual ou do passado.

As subfunções valorativas Normativa e Realização explicam as atitudes positivas frente ao terrorismo, pois a subfunção Normativa descreve as pessoas que adotam atitudes de relações íntimas e de convivência, por poder e prestígio e não pela importância de preservar a cultura, as normas convencionais, valores normativos e obediência à autoridade.

As pessoas com valores normativos representam a necessidade de controle e as precondições sociais (Schwartz, 1992). Igualmente, a subfunção valorativa Realização explica atitudes positivas frente ao terrorismo porque representa valores de necessidade de autoestima que originam um princípio pessoal para guiar a vida dos indivíduos, enquanto focaliza realizações materiais e busca praticidade em decisões e comportamentos. As pessoas que se guiam por estes valores valorativos apresentam valores de êxito, poder e prestígio, justificando o porquê de explicar as atitudes positivas frente ao terrorismo.

Nas atitudes negativas frente ao terrorismo, foram encontradas as variáveis que explicaram as atitudes negativas frente ao terrorismo, sendo as subfunções Normativa,

Existência e Suprapessoal. Os valores da subfunção Suprapessoal representam as necessidades de cognição, bem como as necessidades de autorrealização. De acordo com Maslow (1954), as pessoas que se guiam por valores da subfunção Suprapessoal ajudam a categorizar o mundo de uma forma consistente, oferecendo clareza e estabilidade na organização cognitiva dos indivíduos, e os valores da subfunção Existência têm como propósito assegurar as condições básicas para a sobrevivência biológica e psicológica do indivíduo, razão pela qual explicam as atitudes negativas frente ao terrorismo, um fenômeno de terror que não respeita a vida humana. Já a subfunção valorativa Normativa apresenta valores de orientação social que refletem a importância de preservar a cultura e as normas do grupo. Os indivíduos que adotam os valores normativos revelam uma orientação vertical, na qual a obediência à autoridade é importante.

A presente tese teve como objetivo geral compreender quais os valores, crenças conspiratórias e traços sombrios da personalidade guiam as atitudes frente ao terrorismo em Moçambique e Brasil, tendo em conta que os valores constituem orientadores das atitudes e comportamentos dos indivíduos (Gouveia, 2008), passando pelo entendimento acerca dos correlatos valorativos das atitudes e crenças, bem como teorias conspiratórias frente ao terrorismo. Para atender aos objetivos propostos, realizou-se inicialmente uma revisão da literatura acerca dos construtos de interesse (terrorismo, representações sociais, atitudes, traços de personalidade sombria, teorias conspiratórias e valores humanos).

Em seguida, partiu-se para os estudos empíricos, cujos objetivos específicos foram: (1) analisar o conhecimento dos participantes do estudo sobre o fenômeno do terrorismo, sua origem, objetivos e consequências, tendo em conta que o terrorismo constitui atualmente uma grande ameaça a todos os países do mundo; (2) conhecer as relações entre os traços da personalidade sombria, as crenças em teorias conspiratórias e as subfunções dos valores humanos que explicam as atitudes frente ao terrorismo em Moçambique e Brasil; (3) identificar quais traços da personalidade sombria e subfunções valorativas predizem as atitudes em pensamentos conspiratórios; (4) verificar a estabilidade e mudança das atitudes frente ao terrorismo em Moçambique e Brasil, tendo em conta as ações terroristas no norte de Moçambique e os movimentos criminosos no Brasil. Com tais objetivos formulados, foi possível chegar aos resultados principais que são apresentados a seguir.

7.1. Resultados Principais

Esta tese trouxe contribuições substanciais para uma melhor compreensão do fenômeno do terrorismo: sua origem, objetivos, manifestação e consequências sociais e psicológicas no mundo atual em geral, e em particular nas sociedades moçambicana e brasileira. Partindo das correlações entre os traços da personalidade sombria, crenças conspiratórias e valores humanos, foi possível verificar a explicação das atitudes frente ao terrorismo nos contextos moçambicano e brasileiro, principalmente pela escassez de estudos no âmbito da psicologia social acerca desta temática.

O primeiro estudo, de cunho qualitativo e exploratório, objetivou colher as opiniões dos participantes acerca do terrorismo: sua origem, o papel que desempenha no mundo contemporâneo e suas consequências sociais e psicológicas. Em síntese, apesar da natureza exploratória e da ausência de evidências empíricas nos contextos moçambicano e brasileiro a respeito, os resultados apontaram para a ideia de que o terrorismo é uma forma de reivindicação dos povos desfavorecidos e injustiçados no mundo atual. Tal resultado pode

ser fundamentado a partir das características atribuídas aos terroristas, tais como a não conformação com regras socialmente estabelecidas e a busca por novas ideias de contestação às normas e explicações convencionais sobre os fatos (Gouveia, 2016).

Igualmente, os resultados do estudo mostram conformidade com estudos que indicam que a mentalidade conspiratória está associada a atitudes negativas em relação ao governo (Brotherton & French, 2014), desconfiança política (Jolley & Douglas, 2014b), ações desfavoráveis contra indivíduos e grupos que ocupam altos cargos de poder e autoridade (Imhoff & Bruder, 2014), reivindicação por transparência política (Swami & Coles, 2010) e contestação de estruturas sociais dominantes (Sapountzis & Condor, 2013) por meio de atos violentos denominados terrorismo.

No caso específico de Moçambique, o estudo aponta que o terrorismo no país está relacionado a vários fatores, desde o modelo de compensação das terras da população da província de Cabo Delgado, ocupadas pelas grandes empresas de exploração de gás natural e petróleo adotado pelo governo moçambicano, ao envolvimento dos militares moçambicanos na morte de pessoas inocentes, o envio para Cabo Delgado de tropas estrangeiras para a proteção de mega projetos de gás e petróleo, aliado às narrativas dos terroristas que, por meio da internet e redes sociais, afirmam lutar contra o governo moçambicano em prol da população de Cabo Delgado com o objetivo de acabar com as injustiças sociais, pobreza, desemprego e sofrimento da população desta região do país (Habibe *et al.*, 2019).

Portanto, esses resultados fornecem suporte adicional para o entendimento de que o terrorismo é frequentemente alimentado pelas crenças conspiratórias, que propiciam quadros de interpretação não oficiais ou alternativos sobre fatos sociais. Igualmente, os resultados indicam que as pessoas adotam certas atitudes por motivos de afetividade, apoio social, convivência e, sobretudo, relações íntimas, prestígio e poder, e não pela preservação da cultura, da religião ou etnia.

O segundo estudo, de tipo correlacional, teve o objetivo de conhecer como as atitudes frente ao terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique, são explicadas pelas crenças conspiratórias, valores humanos (subfunção Interativa) e traços da personalidade sombria (Maquiavelismo). As atitudes positivas frente ao terrorismo foram explicadas apenas pelas crenças conspiratórias. De acordo com a literatura, as crenças conspiratórias influenciam as ações dos indivíduos por serem crenças em eventos que são secretamente manipulados nos bastidores por forças poderosas existentes que, por vezes, podem ser perigosas, isto porque conduzem a uma descrença nos conhecimentos médicos e científicos,

ao desengajamento político e até à violência (Swami & Furnham, 2012). As crenças conspiratórias explicam atitudes positivas frente ao terrorismo porque estão associadas à criação de uma explicação fantasiosa para um fato, normalmente baseada em um juízo que contraria a versão oficial (e politicamente correta) desse mesmo acontecimento atual ou do passado (Sapountzis & Condor, 2013). Peter (2000) afirma que as crenças conspiratórias são especulações imaginativas sobre a existência de um grupo secreto nos bastidores, que manipula astutamente os acontecimentos. Segundo o autor, as pessoas que acreditam em teorias conspiratórias criam uma narrativa que promete atribuir sentido a eventos que, de outro modo, seriam aleatórios, tornando-os parte de um enredo vasto e abrangente, como é o caso do terrorismo.

Nas atitudes negativas frente ao terrorismo, foram encontradas apenas duas variáveis que explicaram as atitudes negativas frente ao terrorismo, sendo elas a subfunção Interativa e o traço da personalidade sombria Maquiavelismo, esta última de forma negativa, pois, quanto mais cresce o maquiavelismo, menos negativas são as atitudes da pessoa.

A subfunção valorativa Interativa explicou atitudes negativas frente ao terrorismo porque, de acordo com a literatura, esta subfunção é aquela de afiliação, que faz as pessoas se ligarem umas às outras, tem uma orientação social, representa cognitivamente as necessidades de pertença e amor (Maslow, 1954), com enfoque no estabelecimento e na manutenção de relações interpessoais. Contatos sociais são metas para as pessoas que seguem os valores interativos, enfatizando características mais afetivas e abstratas, relações íntimas estáveis. Os indivíduos que adotam essa função como princípio-guia na vida desenvolvem atitudes voltadas para a construção de família, apoio social, vivenciar a afetividade, sempre longe de atitudes de violência como as de grupos terroristas extremistas.

O traço da personalidade sombria, Maquiavelismo, explica atitudes negativas de forma negativa porque, quanto mais o Maquiavelismo cresce, menos a pessoa se afilia aos grupos terroristas, pois, de acordo com a literatura, as pessoas maquiavélicas estão mais próximas umas das outras, mais próximas dos políticos. De acordo com Christie e Geis (1970), os indivíduos maquiavélicos tendem a ter uma relativa ausência de afeto nas relações interpessoais, não apresentam preocupação com a moral convencional, embora não sejam necessariamente imorais, e demonstram baixo comprometimento ideológico.

No terceiro estudo, também do tipo correlacional, assim como no estudo anterior, pretendeu-se saber como as crenças conspiratórias, valores humanos e os traços da personalidade sombria explicam as atitudes frente ao terrorismo no Brasil. Assim sendo, foi utilizado o mesmo modelo explicativo de atitudes frente ao terrorismo do estudo anterior,

tendo sido utilizados os mesmos instrumentos para a coleta de dados no contexto e cultura brasileira.

Os resultados do estudo indicaram que o fato de o terrorismo surgir dos movimentos reivindicativos sobre as desigualdades e injustiças sociais, destituição de poder, às vezes alimentado pelas teorias conspiratórias que surgem para dar explicações baseadas em ideias conspiratórias, motivadas por necessidades sociais, a exemplo do desejo de pertencer e manter uma imagem positiva de si e do grupo, influencia certos acontecimentos. Neste contexto, as atitudes frente ao terrorismo foram explicadas pelas crenças conspiratórias e valores humanos (subfunções valorativas Normativa, Realização, Suprapessoal e Existência). Assim sendo, as atitudes positivas foram explicadas pelas crenças conspiratórias e as subfunções valorativas Normativa e Realização.

As crenças conspiratórias explicam atitudes positivas frente ao terrorismo porque criam uma explicação fantasiosa para um fato, normalmente baseada em um juízo que contraria a versão oficial (e politicamente correta) desse mesmo acontecimento atual ou do passado (Sapountzis & Condor, 2013).

As atitudes negativas frente ao terrorismo foram explicadas pelas subfunções Normativa, Existência e Suprapessoal. Os valores da subfunção Suprapessoal representam as necessidades de cognição, bem como as necessidades de autorrealização. De acordo com Maslow (1954), as pessoas que se guiam pelos valores da subfunção Suprapessoal ajudam a categorizar o mundo de uma forma consistente, oferecendo clareza e estabilidade na organização cognitiva dos indivíduos, e os valores da subfunção Existência têm como propósito assegurar as condições básicas para a sobrevivência biológica e psicológica do indivíduo, razão pela qual explicam as atitudes negativas frente ao terrorismo, um fenômeno de terror que não respeita a vida humana. Já a subfunção valorativa Normativa apresenta valores de orientação social que refletem a importância de preservar a cultura e as normas do grupo. Os indivíduos que adotam os valores normativos revelam uma orientação vertical, na qual a obediência à autoridade é importante.

Bost e Prunier (2013) ressaltam que, quando os indivíduos se sentem cognitivamente ameaçados, buscam explicações alternativas a fim de reduzir o sentimento de instabilidade e desorganização, mostrando que o terrorismo é o fruto das teorias conspiratórias. Portanto, ao observar as variáveis que explicam as atitudes frente ao terrorismo neste estudo, conclui-se que os brasileiros manifestam atitudes negativas frente ao terrorismo no Brasil.

Deste modo, a psicologia social demonstrou nesta tese a extrema facilidade de manipulação do comportamento humano, evidenciando que indivíduos comuns podem agir

de forma cruel e desumana quando são submetidos a pressões para agir em conformidade com as normas do grupo ou figuras de autoridade. Na análise das correlações encontradas neste estudo, é possível verificar que pessoas comuns são somente indivíduos cujo comportamento depende da defesa de suas atitudes, de seus valores ou crenças, não sendo sujeitos insanos, mas apenas produtos de um sistema motivado basicamente por um fanatismo intenso e cuidadosamente desenvolvido.

Com os resultados da amostra de Moçambique, chega-se à conclusão de que os moçambicanos manifestam atitudes positivas frente ao terrorismo porque entendem que essa é a única forma de reivindicar contra as políticas governamentais, as injustiças sociais e a exclusão social, criando movimentos reivindicativos (terrorismo). Assim, a psicologia social não encontrou evidências que confirmem ao ato terrorista como anomalia psíquica, devendo-se assumir que seu comportamento é o resultado de forte e efetiva doutrinação ou “produção sistemática da mente do terrorista” por grupo político ou religioso que utiliza técnicas consagradas de recrutamento, persuasão e conversão. Resta a capacidade de reflexão, produto da evolução e característica do pensamento contemporâneo. Tal como existe nos desígnios da mente humana tendências destrutivas, existe também o potencial de reflexão e de conduzir o comportamento na direção considerada eticamente mais desejável.

Neste contexto, com os resultados da tese, concluiu-se que existe uma percepção e entendimento diferentes entre moçambicanos e brasileiros sobre o fenômeno do terrorismo. Os moçambicanos consideram que o terrorismo é uma forma de reivindicação de certos grupos de pessoas em favor do povo desfavorecido e pelas desigualdades sociais, injustiças sociais, enquanto os brasileiros advogam que o terrorismo, embora seja um movimento reivindicativo, não passa de uma ação mais cruel de contestação contra as políticas governamentais, pelo fato de os moçambicanos possuírem uma maior aproximação com o contexto do terrorismo em Cabo Delgado e apresentarem percepções sobre os motivos do terrorismo na região, associado principalmente com a exploração de recursos naturais da região.

7.2. Aplicabilidade dos resultados do estudo

Ao pretender-se elaborar o modelo explicativo das atitudes frente ao terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique, e no Brasil, surge frequentemente a questão: “Mas, com que finalidade?” Portanto, parece inerente a ideia de aplicabilidade dos achados anteriormente resumidos.

O modelo que foi apresentado poderá servir para futuras ações preventivas, considerando que, de acordo com o estudo realizado pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE, 2019), as causas que levaram os jovens e a população em geral em Cabo Delgado, no norte de Moçambique, a manifestarem atitudes positivas em relação ao terrorismo que ocorre nesta região do país estão relacionadas com a pobreza, marginalização da população desta região, desigualdades sociais, necessidade de sobrevivência, injustiças sociais e exclusão social, vendo o terrorismo como uma salvação do sofrimento, já que as autoridades locais não têm capacidade para responder às demandas de emprego e de serviços públicos na região (Habibe et al., 2019); fantasias pessoais, busca de aventura, camaradagem e criação de uma nova ordem, exclusão econômica e política das pessoas em Cabo Delgado que se engajam em grupos de extremismo violento como o Al-Shabaab (Habibe *et al.*, 2019).

Questões identitárias baseadas em etnia, apesar do discurso ideológico dos políticos sobre a unidade nacional em Moçambique, a desconfiança entre comunidades e profundas divisões étnicas nas diversas regiões do país continuam a ser um obstáculo significativo no processo de construção de uma identidade nacional de fato, na qual todos os grupos étnicos se revejam, e a implantação do wahhabismo por jovens moçambicanos que estudaram em universidades da Arábia Saudita, egípcias e sudanesas com o intuito de defender a exploração de gás natural e petróleo explorados pelas empresas estrangeiras sem benefício das populações locais, sob a influência de pregadores do Quênia e da Tanzânia (Habibe et al., 2019). Com conhecimento destas questões, o governo moçambicano e as autoridades locais podem prevenir que ocorram junto das comunidades.

Igualmente, este estudo pode servir de veículo para a disseminação da informação sobre a origem, fatores e suas consequências religiosas, políticas, econômicas, sociais, físicas e sobretudo psicológicas do terrorismo junto das autoridades de segurança e proteção pública. Do mesmo modo, a tese pode servir como material de consulta científica para estudantes universitários sobre o fenômeno do terrorismo em Moçambique e no Brasil.

7.3. Limitações do estudo

Mesmo considerando-se alcançados os objetivos propostos nesta tese, não se pode deixar de apontar possíveis limitações do estudo. Por exemplo, utilizou-se uma amostra por conveniência (não probabilística), o que implica na restrição de generalizar os achados. Todavia, isso não invalida ou desmerece os resultados, uma vez que o propósito do estudo não consistia na generalização dos achados.

Outro ponto importante a ponderar é a probabilidade de os participantes no estudo terem sido influenciados pela desejabilidade social, isto é, as pessoas podem ter se mostrado menos dispostas a apresentar seus posicionamentos sobre a temática do estudo, evitando, assim, respostas mais favoráveis ou aceitáveis socialmente. Este padrão é comum em medidas de autorrelato (Anastasi & Urbina, 2000), utilizadas no presente estudo (Escala de Crenças Conspiratórias, Questionário de Atitudes Frente ao Terrorismo, Questionário da Personalidade Sombria, Questionário da Estabilidade e Mudança dos Valores Humanos e Questionário de Valores Básicos).

Destaca-se também o tipo de delineamento empregado, o qual se trata de um estudo correlacional, que não permite fazer afirmações de causa e efeito entre as variáveis trabalhadas (Pereira *et al.*, 2013). Muito embora estas limitações apontem para estudos futuros em que se busque solucioná-las, cabe frisar que elas não invalidam os resultados encontrados, uma vez que apresentam contribuições para o entendimento de relações pouco estudadas no mundo do terrorismo. Apesar de haver evidências da relação entre atitudes frente ao terrorismo, crenças em teorias conspiratórias, traços sombrios da personalidade e valores humanos entre si, estas variáveis ainda não haviam sido estudadas conjuntamente.

7.4. Direcionamentos dos estudos futuros

Dadas as limitações e os resultados apresentados nesta tese, considera-se pertinente a realização de novos estudos, buscando-se ampliar o entendimento sobre o fenômeno do terrorismo no mundo, principalmente em Moçambique e Brasil, e a relação das crenças em teorias conspiratórias, traços da personalidade sombria e valores humanos na explicação das atitudes que as pessoas tomam frente ao terrorismo. Como possibilidades futuras, é importante contar com amostras mais heterogêneas (*e.g.*, população geral), ou seja, que apresentem graus distintos no endosso às crenças conspiratórias frente ao terrorismo. Nesse sentido, seria interessante verificar a influência do nível educacional, idade e sexo na influência das crenças em teorias conspiratórias na determinação do tipo de atitudes que a pessoa assume frente ao terrorismo, comparando indivíduos de diferentes graus de escolaridade, idades e sexos.

Pesquisas empíricas (Mirowsky & Ross, 2003; Whitson & Galinsky, 2008) indicam que ao longo da trajetória educacional as pessoas aprendem a resolver problemas de forma independente e adquirem habilidades sociais necessárias para influenciar seu ambiente, o que faz com que se sintam mais ativas no controle de sua vida, diminuindo, assim, o sentimento de impotência e, conseqüentemente, a definição das suas atitudes. No âmbito

psicométrico, seria relevante contar com estudos de replicação com a Escala de Atitudes Frente ao Terrorismo, além de verificar sua validade convergente com outras medidas associadas a eventos de instabilidade social, religiosa e política. Torna-se necessário ter em conta estudos qualitativos que investiguem de maneira mais aprofundada as percepções dos indivíduos em relação a tais teorias e fenômenos que atualmente constituem uma ameaça aos países do mundo, como é o caso do terrorismo que nos últimos tempos vem destruindo o tecido social, tomando sempre como base os discursos veiculados na internet e nos grupos de redes sociais (*e.g.*, Facebook, Instagram).

Na tentativa de ampliar o escopo de entendimento sobre a influência que as teorias conspiratórias exercem nos traços da personalidade sombria e nos valores humanos preditores das atitudes, é necessário ter em conta também outros modelos teóricos de personalidade existentes na literatura, como os cinco grandes fatores da personalidade, conhecidos como BIG FIVE (Paulhus & Williams, 2002), que avaliam o Maquiavelismo e as formas subclínicas de Psicopatia e Narcisismo na manifestação de atitudes dos indivíduos. É importante ressaltar que a presente tese considerou apenas três variáveis explicadoras das atitudes frente ao terrorismo: as crenças em teorias conspiratórias, traços de personalidade sombria e valores humanos.

Porém, sabe-se que estas não são as únicas responsáveis pela explicação de tais atitudes frente ao fenômeno do terrorismo. Dessa forma, sugere-se em estudos posteriores a verificação de outras variáveis capazes também de exercer influência sobre atitudes frente ao fenômeno do terrorismo. Nessa direção, poder-se-ia pensar em uma linha de pesquisa no contexto brasileiro e moçambicano, focando-se em dois eixos principais:

- 1) **Fatores sociopolíticos.** Neste eixo seria levada em consideração a ideia de que as crenças em teorias conspiratórias são endossadas por indivíduos que se sentem marginalizados social, econômica e politicamente, indivíduos destituídos de poder, provocando o sentimento de desconfiança com o governo. Nessa direção, considerando o contexto de instabilidade política em Moçambique (devido à ocorrência do terrorismo em Cabo Delgado, no norte de Moçambique), por exemplo, poderiam ser desenvolvidos estudos que versassem sobre a influência do posicionamento político no endosso a teorias conspiratórias e no surgimento do terrorismo naquela província nortenha de Moçambique;
- 2) **Fatores Cognitivos.** Além de tratar de estudos relacionados a questões sociopolíticas, outro pressuposto que poderia ser foco de investigação é o de que aqueles que acreditam em teorias conspiratórias, desenvolvendo atitudes terroristas,

não possuem capacidade para avaliar as consequências sociais. É nessa direção que se considera oportuno levar a cabo estudos que versem sobre a relação entre teorias conspiratórias, traços da personalidade e valores humanos como necessidade de controle cognitivo. Portanto, a presente tese apresenta contribuições relevantes para o estudo das atitudes, teorias conspiratórias, personalidade, valores humanos e representações sociais, identificando potenciais explicadores dessas atitudes e crenças e oferecendo medidas com propriedades psicométricas adequadas para o uso com fins de pesquisa.

7.5. Considerações finais

Finalmente, na medida em que este estudo se apresenta como um contribuinte para a compreensão do fenômeno do terrorismo, um construto que tem preocupado o mundo inteiro nos últimos anos devido às consequências religiosas, políticas, sociais e psicológicas que vem causando. Daí que a questão do terrorismo, por si só, justifica a realização de estudos no campo da psicologia para sua contribuição no estudo do comportamento dos seus praticantes.

O vocábulo “atitude” vem do latim *aptus* (pronto para a ação) e tem sido um dos principais construtos psicológicos estudados em psicologia social (Milfont, 2007). Desta maneira, nas atitudes está presente a capacidade do ser humano de agilizar ou avaliar constantemente tudo o que se encontra ao seu redor, em seu ambiente natural ou não, o que o faz um observador dinâmico, pois influencia e modifica o seu mundo. Nesse sentido, pode-se afirmar que a atitude se assenta em três pilares: componentes afetivo, cognitivo e, por fim, comportamental (Aronson *et al.*, 2002).

As atitudes são tendências psicológicas que se expressam pelas avaliações de crenças sobre o ambiente natural, incluindo os fatores que afetam a sua qualidade com algum grau de favorabilidade ou desfavorabilidade, e podem ser importantes preditores. Este estudo buscou fomentar certos comportamentos sobre percepções acerca do terrorismo em Moçambique e Brasil. Neste contexto, o mundo atual, dominado pela imposição dos valores da sociedade, cria justificáveis núcleos de resistência nos quais os grupos radicais facilmente encontram terreno fértil para o seu desenvolvimento (terrorismo).

Atualmente, o terrorismo constitui a ameaça que ronda qualquer sociedade com um espectro atemorizante. Assim, o terrorismo pode ser definido como um sistema de governar por meio de terror ou medidas violentas, sendo os atos praticados contra um Governo ou classe dominante, procurando criar a insegurança dos dirigentes políticos e o medo e terror

da população civil. Lapouge (2001) menciona o “apelo à justiça, sendo que os indivíduos são apenas meios para alcançar um fim. Esta afirmação corrobora com a situação de Cabo Delgado, onde os terroristas apelam à justiça.

Na mente terrorista, impera a necessidade de salvar a verdade e o bem que, por definição, permanece apenas na consciência do terrorista. Contudo, muitas podem ser as causas que motivam os atos terroristas: a expulsão de estrangeiros, mudanças políticas, ação de retaliação e vingança, obtenção de projeção local ou global, construção de uma imagem de poder, preservação do território, motivos religiosos (Lapouge, 2001), causas essas encontradas neste estudo. Por sua vez, Oliveira (1994) descreve o terrorismo como um tipo de crime que ocorre de forma continuada, catalisando sentimentos de medo e terror perante a opinião pública.

De forma subjetiva e discreta, assiste-se com frequência à mitificação destes sujeitos, o que constitui para o terrorista a comprovação real de uma criminalidade ideológica que, conseqüentemente, lhe reforça o comportamento predatório. O recurso à ação terrorista é vulgarmente apontado como espécie de criminalidade ideológica, representando, ao mesmo tempo, um eminente vetor de guerra psicológica. Nestes termos, o terrorismo traduz um refinado método de violência política, geralmente dirigido contra objetivos civis.

Por exemplo, os atentados atribuídos ao Hamas e à Jihad Islâmica contra civis israelenses, os atentados de 11 de Setembro nos Estados Unidos, os ataques do grupo terrorista Al-Shabaab em Cabo Delgado, no norte de Moçambique, onde os alvos são civis. Por outro lado, o produto deste estudo gerou a oportunidade de mostrar que a teoria funcionalista dos valores humanos permite testar as contribuições dos valores humanos no entendimento das atitudes positivas ou negativas frente ao terrorismo, tema desta tese e dos comportamentos dos indivíduos frente ao terrorismo explicados pelas crenças conspiratórias e traços da personalidade sombria.

Ao contrário do que muitas pessoas pensam, o terrorista não é um psicopata nem tem um perfil inerentemente violento. Ele é um ser humano comum, com ideologias e princípios, mas influenciado pelas crenças conspiratórias, valores humanos e traços da personalidade sombria. Então, por que essas pessoas se juntariam a grupos terroristas e por que a maioria delas, às vezes, deixa o conforto de seu lar e sua família para ingressar nesses grupos? A principal razão é a natureza social. Como qualquer pessoa, ela tem o desejo de pertencer a algum grupo e ser aceito por ele. Um grupo onde ela procure e encontre as respostas que deseja. Quando encontra esse grupo e é aceita, começa a segui-lo fielmente, obedecendo a toda sua doutrina e fazendo disso sua missão de vida. Com isso, o grupo começa a reconhecê-

la, o que lhe dá mais força e motivação para chegar a morrer por aquela causa, sentindo que se tornará um herói.

São as pessoas que morrem por essas causas que dão mais coragem para que os outros façam o mesmo (Cardoso e Sabbatini, 2001). O próprio grupo cria metas sociais próprias e ignora as metas da sociedade em que está inserido, cultivando também uma cultura de violência na qual suas metas e objetivos são morrer por sua crença ou ideologia e se tornar herói. Esse sentimento de pertencimento e de ter uma ideologia a seguir baseia-se muito na imagem que eles têm do seu líder, como um ser sábio e portador da verdade inviolável.

As variáveis determinantes do comportamento terrorista são complexas e multideterminadas. As matrizes determinantes vão desde motivações pessoais até o desenvolvimento paulatino do indivíduo no grupo terrorista, onde ele pode aprender mais a respeito do grupo e de suas atividades (Cardoso e Sabbatini, 2001). Dentre as motivações pessoais e sociais, encontram-se: a) Sentir-se com raiva, alienado ou privado de seus próprios direitos; b) Acreditar que o envolvimento político vigente não lhes concede poder suficiente para uma real mudança social; c) Identificar-se como vítimas de injustiça social pela qual lutam; d) Sentir que devem tomar alguma decisão ao invés de apenas conversar sobre o problema; e) Acreditar piamente que qualquer violência contra o Estado não é imoral; f) Possuir amigos e/ou familiares que apoiam a mesma causa; g) Acreditar que ao ingressarem no grupo terrorista, terão recompensas psicológicas e sociais como aventura, camaradagem e um alto senso de identidade e pertença. Todas essas motivações foram confirmadas neste estudo, particularmente em Cabo Delgado, no norte de Moçambique.

Nesta conjuntura, em Cabo Delgado, no norte de Moçambique, assiste-se à manifestação de atitudes favoráveis ao terrorismo pela população local por acreditar que são vítimas de injustiça social, veem-se privadas de benefícios da exploração dos recursos naturais (gás natural e petróleo). O governo atual não lhes concede poder, não são envolvidos na tomada de decisões, a violência contra o Estado não é vista como um ato imoral, os terroristas são amigos, filhos, familiares precisando de apoio, apoiando os terroristas no futuro terão recompensas, etc. É neste contexto que o estudo trouxe contribuições na compreensão de como as teorias conspiratórias originaram o terrorismo e como este fenômeno foi recebido no seio das comunidades de Cabo Delgado, manifestando atitudes positivas, contrariamente aos brasileiros que, mesmo reconhecendo que o fenômeno do terrorismo tem servido como forma de reivindicação de grupos de pessoas que não concordam com as políticas governamentais, manifestam atitudes negativas ao terrorismo, por entenderem como a forma mais cruel de contestação contra as políticas governamentais.

- Abalakina-Paap, M., Stephan, W. G., Craig, T., & Gregory, W. L. (1999). Beliefs in conspiracies. *Political Psychology*, 20, 637-647.
- Abbad, G., & Torres, C. (2002). Regressão múltipla stepwise e hierárquica em psicologia organizacional: Aplicações, problemas e soluções. *Estudos de Psicologia*, 7, 19-29.
- Abric, J. C. (1996). Specific processes of social representations. *Papers on Social Representations*, 5, 77-80.
- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. Moreira & D. C. Oliveira (Eds.). *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). Goiânia: AB
- Ajzen, I. (2001). Nature and operation of attitudes. *Annual Review of Psychology, Recent Developments in Quantitative Methods for Literature Reviews*, R. Rosenthal, M. R. DiMatteo, 52, 27-58.
- Albuquerque, F. J. B., Noriega, J. A. V., Coelho, J. A. P., Neves, M. T., & Martins, C. R. (2006). Valores humanos básicos como preditores do bem-estar subjetivo. *Psico-USF*, 37(2), 131-137.
- Alencastro, L. F. (2017). O trato dos Viventes. *Formação do Brasil no Atlântico do Sul-Século XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das letras.
- Ali, A. M. (2016). "Islamist Extremism in East Africa" in *Africa Security Brief*, 32, 1-8.
- Allen, M. N. Ng. S. H. & Wilson, M. (2002). A functional approach to instrumental and terminal values and the value-attitude-behavior system of consumer choice. *European Journal of Marketing*, 36, 111-135.
- Allport, G. H. (1955). *Becoming basic considerations for a psychology of personality*. New Haven: Yale University Press.
- Allport, G. W., Vernon, P. E., & Lindzey, G. (1960). *Study of Values*. Oxford, UK: Houghton Mifflin.
- Allport, G.W. (1935). *Personality: A psychological interpretation*. Oxford: Holt.
- Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia Social: Perspectivas Psicológicas e Sociológicas*. (M. C. Fernandes, Trans.). São Paulo: McGraw-Hill.
- Andler, D. (2004). Contextualizando as Crenças. In F. Gil, P. Livet & J. P. Cabral (Orgs), *O Processo da Crença*. (pp. 50-83). Lisboa: Edições Grávida.
- Anglim, J., & O'Connor, P. (2019). Measurement and research using the Big Five, Hexaco, and narrow traits: A primer for researchers and practitioners. *Australian Journal of Psychology, aplicações e perspectivas* (pp. 16-25). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo,

- Aquino, T. A. A. (2009). *Atitudes e intenções de cometer o suicídio: Seus correlatos existenciais e normativos*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Araújo, R. D. C. R. (2013). *As bases genéticas da personalidade, dos valores humanos e da preocupação com a honra*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba.
- Armitage, C., & Christian, J. (2003). From attitudes to behaviour: basic and applied research on the theory of planned behaviour. *Current Psychology: Developmental, Learning, Personality, social*, 7 (4), 187-185.
- Aronson, E., Wilson, T. D., & Aket, R. M. (2018). *Psicologia Social* (8ª Ed). São Paulo: LTC.
- Ashton, M. C., & Lee, K. (2019). How well do Big Five measures capture HEXACO scale variance? *Journal of personality assessment*, 101, 510-567.
- Aix-en-Provence. B. M. (1994). A popularização da ciência como imunização cultural: a função de resistência das representações sociais. In P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Eds.), *Textos em representações sociais* (pp, 229-257), Petrópolis: Vozes.
- Asparouhov, T., & Muthen, B. (2010). Simple second order chi-square correction. Unpublished manuscript. Available at https://www.statmodel.com/download/WLSV_new_chi21.pdf.
- Athayde, R. A. A. (2014). *Bases neutrais dos valores humanos: Efeito da Neuromodulação nos valores e comportamentos*. (Tese de Doutorado não publicada). Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Ayalon O., & Lahad M. (2000). *Life on the Edge, Coping with War, Terror and Violence*. Hiafa, Nord Publications.
- Bandura, A. (2002). Selective Moral Disengagement in the Exercise of Moral Agency. *Journal of Moral Education*, 31(2), 101 –119;
- Bardi, A., & Goodwin, R. (2011). The dual route to value change: Individual processes and cultural moderators. *Journal of cross-cultural psychology*, 42, 271-287.
- Bardi, A., Lee, J. A., Hofmann-Towfigh, N., & Soutar, G. (2009). The structure of intraindividual value change. *Journal of personality and social psychology*, 97, 913-929.
- Bardi, A., Lee, J. A., Hofmann-Towfigh, N., & Soutar, G. (2009). The structure of intraindividual value change. *Journal of personality and social psychology*, 98 913 – 927.

- Barkun, M. (2003). A culture of conspiracy: Apocalyptic visions in contemporary America. *Berkeley, CA: University of California Press.*
- Baron, R., & Kenny, D. (1986). The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51 (6), 1173-1182.
- Barron, D., Morgan, K., Towell, T., Altemeyer, B., & Swami, V. (2014). Associations between schizotypy and belief in conspiracist ideation. *Personality and Individual Differences*, 70, 156-159
- BBC. (2017). How has the arena attack changed Manchester? [Em Linha]. Disponível em <https://www.bbc.com/news/uk-england-manchester-41914331>. Consultado em 20/06/2022
- BBC. (2018). Ariana Grande talks about her PTSD after Manchester attack. *Em Linha*. Disponível em <https://edition.cnn.com/2028/06/05/health/ariana-grande-ptsd-vogue-interview-intl/index/html>. Consultado em 13 de junho de 2022
- Bessi, A., Coletto, M., Davidescu, G. A., Scala, A., Caldarelli, G., & Quattrocioni, W. (2015). Science vs conspiracy: Collective narratives in the age of misinformation. *PloS one*, 10, 1-17.
- Bilewicz, M., Winiewski, M., Kofta, M., & Wójcik, A. (2013). Harmful ideas: The structure and consequences of anti-semitic beliefs in Poland. *Political Psychology*, 34, 821-839.
- Bilsky, W., & Schwartz, S. H. (1994). Values and personality. *European Journal of Personality*, 8, 163-181.
- Bitencourt C. R. (2015). *Em dia de terror, Supremo rasga a Constituição no julgamento de um HC*, SP.
- Bodur, H. O., Brinberg, D., & Coupey, E. (2000). Belief, affect, and attitude: Alternative models of the determinants of attitude. *Journal of consumer Psychology*, 9 (1), 17-28.
- Bogart, L. M., & Thorburn, S. (2006). Relationship of African Americans' sociodemographic characteristics to belief in conspiracies about HIV/AIDS and birth control. *Journal of the National Medical Association*, 98, 1144-1150.
- Bonanate, L. (2004). Terrorismo político. In: Bobbio, N.; Matteucci, N. & Pasquino, G. (orgs.). *Dicionário de política*. 2ª ed. Brasília: UNB.
- Bost, P. R., & Prunier, S. G. (2013). Rationality in conspiracy beliefs: The role of perceived motive. *Psychological Reports*, 113, 118-128.

- Brotherton, R., & Eser, S. (2015). Bored to fears: Boredom proneness, paranoia, and conspiracy theories. *Personality and Individual Differences*, 80, 1-5.
- Brotherton, R., & French, C. C. (2014). Belief in conspiracy theories and susceptibility to the conjunction fallacy. *Applied Cognitive Psychology*, 28, 238–248.
- Brown, C. (2006). Cause Companion to the Curriculum, *Social Psychology* (pp. 23-105) London: Sage Publications.
- Bruder, M., Haffke, P., Neave, N., Nouripanah, N., & Imhoff, R. (2013). Measuring individual differences in generic beliefs in conspiracy theories across cultures: Conspiracy Mentality Questionnaire. *Frontiers in Psychology*, 4, 1-15.
- Buchala, S. W, Paiva, C. M., Oliveira, V. L. M do R., Stall, R. & Norman, H., (2002). Atitudes de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS entre jogadores juniores. *Revista de Saúde Publica*, 36 (4), 68-75.
- Buecker, S., Maes, M., Denissen, J. J., & Luhmann, M. (2020). Loneliness and the Big Five Personality Traits: A Meta-analysis. *European Journal of Personality*, 34, 8-28.
- Butler, L. D., Koopman, C., & Zimbardo, P. G. (1995). The psychological impact of viewing the film " JFK": Emotions, beliefs, and political behavioral intentions. *Political Psychology*, 16, 237-257.
- Byford, J. (2014). Beyond Belief: The Social Psychology of Conspiracy Theories and the Study of Ideology. In C. Antaki & S. Condor (eds.), *Rhetoric, Ideology and Social Psychology: Essays in Honour of Michael Billig* (pp. 83- 94). Routledge, London.
- Byford, J. (2011). *Conspiracy theories: a critical introduction*. Springer.
- Caixeta, D. M. (2010). Atitudes e comportamentos ambientais: *um estudo comparativo entre servidores de instituições públicas federais*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, DF.
- Carron, P. (2008). *Conséquences psychologiques individuelles et communautaires du terrorisme*. Genebra, Médecine et Hygiène.
- Carvalho, I. M. (1965). *Introdução à Psicologia das Relações Humanas*. Fundação Getúlio Vargas.
- Cerclé, A., & Somat, A. (1999). Atitudes e Alterações das Atitudes, *Manual de Psicologia Social* (165-197). Lisboa: Instituto Piaget. challenging dominant understandings of social power and political legitimacy. Political
- Clarke, S. (2002). Conspiracy theories and conspiracy theorizing. *Philosophy of the Social Sciences*, 32, 131-150.

- Coelho, J. A. P. C., Gouveia, V. V., & Milfont, T. L. (2006). Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento próambiental. *Psicologia em Estudo*, 11, 200-207.
- Costa, F. C. S. (2006). *Terrorismo, racionalidade e democracia*. Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa”, Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Costa, P. Jr., & McCrae, R. R. (1995). Primary traits of Eysenck’s P-E-N system: Three and five-factor solutions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 308-317.
- Cotte, S. (2015). *What Motivates Terrorists?* *The Atlantic*. Disponível em <https://www.theatlantic.com/international/archive/2015/06/terrorism-isis-motive> Acedido a 09 de Abril de 2022;
- Couto, R. N., & Fonseca, P. N. D. (2019). Character strengths in the Brazilian northeast region: Contributions of personality beyond age and sex. *Escudos de Psicologia (Campinas)*, 36. 1-13.
- Crandall, C. S., Eshleman, A., & O’Brien, L. (2002). Social norms and the expression and suppression of prejudice: The struggle for internalization. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(3), 359–378. <https://doi.org/10.1037/0022->
- Crocker, J., Luhtanen, R., Broadnax, S., & Blaine, B. E. (1999). Belief in U.S. government conspiracies against Blacks among Black and White college students: Powerlessness or system blame? *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25, 941-953.
- Degaut, P., & Marcos R. (1999) "*Terrorismo: Críticas, Tipologia e Presença nas Relações Internacionais*." Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade Federal de Brasília, UFB..
- Douglas, K. M., & Sutton, R. M. (2008). The hidden impact of conspiracy theories: Perceived and actual influence of theories surrounding the death of Princess Diana. *The Journal of Social Psychology*, 148, 210-222.
- Douglas, K. M., & Sutton, R. M. (2011). Does it take one to know one? Endorsement of conspiracy theories is influenced by personal willingness to conspire. *British Journal of Social Psychology*, 50, 544-552.
- Douglas, K. M., Sutton, R. M., & Cichocka, A. (2017). The psychology of conspiracy theories. *Current Directions in Psychological Science*, 26, 538-542

- Dupuy, Jean-Pierre (2004). State Sponsors of Terrorism: Issues of Responsibility, in: Bianchi, Andrea (Ed.), *Enforcing International Law Norms Against Terrorism*. Portland: Hart, 152, 3-16
- Dwan, T., & Ownsworth, T. (2019). The Big Five personality factors and psychological well-being following stroke: a systematic review. *Disability and Rehabilitation*, 41, 1119-1130.
- Eagly A., & Chaiken, S. (1998). *Heuristic and systematic information processing within and beyond the persuasion context*. In: Unintended thought (pp 212-252). Nova Iorque: Guilford Press.
- Feather, N. T. (1995). Values, valences, and choice: The influence on the perceived attractiveness and choice of alternatives: *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 1135-1151.
- Fernando, N. (2021). *Teorias da Conspiração: as histórias mais inacreditáveis, os seus protagonistas e as suas origens* (pp. 314-317). Editora: Rita Fazenda,
- Ferrando, P. J., & Lorenzo-Seva U. (2016). A note on improving EAP trait estimation in oblique factor-analytic and item response theory models. *Psicological*, 37, 235-247.
- Ferrando, P. J., & Lorenzo-Seva U. (2018). Assessing the quality and appropriateness of factor solutions and factor score estimates in exploratory item factor analysis. *Educational and Psychological Measurement*, 78, 762-780.
- Ferreira, M., & Alan F. S. (2006). *A Política de Segurança dos Estados Unidos e a Tríplice Fronteira a pós 11 de setembro*. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Unicamp, Campinas.
- Festinger, L. (1954). *A theory of cognitive dissonance*. California: Stanford University Press.
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). Belief, Attitude, Intention and Behaviour: An *Introduction to Theory and Research*. Reading: Addison-Wesley.
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1972). *Belief, Attitude, Intention, and Behavior: An Introduction to Theory and Research*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1980). *Understanding Attitudes and Predicting Social Behavior*. New Jersey: Prentice-Hall Inc.
- Fonseca, P. N, Gouveia, V. V., & Gouveia, R. S. V (2007). School attitudes scale: factor validity and reliability. *Psicologia Escolar e Educacional*, 11(2), 285-297.
- Freedman, C. (2000). *Critical Theory and Science Fiction*. University Press of New England.

- Freires, L. A. (2015). *Atitudes frente à homoparentalidade: uma explicação a partir de variáveis explícitas e implícitas*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Freitas, I. A., & Brandão, H. P. (2006). *Trilhas de aprendizagem como estratégia para desenvolvimento de competências*. In *Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas*, Porto Alegre: Artmed/Bookman
- Gasser, Hans-Peter (2002). Atos de terror, “terrorismo” y derecho internacional humanitário. *Revista Internacional de la Cruz Roja*, Disponível em: <https://www.icrc.org/resources/documents/spa/misc>. Acedido em: 10 fev. 2022.
- Goertzel, T. (1994). Belief in conspiracy theories. *Political Psychology*, 15, 731-742.
- Gonçalves, J.B., & Reis, M. N. (2017). *Terrorismo: conhecimento e combate*; Rio de Janeiro: Impetus.
- Goodnight, T. & Poulakos, J. (1981). Conspiracy Rhetoric: From pragmatism to fantasy in public discourse. *The Western Journal of Speech Communication*, 45 (4), 299-316
- Goreis, A., & Voracek, M. (2019). A systematic review and meta-analysis of psychological research on conspiracy beliefs: Field characteristics, measurement instruments, and associations with personality traits. *Frontiers in psychology*, 10 (205), 1-13
- Gouveia, V. V., Pimentel, C. D., Medeiros, E. D., Gouveia, R. S. & Palmeira, J. N. (2007). Escala de atitudes frente ao uso de drogas: evidências de validade fatorial e preditiva. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 56, (11), 53-59.
- Gouveia, V. V., Santos, W. S., Milfont, T. L., Fischer, R., Clemente, M., & Espinosa, P. (2010). Teoria Funcionalista de los valores humanos en España: Comprobación de las hipótesis de contenido y estructura. *Interamerican Journal of Psychology*, 44, 203- 214.
- Gouveia, V. V., Meira, M., Gusmão, S. E. É., Filho, M. F. S. L., & Souza, L. E. C. (2008). Valores humanos e interesses vocacionais: um estudo correlacional. *Psicologia em Estudo*, 13, 604-611.
- Gouveia, V. V., Santos, W. S. D., Guerra, V. M., Coelho, J. A. P. D. M. & Souza, L. E. C. D. (2012). A influência dos valores humanos no compromisso religioso. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 41, 285-292.
- Gouveia, V. V. (1998). *La naturaleza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo: Una comparación intra e intercultural*. Tese de Doutorado, Universidad Complutense de Madrid, Espanha.

- Gouveia, V. V. (2003). A natureza motivacional dos valores humanos: Evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de Psicologia*, 8, 431-443.
- Gouveia, V. V. (2013). *Teoria funcionalista dos valores humanos: Fundamentos, aplicações e perspectivas*. São Paulo, SP: Caso do Psicólogo.
- Gouveia, V. V., Fonsêca, P. N., Milfont, T. L., & Fischer, R. (2011). Valores humanos: Contribuições e perspectivas teóricas. In Claudio, V.T & Elaine, R.N. (Eds.), *A psicologia social: Principais temas e vertentes* (pp. 296-313). Artmed.
- Gouveia, V. V., Milfont, T. L., Fischer, R., & Santos, W. S. (2008). Teoria funcionalista dos valores humanos. In M. L. M. Teixeira (Ed.), *Valores humanos e gestão: Novas perspectivas* (pp. 47-80). São Paulo, SP: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- Gouveia, V. V., Milfont, T. L., & Guerra, V. M. (2014). Functional theory of human values: Testing its content and structure hypotheses. *Personality and Individual Differences*, 60, 41-47
- Gouveia, V. V., Milfont, T. L., & Guerra, V. M. (2014a). Functional theory of human values: Testing its content and structure hypotheses. *Personality and Individual Differences*, 68, 41-47.
- Gouveia, V.V. (2013). *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: Fundamentos, Aplicações e Perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gouveia, V. V. (2016). Introdução à Teoria Funcionalista dos Valores. In V. V. Gouveia (Ed.), *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: Áreas de estudo e aplicações* (pp. 13-27). São Paulo: Vetor.
- Gregório, S. B. (2008). *Atitude e Comportamento* (texto na Internet citado 2008, 12/Jan/21). Disponível em <http://www.ceismael.com.br/artigo/artigo057.htm>
- Grzesiak-Feldman, M. (2013). The effect of high-anxiety situations on conspiracy thinking. *Current Psychology*, 32, 100-118
- Günther, H. (1981). Uma tentativa de traduzir e adaptar a escala de valores de Rokeach para uso no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 33 (3), 58-72.
- Gusmão, S. E. E., Silva N, B., Gouveia, V. V., Ferreira F. L. G., Costa, K. M. R., Moura, H. M., & Monteiro, R. P. (2016). Valores humanos e atitudes homofóbicas flagrante e sutil. *Psico-USF*, 21, 367-380.
- Guttman, L. A. (1944). A basis for scaling qualitative data. *American Sociological Review*, 9 (2), 139-150

- Habibe, S., João Pereira, J., & Forquilha S. (2017). *Ataques em Mocímboa da Praia – Estudo*, Maputo: IESE.
- Habibe, S., João Pereira, J., & Forquilha S.. (2019). *Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: O Caso de Mocímboa da Praia*. Maputo: IESE.
- Habibe, S., João Pereira, J., & Forquilha S.. (2017). *Coleção “Cadernos publicados em artigos e associados do IESE no quadro geral dos projectos*. www.iese.ac.mz.
Acedido em 9 de Novembro de 2022.
- Haysom, S., Gastrow, P., & Shaw, M. (2018) “Combater o tráfico de heroína na Costa da África Oriental” in *Resumo de Políticas*, 4, 1-11.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York, NY: John Wiley.
- Hobsbawm, E. (2007). *Globalização, democracia e terrorismo*. Trad. José Viegas Filho. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hofstadter, R. (1964). *The Paranoid Style in American Politics*. *Harper's Magazine* (pp. 77-86). Edição de Novembro.
- Hofstede, G. (1984). *Culture's consequences: International differences in work-related values*. Newbury Park. CA: Sage Publications.
- Hofstede, G., Hofstede, G. J., & Minkov, M. (2010). *Cultures and organizations: Software of the mind*. 3 ed. New York: McGraw-Hill.
- Hollander, B. A. (2018). Partisanship, individual differences, and news media exposure as predictors of conspiracy beliefs. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 95, 691-713.
- Horgan, J. (2005). *Social and Psychological Characteristics of Terrorism and Terrorists*», en T. Björge
- Hovland, C. I. & Rosenberg, M. J. (2002). Cognitive, affective, and behavioral *components of attitudes*. In: Hovland, C. I. & Rosenberg, M. J., ed. *Attitude, organization and change* (pp. 1-14). New Haven, Conn., Yale University Press,
- Hume, D. (1988). *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Open Court, Chicago.
- IESE (2019). *A Coleção “Cadernos” públicos em artigos no quadro do IESE*, instituto de investigação dos estudos sociais e económicos. www.iese.ac.mz. Acedido em 9 de Novembro de 2022.
- Imhoff, R., & Bruder, M. (2014). Speaking (un-) truth to power: Conspiracy mentality as a generalised political attitude. *European Journal of Personality*, 28, 25-43.

- INE (1997). *Censo população de Moçambique realizado pelo Instituto Nacional de Estatística*.
- Inglehart, R. (1991). *El câmbio cultural en las sociedades industriales avanzadas*. Madrd: Siglo XXI.
- Inglehrt, R. (1977). The silent revolution: Changing volues and political styles among Western publics. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Jolley, D., & Douglas, K. M. (2014a). The social consequences of conspiracism: Exposure to conspiracy theories decreases intentions to engage in politics and to reduce one's carbon footprint. *British Journal of Psychology*, 105, 35-56.
- Jolley, D., & Douglas, K. M. (2014b). The effects of anti-vaccine conspiracy theories on vaccination intentions. *PloS one*, 9, 898-906.
- Jolley, D., Douglas, K. M., & Sutton, R. M. (2017). Blaming a Few Bad Apples to Save a Threatened Barrel: The System Justifying Function of Conspiracy Theories. *Political Psychology*, 39, 465-478.
- Keeley, B. L. (1999). Of conspiracy theories. *The Journal of Philosophy*, 96, 109-126.
- Kelman, H. C. (1961). Attitudes are alive and well and gainfully employed in the sphere of action. *American Psychologist*.
- Klineberg, O. (1965). *Psicologia social*. Tradução de Maria Lúcia do E. Silva e outros, Rio, Editôra Fundo de Cultura.
- Kluckhohn, C. (1951). Values and value orientations in the theory of action. Em T. Parsons & E. Shils (Eds.), *Toward a general theory of action* (pp. 388-433). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Knight, P. (2000). *Conspiracy Culture: From Kennedy to 'The X-Files'*. Routledge, Londres
- Kofta, M., & Sedek, G. (2005). Conspiracy stereotypes of Jews during systemic transformation in Poland. *International Journal of Sociology*, 35, 40–64.
- Kramer, R. M. (1994). The sinister attribution error: Paranoid cognition and collective distrust in organizations. *Motivation and Emotion*, 18, 199-230.
- Krech, D., & Crutchfield, R. S. (1965). *Elementos de psicologia*. Tradução de Dante Moreira Leite e Mirian L. Moreira Leite, S. Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- Kruger, H. (2011). *Introdução à Psicologia Social*. São Paulo: EPU.
- Kruglanski, A. W. (1987). *Blame-placing schemata and attributional research*. In changing conceptions of conspiracy (pp. 219-229). Springer, New York, NY.
- LaPiere, R. (1934). Attitudes vs. Actions. *Social forces*, 13, 169-175.

- Laqueur, W. (2002). “*Reflexões sobre o terrorismo*”, *Diálogo* nº 4, 20, 26-31.
- Lara, A. (2007). *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*. Coimbra: Almedina.
- Lei n.º 13.260, de 16 de março de 2016. *Lei Antiterrorismo*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 de março de 2016.
- Leite, M. (1966). *Notas de psicologia das relações humanas*. Niterói, Fundação Manoel João Gonçalves.
- Leman, P. J., & Cinnirella, M. (2013). Beliefs in conspiracy theories and the need for cognitive closure. *Frontiers in Psychology*, 4, 1-10.
- Lewandowsky, S., Cook, J., & Lloyd, E. (2016). ‘The “Alice in Wonderland” mechanics of the rejection of (climate) science: Simulating coherence by conspiracism.’ *Synthese*, 195, 175-196
- Leyens, J. P. & Yzerbyt V. (2004). *Psicologia Social*. (Lalardy, B. & Porto, L. Trad) Lisboa: edições 70, Pierre Mardaga éditeur (Obra Original Publicada em 1979).
- Leyens, J.-P., & Yzerbyt, V. (1997). *Psicologia Social*. Lisboa: Edições 70.
- Lima, L. P. (2002). Atitudes: Estrutura e Mudança. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (5ªed.) (pp. 187-225) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, M. L., & Correia, I. (2017). Atitudes: medida, estrutura e funções. In Vala, J. & M. B. Monteiro. *Psicologia Social* (pp 201- 244). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- Lima, R. B. (2014). *Legislação Criminal Especial Comentada*, Editora Jus Podivm, Salvador-Bahia.
- Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P.J. (2019b). Robust Promin: a method for diagonally weighted factor rotation. *LIBERABIT, Revista Peruana de Psicologa*, 25, 99-106.
- Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P.J. (2019c). Robust Promin: a method for diagonally weighted factor rotation. *LIBERABIT, Revista Peruana de Psicologa*, 25, 99-106.
- Maio, G. R. (2010). *Mental representation of social values*. *Advances in experimental social psychology*, 42, 1-43.
- Maio, G. R., Pakizeh, A., Cheung, W. & Rees, K. J. (2009). Changing, priming and action on values. Effects via motivational relations in a circular model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97, 699-715.
- March, E., & Springer, J. (2019). Belief in conspiracy theories: The predictive role of schizotypy, *Machiavellianism*, and *primary psychopathy*. *PloS one*, 14, 1-10.

- Marchlewska, M., Cichocka, A., & Kossowska, M. (2018). Addicted to answers: Need for cognitive closure and the endorsement of conspiracy beliefs. *European Journal of Social Psychology*. Advance online publication.
- Marini, I. (2006). *Perceptions of children's attitudes towards peers with a severe physical disability*. Acedido a 4 de junho de 2021, pode ser acedido em <http://www.thefreelibrary.com>.
- Marot, R. (2003). *A consistência entre as atitudes e as intenções dos internautas em relação à aprovação da terapia online no Brasil*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro
- Martins, R. F. C. (2010). Acerca de “Terrorismo” e de “Terrorismos.” *IDN Cadernos*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. Retrieved from http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_1.pdf. Acedido aos 8 de Janeiro de 2023.
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper.
- Matthew, L. (2005). *Fontes de financiamento do terrorismo no mundo*. Washington Institute. <http://www.washingtoninstitute.org>. Acedido no dia 5 de julho de 2023.
- McCauley, C., & Jacques, S. (1979). The popularity of conspiracy theories of presidential assassination: A Bayesian analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 637-644
- McHoskey, J. W. (1995). Case closed. On the John F. Kennedy assassination: Biased assimilation of evidence and attitude polarization. *Basic and Applied Social Psychology*, 17, 395-409.
- Medeiros, E. D. (2011). *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: testando sua adequação intra e interculturalmente*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Medeiros, E. D. D., Pimentel, C. E., Monteiro, R. P., Gouveia, V. V., & Medeiros, P. C. B. D. (2015). Valores, atitudes e uso de bebidas alcoólicas: proposta de um modelo hierárquico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35, 841-854.
- Medeiros, E. D., Sá, E. C. D. N., Monteiro, R. P., Santos, W. S., & Gusmão, E. É. D. S. (2017). Valores humanos, comportamentos antissociais e delitivos: evidências de um modelo explicativo. *Pesquisas e Práticas psicossociais*, 12, 147-163
- Menkhaus, K. (2008). *Somália: A Country in Peril, a Policy Nightmare*. Disponível em <https://www.wilsoncenter.org/event/somalia-country-peril-policy-nightmare>. Acedido a 07 de Novembro de 2022.

- Merton, R. K. (1949). *Teoría y estructura sociales*. México, DF: Fondo de Cultura.
- Michener, H. A; DeLamater, J. D., & Myers, D. J. (2005). *Psicologia social*. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.<https://www.portaldogoverno.gov.mz> ›
Penetracao-Colonial
- Miller, S. (2002). Conspiracy theories: public arguments as coded social critiques: a rhetorical analysis of the TWA flight 800 conspiracy theories. *Argumentation and Advocacy*, 39, 40-56
- Milton, D., Spencer, M., Findley, M. (2013). Radicalism of the hopeless: refugee flows and transnational terrorism. *International Interactions*, 39, 621-645.
- Monteiro, A. (2012). Dinâmicas da Al Shabaab . *Nação e Defesa*, 5, 155-173. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream>. Acedido a 02 de Julho de 2022.
- Morgan, C. T. (1977). *Introdução a Psicologia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil
- Morier-Genoud, E. (2019). *Tracing the history of Mozambique's mysterious and deadly insurgency*. The Conversation. Disponível em <http://theconversation.com/tracing-the-history-of-Mozambiques-mysterious-and-deadly-insurgency>. Acedido a 12 de Novembro de 2022.
- Morris, Er., & Hoe, A. (2016). *Terrorism: Threat and Response*, MacMillan Press.
- Neiva, E. R., & Mauro, T. G. (2011). Atitudes e Mudança de Atitudes. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Org.). *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp. 153-170), Porto Alegre: Artmed,
- Neto, C. J. S. (2014). *A discussão da legislação antiterrorismo no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais – Especialização em Segurança de Informações) – Universidade de Lisboa.
- Neto, J. C. (2009). Em busca da definição que o mundo hesita em elaborar: terrorismo internacional. In: BEDIN, Gilmar Antônio (Org.). *Estado de direito, jurisdição universal e terrorismo*. Ijuí: Ed.
- Neto, F. (1998). *Psicologia Social*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Nye, JR. (2005). *Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History*. 5th ed. New York: Pearson Education.
- Oliver, J. E., & Wood, T. J. (2014). Conspiracy theories and the paranoid style (s) of mass opinion. *American Journal of Political Science*, 58, 952-966.
- Omar, O. (2018). “Insurgência em Cabo Delgado: 14 meses de terror com 194 mortos” in <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/-insurgencia-em-cabo-delgado14-meses-de-terror-com-194-mortos>, acesso a 03.05.2022

- ONU (1999). *Texto de Resolucao 269 do Conselho de Segurança das Nações Unidas*, Consultado em 12 de Fevereiro de 2023.
- Osgood, C. E., Souci, G. J., & Tannenbaum, P. H. (1955). *The mensurement of meaning*. Urbana, ILL: University of Illionots Press.
- Panneerselvam, M., & Muthamizhselvan, M. (2015). The Secondary School students in relation to Scientific Attitude and Achievement in Science. *IOSR Journal of Research & Method in Education*, 5(2), 5-8.
- Pape, R. (2003). The strategic logic of suicidal terrorism. *American Political Science Review*, 97 (3), 343-361
- Parsons, T., & C, Kluckhn (2011). *A estrutura da ação social: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes*. Petrópolis: Vozes.
- Pascal, W. (2020). *Porque as teorias da conspiração fascinam tanto*, <https://www.swissinf> acessado em 21 de outubro de 2022.
- Pereira, A. (2013). “Somália: Santuário Terrorista? O caso da Al-Shabaab”. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Africanos. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Petty, R., & Cacioppo, J. T. (1986). *Communication and persuasion: central and peripheral routes to attitude change*. 1. ed. Nova Iorque: Springer-Verlag,
- Pigden, C. (2006). *Complots of mischief. Conspiracy Theories: The Philosophical Debate* (139-66). Coady, David. Askgate, Londres.
- Pires, N. L. (2016b). Das Ameaças e Riscos Intangíveis aos Estados Frágeis e às Guerras Civis, *Ameaças e Riscos Transnacionais no Novo Mundo Global*. Porto: *Fronteira do Caos*, 68, 153-174.
- Pitafi, A. I., & Ferooq, M (2012). Measurement of scientific attitude of secondary students in Pakistan. *Academic Research Intenrrational.Psychology*, 2, (2), 725-750;
- Roazzi, A., Souza, B. C; & Roazzi, M. M. (2015). *Representações sociais e a transmissão intergeracional de status social e educacional*. Lemos, Gina C.; Almeida, Leandro S. (Eds.),
- Robert, S., Wyer, Jr. & Albarricin, D. (2005). Belief Formation, Organization, and Change: Cognitive and Motivational Influences. In D. Albaracin, B. T. Johonson & M. P. Zanna. (Orgs.). *The Handbook of Attitudes* (pp. 273-322). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.
- Rodrigues, A. (1998). *Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Vozes Editora.

- Rodrigues, A. (2007). *Psicologia Social para Principiantes*. (11ª Edição). Rio de Janeiro: Vozes.
- Rodrigues, A., Assmar E. M. L., & Jablonsk, B. (2000). *Psicologia Social*. (18ª Edição). Rio de Janeiro: Vozes.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: John Wiley.
- Rokeach, M. (1981). *Crenças, atitudes e valores*. (A. M. M. Barbosa, Trad.) Rio de Janeiro: Ed. Interciência. (Obra original publicada em 1968).
- Roque, P. (2010). The battle for Mogadishu: Revealing Somalia's fluid loyalties and identities. *African Security Review*, 18, 74-79.
- Ros, M. (2006). Psicologia social dos valores: Uma perspectiva histórica. In M. Ros & V.V.Gouveia (Eds.). *Psicologia social dos valores humanos: Desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados* (pp.23-53). São Paulo: Editora Senac.
- Ros, M. (2011). Valores, Atitudes e comportamento: uma nova visita a um tema clássico: em M. Ros & V. V. Gouveia (Eds.), *Psicologia Social dos valores humanos: Desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados* (2ª ed.). São Paulo: SENAC.
- Saint-Pierre; Héctor L. (2009). Fertilidade heurística da abordagem vitimológica para a análise do terrorismo. In: SILVA, C. T. da. ZHEBIT, A. Neoterrorismo: *Reflexões e Glossário*. Rio de Janeiro, 16 (2), 153-170.
- Santos, B.. S. (2005). *Terrorismo: dois discursos*. Visão, Porto, 21.jul, 2005.
- Santos, W.S. (2008). *Explicando comportamentos socialmente desviantes: uma análise do comportamento convencional e avaliação social*. Tese de doutorado. Departamento de psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Sapountzis, A., & Condor, S. (2013). Conspiracy accounts as intergroup theories: challenging dominant understandings of social power and political legitimacy. *Political Psychology*, 34, 731-752.
- Schmid, A. P. (2004). Frameworks for conceptualising terrorism. *Terrorism and Political Violence*, 16 (2), 197-221. Disponível em: <http://www.tandfonline.com> Acesso em: 12 jun. 2022.
- Schmid, A. (2016). *Links between Terrorism and Migration: An Exploration*. ICCT-International Center for Counter Terrorism- The Hague. ICCT Research Paper. Disponível em: <http://www.turkispolivy.com/images/stories/2004-02.globalsecurity>. Acesso em: 20 out. 2023.
- Schultz, S. E., & Schultz, D. P. (2011). *Teorias da personalidade* (9ª ed.). São Paulo: Cengage Learning.

- Schwartz, S. H., Bilsky, W., & Janik, M. (2011). The structural organization of human Values-Evidence from three rounds of the European Social Survey (ESS). *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 58, 759-776.
- Schwartz, S. H. (2006). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. *Advances in Experimental Social Psychology*, 25, 1-65.
- Schwartz, S. H. (2001). Existen aspectos universales en la estructura y contenido de los valores humanos? In M. Ros & V. V. Gouveia (Eds.), *Psicologia Social de los valores humanos: Desarrollos teóricos, metodológicos y aplicados*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Schwartz, S. H. (2005). Robustness and fruitfulness of a theory of universals in individual human values. In A. Tamayo & J. B. Porto (Eds.), *Values and behavior in organizations* (56-95) Petropolis, Brazil: Vozes.
- Schwartz, S. H. (2005b). Validade e aplicabilidade de teoria de valores. In: Tomayo A; Porto & J. B. Porto (Eds). *Valores e comportamentos nas organizações* (pp, 56-59), Petropolis, Rio de Janeiro:Vozes.
- Schwartz, S. H. (2006). A theory of cultural value orientations: Explication and applications. *Comparative Sociology*, 5, 137-182.
- Schwartz, S. H., & Bardi, A. (2001). Value hierarchies across cultures: Taking a similarities perspective. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 103 (4), 268-29
- Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (2003). Toward a universal psychological structure of human values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550-562.
- Scott A. R. (2001). *Teorias da Conspiração*. <https://www.climachangeomnition.org>. Acessado em 1 de agosto de 2022,
- Siegle, J. (2016). *Isis in África: Implications from Siria and Iraq*. (A. C. Studies, Ed.)
- Silva, S. (2005). *Terrorismo de organizações criminosas*, 11 (23), 398-399,
- Sinha, D., & Tripathi, R. C. (1994). Individualism in a collective culture: A case of coexistence of opposites. Em U. Kim, ah. C. Triandis, C. Kagitcibassi, as. Choi & G. Yoon (eds.). *Individualism and collectivism: theory, method and applications* (123-136). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Smederevac, S., Mitrović, D., Sadiković, S., Riemann, R., Bratko, D., Prinz, M., & Budimlija, Z. (2020). Hereditary and environmental factors of the Five-Factor Model traits: A cross-cultural study. *Personality and Individual Differences*, 162, 1-15.

- Soares, A. K. S. (2014). *Valores humanos nos níveis individual e cultural: um estudo pautado na teoria funcionalista*. (Tese de Doutorado não publicada). Programa Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Soares, D. S. (2003). *De Marx a Deus: os tortuosos caminhos do terrorismo internacional*. Rio de Janeiro:
- Soares, J. F. (2011) Comportamento suicida: fatores de risco e intervenções preventivas. *Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiania*, 12, 195-200
- Soto, C. J., & John, O. P. (2017). The next Big Five Inventory (BFI-2): Developing and assessing a hierarchical model with 15 facets to enhance bandwidth, fidelity, and predictive power. *Journal of personality and social psychology*, 113 (1), 117- 143.
- Souza J., José M., & Frizzera, G. (2015). Tipificando o Terrorismo no Congresso Brasileiro: os projetos de lei e literatura acadêmica. *BJIR, Marília*, 4 (1), 111-134.
- Steiger, B., & Steiger, S. (2006). *Conspiracies and Secret Societies*. isible Ink Press, Canton, Ohio.
- Stivachtis, Y. A. (2008). International Migration and the Politics of Identity and Security. *Journal of Humanities and Social Sciences*, 2 (1), 1-24.
- Sunstein, C. R., & Vermeule, A. (2009). Conspiracy theories: Causes and cures. *Journal of Political Philosophy*, 17, 202-227.
- Swami, V., & Coles, R. (2010). The truth is out there: Belief in conspiracy theories. *The Psychologist*, 23, 560-563.
- Swami, V., & Furnham, A. (2012). Examining conspiracist beliefs about the disappearance of Amelia Earhart. *The Journal of General Psychology*, 139, 244-259. <http://doi.org/>.
Acedido no dia 28 de Novembro de 2022.
- Swami, V., Chamorro-Premuzic, T., & Furnham, A. (2010). Unanswered questions: A preliminary investigation of personality and individual difference predictors of 9/11 conspiracist beliefs. *Applied Cognitive Psychology*, 24, 749–761.
- Swami, V., Coles, R., Stieger, S., Pietschnig, J., Furnham, A., & Voracek, M. (2011). Conspiracist ideation in Britain and Austria: Evidence of a monological belief system and associations between individual psychological differences and real-world and fictitious conspiracy theories. *British Journal of Psychology*, 102, 443–463.
- Swami, V., Voracek, M., Stieger, S., Tran, U. S., & Furnham, A. (2014). Analytic thinking reduces belief in conspiracy theories. *Cognition*, 133, 572-585.

- Swami, V., Weis, L., Lay, A., Barron, D., & Furnham, A. (2016). Associations between belief in conspiracy theories and the maladaptive personality traits of the personality inventory for DSM-5. *Psychiatry Research*, 236, 86-90.
- Taylor, M., & Quayle, E. (1994). Terrorist Uves, Londres: Brassey's. Teoria funcionalista dos valores humanos: áreas de estudos e aplicações. São Paulo: Threatened Barrel: *The System-Justifying Function of Conspiracy*.
- Tavares, A de J. C (2009). A Estratégia Soviética e do PAIGC durante a luta de Libertação Nacional. (1963-1974): *Um Estudo de Caso*. Lisboa. Recuperado em 04 de Agosto de 2022 de www.didinho.org
- Thurstone, L. L. (1927). Attitudes Can Be Measured. *American Journal of Sociology*, 33, 529-554. Disponível em: <http://www.brocku.ca/MeadProject/Thurstone> . *Acessado em 23/02/2022*
- Thurstone, L. L. (1946). The vectors of mind. *Psychological review*, 41, 1-32
- Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality Assessment of Ordered Polytomous Items with Parallel Analysis. *Psychological Methods*, 16, 209-220.
- UNESCO (2022). Addressing conspiracy theories: what teachers need to know. United Nations Educational, Scientific Cultural. Organization: <http://unesco.org.ark>. Acedido no dia 29 de Novembro de 2022.
- Uscinski, J. E., & Parent, J. M. (2014). *American conspiracy theories*. New York; Oxford University Press.
- Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In: Vala, J.; Monteiro, M. B. (coord.), *Psicologia social* (pp. 569-602). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,
- Van der Linden, S. (2015). The conspiracy-effect: Exposure to conspiracy theories (about global warming) decreases pro-social behavior and science acceptance. *Personality and Individual Differences*, 87, 171-173.
- Van Prooijen, J. W., & Acker, M. (2015). The influence of control on belief in conspiracy theories: Conceptual and applied extensions. *Applied Cognitive Psychology*, 29, 753- 761.
- Van Prooijen, J. W., & Van Vugt, M. (2018). Conspiracy theories: Evolved functions and psychological mechanisms. *Perspectives on Psychological Science*, 46, 770-788.
- Vasconcelos, T. C., Gouveia, V. V., Souza Filho, M. L., Sousa, D. M. F., & Jesus, G. R. (2004). Preconceito e intenção em manter contato social: evidências acerca dos valores humanos. *Psico-USF*, 9, 147-154

- Vione, K. C. (2012). *As prioridades valorativas mudam com a idade? testando as hipóteses de rigidez e plasticidade*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, PB
- Youn, S., & Kim, S. (2019). Understanding ad avoidance on Facebook: Antecedents and outcomes of psychological reactance. *Computers in Human Behavior*, 98 (April 2021), 232–244. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2022.04.025>
- Zanna, M., & Chaiken, S. (1988). The heuristic model of persuasion. (Orgs.), *Social influence: The Ontario symposium*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 5, 3-39.
- Zarefsky, D. (1984). Conspiracy Arguments in the Lincoln-Douglas Debates. *Journal of the American Forensic Association*, 21, 63-75.
- Znaniecki, F., & Thomas, W. I. (1918). *The Polish peasant in Europe and America*. Boston: Badger.
- Zonis, M., & Joseph, C. M. (1994). Conspiracy thinking in the Middle East. *Political Psychology*, 15, 443-459.
- Jones, S.G. (2014). *A Persistent Threat: The evolution of al Qa'ida and Other Salafi Jihadists*. Santa Monica: Rand Corporation.
- American Embassy in Brasilia. (2008). Counterterrorism in Brazil: Looking Beyond the Tri-Border Area. Cable 08BRASILIA43. Brasília: American Embassy in Brasilia

Anexo I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CCHLA – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
CEP 58.051-900 – João Pessoa/PB
E-mails: vvgouveia@gmail.com ou aosvaldo49@yahoo.com.br

Prezado(a) Participante

Os pesquisadores Antônio Osvaldo Paqueleque e Valdney Veloso Gouveia convidam você a participar da pesquisa “Explicando atitudes face ao terrorismo com base em crenças em teorias conspiratórias e valores humanos”. Caso concorde em participar, você precisará assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a seguir. Asseguramos o respeito aos participantes desta pesquisa em todas as suas dimensões (i.e., física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e espiritual), apresentando um questionário que atende diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas com seres humanos (Resolução CNS 510/2016).

Sua decisão de participar deve ser voluntária, não resultando em qualquer custo ou ônus financeiro para você, não acarretando prejuízos ou punições caso não decida participar. Todos os dados fornecidos serão tratados de forma anônima e sigilosa, não permitindo a sua identificação. Por fim, estamos à sua disposição no endereço acima para esclarecer qualquer dúvida. Por favor, leia e assine o TCLE a continuação.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Assinando este termo, estou concordando em participar do estudo acima mencionado, sob a coordenação do Prof. Dr. Valdney V. Gouveia e realização do doutorando Antônio Osvaldo Paqueleque, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, estando ciente de que os dados fornecidos poderão ser utilizados para fins científico-acadêmicos. Declaro, ainda, estar ciente de que meus dados serão mantidos em sigilo e que poderei deixar o estudo a qualquer momento.

_____, ____ de _____ de 2023

Assinatura do(a) Participante

Desde já, agradecemos sua colaboração

Anexo II - ESCALA DE ATITUDES FRENTE AO TERRORISMO

INSTRUÇÕES. A seguir você encontrará afirmações com as quais as pessoas podem ou não concordar acerca do terrorismo ou de atos terroristas. Pedimos-lhe que leia cada afirmação e indique em que medida concorda ou discorda com o que é dito, marcando um X na escala de resposta ao lado. Por favor, responda o que realmente pensa, independente do que opinam os demais; não existem respostas certas ou erradas. Utilize a escala de resposta a seguir:

- 1 = Discordo
2 = Discordo parcialmente
3 = Não concordo, nem discordo
4 = Concordo parcialmente
5 = Concordo

	Afirmação	1	2	3	4	5
01	As ações de desestabilização de populações por parte de terroristas são por justa causa.					
02	Não há qualquer razão que justifique a agressão de populações por parte de terroristas.					
03	O terrorismo surge como uma forma de reivindicar as explorações de Governos.					
04	Quando as riquezas não são usufruídas pela população, o terrorismo são uma solução justificável.					
05	Quando não se veem melhorias de infraestruturas sociais (e.g., escolas, hospitais), tem lugar o terrorismo.					
06	As ações de terrorismo poderão chamar atenção do Governo para cuidar da população carente.					
07	As ações terroristas resultam de interesses internacionais que buscam se beneficiar de recursos naturais locais.					
08	As ações de terrorismo resultam de interesses nacionais.					
09	As ações de terrorismo estão ligadas ao movimento de radicais.					
10	Os grupos de jovens radicais são uma fonte de propagação do terrorismo.					
11	O terrorismo trará vantagens socioeconômicas.					
12	As ações de terrorismo visam preservar recursos naturais.					
13	O terrorismo surge para punir o Governo que se afasta da população local.					
14	O terrorismo surge como qualquer outro fenômeno que poderia ter surgido.					
15	O terrorismo não pode ser justificado.					
16	O terrorismo é uma forma irracional de enfrentar os problemas nacionais.					
17	O terrorismo é o tipo mais desprezível de violência, devendo ser condenado.					
18	O terrorismo é o crime mais hediondo de nosso tempo.					

Anexo III - ESCALA DE CRENÇAS EM TEORIAS CONSPIRATÓRIAS

INSTRUÇÕES. Por favor, leia atentamente as afirmações a seguir e, considerando seu conteúdo, marque com **X** na resposta que mais se aproxima da forma como você sente, pensa ou age, adotando a escala de resposta abaixo:

- 1 = Discordo
- 2 = Discordo parcialmente
- 3 = Não concordo, nem discordo
- 4 = Concordo parcialmente
- 5 = Concordo

	Afirmação	1	2	3	4	5
01	As ações do terrorismo são de interesse de certos Governos.					
02	Certos Governos estão secretamente envolvidos no terrorismo.					
03	A religião muçulmana financia o terrorismo.					
04	Grupos de empresários financiam ações terroristas.					
05	Grupos anônimos controlam o terrorismo.					
06	Um grupo secreto de pessoas é responsável por tomar todas as decisões sobre o terrorismo.					
07	O terrorismo é resultado de atividade de grupos que secretamente incentivam as ações terroristas.					
08	Acerca do terrorismo, alguns Governos escondem da população geral muitos segredos importantes.					
09	Diversas informações sobre o terrorismo são escondidas da população por interesses egoístas.					
10	Evidências de contato de certas personalidades com terroristas são escondidas dos cidadãos.					
11	As agências não-governamentais financiam ações terroristas.					
12	Muitas informações sobre o terrorismo e seu tratamento são escondidas dos cidadãos.					
14	Experiências envolvendo novas ações terroristas são realizadas em cidadãos sem seu consentimento.					
15	Por razões estratégicas, alguns Governos permitem que ataques terroristas ocorram.					
17	Alguns Governos permitem e cometem atos terroristas em seus próprios países, disfarçando seu envolvimento.					
18	Determinados políticos geralmente não dizem os reais motivos para suas decisões em relação a atos terroristas.					
20	Existem esforços ocultos para marginalizar e controlar grupos de pessoas provenientes das regiões do terrorismo.					
21	Certas figuras públicas simulam sua própria morte para escapar das ações terroristas.					
23	Os Governos deliberadamente permitem que certas atividades terroristas ocorram para manter o público em estado de medo.					
24	A mídia permite que apenas algumas informações sobre o terrorismo sejam divulgadas para os cidadãos.					
25	As chefias militares estão envolvidas em ações terroristas.					
26	Alguns Países produtores de petróleo e gás no mundo financiam ações terroristas.					

Anexo IV – ESCALA DE ATITUDES FRENTE A REFUGIADOS

INSTRUÇÕES. A seguir você encontrará afirmações com as quais as pessoas podem ou não concordar. Leia cada afirmação e indique em que medida concorda ou discorda com ela, colocando um **X** na escala de resposta ao lado. Importa o que realmente pensa, independente da opinião dos demais; não existem respostas certas ou erradas. Utilize a escala de respostas a seguir:

- 1 = Discordo
- 2 = Discordo parcialmente
- 3 = Não concordo, nem discordo
- 4 = Concordo parcialmente
- 5 = Concordo

	Afirmação	1	2	3	4	5
01	Eu posso acolher refugiado do terrorismo porque eles não são culpados por isso.					
02	Os refugiados são pessoas como eu, por isso posso compartilhar os seus sofrimentos.					
03	O pouco com Deus é muito, por isso posso compartilhar a minha comida com os refugiados.					
04	Devemos conviver com os refugiados do terrorismo, porque eles são nossos irmãos.					
05	Hoje são eles os refugiados a solicitar ajuda, amanhã posso ser eu.					
06	Mesmo tendo espaço para acolher os refugiados, eu não aceitaria acolhê-los.					
07	Os refugiados estão habituados a sofrer, eles conseguem se virar sozinhos.					
08	É de responsabilidade do Governo criar condições para acolher os refugiados.					
09	As religiões devem se encarregar a cuidar dos refugiados.					
10	Os refugiados deveriam permanecer em suas nações de origem.					
11	Os problemas nas grandes cidades aumentam com a chegada de refugiados.					
12	Misturar-se com os refugiados só pode aumentar problemas para o indivíduo que o faz.					
13	Acolher refugiados é criar problemas de roubalheira.					
14	É perigoso acolher os refugiados do terrorismo porque eles convivem com os terroristas.					

Anexo V - QUESTIONÁRIO DOS VALORES BÁSICOS

INSTRUÇÕES. Por favor, leia atentamente a lista de valores descritos a seguir, considerando seu conteúdo. Utilizando a escala de resposta abaixo, escreva um número ao lado de cada valor para indicar em que medida o considera importante como um princípio que guia sua vida.

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente não importante	Não Importante	Pouco Importante	Mais ou menos Importante	Importante	Muito Importante	Extremamente Importante

01. ____ **APOIO SOCIAL.** Obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo.
02. ____ **ÊXITO.** Obter o que se propõe; ser eficiente em tudo que faz.
03. ____ **SEXUALIDADE.** Ter relações sexuais; obter prazer sexual.
04. ____ **CONHECIMENTO.** Procurar notícias atualizadas sobre assuntos pouco conhecidos; tentar descobrir coisas novas sobre o mundo.
05. ____ **EMOÇÃO.** Desfrutar desafiando o perigo; buscar aventuras.
06. ____ **PODER.** Ter poder para influenciar os outros e controlar decisões; ser o chefe de uma equipe.
07. ____ **AFETIVIDADE.** Ter uma relação de afeto profunda e duradoura; ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos.
08. ____ **RELIGIOSIDADE.** Crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus.
09. ____ **SAÚDE.** Preocupar-se com sua saúde antes mesmo de ficar doente; não estar enfermo.
10. ____ **PRAZER.** Desfrutar da vida; satisfazer todos os seus desejos.
11. ____ **PRESTÍGIO.** Saber que muita gente lhe conhece e admira; quando velho receber uma homenagem por suas contribuições.
12. ____ **OBEDIÊNCIA.** Cumprir seus deveres e obrigações do dia a dia; respeitar seus pais, os superiores e os mais velhos.
13. ____ **ESTABILIDADE PESSOAL.** Ter certeza de que amanhã terá tudo o que tem hoje; ter uma vida organizada e planificada.
14. ____ **CONVIVÊNCIA.** Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como social, religioso ou esportivo.
15. ____ **BELEZA.** Ser capaz de apreciar o melhor da arte, música e literatura; ir a museus ou exposições onde possa ver coisas belas.
16. ____ **TRADIÇÃO.** Seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições da sua sociedade.
17. ____ **SOBREVIVÊNCIA.** Ter água, comida e poder dormir bem todos os dias; viver em um lugar com abundância de alimentos.
18. ____ **MATURIDADE.** Sentir que conseguiu alcançar seus propósitos na vida; desenvolver todas as suas potencialidades.

QUESTIONÁRIO SOBRE PERSONALIDADE SOMBRIA VI

INSTRUÇÕES. Usando a escala a seguir, por favor, indique o quanto cada uma das seguintes afirmações reflete como você normalmente se vê. Para tanto, escreva ao lado de cada frase o número que melhor representa sua opinião em relação a você mesmo.

1	2	3	4	5
Não me descreve	Descreve-me pouco	Descreve-me mais ou menos	Descreve-me bastante	Descreve-me totalmente

01. ___ Costumo manipular os outros para conseguir o que quero.
02. ___ Costumo usar enganações ou mentiras para conseguir o que quero.
03. ___ Costumo bajular as pessoas para conseguir o que quero.
04. ___ Costumo explorar outras pessoas para meu próprio benefício.
05. ___ Eu tendo a ter falta de remorso.
06. ___ Costumo não me preocupar com a moralidade de minhas ações.
07. ___ Eu tendo a ser insensível ou indiferente.
08. ___ Eu costumo ser cínico.
09. ___ Eu tendo a querer que os outros me admirem.
10. ___ Eu tendo a querer que os outros prestem atenção em mim.
11. ___ Eu tendo a buscar prestígio ou status.
12. ___ Costumo esperar favores especiais dos outros.

Informações Demográficas. Por fim, procurado conhecer mais sobre os participantes deste estudo, pedimos que responda as perguntas a seguir; não coloque o seu nome.

Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____

Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

Idade: _____ anos

Nível de Escolaridade: ☐ Primário ☐ Médio ☐ Superior

Local de residência: ☐ Urbano ☐ Rural

Religião: ☐ Católica ☐ Espírita ☐ Protestante ☐ Outra

Ocupação principal: ☐ Estudante ☐ Servidor Público ☐ Servidor do Setor Privado
☐ Autônomo ☐ Sem ocupação

VII

ENTREVISTA SOBRE O TERRORISMO E SEUS PERSONAGENS

Prezado (a) colaborador (a);

Estamos realizando uma pesquisa que visa conhecer a influência das teorias conspiratórias nos valores humanos e atitudes face ao terrorismo em Cabo Delgado, norte de Moçambique. Partindo do seu conhecimento sobre o terrorismo, responda as perguntas abaixo:

1. O que é para você o terrorismo? ~
2. Qual sua opinião sobre o papel do terrorismo em Cabo Delgado?
3. Quais as consequências do terrorismo em Cabo Delgado?
4. Qual sua opinião sobre os refugiados desse terrorismo?
5. Indique cinco adjetivos para descrever a pessoa que é terrorista:
1º Adjetivo: _____
2º Adjetivo: _____
3º Adjetivo: _____
4º Adjetivo: _____
5º Adjetivo: _____

Informações Demográficas. Finalmente, procurado conhecer mais sobre os participantes deste estudo, gostaríamos que respondesse as perguntas a seguir; não pretendemos conhecer sua identidade, então não coloque o seu nome.

Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____

Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

Idade: _____ anos

Nível de Escolaridade: ☐ Primário ☐ Secundário ☐ Médio ☐ Superior

Local de residência: ☐ Urbano ☐ Peri-Urbano ☐ Rural

Religião: católica ☐ Islâmica ☐ Protestante ☐ Outra

Ocupação principal: ☐ Estudante ☐ Funcionário Público ☐ Funcionário do Sector Privado ☐ Conta Própria ☐ Camponês ☐ Sem ocupação

VIII

QUESTIONÁRIOS SOBRE CORRELATOS DE ATITUDES FRENTE AO TERRORISMO

Instruções. A seguir você encontrará afirmações com as quais as pessoas podem ou não concordar. No seu caso específico, pedimos-lhe que leia cada uma e indique em que medida concorda ou discorda, colocando um X na escala de resposta ao lado. É importante que responda o que realmente pensa, independente do que possam opinar os demais, sabendo que não existem respostas certas ou erradas.

Legenda:

- 1 = Discordo
- 2 = Discordo parcialmente
- 3 = Não concordo, nem discordo
- 4 = Concordo parcialmente
- 5 = Concordo

Nº	Afirmação	1	2	3	4	5
01	As ações de desestabilização das populações de Cabo Delgado são por justa causa.					
02	Não há qualquer razão que justifique a agressão das populações de Cabo Delgado.					
03	Desde sempre a população de Cabo Delgado teve menos privilégios, por isso o terrorismo pode ser uma forma de reivindicar.					
04	As riquezas de Cabo Delgado não são usufruídas pelos nativos, razão da desestabilização da região.					
05	Os empregos de prestígio das multinacionais na província de Cabo Delgado são ocupados pelos estrangeiros.					
06	Os empregos das empresas ligadas à exploração de recursos naturais são ocupados por pessoas oriundas de outras regiões do país.					
07	A população de Cabo Delgado não vê melhoras das infraestruturas sociais (por exemplo, escolas, hospitais).					
08	As ações de terrorismo irão chamar atenção ao governo para cuidar da população da região.					
09	As ações de terrorismo resultam de interesses internacionais com vista a se beneficiar dos recursos naturais.					
10	As ações do terrorismo resultam de interesses nacionais.					
11	Se não houvesse apoio dos nativos, o terrorismo não teria lugar em Cabo Delgado.					
12	Os dirigentes das ações terrorista são nativos de Cabo Delgado.					
13	As ações do terrorismo em Cabo Delgado estão ligadas ao movimento Al Shabab.					
14	As madraças são uma fonte de propagação do terrorismo.					
15	O terrorismo trará vantagens socioeconómicas na província de Cabo Delgado.					
16	As ações de terrorismo visam a preservação dos recursos naturais que de outra forma seriam pilhados.					
17	O terrorismo surgiu no norte de Moçambique para punir o governo					

	que há muito vem se afastando da população desta região.					
18	O terrorismo na província de Cabo Delgado surgiu como qualquer outro fenómeno poderia ter surgido.					
19	O terrorismo não pode ser justificado.					
20	O terrorismo é uma forma irracional de enfrentar os problemas nacionais.					
21	O terrorismo é o tipo mais desprezível de violência, devendo ser condenado.					
22	O terrorismo é o crime mais hediondo de nosso tempo.					

IX

QUESTIONÁRIO SOBRE CRENÇAS EM TEORIAS CONSPIRATÓRIAS

Instruções. Por favor, leia atentamente as afirmações e marque com **X** na resposta que mais se aproxima do que você sente ou pensa, segundo a escala de resposta a seguir:

Legenda:

1 = Discordo

2 = Discordo parcialmente

3 = Não concordo, nem discordo

4 = Concordo parcialmente

5 = Concordo

Nº	Afirmação	1	2	3	4	5
01	As ações do terrorismo são de interesse do Governo moçambicano.					
02	O Governo está secretamente envolvido no terrorismo em Cabo Delgado.					
03	A Religião muçulmana financia o terrorismo em Cabo Delgado.					
04	Grupo de empresários moçambicanos financiam as ações de terrorismo.					
05	Grupos anónimos de moçambicanos controlam o terrorismo.					
06	Um grupo secreto de pessoas é responsável por tomar todas as decisões sobre o terrorismo em Cabo Delgado.					
07	O terrorismo na província de Cabo Delgado é resultado de actividade de grupos que secretamente incentivam as ações terroristas.					
08	Acerca do terrorismo em Cabo Delgado, o Governo esconde da população geral muitos segredos importantes.					
09	Muitas informações sobre o terrorismo em Cabo Delgado são escondidas da população por interesses egoístas.					
10	Evidências de contato de certas personalidades com terroristas são escondidas dos cidadãos.					
11	As agências não-governamentais em Cabo Delgado financiam as ações dos terroristas.					
12	Muitas informações sobre o terrorismo e seu tratamento são escondidas dos cidadãos.					
13	Missões espaciais são forjadas para que os cidadãos não descubram a existência de ações terroristas.					
14	Experiências envolvendo novas ações terroristas são realizadas nos cidadãos sem seu consentimento.					
15	Por razões estratégicas, o Governo permite que ataques terroristas ocorram.					
16	O Governo usa pessoas como “marionetes” para esconder o seu próprio envolvimento em atividades criminosas dos terroristas em Cabo Delgado.					
17	O Governo permite e comete atos de terrorismo no seu próprio país, disfarçando seu envolvimento.					
18	Os políticos geralmente não dizem os reais motivos para as suas decisões em relação ao terrorismo na província de Cabo					

	Delgado, norte de Moçambique.					
19	Para evitar que informações embaraçosas sobre o terrorismo sejam divulgadas, o Governo ordena a morte de algumas figuras públicas.					
20	Existem esforços ocultos para marginalizar e controlar certos grupos de pessoas provenientes das regiões do terrorismo por meio de ações do Governo					
21	Certas figuras públicas simulam sua própria morte para escapar das ações terroristas em Cabo Delgado.					
22	O Governo forja as causas de eventos importantes para enganar os cidadãos, alegando o terrorismo na província de Cabo Delgado, norte de Moçambique.					
23	O Governo deliberadamente permite que certas atividades terroristas ocorram para manter o público em estado de medo.					
24	A mídia permite que apenas algumas informações sobre o terrorismo sejam divulgadas para os cidadãos.					
25	As chefias militares em Cabo Delgado estão envolvidas nas ações terroristas.					
26	Os Países produtores de petróleo e gás no mundo financiam as ações terroristas em Cabo Delgado, norte de Moçambique.					
27	Existe uma relação entre o surgimento do terrorismo em Cabo Delgado e a descoberta do petróleo e gás natural nesta província.					
28	Os fatores como posse de terra, modelo de compensação das terras opacadas pelos mega projetos de petróleo e gás em Cabo Delgado são a causa do terrorismo.					

QUESTIONÁRIO SOBRE ESTABILIDADE E MUDANÇA DE VALORES HUMANOS

Instruções. A seguir você encontrará afirmações com as quais as pessoas podem ou não concordar. No seu caso específico, pedimos-lhe que leia cada uma e indique em que medida concorda ou discorda, colocando um X na escala de resposta ao lado. É importante que responda o que realmente pensa, independente do que possam opinar os demais, sabendo que não existem respostas certas ou erradas.

Legenda:

1 = Discordo

2 = Discordo parcialmente

3 = Não concordo, nem discordo

4 = Concordo parcialmente

5 = Concordo

Nº	Afirmação	1	2	3	4	5
01	Eu posso acolher deslocados do terrorismo porque eles não são culpados por isso.					
02	Os deslocados são pessoas como eu, por isso posso compartilhar os seus sofrimentos comigo.					
03	O pouco com Deus é muito, por isso posso compartilhar a minha comida com os deslocados.					
04	Devemos conviver com os deslocados do terrorismo, porque eles são nossos irmãos.					
05	Hoje são eles os deslocados a solicitar ajuda, amanhã posso ser eu.					
06	Mesmo tendo espaço para acolher os deslocados, eu não aceitaria acolhê-los.					
07	Os deslocados estão habituados a sofrer, eles conseguem se virar sozinhos.					
08	É de responsabilidade do Governo criar condições para acolher os deslocados.					
09	As religiões devem se encarregar a cuidar os deslocados.					
10	Já existe o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades para cuidar dos deslocados.					
11	Os deslocados deveriam permanecer nas suas zonas de origem.					
12	Os problemas nas grandes cidades aumentam com a chegada dos deslocados.					
13	Misturar-se com os deslocados só pode aumentar problemas para o indivíduo que o faz.					
14	Acolher deslocados é criar problemas de ladroagem.					
15	É perigoso acolher os deslocados do terrorismo porque estes convivem com os terroristas.					